



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Prémio Fidelidade Comunidade: um reforço da economia social e impulsionador do desenvolvimento local sustentável?

Rui Miguel Pereira Esteves

Mestrado em Economia Social e Solidária

Orientador(a):

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021

Prémio Fidelidade Comunidade: um reforço da economia social e impulsionador do desenvolvimento local sustentável?

Rui Miguel Pereira Esteves

Mestrado em Economia Social e Solidária

Orientador(a):

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021

Só por ti aqui cheguei! E tu sabes, é eterno e muito além.

Agradecimento

À Mutualista Covilhanense, ao CASSAC - Centro de Apoio Social Serra D`Aire e Candeeiros e ao CEERDL - Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor, pela disponibilidade e amabilidade em plena pandemia, e sobretudo, um grande bem-haja, pelo empenho, dedicação, e trabalho que desenvolvem.

Ao professor Rogério Roque Amaro, pelos ensinamentos, partilhas de experiências inspiradoras e desafios colocados.

À Fidelidade, pelo apoio na concretização deste objetivo e por ser a uma empresa que viabiliza a transformação de um objetivo pessoal num trabalho conjunto.

À Ana Fontoura e Miguel Vilaça, pelos contributos das suas visões enquanto responsáveis do gabinete de Responsabilidade Social do Grupo Fidelidade. Sem o seu interesse, apoio e envolvimento, não teria aqui chegado.

À Felisbela, Fernanda e Filomena, por fazerem o Prémio Fidelidade Comunidade acontecer e a Comunidade Fidelidade crescer, pelas horas de experiências e opiniões trocadas, e pelo acolhimento que me deram.

À magnífica equipa, da Sair da Casca, à Nathalie, à Cláudia, à Fátima e à Mafalda pelo acolhimento e por me fazerem sentir parte dela, pelos ensinamentos, orientações, partilha de opiniões e trabalhos desenvolvidos.

Aos meus pais, pelo conforto e amor.

À Sónia por tudo, amor, dedicação, apoio, motivação e compreensão.

Resumo

A presente Dissertação, elaborada com o propósito de obter o grau de Mestre em Economia Social e Solidária, assume como pretensão contribuir para o estudo sobre a Responsabilidade Social das Empresas, procurando explorar o papel de como podem as empresas, através da adoção de práticas de responsabilidade social, contribuir para reforçar a economia social e impulsionar o desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades.

Esta análise, recai em três projetos financiados na 1ª edição de 2017 do Prémio Fidelidade Comunidade, no âmbito do programa de Responsabilidade Social da Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., e da sua estratégia de envolvimento com a comunidade, dirigindo-se a instituições centradas nas áreas do envelhecimento, da inclusão social e da prevenção em saúde.

O estudo destes projetos, executados pelo CEERDL - Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor, pelo CASSAC - Centro de Apoio Social Serra D´Aire e Candeeiros, e pela MUTUALISTA COVILHANENSE - Associação de Socorros Mútuos, nos respetivos Concelhos de Caldas da Rainha, Porto de Mós e Covilhã, implicou uma reflexão teórica que culminou na elaboração do quadro teórico centrado na discussão dos conceitos de Responsabilidade Social das Empresas, Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado e Economia Social.

Palavras-chave: Responsabilidade Social das Empresas; Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado; Economia Social

Abstract

This Dissertation, elaborated with the purpose of obtaining the degree of Master in Social and Solidarity Economy, assumes as its intention to contribute to the study on corporate social responsibility, seeking to explore the role of how companies can, through the adoption of social responsibility practices, contribute to strengthen the social economy and boost the sustainable and integrated local development of their communities.

This analysis is based on three projects financed in the 1st edition (2017) of the Fidelidade Comunidade Award, within the framework of the Social Responsibility program of Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., and its strategy of involvement with the community, addressing institutions focused on the areas of aging, social inclusion, and health prevention.

The study of these projects, carried out by MUTUALISTA COVILHANENSE - Mutual Aid Association, by CASSAC - Serra D´Aire e Candeeiros Social Support Center, and by CEERDL - Rainha D. Leonor Special Education Center, in the respective Municipalities of Covilhã, Porto de Mós and Caldas da Rainha, implied a theoretical reflection that culminated in the elaboration of the theoretical framework centered on the discussion of the concepts of Corporate Social Responsibility, Sustainable and Integrated Local Development and Social Economy.

Keywords: Corporate Social Responsibility; Sustainable and Integrated Local Development; Social Economy

Índice

Agradecimento	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Glossário de siglas.....	xi
CAPÍTULO 1	2
Introdução.....	2
1.1. Enquadramento do Estudo.....	2
1.2. Pertinência do Estudo.....	8
1.3. Objetivos e Questão de Partida do Estudo	9
CAPÍTULO 2	11
Revisão da Literatura.....	11
Contributos dos Conceitos: Desenvolvimento, Responsabilidade Social das Empresas, Economia Social.....	11
2.1. Desenvolvimento: Uma História.....	12
2.1.1. Desenvolvimento Integrado: Um Contributo Teórico.....	16
2.1.2. Desenvolvimento Sustentável: Uma Agenda até 2030.....	20
2.2. Responsabilidade Social das Empresas: Uma Evolução do Conceito.....	26
2.2.1. Filantropia Estratégica: Uma Conceção Integrada	29
2.2.2. Abordagem Institucional: Uma Responsabilidade Das Empresas.....	34
2.3. Economia Social: Um Enquadramento Histórico e Social.....	38
2.3.1. Setor Social: Uma Identificação, Um Reconhecimento Institucional	42
2.3.2. Economia Solidária: Um Ator da Solidariedade Democrática	45
2.4. Sustentabilidade, Relações e Desafios: Uma Conclusão Teórica.....	51
CAPÍTULO 3	60
Enquadramento Metodológico e Organizacional do Estudo de Caso	60
3.1. Metodologia e Fragilidades do Estudo.....	60
3.2. A Fidelidade e o Prémio Fidelidade Comunidade (PFC).....	65
3.3. Enquadramento das Organizações e dos Projetos	67
3.4. Análise dos Principais Resultados da Investigação.....	72
3.5. Análise das Mudanças com Impacto nas Capacidades das Organizações Sociais	95
CAPÍTULO 4	110
Conclusões	110
Referências Bibliográficas	118
Anexos	126

Anexo A – Evolução do conceito de RSE.....	126
Anexo B – A pirâmide da Responsabilidade Social da Empresa	129
Anexo C – Modelo dos 3 Domínios de RSC	129
Anexo D – Teorias da RSE e Abordagens	130
Anexo E – Dimensão Externa RSE (Livro Verde, 2001).....	133
Anexo F – Estratégia Europeia para a RSE.....	134
Anexo G – Abordagens de RSE (Comissão Europeia, Livro Verde 2001)	135
Anexo H – Método Científico e Cronograma.....	137
Anexo I – Grelha de Análise dos Projetos	140
Anexo J – Análise Documental.....	145
Anexo K – Grelha Analítica	166
Anexo L – Guiões das Entrevistas: Prémio Fidelidade Comunidade 2017	169
Anexo M – Grelha Análise de Conteúdo Categorial	175
Anexo N – Grelha Analítica Conclusões.....	188
Anexo O – Quadro dos Principais Resultados e Mudanças com Impacto	199

Glossário de siglas

CESE - Comité Económico e Social Europeu

CSR - Corporate sustainability and responsibility

DL - Desenvolvimento Local

DS - Desenvolvimento Sustentável

ES - Economia Social

ESS - Economia Social e Solidária

FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSO - Fórum Sócio Ocupacional

GECES - Grupo de Peritos da Comissão sobre o Empreendedorismo Social

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PFC - Prémio Fidelidade Comunidade

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RSE - Responsabilidade Social das Empresas

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

SdC - Sair da Casca, Consultoria em Sustentabilidade & Responsabilidade Social

SFDR - Sustainable Finance Disclosure Regulation

TFUE - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

UE - União Europeia

UNTFSSSE - UN Inter-agency Taskforce on Social and Solidarity Economy Força Tarefa Intergências da ONU sobre Economia Social e Solidária

CAPÍTULO 1

Introdução

O presente estudo elaborado no âmbito do Mestrado em Economia Social e Solidária, pressupõe uma análise do conceito de Responsabilidade Social das Empresas e a sua relação com os conceitos de Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado e Economia Social. Objetivamente, a pretensão da discussão sobre estes conceitos, será a de investigar e analisar a função que as empresas podem assumir, como reforço da ES e como impulsionadoras do desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades.

Esta análise, procurará confluir o quadro teórico exposto no capítulo 2 deste trabalho e intitulado como “Revisão da Literatura”, com o “Estudo de Caso” explanado no capítulo 3, sobre o Prémio Fidelidade Comunidade, enquanto programa de Responsabilidade Social da Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., e como estratégia de sustentabilidade e de envolvimento com a comunidade, dirigindo-se a instituições cujo trabalho se foca nas áreas da inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade, prevenção em saúde e envelhecimento.

Será relevante finalizar este trabalho com o capítulo 4, designado por “Conclusões”, onde se procurará refletir, discutir e concluir as que se revelarem mais pertinentes e em consonância com a problemática desta investigação.

1.1. Enquadramento do Estudo

O papel das empresas na sociedade e as tendências relacionadas com a RSE e práticas empresariais responsáveis, tem vindo a mudar. O recente artigo “The Business Role in Creating a 21st-Century Social Contract” (2020, p.2), da BSR - Business for Social Responsibility, evidencia a necessidade de “(...) um novo contrato social apto para o século XXI”, em que as “(...) estratégias empresariais devem ser resilientes permitindo que as pessoas, as comunidades e o ambiente natural prosperem.”

O seu Presidente e CEO, Aron Cramer (p.7), afirma que este é o momento certo de construir o futuro, “(...) construir um novo contrato social que seja resiliente e equitativo, que repare e fortaleça a economia e sociedade, que consiga resistir a choques futuros e que trabalhe para o benefício de todos”, determinando que apenas “(...) a trabalhar em conjunto, se transformará esta crise atual, numa oportunidade de criar modelos, que permitam uma maior resiliência, desenvolvimento económico e humano, justo e sustentável.”

Este *novo contrato social* refere-se à relação, criada formal ou informalmente, entre indivíduos e instituições, “(...) são os papéis e responsabilidades aceites pelos atores sociais (pessoas, governo, empresas, trabalhadores e os seus representantes e organizações da sociedade civil), que asseguram a rede de segurança e proteção social, estruturas educacionais, regras de emprego, salários, benefícios e tributação”, e por isso, “(...) idealmente, devem adaptar-se às mudanças sociais e económicas, para permanecerem eficazes e para apoiar a estabilidade social e económica, permitindo que empresas, trabalhadores e a sociedade, prosperem em conjunto” (p.11).

E, na realidade, conforme refere o artigo (p.8), se durante parte da segunda metade do século XX, “(...) os papéis e responsabilidades das empresas, governo, sociedade civil e pessoas, permaneceram relativamente constantes, aludindo que este contrato social forneceu proteções vitais para apoiar vidas saudáveis e produtivas (...), hoje, “(...) as pessoas descobrem cada vez mais que dependem de sistemas de proteção desgastados que não conseguem acompanhar as nossas realidades do século XXI. Todas essas mudanças, muitas delas reforçadas pela perda massiva de empregos e pressões económicas trazidas pela COVID-19, demonstram que é hora de redesenhar os contratos sociais.”

Esta visão, consubstancia, o que a globalização reforça desde o final do século XX, uma necessidade a nível global, de transformações económicas, sociais, políticas, culturais, ambientais. Impõe-se, revisitar o significado de desenvolvimento, e, nesta perspetiva, compreender as novas formas de relação que emergem entre o estado, sociedade e mercado, numa Europa vinculada à Carta dos Direitos Fundamentais da dignidade, liberdades, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça.

Reconhece-se, com o Tratado de Lisboa (2007) e o Livro Verde da Coesão Territorial (2008), ser necessária uma coesão económica, social, territorial e de solidariedade entre os Estados-Membros, como condição para um desenvolvimento harmonioso, capaz de reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diferentes regiões, e de garantir a todos os cidadãos a valorização das características específicas do seu território.

Para tal acontecer, Fabrizio Barca, no Relatório Barca (2009, p.7), clarifica ser necessário fomentar e reconhecer, a afirmação de abordagens integradas, de governança multinível e de parcerias de base territorial, aplicando uma política baseada no lugar/território (“place-based”) e assente numa “(...) estratégia a longo prazo destinada a combater a subutilização persistente do potencial e a reduzir a exclusão social persistente em locais específicos através de intervenções externas e de uma governação multinível.”

Fabrizio (p.126), realça e entende, que a abordagem estratégica da EU sobre a Pobreza e a Inclusão Social "(...) ainda parece muitas vezes distante do que está a acontecer no terreno", é "(...) claramente necessário, um maior envolvimento dos organismos que representam interesses sociais a nível da UE e a nível nacional, incluindo as ONG em particular (...)", valorizando formas de governança, que consagrem simultaneamente uma articulação multinível e uma articulação intersectorial, na resposta aos desafios específicos de cada unidade territorial.

É, nesta resposta, em que o setor social e solidário, assume particular importância, que também as empresas, adquirem o seu papel de responsabilidade, ao terem como grande desafio comum, atual e futuro, o compromisso com o DS, isto é, serem sustentáveis, e, simultaneamente, contribuírem para a edificação de uma sociedade com maior equidade social, ambiental e económica.

Desde logo em 2001, a Comissão Europeia identifica no Livro Verde (p.12), que as empresas têm uma responsabilidade social interna, mas também externa "(...) estende-se à comunidade local, envolvendo, para além dos trabalhadores e acionistas, um vasto espectro de outras partes interessadas: parceiros comerciais e fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONG que exercem a sua atividade junto das comunidades locais ou no domínio do ambiente."

Acrescenta, quanto às comunidades locais, que "(...) a responsabilidade social das empresas se traduz numa integração adequada da empresa na respetiva envolvente local", e que "(...) as empresas dão um contributo para a vida das comunidades locais em termos de emprego, remunerações, benefícios e impostos", e "(...) por outro lado, as empresas dependem da salubridade, estabilidade e prosperidade das comunidades onde operam."

Acentua-se que uma empresa responsável, enquanto componente da sociedade, deve gerar crescimento económico e riqueza, criar e manter postos de trabalho, definindo a Comissão Europeia em 2011, que a RSE se define pela "responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade", e planeando em 2016 que:

"(...) a ação da UE em matéria de responsabilidade social das empresas e de governação das empresas incentiva o setor privado a contribuir para a consecução de objetivos sociais e ambientais, promovendo assim um crescimento equitativo e sustentável e a proteção dos direitos sociais (ODS 8)". (COM (2016) 739 final, p.12)

É então, rumo ao desafio e compromisso com o DS, que ressalta a necessidade de substituir, o entendimento dominante dos conceitos e papéis das empresas e das organizações sociais, como simples atores sociais, equacionando-os como parte integrante das propostas de desenvolvimento que se realizam nos espaços locais.

Neste caminho, de ajudar as empresas a incorporar a sustentabilidade nas suas operações e tomadas de decisão, o guia, *Embedded Strategies for the Sustainability Transition*, elaborado por Bertels e Dobson, em 2020 (p.5), no âmbito do projeto global *Embedding Project*, sublinha, que “(...) as empresas devem assumir uma visão integrada da sua estratégia, e aproveitar o potencial de gerar negócios para contribuir para a resiliência das comunidades e sociedades.”

Entende (pp.4-7), que a visão das empresas, face à crescente escassez de recursos, à elevada incerteza social, e à contínua instabilidade nos mercados financeiros, transformou a sua perspetiva em maximizar o retorno ao acionista (Shareholder view), para uma visão que reconhece a importância de considerar as necessidades de todas as partes interessadas, incluindo funcionários, clientes, fornecedores e comunidades locais (Stakeholder view): conceitos como triple bottom line e valor compartilhado).

Atualmente, as empresas devem reconhecer-se, como parte de um sistema integrado, limitado pelos sistemas ambientais, sociais e económicos, nos quais operam e dependem. Implica, uma visão sistémica, que considera duas forças adicionais na formulação das suas estratégias, “a resiliência social e ambiental” (Systems view). Estas estratégias integradas, revelam-se regenerativas, alinhadas com a resiliência do contexto ambiental, social e económico, em que estão integradas, e, por, considerarem prazos mais longos e assumirem um entendimento mais amplo da criação de valor, que inclui o “valor dos sistemas”.

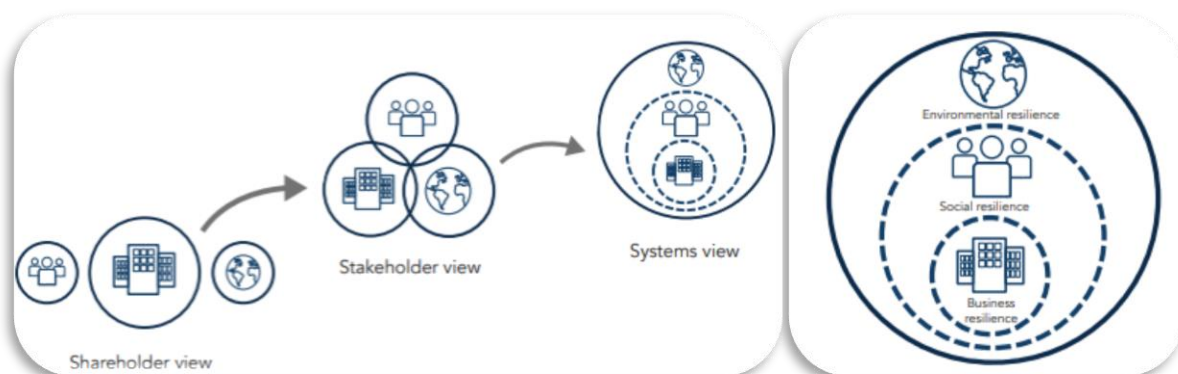


Figura 1.1 (*Embedded Strategies*, pp.5-6) Mudança para uma visão sistémica da criação de valor. É, neste contexto de mudança, que o presente estudo, ao abordar o conceito Responsabilidade Social das Empresas na sua relação com os conceitos de Desenvolvimento Local Sustentável Integrado e Economia Social, pretende explorar como podem as empresas através da adoção de práticas de Responsabilidade Social contribuir para reforçar a ES e impulsionar o desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades.

A investigação será realizada através da confluência, de um quadro teórico com o estudo de caso, sobre o Prémio Fidelidade Comunidade, criado pela Fidelidade – Companhia de

Seguros, S.A, no âmbito da sua estratégia de sustentabilidade e envolvimento com a comunidade e no quadro do seu programa de responsabilidade social, que assume a missão de consolidação e promoção do terceiro setor, através do apoio a instituições que desenvolvam a sua atividade nas áreas da inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade, da prevenção em saúde e do envelhecimento.

A construção do presente trabalho, prevê assim, apresentar as ilações que se mostrem relevantes para a problemática da presente investigação, numa confluência entre os principais contributos teóricos dos conceitos em análise, com a estratégia europeia para um desenvolvimento local sustentável integrado, refletindo-se em quatro momentos.

Inicia-se, com a Introdução, onde se enquadra o tema da investigação, procurando salientar o seu contexto socioeconómico e académico atual, bem como manifestar quais os principais objetivos e inquietações. Ainda neste Capítulo 1, será referida a pertinência deste estudo, os seus objetivos e questão de partida.

Ao capítulo 2, reserva-se a Revisão da Literatura, que abordará os principais marcos do construto científico do conceito de Desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial, até, às suas formulações mais recentes, como a de Desenvolvimento Integrado¹, aprofundando-se a perspetiva ecocêntrica de Amaro (2003, 2005, 2009, 2016,2017), como proposta integradora dos conceitos emergentes nas últimas décadas, e, como perspetiva mais completa e cunhada com mais de 40 anos de experiência pessoal do autor, em lecionar, investigar e participar, de forma direta, em vários projetos de desenvolvimento de diversas comunidades.

Destacam-se, ainda, as prioridades rumo a uma Europa Justa, que procura “Um futuro para todos os lugares” através de um quadro de ação orientado para promover uma coesão económica, social e territorial, isto é, um Desenvolvimento Sustentável, inclusivo e integrado dos lugares, suportado por uma Agenda até 2030.

O segundo ponto deste capítulo, procurará demarcar alguns dos aspetos mais relevantes do percurso da RSE, enquanto conceito teórico e estratégia das empresas, por ser um tema relativamente recente dentro da comunidade académica, encontrando-se ainda, numa fase de crescimento e desenvolvimento.

¹ Considera-se a reformulação do conceito de desenvolvimento sustentável (integrado), proposta por Amaro (2017: 101) e que conjuga oito componentes: segurança económica, coesão social, segurança e valorização ambiental, diversidade cultural e interculturalidade, coesão territorial, conhecimento e aprendizagem crítica permanente (ou seja, literacia para a sustentabilidade, numa lógica de ecologia de Saberes), governança partilhada e ética partilhada para a sustentabilidade.

Evidencia-se, sucintamente, a sua evolução como conceito, passando pelas etapas de RSE_{1,2,3,4,5}, delineadas por William C. Frederick (2006), orientadas numa abordagem de filantropia estratégica, por referência aos contributos de autores como Archie B. Carroll (1999, 2003, 2018), Elisabet Garriga (2004, 2014), Domènec Melé (2004, 2007), R. Edward Freeman (2001), Michael E. Porter (2006, 2011), Mark R. Kramer (2006, 2011), entre outros, que remetem para a conceção integrada de “CSR₂”, ou “sistémica” ou “holística” ou “radical”, de Wayne Visser (2010), orientada para criar valor, boa governação, contribuição social e integridade ambiental.

Orientação, que parece convergir, com as recomendações da Comissão Europeia e referências internacionais, que integram e sustentam desde o início do século XXI, uma estratégia de atuação das empresas na sociedade.

No terceiro ponto deste capítulo, aborda-se a ES, através de uma reflexão teórica sobre a sua evolução enquanto conceito e experiência, mediante pequenas notas históricas e no entendimento da versão francófona, que o autor Jean-Louis Laville, retrata na sua versão de 2018, do livro “A ES e Solidária, Práticas, Teorias e Debates”. Reforça-se, a importância desta “nova” ESS, enquanto “ator da solidariedade democrática”, essencial para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e como “um verdadeiro modelo empresarial, para o futuro da Europa”, vincando os valores e princípios que lhe subjazem e que contribuem para vários objectivos-chave da EU.

Por fim, efetua-se uma reflexão, que visa um alinhamento da relação dos três conceitos analisados, perante os desafios atuais da Sustentabilidade das sociedades.

O capítulo 3, intitulado por Enquadramento Metodológico e Organizacional do Estudo de Caso, assume como objeto de investigação e análise, os projetos de três OS, vencedoras da 1ª edição de 2017, do Prémio Fidelidade Comunidade.

Após uma definição da metodologia e identificação das fragilidades deste estudo, pretende-se efetuar, o enquadramento do Prémio Fidelidade Comunidade, enquanto programa de responsabilidade social, que procura fortalecer o setor social, como estratégia de envolvimento e, por conseguinte, de sustentabilidade da *Comunidade Fidelidade* e em geral.

Realça-se, o enquadramento territorial e social dos três projetos em análise, através da apresentação das atividades e objetivos dos projetos, complementando-se com uma análise dos principais resultados das mudanças com impacto nas capacidades das organizações sociais e enquanto dinâmicas de desenvolvimento local sustentável integrado.

Por último, o capítulo 4, ressaltará a reflexão, com base no capítulo 2, sobre as inquietações que estimularam esta pesquisa. Discutem-se as conclusões do trabalho de investigação, mediante a análise das dimensões e indicadores que foram estabelecidos, e, que suportam, os

resultados apurados nos projetos analisados, procurando demonstrar-se a importância e o potencial do Prémio Fidelidade Comunidade, como reforço das capacidades das organizações sociais e agente ativo de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável integrado das suas comunidades.

1.2. Pertinência do Estudo

Do ponto de vista académico, ao analisar do papel das empresas como reforço da ES e como impulsionadoras do desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades, através da adoção de práticas de Responsabilidade Social, esta investigação, pretende contribuir para o debate científico, em torno do conceito de RSE em Portugal, evidenciando as suas oportunidades e limitações, nesta relação e dinâmica.

Entende-se, conforme refere Remoaldo e Domingues (2012, p.20), que a “(...) responsabilidade empresarial sustentável, é um importante instrumento de dinamização dos processos de Desenvolvimento Local, na medida, em, que, o desenvolvimento se assume como um processo cada vez mais negociado e participado, onde os vários atores são chamados a atuar numa lógica de mais governância e menos governo, congruente com a abordagem do desenvolvimento de cunho territorialista, que exalta os recursos e as potencialidades locais e faz destes um importante eixo estratégico de atuação”, inserido:

(...) num contexto de rápidas mudanças económicas, no mercado do trabalho, sociais, demográficas e tecnológicas, onde a questão do crescimento inclusivo e sustentável, do emprego e do trabalho digno (ODS 8) é mais atual do que nunca para a Europa. (...) A Comissão intensificará o seu trabalho em prol da conduta empresarial responsável, centrando-se em ações concretas para responder aos desafios sociais, ambientais e governativos atuais e futuros (...). (COM (2016) 739 final).

Do ponto de vista social e político, o tema da investigação, assume a sua relevância, num contexto em que o crescimento progressivo de comunidades pobres e excluídas socialmente, é uma realidade também portuguesa. É nesta realidade, que se enquadram as três organizações sociais, cujos projetos foram alvo de análise nesta pesquisa, atuando nos Concelhos de Caldas da Rainha, Porto de Mós e Covilhã.

Nos últimos anos, como reflete a Agenda Territorial 2030 (pp.3-4) têm sido constantes os alertas dados pelas instituições internacionais e europeias, para a necessidade de políticas e ações em prol da coesão económica, social e territorial, isto é, “Um futuro para todos os lugares” promotor de um desenvolvimento territorial, integrado, participativo e inovador, que contribua

para a subsidiariedade, mediante uma abordagem de governança multinível e baseada no local, que mobiliza os diversos atores da sociedade em cooperar no equilíbrio da inclusão, sustentabilidade, competitividade e resiliência, assente numa perspetiva de desenvolvimento a longo prazo e da competitividade dos locais.

Neste futuro, entende-se que, se por um lado, as empresas podem partilhar a sua experiência no mercado competitivo e contribuir para a sustentabilidade económica e otimização dos recursos das organizações sociais e das entidades públicas, também estas, poderão retribuir através do conhecimento que detém sobre a comunidade onde a empresa opera, alertando para os seus desafios e permitindo uma otimização das suas oportunidades.

Reconhece-se, a utilidade e o potencial do setor social, pelos seus valores e princípios, que promovem a pessoa humana e as comunidades, com recurso a práticas de cooperação, de solidariedade e de justiça social, através do desenvolvimento de diversas atividades que contribuem para a criação de emprego, estabilidade laboral e inclusão social de grupos mais vulneráveis.

Edificar parcerias, que promovem a partilha de conhecimentos, recursos técnicos e financeiros entre os diversos atores da sociedade, pode ser uma forma de garantir um Desenvolvimento Integrado de todas as dimensões das comunidades (económica, social, territorial, política, ambiental e cultural).

Perceber, como a criação de redes de parcerias intersectoriais, pode alavancar recursos e diferentes tipos de capital, contrapor visões e experiências, que se revelam complementares, para um desenvolvimento local sustentável e integrado, através do envolvimento das comunidades na satisfação das suas próprias necessidades e com recurso às suas capacidades endógenas, configura-se o contributo económico deste estudo, visando reforçar a construção de uma sociedade com maior coesão económica, social e territorial.

Por fim, e, em termos pessoais, as principais razões motivacionais para a realização deste trabalho, são o possível contributo para o número de estudos realizados neste âmbito e o meu forte interesse por esta temática, que advém do meu percurso académico e profissional.

1.3. Objetivos e Questão de Partida do Estudo

Sendo, o objetivo primordial desta investigação estudar “Como podem as empresas através da adoção de práticas de RSE contribuir para reforçar a ES e impulsionar o desenvolvimento local sustentável das suas comunidades?”, esta pesquisa, procurará analisar o caso do Prémio Fidelidade Comunidade, designado neste trabalho por PFC, enquanto estratégia de sustentabilidade

e de envolvimento com a comunidade, instituída pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., doravante designada por Fidelidade.

O PFC inserido no seu programa de responsabilidade social, apresenta como missão a consolidação e promoção do terceiro setor, através do apoio a instituições que desenvolvam a sua atividade nas áreas da inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade permanente, da prevenção em saúde e do envelhecimento, áreas estas, que correspondem à essência dos impactos da atividade seguradora, a proteção das pessoas, do seu património e da atividade económica, no presente e no futuro.

O trabalho pretenderá analisar três projetos vencedores da 1ª edição de 2017, e, perceber em que medida, o PFC, enquanto estratégia de sustentabilidade e projeto de responsabilidade social da organização, ao financiar e viabilizar a implementação destes projetos, contribui para reforçar a ES e impulsionar o desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades.

A jornada da sustentabilidade, e a forma como as empresas a percorrem através das suas práticas de Responsabilidade Social podem ser diversas, logo, procurar conhecer esta diversidade, pode contribuir para revelar novos caminhos e encurtar outros, pois permitirá analisar um caso, que implica o estabelecimento de relações já duradouras entre a Fidelidade e as organizações da ES, que, pela sua natureza, estão mais vocacionadas para o desenvolvimento de projetos de cariz social, e, portanto, são parceiras estratégicas e fundamentais da missão do PFC.

O estabelecimento destas relações, o financiamento dos seus projetos, permite ao sector privado através dos programas de RSE, influenciar positivamente a forma como estas organizações são orientadas e geridas, revelando-se como um instrumento privilegiado e como parte integrante destas propostas de desenvolvimento nos espaços locais.

Assim, com o estudo de caso do PFC, pretende-se confirmar dois objetivos específicos que permitirão responder à inquietação de partida desta análise, que são:

- *Analisar se o Prémio Fidelidade Comunidade reforça as capacidades das Organizações Sociais das suas comunidades;*
- *Verificar se o Prémio Fidelidade Comunidade é um agente ativo de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades.*

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

Contributos dos Conceitos: Desenvolvimento, Responsabilidade Social das Empresas, Economia Social

“A maior parte do PIB vem do arquipélago. A maior parte das pessoas nadam no oceano, tentando sobreviver.” (Sachs 2004, p.31)

&

*“Só quando a última árvore for derrubada, o último peixe for morto e o último rio for poluído é que o ser humano perceberá que não pode comer dinheiro.”
(Provérbio Indígena)*

Face aos objetivos deste estudo, procura-se numa primeira fase do Capítulo 2, apresentar de forma sistemática, as principais teorias e debates que clarificam o processo do conceito de *Desenvolvimento, Uma História* que consubstancia as suas atuais conceções e o evidencia como tema de destaque e de preocupação global.

Recorre-se a um enquadramento das suas diferentes três gerações, aqui referidas como, a sociedade do crescimento, a sociedade do bem-estar social e a sociedade sustentável, onde se circunscrevem respetivamente, as abordagens de desenvolvimento tradicional/mainstream ou desenvolvimentismo (1945-1970), o desenvolvimento alternativo e o pós-desenvolvimento da atualidade (Santos et al., 2012, p.44; Amaro, 2017, p.77; Ferreira e Raposo, 2017, p. 117).

De seguida, destaca-se a proposta que Amaro apresenta (2003, p.59), de *Desenvolvimento Integrado ou Sistémico*, por pressupor “uma abordagem interdisciplinar e uma metodologia copulativa (do «e» e não do «OU», chamada disjuntiva)”, sendo por isso transversal e capaz de responder à ambição e compromisso de alcançar um *Desenvolvimento Sustentável* cumprindo *Uma Agenda até 2030*.

Sendo esta Agenda, comum a todos os atores da sociedade, importa analisar, a forma como as empresas se enquadram neste caminho, revelando-se oportuno para o estudo, evidenciar os principais debates teóricos, que envolvem o papel da *Responsabilidade Social das Empresas*, enquanto *Uma Evolução do Conceito*, e, perante, a abordagem de *Filantropia Estratégica* de gestão das partes interessadas, que rumam a uma *Conceção Integrada*, cujos princípios se alinham, a uma *Abordagem Institucional, Uma Responsabilidade Das Empresas*, que poderá conduzir a uma responsabilidade social sustentável.

Tal, como definem Remoaldo e Domingues (2012, pp.90-91), citando Benko e Pecqueur, (2001), Scott e Garofoli, (2006), “(...) o surgimento de empresas socialmente responsáveis é uma condição *sine qua non* de afirmação de um modelo de desenvolvimento endógeno, já que pressupõe uma crescente imbricação territorial (*embeddedness*) das iniciativas empresariais que são agentes ativos de fertilização das dinâmicas de desenvolvimento local e regional”.

Entendem os autores, que esta responsabilidade deve “(...) encerrar um conjunto de atributos que lhe podem permitir posicionar-se como instrumento privilegiado de desenvolvimento local, sobretudo se perspectivada no quadro de uma abordagem territorialista ou endógena de dinamização, de qualificação e de reforço da competitividade das comunidades locais”.

Por sua vez, percebe-se que esta fertilização de dinâmicas e de reforço de competitividade, é certamente mais produtiva, ao efetuar-se sobre a *Economia Social, Um Enquadramento Histórico e Social*, percebendo o seu processo enquanto *Setor Social, Uma Identificação e Reconhecimento Institucional*, e, ressaltando, as singularidades desta nova vaga de geração associativista, de novos movimentos sociais, de formas associativas e de cooperação, que fazem da *Economia Solidária, Um Ator da Solidariedade Democrática*”, essencial, pelo forte *Contributo para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais*, ao promover a igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho equitativas e proteção social, logo inclusão social.

Finalmente, apresenta-se como o objetivo final deste capítulo, chegar a *Uma Conclusão Teórica* sobre as *Relações e Desafios* desta jornada da *Sustentabilidade*, procurando abrir espaço a uma reflexão que sublinhe os principais aspetos da articulação dos três conceitos analisados, e que permitirão, substanciar as conclusões deste estudo.

2.1. Desenvolvimento: Uma História

O conceito de Desenvolvimento, como refere Amaro (2003, p.37), enquanto conceito polémico e importante das Ciências Sociais, tem sido “(...) mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar”, distinguindo-se como um processo social e pluridimensional que evidencia características de multidisciplinaridade, de interdisciplinaridade e mesmo de transdisciplinaridade.

Este entendimento do conceito de Desenvolvimento, advém indubitavelmente, do contributo das várias correntes de pensamento, que integram a conjuntura histórica e económica e que refletem a sociedade moderna.

Na sua primeira fase, ancorada ao paradigma da modernização, resulta de um contexto de fim da II Guerra Mundial e dos impérios coloniais, onde emerge um mundo bipolar com duas superpotências (EUA e URSS) a disputar por aliados no terceiro mundo.

Simultaneamente, constituem-se as agências de cooperação bilaterais e multilaterais (sobretudo o sistema das Nações Unidas e do Sistema de Bretton Woods²), e, aposta-se, no desenvolvimento de novos Estados independentes dos continentes asiático e africano.

São sinais de um mundo em mudança, que marcam a década de 1940, como a *sociedade do crescimento*, em que a ciência económica enquanto campo de conhecimento, observava, descrevia e explicava o fenómeno do desenvolvimento, como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza. Amaro (2003, p.38), refere-os como os “trinta gloriosos”, onde “(...) recorda a relação umbilical, por vezes de promiscuidade, que uniu, desde o início, o conceito de desenvolvimento aos de crescimento económico e modernização, dando-lhe um carácter excessivamente economicista nos primeiros tempos, com repercussões ao longo de todo o período, até à atualidade.”

Amaro (pp. 46-52), circunscreve esta perspetiva do desenvolvimento do paradigma da modernização³, enquanto teoria orientadora da mudança social, a onze mitos (economicismo, produtivismo, consumismo, industrialismo, tecnologismo, quantitativismo, antropocentrismo (individualista ou coletivista), racionalismo, urbanicismo, etnocentrismo e uniformismo), afastando-a “(...) da visão otimista e triunfalista dos «trinta gloriosos» ... mesmo nos países mais desenvolvidos, onde o crescimento económico e o progresso tecnológico, apesar de espetaculares, não só não resolveram todos os problemas de desenvolvimento e bem-estar das populações, como criaram novos «mal-estares» e impasses.”

Numa segunda fase e contrapondo-se, a esta visão, do paradigma clássico do desenvolvimento, isto é, negando uma linearidade nos processos de desenvolvimento, em que o sistema capitalista prevalece, diversos foram os rumos teóricos e modelos alternativos⁴ que surgiram nas décadas dos anos 50 e 60, defendendo que o crescimento não é indutor obrigatório de desenvolvimento e de qualidade de vida, pois como sublinha Sachs (2004, p.71):

² Em 1944, a realização da Conferência de Bretton Woods, deu origem à institucionalização do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), posteriormente dividido entre o Banco Mundial e o Banco para Investimentos Internacionais.

³ De acordo com Amaro (2003, p. 47-51) e Costa (2009, pp. 6-9), uma das origens da teoria da modernização é a teoria do crescimento, onde se destacam as reflexões de Arthur Lewis e Walt Rostow.

⁴ Ainda com base nos autores, da escola institucionalista que nasceu nos EUA, destaca-se no final do século XIX o sueco Gunnar Myrdal. Outra corrente, é a teoria da dependência, que surge como resposta

“(…) o crescimento económico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes.”

Neste contexto, o conceito de desenvolvimento económico na Europa, começa a ser complementado com a expressão de desenvolvimento social, aclamando-se por um equilíbrio entre o económico e o social, advertindo o Conselho Económico e Social da ONU, em 1962, para a integração destes dois pressupostos, na conceção do desenvolvimento, evidenciando assim, que o problema dos países subdesenvolvidos não seria simplesmente o crescimento, mas sim, o desenvolvimento.

A este debate adicionam-se outros fatores, como o aumento da degradação ambiental, o desgaste das fontes não renováveis de energia e a elevada concentração de renda, que fomentam outras visões, sobre a relação homem-natureza, e que se vão impondo nos debates internacionais como teorias alternativas.

Estas teorias alternativas, direcionadas para o colmatar das necessidades fundamentais da pessoa humana, isto é, para a concretização da qualidade de vida, procurando respostas para os novos problemas globais e consequentes do modelo de industrialização, fomentam o início do trajeto para uma *sociedade de bem-estar social*, para «O Nosso Futuro Comum» (Brundtland, 1987).

Época em que as grandes conferências mundiais marcaram o debate, com questões importantes e problemas específicos (meio-ambiente, o crescimento demográfico, a fome, a opressão das mulheres, a habitação, o desemprego), e o Estado assume a responsabilidade de providenciar os serviços que garantam o bem-estar de todos os cidadãos. Simultaneamente, os tradicionais indicadores económicos (Produto Interno Bruto, Renda per Capita) começaram a ceder espaço a novas métricas (ONU - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), PNUD - Índice de Pobreza Humana (IPH).

É então, no âmbito, desta nova linha de abordagens e práticas do Desenvolvimento, alicerçadas ao humanismo, ao bem-estar, à realização das necessidades humanas e à formação de capacidades, que Amaro (2003, p.55-60) identifica seis novos conceitos de Desenvolvimento,

aos problemas do Estruturalismo originário da América Latina, e do qual Raul Prebisch é o responsável pela criação.

organizando os cinco primeiros conceitos em três “grandes fileiras ou famílias conceptuais”, deixando o último à parte, como conceito transversal.

Assim, tendo em conta os respetivos conteúdos e contextos (científicos e institucionais) de afirmação, Amaro refere:

- a) A «fileira» ambiental é a que integra a consciência ambiental, afirmada institucionalmente a partir de 1972 (Conferência de Estocolmo e estudo do Clube de Roma) - Desenvolvimento Sustentável;
- b) A «fileira» das pessoas e das comunidades «peoplecentered» é a que procura colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento. É, por isso, também a fileira da participação e da cidadania (...) - Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo;
- c) A «fileira» dos Direitos Humanos e da dignidade humana, é a que associa desenvolvimento ao respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e ao compromisso de garantir limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana - Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social.

Por fim, o autor consagra o Desenvolvimento Integrado pela sua transversalidade, afirmando que o seu conjunto veio possibilitar uma resposta mais concertada aos problemas e desafios atuais, sendo por isso alvo de análise no ponto seguinte deste estudo.

No entanto, e numa terceira fase, sob a argumentação de que muitas vezes as ideias destes conceitos alternativos são aplicadas de forma tecnocrática, e, por isso, não correspondem a práticas diferenciadoras, inicia-se na década de 90, uma nova vaga de críticas, centrais e ainda atuais, que refutam todo o projeto de desenvolvimento.

Salientam, Ferreira e Raposo (2017, p.133), que são de “(...) inspiração pós-estruturalista (essencialmente foucauldiana), advoga o pós-desenvolvimento, não apenas devido ao fracasso do desenvolvimento do pós-guerra, mas também, e talvez, sobretudo, devido às premissas que o fundamentam.” Ao criticarem os projetos intervencionistas e de planeamento top-down (“de cima para baixo”), estas teorias do pós-desenvolvimento, apresentam conceitos alternativos ao desenvolvimento, como “Boa Vida” e de “Buen Vivir”, observáveis e oriundos das sociedades tradicionais do Sul.

Conforme reflete Carvalho (2018, p.57) citando Latouche, (2006), estas propostas do Buen Vivir interpelam a uma reflexão, sobre o facto de que “(...) o crescimento económico infinito não é possível, e, que, é necessário abrir o espaço à imaginação de outros modelos para além do totalitarismo economicista”, o que motivou, autores como, Arturo Escobar, Gilbert Rist,

Gustavo Esteva, Jonathan Crush e Wolfgang Sachs, a procurar alternativas ao desenvolvimento, pois como denota Catherine Walsh (2010, p.18):

“In its most general sense, buen vivir denotes, organizes, and constructs a system of knowledge and living based on the communion of humans and nature and on the spatial-temporal-harmonious totality of existence. That is, on the necessary interrelation of beings, knowledges, logics, and rationalities of thought, action, existence, and living. This notion is part and parcel of the cosmovision, cosmology, or philosophy of the indigenous peoples of AbyaYala but also, and in a somewhat different way, of the descendents of the African Diaspora.”

No entender de Rist, (2008) e Walsh, (2010), esta visão procura livrar-se do desenvolvimento como narrativa que consubstancia o planeamento social, governa populações por meio de programas de crescimento económico e nutre utopias de progresso, geralmente frustradas ao longo de décadas.

Por sua vez, Amaro (2017, p.95), remete para a ideia de “bem viver”, “(...) em harmonia com a Natureza e com os outros que nos rodeiam (em comunidade), tendo o suficiente, quanto à satisfação das necessidades fundamentais, para viver e morrer com dignidade, e as suas competências, identidades e símbolos culturais reconhecidos e valorizados”, refletindo-se na desejável *sociedade sustentável*.

Contudo, Amaro (2017, p.104) contrapõe-se a “(...) uma postura radical de disjunção entre “desenvolvimento” e “pós-desenvolvimento”, que se rejeita, opta-se por considerar e incluir na equação um terceiro elemento, o “desenvolvimento alternativo”, que permite uma abordagem mais flexível, tornando-a copulativa.”

2.1.1. Desenvolvimento Integrado: Um Contributo Teórico

De acordo com Amaro (2003, p.64), encontrar soluções para os “grandes desafios atuais da Humanidade e da Vida na Terra”, apenas será concebível mediante uma “(...) Ação dinamizada pelo princípio da Contradição e num Desenvolvimento de Integração Sistémica.”

O autor propõe (2003, p.59), como referido, um conceito que considera revolucionário e integrador dos outros cinco, sendo por isso uma “abordagem interdisciplinar”, que resulta de “(...) uma (nova) Epistemologia Copulativa (do E da integração e da interação, do diálogo e do estabelecimento de pontes), por oposição a uma Epistemologia convencional (do Ou e da separação e da fragmentação).”

Refere ainda o autor (p.59), que esta abordagem se concebe como:

“(…) o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental ; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc. (...)”.

Amaro (2003, p.61-62), identifica que os desafios que se destacam neste século e que carecem de resposta, apesar de já identificados pela O.N.U., na Cimeira do Milénio (2000), onde 189 países adotaram a Declaração do Milénio, transcrita nos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), são “(...) a) “O desafio da Competitividade, face às assimetrias entre os grupos sociais (...); b) O desafio da Coesão Social ou da Solidariedade, face à persistência das velhas e novas formas de pobreza (sobretudo nos países subdesenvolvidos), à multiplicação de novas formas de pobreza (...); c) O desafio da Sustentabilidade, face ao desafio ambiental (...); d) O desafio da Diversidade, face às intolerâncias culturais e religiosas (...)”.

Para o autor, a inexistência de grandes resultados práticos nas últimas décadas, das várias soluções e compromissos adjacentes aos diversos estudos, relatórios e cimeiras, advém da falta de vontade política e de coerência nas decisões e ações tomadas, implicando um novo desafio, o da Governância. Considera que este desafio político, é determinante para se ultrapassar os outros quatro em conjunto, afirmando-se por isso, como uma Governância assente numa regulação que deve apresentar os atributos de ser integrada, participada e partilhada (em parceria), estando em permanente avaliação.

Conclui o autor (2003, pp.61-63), que para assegurar um futuro, é urgente dar uma resposta a estes 4+1 desafios, deixando a ideia de ser:

“(…) curioso e interessante constatar que o conceito de Desenvolvimento, como foi renovado nos últimos 30 anos, apresenta potencialidades importantes para enquadrar aqueles 4+ 1 desafios, na medida em que: - é multidimensional e, portanto, integrado; - valoriza capacidades e o «empowermenb», facilitando a coesão social; - assenta na participação; permite o multiprotagonismo, e, por isso, estimula as parcerias; - visa a interdependência ambiental; - é multiterritorial; - promove a diversidade. É portanto um conceito que «encaixa» bem naqueles desafios e na necessidade de Governânda.”

E neste âmbito, a proposta de Amaro, como conceito transversal aos das três grandes fileiras ou famílias conceptuais que organizou, será o conceito cujas características melhor se adaptarão ao objetivo deste estudo, já que resultam de uma abordagem copulativa, aproveitando as

principais inovações do desenvolvimento alternativo, que identifica (2017, pp.90-91) trazerem como valores acrescentados:

- “(...) uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar do desenvolvimento, por oposição a uma visão economicista, profundamente disciplinar, sectorial e segmentada;
- Valorizar mais (ou, pelo menos, também) a realização das capacidades do que a mera satisfação das necessidades;
- Assentar frequentemente em dinâmicas participativas e de “empowerment”, implicando associar o conceito de desenvolvimento à promoção de cidadania e da democracia;
- Abrir as portas a uma nova relação do desenvolvimento com a Natureza, marcada pelo princípio da sustentabilidade, o que implica mudar de uma relação utilitarista de dominação, para outra de interdependência sistémica;
- Sugerir novos níveis territoriais de ação, para além do tradicional “Estado-nação”, nomeadamente ao nível local e supranacional;
- Convocar todo o tipo de protagonistas para as ações para o desenvolvimento, o que se traduz obrigatoriamente em lógicas de coresponsabilização e de parcerias;
- Exigir o princípio da diversidade, aplicado ao desenvolvimento, aos seus caminhos, modelos e conteúdos, por total oposição à lógica do “one best way” (ou “one size fits all”), predominante na visão convencional do desenvolvimento, reencontrando-se com as condições necessárias para a Vida prevalecer.”

A sua proposta (2017, p.101), de *DS (integrado)*, assenta como refere numa, “(...) perspectiva ecocêntrica, e já não antropocêntrica”, definindo-se conforme salienta (2016, pp.105-106), numa “(...) Sustentabilidade, que integre e articule sete (e depois oito) dimensões:

- Segurança Económica (...); Coesão Social (...); Preservação e Valorização Ambiental ou Segurança Ambiental (Sustentabilidade Forte) (...); Valorização da Diversidade Cultural (...); Coesão Territorial (...); Aprendizagem Permanente e Capacidade Crítica (...); Governança Partilhada, Participada, Integrada e Multiterritorial (...); Nova Ética assumida, em que os valores da Solidariedade (Ecocêntrica e não meramente Antropocêntrica), da Equidade, da Democracia, da Transparência, da Resiliência Cooperativa e da própria Sustentabilidade, entre outros, são fundamentais, com consequências decisivas nas dinâmicas de Participação, de Parceria e de Integração que o conceito exige.”

O autor (2016, p.106) entende que “(...) esta nova formulação, que se pode designar por *Sustentabilidade Integrada (SI)* ou *Sistémica*, parece muito mais adequada aos desafios da continuidade da Vida e da viabilidade do Futuro no Planeta e nas sociedades contemporâneas, ou seja, para uma *Vida Digna com Futuro*.”

Depreende-se assim, que o objetivo final desta Sustentabilidade Integrada, procura a superação de um dos maiores desafios desde o início de século XXI, que é definir o caminho para a sustentabilidade, e neste sentido, esta proposta pode ser uma resposta para a mudança necessária de paradigma, apontada por Sachs (2004, p.17), quando refere que:

“A transição para o DS começa com o gerenciamento de crises, que requer uma mudança imediata de paradigma, passando-se do crescimento financiado pelo influxo de recursos externos e pela acumulação de dívida externa para o do crescimento baseado na mobilização de recursos internos, pondo as pessoas para trabalhar em atividades com baixo conteúdo de importações e para aprender a "vivir con lo nuestro.”

Para Sachs (2004, pp.15-16), o conceito de DS “(...) acrescenta uma outra dimensão - sustentabilidade ambiental - à dimensão da sustentabilidade social”, referindo o autor que o DS, “(...) obedece ao duplo imperativo ético de solidariedade “sincrónica” com a geração atual e de solidariedade “diacrónica” com as gerações futuras”, opondo-se à lógica da economia convencional, pois implica “(...) trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço.”

Salienta, que se devem procurar encontrar “(...) soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo das elevadas externalidades negativas, tanto sociais como ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam, ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo.”

Para Sachs (p.36) o DS “(...) exige a explicitação de critérios de sustentabilidades social e ambiental e de viabilidade económica (...), e (...) apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam o crescimento económico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento”, conforme expressa na seguinte tabela:

Padrões de Crescimento Económico		
	impactos sociais	impactos ambientais
1- desenvolvimento	+	+
2- selvagem	-	-
3- socialmente benigno	+	-
4- ambientalmente benigno	-	+

Fonte: Sachs (2004, p. 36)

Nesta linha, o autor (pp.15-16) defende que “(...) os cinco pilares do desenvolvimento sustentável são: a) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva da disrupção social que paira de forma ameaçadora sob muitos lugares problemáticos do nosso planeta; b) Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recurso e como “recipientes” para a disposição de resíduos; c) Territorial, relacionado à distribuição espacial de recursos, das populações e das atividades; d) Económico, sendo a viabilidade económica condição *sine qua non* para que as coisas aconteçam; e) Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.”

Entende (p. 118) que a prossecução de um desenvolvimento “(...) socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado”, tem por base fatores como um mercado interno, que estimula o emprego em setores com baixo conteúdo de importações promovendo o desenvolvimento endógeno e uma promoção de emprego decente e/ou autoemprego para todos, perspetivando assegurar a sustentabilidade social e o crescimento económico.

Certo é, que, face à sua complexidade, enquanto conceito que objetiva um desenvolvimento que consiga encontrar respostas para os novos problemas das sociedades, ao promover a inclusão social, o bem-estar económico e a preservação dos recursos naturais, este é um processo ainda em construção, e que evidencia, acompanhar as oscilações dos valores e dos contextos políticos, sociais e económicos.

2.1.2. Desenvolvimento Sustentável: Uma Agenda até 2030

Conforme exposto, a conceção do conceito de desenvolvimento, tem evoluído a par com a economia global, em que se questiona a viabilidade da existência efetiva de um desenvolvimento mundial, sendo hoje evidente, pelo cunho dos investigadores do DL, a necessidade de se incorporar os recursos do território, em benefício da qualificação da comunidade local e para se alcançar o DS.

Este objetivo, retratado no quadro seguinte e que reflete um conceito trilhado nas últimas décadas, revela como os Tratados da EU (COM(2016) 739 final, p. 1), acabaram por reconhecer, que um DS terá satisfazer “(...) as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”, e promover “uma vida digna para todos, dentro dos limites do planeta, que concilie prosperidade económica e eficiência, sociedades pacíficas, inclusão social e responsabilidade ambiental, é a essência do DS.”

Ano e marco histórico

1972 - Cimeira de Estocolmo: Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano. Primeiro grande fórum internacional de discussão entre países ricos e pobres e entre diferentes grupos de interesse. Debate centrado no estabelecimento de um programa de contenção e prevenção da poluição industrial, num quadro de equilíbrio de prioridades entre o desenvolvimento económico e necessária proteção ambiental.

1987 - Relatório Brundtland: Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento. A Agenda Global para a mudança constitui uma forte chamada de atenção para as responsabilidades dos estados e das organizações. A política anterior que preconiza uma redução substancial ou mesmo paragem do crescimento económico, é agora substituída por uma dinâmica de crescimento económico e desenvolvimento humano.

1992 - Agenda 21: Cimeira da Terra. Subscrita por mais de 178 governos consolida definitivamente o conceito de desenvolvimento sustentável das sociedades humanas. A Agenda 21 consolida os três pilares em que se deve alicerçar qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável: o social; o económico; o ambiental.

1997 - Agenda 21: 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas. Problemas ambientais significativos continuam a ter a sua origem nas especificidades socioeconómicas dos diferentes países em todas as regiões. O programa” futura implementação da Agenda 21” aponta o ano de 2002 como a data-limite para as diversas administrações formularem e elaborarem as suas estratégias de desenvolvimento sustentável

2002 - Cimeira de Joanesburgo: Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Reforçar os pilares do desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental, aos diferentes níveis local, nacional, regional e global. Desenvolvimento de uma nova cultura na definição e implementação das estratégias de desenvolvimento sustentável, nas suas múltiplas dimensões num quadro de globalização.

Fonte: Sanches, E. R.,2015, p.37, citando Santos et al., 2005

Enfoque

Proteção Ambiental

Desenvolvimento Sustentável

Equidade Social Ambiente e Economia

Estratégias de Desenvolvimento Sustentável

Responsabilidade Social Corporativa

Desde 2002, foram diversos os marcos⁵ que assinalaram que a UE procura uma abordagem, que consiga garantir o crescimento e a sustentabilidade na sua tripla dimensão (económica, social e ambiental), rumo a uma Agenda 2030.

O Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia de 2008, o lançamento do Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia em 2009, a definição da Estratégia Europa 2020, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, em 2010, a Cimeira Rio+20 que aprova o documento “O Futuro que Queremos” e a criação do Fórum Político de Alto-Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012, suportam o início das discussões e consultas para uma agenda de desenvolvimento pós-2015.

O ano 2015, marca definitivamente este percurso, com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, com a 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Agenda de Ação de Adis Abeba), implementando-se em Portugal, a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 e o Compromisso para o Crescimento Verde, definindo-se o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC) através do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030) e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020).

Estabelece-se ainda neste ano, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e respetivos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para além do importante Acordo de Paris sobre o Clima, no âmbito da Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), COP21. Desde então, podem-se ainda demarcar em 2019, a estratégia definida para Uma Europa Sustentável até 2030 e o estabelecimento do Pacto Ecológico Europeu.

O ano de 2020, fica marcado pelo início da década da ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Adoção da nova Agenda Territorial 2030, com o mote “Um futuro para todos os lugares” e que já reflete a Nova Carta de Leipzig.

Esta Agenda (2020, pp.1-2), que tem em consideração os recentes relatórios sobre o ordenamento do território, a coesão territorial e o desenvolvimento territorial, a política de coesão da EU, os quadros e agendas políticas recentes, como a Agenda 2030 das Nações Unidas (2015),

⁵ 2004: realização da 4ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (“Aalborg + 10”), onde se assumem os Compromissos de Aalborg; 2006: revisão da Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável de 2001; 2007: 45ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, e é criada a Carta de Leipzig sobre cidades europeias sustentáveis, que origina o Quadro Europeu de Referência para as Cidades Sustentáveis. Em Portugal, implementa-se a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respetivo Plano de Implementação (PIENDS).

o Acordo de Paris (2015), a Nova Agenda urbana das Nações Unidas (2016), o documento de reflexão da Comissão “Rumo a uma Europa Sustentável até 2030” (2019), a proposta para a futura política de Coesão da EU 2021-2027 (2018), a Agenda Urbana para a EU (2016), a Nova Carta de Leipzig (2020), entre outros, procura ter “(...) aplicação em todo o lado e centra-se nas relações mútuas e no bem-estar das pessoas.”

Refere a Agenda (p. 14) que “(...) garantir um futuro sustentável para todos os lugares e pessoas na Europa, requer ações baseadas em: um entendimento comum, de que as necessidades de desenvolvimento e os impactos de desenvolvimentos futuros diferem entre os locais na Europa, o que pode ser aumentado através do intercâmbio de conhecimentos e experiências adquiridos com soluções específicas e esquemas de apoio relacionados; cooperação e coordenação entre locais, níveis de governo, setores políticos e grupos sociais para abordar questões complexas e utilizar diversos potenciais (...).”

Salienta (p. 3) ainda que:

“Em conformidade com o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (artigos 174.º, 175.º e 349.º do TFUE), todas as políticas e ações da União devem contribuir para a coesão económica, social e territorial. Trabalhar para uma coesão territorial sustentável e limitar as desigualdades entre pessoas e lugares exige esforços conjuntos. Para isso, as políticas setoriais, municipais, regionais, nacionais, da UE e outras autoridades, bem como vários grupos da sociedade precisam de se unir. Devem cooperar para equilibrar inclusão, sustentabilidade, competitividade e resiliência por meio de um desenvolvimento territorial integrado participativo e inovador.”

Apela a um quadro de ação orientado para promover a coesão territorial na Europa, isto é, “(...) um desenvolvimento territorial equilibrado e harmonioso entre e dentro dos países, regiões, cidades, e municípios, bem como garantir um futuro a todos os lugares e pessoas na Europa, com base na diversidade de lugares e subsidiariedade”, procurando “(...) promover um futuro inclusivo e sustentável para todos os lugares e ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Europa.”

Reflete a Agenda (p.14), que este futuro deverá contemplar que as “(...) prioridades para uma Europa Justa sublinham a dimensão territorial e as contribuições do ordenamento do território para as prioridades políticas globais. Estas prioridades incluem a coesão económica, social e territorial, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, uma Europa mais próxima dos cidadãos, um desenvolvimento dos lugares mais inclusivo, sustentável e integrado, Transição Justa e integração territorial na Europa.”

Terá de dar resposta, através verbas da UE canalizadas nos cinco FEEI⁶, aos desafios de como aproveitar os pontos fortes de cada território; de como gerir a concentração, uma vez que as cidades geram impactos positivos e negativos, levando à necessidade de encontrar um equilíbrio entre inovação e produtividade *versus* poluição e exclusão social; de como estabelecer um contacto mais próximo entre os territórios, pressupondo criar condições gerais de bem-estar em todos os locais; e de como desenvolver a cooperação, na procura de novas formas de cooperação entre países e regiões que promovam o investimento na criação de emprego e numa economia e ambiente europeus sustentáveis e saudáveis, defendendo que:

“(…) O desenvolvimento local de base comunitária deverá ter em conta as necessidades e o potencial a nível local, bem como as características socioculturais relevantes. A responsabilidade pela conceção e execução de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária deverá ser atribuída a grupos de ação local que representem os interesses das comunidades locais, enquanto princípio fundamental. (Jornal Oficial da UE L 347/325, apud Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana 2015. p.52)

A EU, tem tido presente, os muitos desafios que se colocam atualmente à sustentabilidade, centrando-se numa estratégia para a Europa atual e futura, que procura alcançar a implementação da Agenda 2030 e das 169 metas e 230 indicadores globais, expressos pelos 17 ODS.

Em 2017, Portugal através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que é a entidade coordenadora dos ODS em Portugal, publica o “Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o DS”, que serviu de impulso para definir os ODS prioritários para o país (ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14), orientando com clareza, que a Agenda 2030 será consagrada nas estratégias, planos e políticas nacionais com base numa articulação de cinco áreas temáticas:

- as Pessoas, no que confere à erradicação da pobreza e fome, da promoção da dignidade e da igualdade;
- o Planeta, com enfoque no consumo e produção sustentáveis, no combate à mudança climática e na gestão dos recursos naturais;
- a Prosperidade, relativa à realização pessoal, ao progresso económico e social;
- a Paz, perspetivando sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência;

⁶ Os beneficiários dos FEEI, são: •Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo de Coesão; •Fundo Social Europeu; •Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas; e •Pagamentos da PAC (gestão partilhada)

- e as Parcerias, sobretudo na integração transversal, na interconexão e na mobilização conjunta em prol dos mais vulneráveis.

Esta Agenda 2030, pressupõe uma avaliação regular dos progressos da sua implementação por cada país, impondo uma coordenação global de esforços, que envolve os governos, a sociedade civil, as empresas e outros atores do desenvolvimento, alterando assim a forma de abordar o desenvolvimento por:

“(…) **i)** integrarem as 3 dimensões do DS (económica, social e ambiental); **ii)** assentarem em objetivos e metas universais a serem implementados por todos os países (e não apenas por países em desenvolvimento); **iii)** terem uma maior dimensão de combate às desigualdades e promoção dos Direitos Humanos, como preocupação transversal a todos os ODS; e **iv)** implicarem uma nova dinâmica de conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores, incluindo as ONG (organizações não-governamentais), o setor empresarial privado, a academia, parceiros sociais, e restantes membros da sociedade civil, não esquecendo também a cooperação entre o Parlamento, o Governo, autoridades regionais e autarquias locais. Estamos perante um desafio que diz respeito a todos.” (Relatório Voluntário Nacional, 2017, p.5)

Conforme expresso no site do Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UN-ERIC), na Cimeira dos ODS, que ocorreu em setembro de 2019, António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, declarou a Década de Ação, vinculando a necessidade de se acelerar o progresso dos ODS, salientando que as nossas ações, deviam passar a ser, não só globais, mas também locais e pelas pessoas, uma vez que, apesar das grandes mudanças já registadas, muitos são os problemas que ainda persistem.

O ano de 2020, já marcado com este compromisso, que reforçava a luta pelos ODS nos próximos 10 anos, assume uma nova importância, face ao impacto devastador que a pandemia da covid-19 exerceu nos ODS, de acordo com o Relatório de Metas de Desenvolvimento Sustentável 2020, a pandemia COVID-19 veio aprofundar as desigualdades existentes, atingindo com mais força as comunidades mais pobres e vulneráveis.

É, por isso necessário, assumir os compromissos desta Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, concretizar o seu plano ambicioso para “não deixar ninguém para trás”, o que implica, segundo Ferreira, M. F. (2020, p.4), “(...) uma responsabilidade partilhada pelos vários atores a nível nacional, regional e local. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são o enquadramento para guiar os esforços de todos em direção a um mundo socialmente mais justo, ambientalmente mais sustentável e economicamente mais desenvolvido e menos desigual.”

2.2. Responsabilidade Social das Empresas: Uma Evolução do Conceito

É nesta “responsabilidade partilhada”, sobre os atuais e emergentes desafios ecológicos e sociais, o acentuar dos direitos dos consumidores associados à concorrência entre empresas e a uma cultura da cidadania social e organizacional, que se têm vindo a sedimentar, novas abordagens da relação entre o mercado, o ambiente e a sociedade, em que as empresas através da sua área de gestão de responsabilidade social, acabam por reintroduzir as preocupações éticas e morais.

O despertar, do interesse pelo conceito de responsabilidade social empresarial (RSE), de acordo com Carroll (1999), surge em 1953 com a publicação da obra de Howard Bowen, “Social Responsibilities of the Businessman”, que o assinala como marco da “era moderna”, despertando nos meios académico e empresarial norte-americano, a vontade de um entendimento e sistematização do conceito, pressupondo que os interesses das empresas deveriam ser convergentes com os da sociedade, e, por isso, integrar objetivos sociais, mesmo que estes afetassem os lucros.

Referem Carroll e Shabana (2010, p.85-88), que o debate sobre a RSE, é impulsionado por Friedman (1962), ao afirmar que os gestores, só deveriam realizar análises económicas e legais, e não análises éticas, entendimento, que no último meio século, fez da RSE, um “produto”, com crescimento em importância e significado, refletido na diversidade de abordagens teóricas, nem sempre consensuais, que se têm vindo a desenvolver.

Na pretensão de espelhar este percurso, apresenta-se em anexo (A), o quadro da “evolução do conceito de RSE”, destacando breves definições dos autores, que marcaram as distintas abordagens do conceito, que se enquadram nas seguintes etapas de RSE delineadas por Frederick (2009, pp.522-531):

- **RSE1** (1950-1960): propôs que os gestores das empresas, agissem voluntária e filantropicamente, como administradores públicos e administradores sociais;
- **RSE2** (1960-1970): ampliou esta ideia, no sentido de se adotar proactivamente e de forma pragmática, respostas corporativas aos problemas sociais crescentes, preconizando já um envolvimento das várias partes interessadas / stakeholders;
- **RSE3** (1980–1990s): incitou as empresas, a desenvolver culturas corporativas éticas, para apoiar uma ampla gama de partes interessadas e comunidades por meio de contratos sociais;
- **RSE4** (1990-2000): convidou as empresas, a tornarem-se cidadãos globais, considerando e corrigindo os seus impactos negativos em todo o mundo, nas sociedades humanas e no ambiente natural;

- RSE5 Sustentabilidade (2000-2050): esta etapa, vai muito além, da corporação de negócios e das suas partes interessadas, envolve as responsabilidades mundiais de governos, organizações internacionais e comunitárias e cidadãos de todo o mundo. Defende que a vida na Terra, como a conhecemos agora, está ameaçada (aquecimento global, mudanças climáticas, aumento dos níveis dos oceanos e poluição ambiental inabitável), deixando diversas interrogações: A própria vida na terra é sustentável? O que será necessário, para atingir esse objetivo? As políticas globais “macro”, protegerão as pessoas no nível “micro”? Apresenta, uma solução integrada e holística, como resultado de uma aliança entre os que “formulam as políticas” e as “pessoas”.

Neste percurso de assunção de responsabilidades sociais, por parte das empresas, Carroll (1991) definiu quatro (Anexo B), designadamente as económicas e as legais, comportamento requerido e de base, pelo cumprimento da lei, as responsabilidades éticas, comportamento esperado, subjacente à sua atuação na sociedade, que deve ir além dos aspetos legais, e, as filantrópicas, comportamento desejável, ao ser uma boa cidadã empresarial, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Nesta visão, as responsabilidades económicas, são a preocupação fulcral dos gestores, pois são a base para alcançar um comportamento desejável, pressupondo a incorporação das quatro responsabilidades, para se tornarem empresas saudáveis, económica e financeiramente, que geram emprego, e promovem o bem-estar social. Progredindo nos seus trabalhos, Schwartz e Carroll (2003, p.509), clarificam face ao modelo anterior, que uma empresa pode desenvolver atividades filantrópicas, seja por motivos de ordem ética ou económica, ou pela conjugação de ambos, apresentando o “modelo dos três domínios de RSC” (Anexo C), em que o último domínio, o “(vii) ético/económico/legal”, se sobrepõe aos restantes, pois decorre de uma atividade que conjuga todas as “responsabilidades” da empresa, domínio onde estas, devem procurar realizar as suas atividades.

Esta atuação e caminho, salientam DiMaggio e Powel, (1983), citados por Remoaldo. & Domingues (2012, p .47), impõe-se às empresas, até às menos recetivas a uma atuação mais social, sob a forma de três formas principais de isomorfismo institucional. O coercivo, em que as organizações se tornam semelhantes devido às pressões externas (principalmente do Estado) ou de organizações das quais dependem, o mimético, como resultado, da tendência natural que as empresas têm de imitar as melhores práticas de RSE e que se destacam em termos de reputação e imagem, procurando atingir um mesmo nível de legitimidade perante a sociedade, muito também por influência de organismos internacionais, e, o isomorfismo normativo, vinculado

pela orientação do Estado ou da empresa-mãe, direcionando à adoção de práticas de responsabilidade social, como se verifica nas estratégias nacionais e europeias de sustentabilidade, nos domínios económico, social e ambiental.

É neste contexto, que a análise do conceito de RSE, como forma de obter vantagens competitivas no mercado, tem evoluído de forma complexa e controversa, indicando os autores (p.42), por suporte a Hess et al. (2002), Porter & Kramer (2002); Smith (2003), que se progrediu, de um entendimento que colocava a RSE, como uma barreira à rentabilidade da empresa, para uma visão dos seus benefícios, pelo menos a longo prazo, o que se tem repercutido num gradual aumento do seu envolvimento com a sociedade.

A controvérsia e complexidade de visões, sobre o seu envolvimento e atuação na sociedade, segundo Elisabet Garriga e Domènec Melé (2004, p.52-53), podem ser organizadas em quatro grandes grupos de “teorias da RSE e Abordagens” (Anexo D). Resumem-se nas, a) instrumentais, onde a empresa é um instrumento para criar riqueza/lucro; b) nas políticas, centradas no poder das organizações na sociedade, incidindo na forma como interagem no campo social, e na responsabilidade implícita ao poder e influência que assumem no equilíbrio de mercado; c) as integrativas, com foco na satisfação de necessidades sociais para alcançar uma legitimidade, aceitação e prestígio social; d) as éticas, que incidem nesta responsabilidade das empresas para com a sociedade, tendo como pilares de atuação, os direitos universais, o DS das sociedades, o bem comum e os interesses legítimos dos stakeholders, mediante uma relação de proximidade.

Numa revisão crítica destas quatro teorias de RSE, Melé (2007, p.63-65), considera, que, não obstante, de cada uma trazer os seus contributos, todas revelam limitações. O autor assume que as empresas devem incorporar uma visão integradora das perspetivas, económica, sociológica, política e ética.

Sustenta, quanto aos grupos de teorias, e respetivamente, que: a) na teoria da ação social (Corporate Social Performance), a conceção da RSE, assenta no facto de as atividades da empresa não serem meramente económicas, mas também sociais; b) na teoria do valor para o acionista (Shareholder Theory) ou capitalismo fiduciário, a RSE na empresa, procura apenas maximizar o valor para o acionista; c) na teoria dos grupos envolvidos (Stakeholders Theory), concebem que os gestores, não têm apenas responsabilidades para com os acionistas, expandindo-as, a todos os grupos envolvidos na empresa; d) na teoria de cidadania empresarial (Corporate Citizenship), entende que a preocupação das empresas, deve recair sobre as comunidades em que se inserem, devendo como empresa cidadã, evitar riscos, e assim, fortalecer a sua reputação e melhorar os seus resultados a longo prazo.

2.2.1. Filantropia Estratégica: Uma Conceção Integrada

Na realidade, entre 1960 e 2000, o tema da RSE, assume expressão global no plano social e político, evoluindo de um paradigma, que a focava nos negócios, sujeito a uma visão limitada ao lucro dos acionistas, para uma noção centrada em atividades filantrópicas, constantemente desafiadas pelas mudanças do mundo global, em temas como os direitos humanos, o meio ambiente, o combate à corrupção e a defesa do consumidor, entre outros

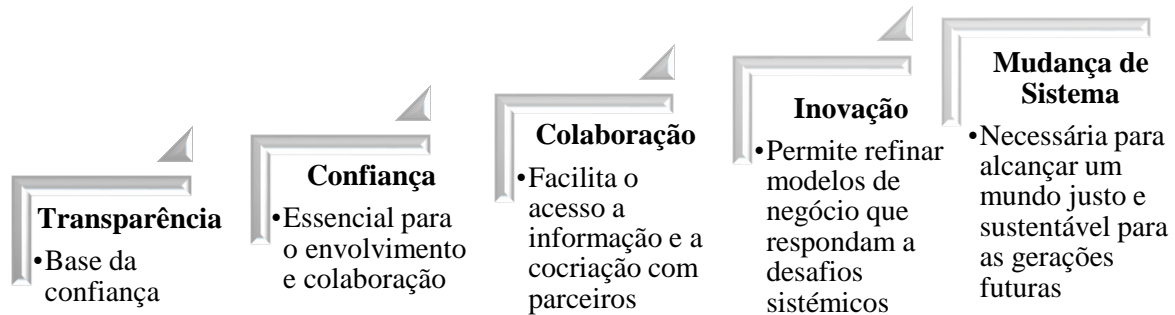
A filantropia corporativa, aborda Carroll (2018, pp.3-4), passou a ser entendida como“(…) um dos principais meios para as empresas cumprirem as suas responsabilidades sociais discriminatórias e serem consideradas como bons cidadãos corporativos”, diferenciando que, nas primeiras décadas, estas iniciativas filantrópicas emergiam das necessidades surgidas na comunidade, conferindo-lhes uma natureza mais altruísta, por atenderem exclusivamente às necessidades dos outros, já a moderna filantropia estratégica, assume uma abordagem que objetiva um duplo impacto positivo, nos destinatários da filantropia e nos resultados ou nas estratégias das empresas.

Concentram-se, refere o autor, de forma mais institucional e profissional, nas necessidades ou problemas consistentes e alinhados com a missão, objetivos, programas ou produtos/serviços, gerais da empresa, como resultado, do reconhecimento da relação bilateral, existente entre uma organização e as várias partes nela interessadas, e, da responsabilidade social, se aplicar a todas as organizações.

Neste reconhecimento, da relação bilateral com os stakeholders, entenda-se, como refere Freeman (1984), com “qualquer grupo ou indivíduo que afeta ou é afetado pelo alcance dos objetivos da empresa”, estas, passam a utilizar os seus recursos, em benefício dos seus acionistas, mas também, de todos os stakeholders (clientes, fornecedores, trabalhadores, Estado, investidores, ONGs, entre outros), pois como defende o autor, todas as pessoas ou grupos, com interesses legítimos numa empresa, procuram obter benefícios, não existindo qualquer prioridade de uns, em detrimento de outros, pois, se todos os grupos sociais participam no bem-estar das sociedades, então, este bem-estar, é maximizado com a inclusão de todos os stakeholders.

Abre-se o caminho para as Empresas procurarem estabelecer, processos produtivos e comerciais, assentes em relações éticas, transparentes e solidárias, perante todos os stakeholders. Processo evolutivo este, que como reflete o relatório Common Threads: Designing Impactful

Engagement (2018)⁷, é iniciado por uma atitude reativa e ad hoc de resposta a pressões, passando a um envolvimento planeado e sistemático, seguido de uma gestão de riscos, para atualmente, se afirmar uma visão de stakeholder engagement, isto é, um envolvimento estratégico integrado, que maximiza o desempenho global, mediante o estabelecimento de relações que pressupõem:



Fonte: O'Neill, R. (2018, p. 14)

Concebe-se que as empresas, por incorporarem na sua responsabilidade, critérios de ordem social, advogando uma gestão ética e transparente, com orientação para as comunidades e promoção de benefícios mútuos, respeitando o ambiente e apoiando projetos sociais, conseguem transmitir uma imagem positiva perante os seus parceiros ou partes interessadas.

Neste sentido, Porter e Kramer (2006, p.11; 2011, p.4-17), identificam que uma RSE mais estratégica, ocorre, quando a empresa adiciona uma dimensão social à sua proposta de valor, tornando o impacto social, parte integrante da estratégia global, encontrando a solução, no princípio do valor compartilhado, por promover a criação de valor económico, que também cria valor para a sociedade, ao suprir as suas necessidades e desafios, como nova forma de alcançar resultados económicos de sucesso.

Baseando-se em Sen, também Garriga (2014), vem reforçar, que o cerne da gestão estratégica e da teoria das partes interessadas, passa pela compreensão da natureza do processo de criação de valor. Identifica que o conceito de valor e do bem-estar das partes interessadas, não se deve basear, nas funções de utilidade destas, mas sim, nas suas capacidades. Sugere, que a empresa, deve identificar as capacidades das partes interessadas através do método

⁷ A SustainAbility é uma empresa de consultoria estratégica do Grupo ERM, fundada pelos ativistas John Elkington e Julia Hailes em 1987. Este relatório, Common Threads, procura fornecer orientações que permitam às empresas envolver melhor os seus stakeholders externos, abordar os seus problemas materiais e fortalecer as suas estratégias de negócios.

participativo, por ser ético e criar valor ao promover o seu bem-estar e desenvolver e fortalecer as suas capacidades.

Esta narrativa, da criação de valor para as partes interessadas, assente numa perspetiva de múltiplos valores, rumo a uma abordagem de sustentabilidade, que envolve relações de cooperação e de confiança, entre empresas e as partes interessadas, pressupõe, como sugerem Tapaninaho e Kujala (2019), estratégias colaborativas, que consideram o valor social e ambiental, como centrais para a criação de valor sustentável ao nível estratégico.

Atualmente, tal como refere a autora Waddock (2011), a criação de valor responsável com e para as partes interessadas, requer mudanças nas mentalidades dos atores organizacionais e académicos, sugerindo que a “Terra”, da qual todos os seres vivos e ecossistemas são dependentes, deveria ser a entidade “foco”, para se promover a sustentabilidade, ressalvando, que as interdependências entre todas as partes interessadas e a “terra”, terão de receber, muito mais ênfase e ponderação nos negócios.

Em confluência, com esta mudança de mentalidades, ressalta-se a visão de Wayne Visser (2010, p.7), por demonstrar que a RSE, como sistema de negócios, governação e ética, continua a falhar face aos problemas mais sistémicos, resultando este fracasso ou sucesso, do seu impacto líquido (positivo ou negativo), na sociedade e no ambiente. Como tal, justifica o autor, é necessário um novo “ADN” nos negócios, uma nova “Era” de RSE, a da “Responsabilidade”, uma conceção mais integrada, de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, que o autor consagrou de “CSR_{2.0}” ou “CSR Sistémica” ou “CSR Holística” ou “CSR Radical”, como propósito, de inverter a atual direção das muitas tendências sociais, ambientais e éticas, mais prementes do mundo.

Para o autor (p.9), o progresso histórico das “Eras e Fases” da RSE, passaram pela ganância, filantropia, marketing e gestão, utilizando respetivamente as abordagens de RSE, defensivas, caritativas, promocionais e estratégicas, correspondentes ao estágio, que consagrou de “CSR_{1.0}”, designando-a de incremental, periférica e não económica. Incremental, porque adota um modelo de gestão de qualidade, fomentando melhorias que não correspondem à escala e urgência dos problemas; periférica, porque se restringir às maiores empresas e geralmente estar confinada a um departamento, em vez de ser integrada na estratégia da empresa; e não económica, na medida, em que, nem sempre a RSE faz sentido económico, uma vez que, os mercados de curto prazo, ainda recompensam as empresas que externalizam os seus custos para a sociedade.

Esta concepção integrada, como salienta (p.9), concentra as suas atividades na identificação e no combate das raízes que causam a nossa atual insustentabilidade e irresponsabilidade, recorrendo a modelos de negócios inovadores, revolucionando processos, produtos e serviços e fazendo “lobby” por políticas nacionais e internacionais progressivas.

Portanto, uma visão diferenciadora, pois enquanto a RSE estratégica, está focada no nível micro, ao apoiar questões sociais ou ambientais que se alinham com a estratégia de uma empresa, mas sem necessariamente mudar essa estratégia, a “RSE Sistémica”, concentra-se na compreensão das interconexões no sistema de nível macro (sociedade, comunidades, economias e ecossistemas).

Idealmente, nesta “Era da Responsabilidade”, como entende, as empresas devem fazer a jornada para a RSE Sistémica, com base em cada estágio anterior de maturidade, pois as que permanecerem presas, em qualquer uma das primeiras quatro etapas (ganância, filantropia, marketing e gestão), perante as crises ambientais, sociais e éticas que enfrentamos, ficará seriamente comprometida, simplificando, afirma o autor, a RSE continuará a falhar.

Esclarece (p.15), que a crescente conectividade do mundo e o acentuar dos desafios globais, como as mudanças climáticas e a pobreza, deixam para trás as empresas que ainda praticarem a “CSR_{1.0}”, pois as partes interessadas, cada vez mais consciencializadas e em rede, irão expô-las e gradualmente, retirarão a sua licença social para operar. Por outro lado, as empresas que abraçam a era “CSR_{2.0}”, serão as que de forma colaborativa, desenhem soluções inovadoras para enfrentar os desafios globais, recebendo do mercado a respetiva recompensa.

A “Era da Responsabilidade”, determina que uma visão integrada de RSE, aqui descrita como “RSE_{2.0}”, produza soluções e práticas, suportadas em cinco princípios, a criatividade, a escalabilidade, a capacidade de resposta, a glocalidade e a circularidade. Visser (p.15), entende que a forma mais rápida e escalável de inaugurar a “Era da Responsabilidade”, é direcionando a inovação e a criatividade empresarial para as necessidades mais prementes da sociedade, o que justifica, a tendência atual, do crescimento das empresas ou negócios sociais.

Perante a dimensão dos desafios atuais da sustentabilidade, as soluções de RSE apresentadas, devem ser adequadas à sua escala e urgência, ou permanecerão a representar “balões de oxigénio”, sem impacto na efetiva resolução dos problemas, passando a solução, como identifica o autor (p.16), por incrementar melhorias com potencial a longo-prazo ou escaláveis com impacto imediato.

Nesta capacidade de resposta, a “RSE_{2.0}”, revela-se desconfortável e transformadora, pois como refere Visser, questiona os modelos atuais, implicando uma maior transparência da sua atuação, quer por passar a reportar os seus resultados de forma integrada e por referência a

indicadores internacionais, como o Global Reporting Initiative, quer, pela assunção de vários compromissos internacionais, associados às ambições da sustentabilidade do planeta. Tem de ser “glocal”, como Visser (p.16-17) entende, neste mundo complexo e interligado, as empresas devem tornar-se mais “sofisticadas”, devem compreender os contextos em que estão inseridas e procurar as soluções adequadas às necessidades locais, mas sem esquecer os princípios universais, isto é, devem "pensar global, agir local".

Nesta transição, salienta ainda o autor (p.17-18), a RSE tem falhado, não por falta de esforço, mas, por se inserir num sistema económico global, o capitalista, que na sua génese é defeituoso, pois não coloca limites aos recursos. A “RSE_{2.0}”, implica a “circularidade”, mas não só ambiental, nesta visão as empresas devem também criar valor social e económico, de forma contínua.

Com esta visão de Visser, as relações paternalistas entre as empresas e a comunidade baseadas na filantropia, darão lugar a parcerias mais iguais; as respostas defensivas e minimalistas às questões sociais e ambientais serão substituídas por estratégias pró-ativas e investimentos em mercados de responsabilidade crescente; as abordagens de relações públicas conscientes da reputação da RSE deixarão de ser credíveis e, por isso, as empresas serão julgadas pelo desempenho social, ambiental e ético real. A RSE apresentará soluções acessíveis para quem mais precisa de melhorias na qualidade de vida, favorecerá o investimento em empresas e negócios sociais e autossustentáveis em detrimento da “caridade do livro de cheques”, os índices de RSE, que classificam as grandes empresas, darão lugar aos sistemas de classificação da RSE, que transformam o desempenho social, ambiental, ético e económico em pontuações corporativas (A+, etc.), entre outras.

São estes princípios, refere o autor (p.19), de uma RSE “Sistémica” ou “Holística”, mas nada “Radical” (diria eu), que definem as bases do ADN desta Responsabilidade de promover, a criação de valor, a boa governação, a contribuição social e a integridade ambiental. Defendendo o autor, que a cada uma destas bases, se associa um objetivo primário, e a cada objetivo, certos indicadores-chave, resultando na construção do seguinte “Modelo de ADN da RSE_{2.0}”, que assume os ecos de vários autores⁸, revelando-se, por isso, um modelo promissor no caminho da sustentabilidade.

⁸ Archie Carroll's - CSR Pyramid, Ed Freeman's (1984) - Stakeholder Theory, Donna Wood's (1991) - Corporate Social Performance, John Elkington's (1994) - Triple Bottom Line, Prahalad and Hart's (2002) - Bottom of the Pyramid, Porter and Kramer's (2006) - Strategic CSR, ESG - Socially Responsible Investment

Modelo de ADN da RSE_{2.0}

Código de ADN	Objetivos Estratégicos	Indicadores-chave
Criação de valor	Desenvolvimento económico	Investimento de capital (capital financeiro, manufatureiro, social, humano e natural) Produtos benéficos (bens e serviços sustentáveis e responsáveis) Negócios inclusivos (distribuição de riqueza, base da pirâmide da riqueza)
Boa governação	Eficácia institucional	Liderança (compromisso estratégico com a sustentabilidade e responsabilidade) Transparência (sustentabilidade e relatórios de responsabilidade, pagamentos ao governo) Práticas éticas (prevenção de suborno e corrupção, valores nos negócios)
Contribuição social	Orientação para as Partes interessadas (stakeholders)	Filantropia (doações de caridade, prestação de bens públicos e serviços) Práticas laborais justas (condições de trabalho, direitos dos trabalhadores, saúde e segurança) Integridade da cadeia de abastecimento (capacitação das PME, trabalho e padrões ambientais)
Integridade do ambiente	Ecossistemas sustentáveis	Proteção do ecossistema (conservação da biodiversidade e restauração de ecossistemas) Recursos renováveis (combate às alterações climáticas, energias renováveis e materiais) Produção zero de resíduos (processos berço-a-berço ou modelo C2C é sustentável e considera a vida e as gerações futuras, eliminação de resíduos)

2.2.2. Abordagem Institucional: Uma Responsabilidade Das Empresas

Confluído, neste debate, o Fórum Económico Mundial⁹ (WEF - World Economic Forum), enquanto organização internacional para a cooperação público-privada e com expressão nas Conferências anuais de Davos, tem levado os principais líderes mundiais, a debater os problemas globais mais urgentes e procurar soluções para estes desafios.

Recentemente, o Fórum apresentou um manifesto, em defesa do designado “capitalismo dos stakeholders”, como modelo económico a seguir pelas empresas que ambicionam marcar o futuro de forma positiva, reforçando uma contraposição ao tradicional capitalismo focado nos

⁹ Com expressão nas Conferências anuais de Davos, a WEF, organização sem fins lucrativos de Genebra fundada em 1971, tem como missão servir de plataforma para o diálogo e a cooperação entre instituições públicas e privadas de todo o planeta. Essa missão é baseada na teoria dos grupos de interesse, segundo a qual as organizações — independentemente do tipo que forem — são responsáveis perante todos os setores da sociedade. Dessa forma, uma empresa além de se guiar pelos interesses de seus acionistas, também deve fazê-lo pelo de seus funcionários, clientes, fornecedores, comunidades locais e da sociedade em geral.

acionistas. Esta visão defende que a empresa é um organismo social, e deve gerar valor para todas partes interessadas e afetadas, alinhando as suas estratégias e decisões corporativas, aos objetivos de longo prazo da sociedade, os ODS, procurando obter melhores resultados para a sociedade, a economia e o planeta.

E, neste sentido, convém realçar, que desde o início do século, os requisitos legais que circunscrevem as atividades de RSE, tem evoluído, assistindo-se a alterações a nível mundial na legislação comercial e dos regulamentos normativos europeus, que condicionam os gestores a desenvolver estas atividades. Já desde 2001, que a Comissão Europeia define que a RSE, pressupõe uma análise sob duas grandes dimensões, conforme reflete o Livro Verde:

- o a interna, que se relaciona com a leitura da própria empresa/organização, e que compreende os trabalhadores e questões relacionadas com o capital humano, saúde, segurança no trabalho, incorporando também questões ambientais;

- o a externa (Anexo E), que se reflete num conjunto de ações e de responsabilidade que ultrapassam a vertente interna da empresa e compreende o meio ambiente envolvente, as comunidades locais, os parceiros comerciais, fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONGs, e os direitos humanos.

“Confrontadas com os desafios de um meio em mutação no âmbito da globalização e, em particular, do mercado interno, as próprias empresas vão também tomando consciência de que a sua responsabilidade social é passível de se revestir de um valor económico direto. Embora a sua obrigação primeira seja a obtenção de lucros, as empresas podem, ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento de objetivos sociais e ambientais mediante a integração da responsabilidade social, enquanto investimento estratégico, no núcleo da sua estratégia empresarial, nos seus instrumentos de gestão e nas suas operações.” (COM(2001) 366 final. p. 5)

Dando destaque à dimensão externa, pela sua pertinência com os propósitos deste trabalho, segundo o Livro Verde (2001), a Comissão das Comunidades Europeias, entende que as empresas, são uma componente importante da sociedade, enquanto geradoras de crescimento económico, de riqueza e por criarem e manterem postos de trabalho, percebendo, ser necessário demonstrar-lhes, que a responsabilidade empresarial traz vantagens em termos de rentabilidade.

Neste documento (p.4-7), a Comissão expressa que “(...) a RSE é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo” e “(...) ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais - implica ir mais além através de um “maior”

investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais”.

Após 10 anos, pela primeira vez, o Conselho e o Parlamento Europeu solicitaram à Comissão para levar mais longe a sua política no domínio da RSE, o que resultou na visão moderna da sua definição (COM(2011) 681, p.7), que mantendo a sua consistência com as diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, a ISO 26000 e os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas, se expressa, na "responsabilidade das empresas pelo seu impacto na sociedade", reconhecendo a importância das estratégias de negócio, da criação de valor partilhado, dos direitos humanos e considerações éticas, bem como, as considerações sociais, ambientais e de consumidores, veiculadas a uma agenda de ação.

Esta estratégia europeia (Anexo F), corporiza uma nova visão da empresa e do seu papel na sociedade, assente em diretrizes específicas e ajustadas às organizações, que acabam por sustentar o sentido de missão, orientado por um código de conduta, com valores e responsabilidades refletidas nas estratégias e decisões da empresa, que se pressupõem alinhadas com os ODS.

Para este alinhamento, como identifica o guia do projeto SGD Compass (2015, p.4), “(...) as empresas podem utilizar os ODS enquanto enquadramento global para moldar, orientar, comunicar e relatar as suas estratégias, objetivos e atividades, permitindo-lhes capitalizar um leque de benefícios tais como: • Identificar futuras oportunidades de negócio; • Aumentar o valor da sustentabilidade corporativa; • Fortalecer as relações com os stakeholders e acompanhar o ritmo do desenvolvimento das políticas públicas; • Estabilizar sociedades e mercados; • Utilizar a mesma linguagem e um propósito comum.”

O que implica, uma conjugação de conceitos, instrumentos e práticas, que a Comissão Europeia não descurou, ao definir de forma antecipada, algumas abordagens (Anexo G), que culminam, nos relatórios e auditorias em matéria de responsabilidade social; qualidade no trabalho; rótulos sociais e ecológicos, investimento socialmente responsável (ISR)¹⁰; códigos de conduta e normas de gestão.

Desde a diretiva de 2014/95/UE, que o Parlamento Europeu e do Conselho, tem vindo a reforçar a necessidade da divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade, por parte das grandes empresas e grupos, dando origem ao Decreto-Lei nº 89/2017,

¹⁰ Salienta-se a recente entrada em vigor do Regulamento SFDR - Sustainable Finance Disclosure Regulation, e do Regulamento Taxonomia como que um momento crucial no lançamento da agenda regulatória da União Europeia no domínio da sustentabilidade.

de 28 de julho, com a transposição desta Diretiva comunitária para o ordenamento jurídico interno, como forma de melhorar a divulgação de informações sociais e ambientais, isto é, sobre a sustentabilidade.

E de facto, a divulgação de informações não financeiras, revela-se vital, na gestão da mudança, para uma economia global sustentável, que combine a rentabilidade a longo prazo com a justiça social e a proteção do ambiente.

O novo paradigma, da integração dos fatores ESG (environmental, social, and governance), ou em português ASG (Ambiental, Social e Governança), veio acentuar o “Plano de Ação: Financiar um crescimento sustentável” da Comissão Europeia, na senda desde 2018, em criar uma estratégia, em matéria de financiamento das empresas, assente numa reorientação dos fluxos de capital, para um investimento sustentável.

A sua recente concretização, inerente ao “Plano de Ação: Financiar um crescimento sustentável” (2018 COM(2018)) 97, através do “pacote regulatório”¹¹, sobre Finanças Sustentáveis (Sustainable Finance), aprovado no Regulamento (UE) 2020/852, que altera o de 2019/2088 (“Regulamento Taxonomia”), veio certamente acentuar a pressão sobre as empresas, interpretando que a normativa SFDR, para além de vir regulamentar os produtos de investimento sustentável, objetiva igualmente, que todas as empresas venham a divulgar o seu negócio estratégico e as suas decisões políticas, em matéria dos “Riscos de Sustentabilidade” e “Principais impactos negativos”.

Outro indicador da mudança necessária na atuação das empresas, prende-se ao exercício de várias entidades, de natureza pública, privada e, ou sem fins lucrativos, vocacionadas para as múltiplas dimensões da RSE, que começam a proliferar. São entidades, como a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE), a Rede Portuguesa de Responsabilidade Social das Organizações (Rede RSO PT) e o Business Council for Sustainable Development (BCSD-Portugal), que reforçam a consciência da sociedade e dos mercados, para a necessidade de um maior equilíbrio entre as atuações humanas individualmente consideradas e as iniciativas empresariais.

¹¹ Expressão utilizada por Margarida Couto, atual Presidente do GRACE, que no programa executivo Sustainability: a Corporate Journey (ISEG-Executive Education, 2021), ilustrou a chegada de “um “tsunami” legislativo/regulatório, através do pacote Regulatório “Sustainable Finance” (Taxonomia, Atos delegados, Regulamento “SFDR”, etc; a Lei Europeia do Clima; e as novas Diretivas CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive), a da Governação Corporativa Sustentável, entre outras.

Consagram-se como verdadeiros contributos, para a visão da Responsabilidade Social atual, assumida aqui, através da definição da Norma ISO 26000 (Parte 1 da NP 4469-1 de 2008):

“(…) a responsabilidade de uma organização pelos impactes das suas decisões, atividades e produtos na sociedade e no ambiente, através de um comportamento ético e transparente que: •seja consistente com o DS e o bem-estar da sociedade; •tenha em conta as expectativas das partes interessadas; •esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com normas de conduta internacionais e; •esteja integrado em toda a organização.”

Uma visão, que atribui às empresas o novo papel, de criar valor económico, social e ambiental, subjacente à nova visão, de que contribuir para o desenvolvimento sustentável, não é um custo, mas um investimento, não é um constrangimento, mas sim uma oportunidade e um desafio, para criar novos modelos estratégicos, com vantagens competitivas por se diferenciarem no mercado, e representarem uma nova atuação de relacionamento com a sociedade civil e o poder político, e sobretudo com o Planeta.

2.3. Economia Social: Um Enquadramento Histórico e Social

O destaque e a relevância, que o conceito de ES tem adquirido a nível político e jurídico na Europa, é notório desde o final do século XX, em que a “crise do Estado do Bem-estar e dos sistemas de economia mista”, tal como refere Monzón e outros (CASES, 2014), fizeram emergir:

“(…) um renovado interesse pelas organizações típicas da economia social, tanto por fórmulas empresariais alternativas às capitalistas e às do setor público, como podem ser as cooperativas e as mútuas, como pelas entidades de não mercado, maioritariamente constituídas por associações e fundações. Um interesse que deriva das dificuldades que as economias de mercado têm para encontrar soluções satisfatórias para problemas tão relevantes como o desemprego massivo de longo prazo, a exclusão social, o bem-estar no mundo rural e zonas urbanas degradadas, a saúde, a educação, a qualidade de vida dos reformados, o crescimento sustentado e outros. Trata-se de necessidades sociais que não encontram oferta suficiente, ou adequada por parte dos agentes privados de natureza capitalista, nem pelo setor público, nem sequer solução fácil através dos mecanismos autorreguladores do mercado, nem das políticas macroeconómicas tradicionais.”

Historicamente, as práticas de uma ES, conforme salientam Defourny (2009, p.156), resultam de “(...) sistemas muito variados de ajuda mútua, às formas mais antigas de associações humanas, do Egípto dos faraós, na Antiguidade greco-latina, na Europa da idade Média, na China Imperial ou na América Pré-Colombiana”, salientando Nogueira (2017, p.4) que estas práticas de mutualismo, existem desde que o homem se tornou sedentário e a “(...) entreatajuda funcionava para proteção quer seja de outros povos, quer seja mesmo contra animais fisicamente mais poderosos, que pudessem ameaçar a sua sobrevivência.”

Refere o autor (p.5), citando Czternasty (2014), que no início do século XIX, face “(...) aos problemas relativos às condições de produção ou forças de distribuição de bens e serviços, a economia social, criada na época da Revolução Industrial, originou diferentes atitudes em relação ao pensamento liberal e à economia política. Os criadores do liberalismo Adam Smith e Stuart Mill, que ao procurarem soluções para a situação económica existente resultante da perturbada ordem social, ajudam a criar a chamada velha economia social.”

A “velha economia social”, situa Caeiro (2008, p.62), afirma-se na literatura económica com Charles Dunoyer (1830), ao publicar em Paris, um tratado alusivo às práticas de solidariedade interclassista, que confrontava as alterações económicas e sociais da revolução francesa e do capitalismo industrial, onde também, o economista e matemático francês Léon Walras, surge como propulsor da autonomia da economia social face à ciência económica.

Criam-se, os alicerces, do conjunto de escolas teóricas que refletem, como indica Czternasty (2014) mencionado por Nogueira (p.6), três tendências de economia social na segunda metade do século XIX, a que reconhece “(...) a economia social como complementar à economia política clássica; a tendência socialista do liberalismo, concentrou-se particularmente na organização da vida social a favor de toda a sociedade e não com carácter individual; e a tendência de carácter cristã, refere que a organização do trabalho, além de proteger toda a sociedade, deve proteger também a igualdade e a liberdade de cada indivíduo.”

Laville (2018, p.232), enquadra a génese do conceito entre 1791-1848, salientando que o pluralismo político e cultural subjacente ao desenvolvimento da ES, advém das escolas liberal, socialista, cristã e solidarista, estando marcado pela Revolução Francesa, e respetivos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, logo, associa-se ao despertar do movimento associativo do proletariado e das cooperativas, como potenciadoras de emprego e redução das desigualdades sociais.

É neste contexto, que o crescimento do setor social em França, se consolida, através das cooperativas, sociedades mútuas e associações, onde se destaca a criação da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, por confrontar o sistema económico capitalista e abrir o caminho para uma Europa que começa a reconhecer as vantagens de uma economia cooperativa face à existente, percebendo a sua importância na promoção de uma coesão social, alicerçada aos princípios de entreajuda, associação e cooperação.

Todavia, o vigor desta economia social, acaba por se desvanecer perante o acontecimento da Segunda Guerra Mundial, onde como salienta Caeiro (p.63), “(...) a Grande Depressão, iniciada em 1929 e o New Deal nos Estados Unidos, seriam elementos determinantes na mudança das mentalidades e nas preocupações sociais. J. M. Keynes, e a sua Teoria do juro, do emprego e da moeda, e Lord Beveridge, criariam o espaço teórico para os anos do Estado-providência que marcariam o período seguinte e um contexto maior de intervenção do Estado.”

Tal como menciona Laville (2018, p.9), a história do fenómeno associativo da primeira metade do século XIX, consolida-se por “(...) uma ambição de transformação democrática e económica da ordem social, que durante a segunda metade deste século, se viu controlada e desvalorizada por força das elites e pela visão de progresso capitalista que se sobrepôs aos problemas sociais.”

O controlo e desvalorização a que foi sujeita, levaram à sua desfragmentação e instrumentalização pelo Estado de Bem-Estar Social, absorvida num processo de isomorfismo institucional, período em que adquiriu alguma importância económica, mas perdeu a sua influência e vigor na política. Afirmo Amaro (2016, p.9-11), que a economia social, perdeu o seu quadro de referência de gestão, pois como “(...) projeto económico, teria, por um lado, de respeitar a finalidade principal (o projeto social) e, por outro, de se deixar inspirar pela filosofia de referência (o projeto político), ou seja, não poderia ser determinado pela procura do lucro (como nas empresas capitalistas) e teria de assentar numa lógica de gestão democrática, segundo o princípio de «uma pessoa, um voto», expressão do princípio (...) de Solidariedade Democrática.”

Amaro (p.10), esclarece que “(...) ao longo do tempo, e sobretudo no século XX, a Economia Social foi perdendo esta matriz original e a sua Gestão foi, em geral, caindo numa de três situações, que se podem, sintética e simplificadamente, designar por: abdicação, imitação e subordinação.”

Como menciona o autor, abdicaram das preocupações de uma gestão rigorosa e eficiente, “(...) prejudicando ou mesmo abdicando do projeto económico, enfraquecendo o projeto político e tornando assistencialista o projeto social”, e, acabaram, por imitar os modelos de gestão do mercado capitalista, de fins lucrativos, “(...) pervertendo, (...) o seu projeto económico (...), abandonando ou secundarizando o projeto político e fragilizando o projeto social, correspondendo à situação que alguns autores chamam de «isomorfismo institucional».”

Resultando, na sua subordinação, de dependência financeira e técnica e às limitações normativas, orientações e fiscalizações do Estado, ou seja, na “(...) perda de autonomia do projeto económico da Economia Social, no esvaziamento do seu projeto político e na conversão do seu projeto social numa simples componente das políticas públicas, traduzindo-se, no fundo, numa outra situação de «isomorfismo institucional».”

Segundo Laville (2018, p.10), este panorama, estende-se até ao início do século XX, em que o Estado-providência, mantém a responsabilidade de corrigir os excessos do capitalismo, e as organizações do setor social, assumem a missão de cooperação com o Estado. Resulta, como indica, no enfraquecimento progressivo, durante mais de metade do século, da sua autonomia, democracia e solidariedade, onde, “(...) as diferenças entre associações, cooperativas e mutualidades, foram-se acentuando por força da regulamentação jurídica, e dos modos como cada uma se integrava num sistema económico estruturado pelo Estado e pelo mercado: as cooperativas como empresas de mercado, as mutualidades nos sistemas de segurança social e as associações nas políticas sociais.”

Também para Carpi (2008), menciona Nogueira (2017, p.9), o setor da ES acabou por ficar relegado por décadas, em virtude de uma concentração e centralização do capital, a um crescimento económico de uma sociedade ocidental consumista que fez prevalecer um “(...) modo de vida urbano com a sua contribuição para o desarmamento moral, a perda de valores e de laços comunitários e a redução da participação social, também contribuíram para a referida perda de importância.”

Só na década de 1970 e no contexto das crises do capitalismo, foi possível assistir, referem Singer (2018, pp.11-13) e Laville (2018, pp.11-16), citados por Garrido (2018, p.5), “(...) ao movimento de retorno a formas locais e autogestionárias de organização da economia e da sociedade (...), tornando-se o desenvolvimento local de base associativa e a emergência de organizações sociais sem fins lucrativos, uma tendência vigorosa.”

Caeiro (p.63), também identifica que “(...) a partir dos anos 1970, como resultado da crise do Estado-providência a problemática da economia social se volta a colocar, com acuidade, e mais uma vez, de forma preponderante em França, tendo por base a proximidade entre os

movimentos cooperativos e mutualistas franceses, a percepção da existência de interesses mútuos e adesão ao grupo do movimento associativo.”

De acordo com Czternasty (2014), destaca Nogueira (p.9), a substituição do modelo de sociedade com orientação para o bem-estar, para um modelo, que privilegia o bem-estar social, assinala o surgir do conceito da “nova economia social ou solidária” na década de 1980 em França, cuja expressão e influência, refletem as inúmeras alterações de legislação sobre o setor, em diversos países, na Europa e outras instituições internacionais.

Refere o autor, que este contexto e o respetivo desenvolvimento e crescimento dos movimentos cooperativo, associativo e mutualista, vieram redimensionar a ES, adquirindo dimensão e importância, quer, pelos apoios financeiros, aumento de emprego e desenvolvimento de associações locais e cooperativas de variados tipos, quer, pela tentativa de promover a inclusão social através do emprego e da constituição de associações de âmbito social. Destacando-se em 1975, a criação do Comité Nacional de Coordenação das Atividades Mutualistas, Cooperativistas e Associativistas (Cnlamca), que em 1978 lança em Bruxelas, o debate europeu sobre ES, reconhecendo esta em 1981, o seu poder político, com a criação da Delegação Interministerial para a ES (DIES) em França.

2.3.1. Setor Social: Uma Identificação, Um Reconhecimento Institucional

A forma ideal para definir a ES no início do século XXI, segundo Defourny, (2009, pp.157-158), passa pela combinação, de “(...) identificar as suas formas jurídicas ou institucionais das empresas de tipo cooperativo, as sociedades de tipo mutualista, as organizações associativas e as fundações”, com as “finalidades da atividade e os seus modos de organização”.

Nas últimas décadas do século XX, como se referiu, assistiu-se, a um quase que renascer das organizações da ES, pela procura de soluções, que permitam superar as dificuldades que as economias de mercado fazem emergir.

Como referem Campos & Ávila (2012), citados por Nogueira (2017, p10), “(...) problemas como o desemprego de longo prazo, a exclusão social, o bem-estar no mundo rural e nas áreas urbanas degradadas, a saúde, a educação, a qualidade de vida de pensionistas e o crescimento sustentável, contribuíram para esse renascimento.” Concebem que “(...) estas necessidades sociais não são suficientemente ou adequadamente tratadas pelo setor privado, ou pelo setor público, através de políticas macroeconómicas tradicionais”, o que para Carpi (2008), salienta Nogueira (2017, p.11), contextualiza onde a “(...) economia social encontra um solo rico para o seu desenvolvimento um pouco por todo o mundo.”

Apesar da sua identificação reportar à década de 1970, a sua rápida internacionalização a partir do início do século XXI, faz-se notar, pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) já se fazer representar nos cinco continentes, por as sociedades de tipo mutualista, se assumirem em diversos países industrializados, como resposta a sistemas nacionais de segurança social incipientes, as organizações associativas com reconhecimento global e juridicamente muito diversificadas, produzirem bens e serviços sem objetivar o lucro como fim principal, assumindo notória representatividade nos países industrializados pela criação de emprego e trabalho voluntário que mobilizam.

Em Portugal, o setor cooperativo é reconhecido em 1976 na Constituição portuguesa, assumindo na revisão de 1989, a denominação de setor cooperativo e social, a par do Estado e do setor privado. Em 1983, é criado o estatuto das IPSS, prevendo o estabelecimento de “acordos de cooperação” com o Estado, estabelecendo-se em 1988 a regulamentação das organizações humanitárias e de cooperação para o desenvolvimento através do estatuto específico de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e para o Ambiente (ONGA).

A década de 1990 e a primeira do século XXI, conforme salienta Fernandes (2016, p.21), marcaram “(...) o início da mudança em relação ao passado de alguma limitação das iniciativas da sociedade civil e de mobilização comunitária, bem como de um certo domínio político e partidário da mobilização da sociedade na (re)construção da democracia portuguesa. Este período testemunhou um crescimento significativo do setor da economia social em Portugal, com muitas iniciativas e organizações a emergir.”

Neste período, o interesse da Europa pelo desenvolvimento local e regional condicionou favoravelmente a abertura do país a novas entidades e organizações internacionais¹², bem como a novos enquadramentos jurídicos¹³, novas plataformas e organizações nacionais¹⁴, que conforme Fernandes (p.21) refere “(...) procuram novas respostas no combate à pobreza e à exclusão social e incidem a sua atuação sobre o desenvolvimento local.”

Realça o autor, que em Portugal, a promoção e o fortalecimento do setor da economia social no início do século, marcam o nascimento Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), em substituição da União das IPSS, e a conversão em 2009, do INSCOOP

¹² Por exemplo de ajuda humanitária, comércio justo.

¹³ Fernandes (2016, p.21) identifica as empresas de inserção.

¹⁴ A delegação portuguesa da Rede Europeia Anti Pobreza (1991-EAPN-Portugal), a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (1993-Animar), a Minha Terra (2000).

(criado em 1976) na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)¹⁵, que conjuntamente com o INE, publicam e aprovam em 2013, a primeira conta satélite e a Lei de Bases da Economia Social (LBES), que no seu artigo 4º define que integram nesta economia e,

“(…) desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português: as cooperativas; as associações mutualistas; as misericórdias; as fundações; as instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; as associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social; outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.”

A representatividade do setor social em Portugal, de acordo com Caeiro (p.69-70), é composto pelas Cooperativas, que “(…) representam a parte que mais aproxima a economia social do sector privado clássico e a sua contribuição é por demais evidente ao nível do desenvolvimento económico e social, no que concerne ao aproveitamento dos recursos locais, à criação de emprego (…)”

Também pelas Mutualidades, que se definem, refere o autor, na “(…) concessão de benefícios de segurança social e de saúde e cumulativamente outros fins de proteção social e de promoção da qualidade de vida, pela organização e gestão de equipamentos e serviços de apoio social e atividades que visem o desenvolvimento moral, intelectual, cultural e físico dos associados e famílias”, e pelas Misericórdias, “(…) as instituições mais antigas e com maior vocação social do ponto de vista da sua tradição (…)”, assumindo hoje e desde “(…) a criação da União das Misericórdias Portuguesas em 1976, uma vasta área de intervenção que vai da assistência na área da saúde à ação social nos seus mais variados aspetos.”

Quanto às IPSS, que o autor refere como “(…) o vasto conjunto de associações de desenvolvimento social e local (...), não sendo caso único apresentam “(…) uma finalidade não lucrativa, constituindo-se por iniciativa de particulares com o propósito de dar expressão à

¹⁵ Fernandes (p.21) realça que a CASES se destaca como “(…) a primeira plataforma institucional estável representativa do Estado e das entidades do setor social (União das Misericórdias Portuguesas, União das Mutualidades Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS, Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL – CONFECOOP, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR e Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL – CONFAGRI)”, e conjuntamente com os “(…) seus membros integram ainda o Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) (...)”

solidariedade e justiça entre os indivíduos, no intuito da prestação de serviços que vão do apoio a crianças e jovens, à família, à integração sócia e comunitária, à proteção da saúde, educação e formação profissional dos cidadãos e à resolução de problemas habitacionais dos cidadãos.”

Tal como refere Nogueira (2017, p.12), estas organizações, operam democraticamente, tendo os seus membros, deveres e direitos iguais, bem como, um regime particular de propriedade e de distribuição de lucros, em que estes, são utilizados para expandir a organização e melhorar os serviços prestados à sociedade.

Refletem os critérios de classificação das empresas que integram a ES, expressos na Carta de Princípios da ES estabelecida pela Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CEP-CMAF): •A primazia da democracia, da participação dos parceiros sociais e dos objetivos sociais sobre o lucro pessoal; •A defesa e implementação dos princípios da solidariedade e da responsabilidade; •A conjugação dos interesses dos membros utilizadores com o interesse geral; •O controlo democrático pelos membros; •A adesão livre e voluntária; •A autonomia de gestão e a independência relativamente aos poderes públicos; •A mobilização do essencial dos excedentes à consecução de objetivos de DS e o serviço prestado aos seus membros de acordo com o interesse geral.

Afirmam-se as cerca de 61 mil organizações existentes em Portugal, tal como salienta Nogueira (2017, p.13) de acordo com Roca (1992), como:

“(…) os agentes de economia social, cuja atividade é geralmente orientada ao nível local, são fundamentais pelo seu envolvimento pessoal, autogestão e estratégias de responsabilidade e de atuação em grupo, junto daqueles que mais necessitam. Constituem assim, formas múltiplas e de variadas combinações, mas eficientes, de economia social. Nem os problemas ambientais, nem a exclusão social e muito menos o declínio territorial, podem ser efetivamente abordados sem o envolvimento de indivíduos e comunidades locais, o que implica a consciência e a responsabilização destes.”

2.3.2. Economia Solidária: Um Ator da Solidariedade Democrática

A Economia Social, como distingue Nogueira (p.10), por referência a Czternasty (2014), é um ramo integrado na economia, “(…) formada por um triângulo cujos lados são: a economia de mercado, a sociedade civil e o estado democrático. O seu conceito é amplo e cobre diversos problemas sociais (nomeadamente aqueles que o setor público não consegue ou não quer lidar), através de ações que se concentram na satisfação de necessidades da sociedade. Ao procurar resolver ou suavizar problemas sociais, a nova economia social não é de carácter alternativo para

o setor privado, nem compete com o setor público, sendo complementar a estes dois. Ao procurar resolver as velhas e as novas necessidades sociais, encontra aí a sua esfera de atuação.”

Como refere Amaro (2005, p.4), foi pela “(...) criatividade das organizações e da sociedade civil”, que as “fórmulas de economia social” aumentaram, tornando-se necessário, desvanecer as confusões que podem surgir quando falamos de terceiro setor, economia social e economia solidária. A diferenciação neste estudo, da conceção de economia solidária, prende-se como refere o autor, com a “(...) ideia de que há uma nova corrente de solidariedade, que tem correspondência à do século XIX, embora noutras circunstâncias, e que tem a ver com a luta contra a pobreza e a exclusão social.

No entanto, no sentido de discernir a conceptualização e delimitação deste fenómeno associativo, referenciado como terceiro setor, economia social e economia solidária, Caeiro (2008, p.62) e Laville (2018, p.11), esclarecem que, a de origem anglo-saxónica, assumida como terceiro setor, dá uma resposta às “(...) falhas do mercado e do Estado, através da produção de bens e serviços pessoais sem fins lucrativos e numa orientação filantrópica”, ou, define Caeiro, “(...) como o conjunto de instituições sem fim lucrativo com personalidade jurídica própria que produz serviços fora do mercado, a favor das famílias e cujos excedentes, se os tiverem, não podem ser apropriados pelos mesmos agentes económicos que as controlam ou financiam”.

A versão de origem francófona, a economia social, para Laville (p.11) é uma “(...) forma particular de produção que não permite aos membros das organizações qualquer benefício, seja a nível das decisões seja da redistribuição de excedentes”, obedecendo de acordo com Caeiro (p.65), “(...) a cinco critérios fundamentais tendo por base a classificação da Jonh Hopkins University e devem: a) respeitar o principio da não distribuição de benefícios entre os seus proprietários ou administradores, mas, se eventualmente estes existirem, só devem destinar-se em exclusivo ao desenvolvimento dos seus fins ou a novos investimentos; b) ser entidades privadas; c) ser entidades formalmente organizadas, com estrutura e objetivos definidos; d) ser autogeridas e com autonomia face ao sector público e ao sector empresarial privado; e) ter capacidade de mobilização de recursos voluntários”.

A terceira versão, a economia solidária, que segundo Amaro (2005, p.4) surge nos anos 80 “(...) para designar as novas formas de economia social que estão relacionadas com o desafio da solidariedade decorrente do agravamento da pobreza e da exclusão social, sobretudo nas últimas três décadas do século XX. Um desafio identificado em contextos, como o da UE, onde a globalização fez surgir novas formas de exclusão social, para as quais foi necessário desenvolver novas estratégias. A expressão corresponde à constatação de que é preciso renovar as

experiências e os caminhos da velha economia social, que já se destinava, em grande parte, a responder a problemas sociais.”

Inicialmente, como refere “(...) os velhos teóricos das academias das universidades, que sempre se debruçaram sobre estes temas, passaram, eles próprios, a escrever sobre economia solidária, como sendo uma renovação das práticas da economia social, e um conceito mais adequado a essas práticas e aos novos desafios recorrentes da emergência da solidariedade com os mais desfavorecidos (...), (...) há uma nova corrente de solidariedade, que tem correspondência à do século XIX, embora noutras circunstâncias, e que tem a ver com a luta contra a pobreza e a exclusão social.”

Da mesma forma, Caeiro (p.65) descreve a economia solidária como “(...) uma nova realidade identificada como uma ‘economia alternativa’, onde assume importância primordial a intervenção ecológica, o desenvolvimento local e a autogestão como forma de organização interna.” Enfoca Lipietz, (2001, p.51), para salientar que a distinção entre a economia solidária e a ES, reside na consideração de que “(...) a iniciativa provém dos cidadãos que estão resolvidos a fazer alguma coisa, porque não estavam completamente excluídos ou desesperados e porque integram no seu comportamento individual a utilidade de todos, ainda que por si próprio, de libertar as ligações sociais, acumular o capital, melhorar o seu meio ambiente, de defender os vizinhos (Lipietz, 2001, p. 51).”

Também Defourny, (2009, pp.159) consagra a economia solidária como “(...) a única portadora de inovações sociais e efervescências democráticas ao se abordarem problemas em destaque neste início do século: desenvolvimento dos serviços de proximidade, reabilitação dos bairros pobres, auxílio às pessoas idosas ou em dificuldades, comércio justo, finanças éticas e solidárias, agricultura sustentável, gestão ambiental dos resíduos ou inserção profissional dos pouco qualificados”.

Por isso, Amaro (2005, p.5) entende que na sua maior amplitude o conceito abrange cinco componentes fundamentais:

“A economia solidária é, antes de mais, uma atividade económica, abrange um conjunto de atividades produtivas, cria postos de trabalho, gera rendimentos, satisfaz necessidades. É promotora de coesão social, contribui para o combate ao desemprego, a luta contra a pobreza e a exclusão social, promove a igualdade de oportunidades. Respeita e valoriza a diversidade cultural. Ou seja, como economia não visa a destruição das culturas em nome de uma globalização ou uniformização cultural; pelo contrário, procura valorizar as culturas locais. Respeita e valoriza a diversidade ambiental; como economia não contribui para a destruição da natureza e do ambiente, mas encontrar formas económicas de reabilitar e

valorizar o ambiente. E ainda: é baseada numa gestão eficiente, ou seja, procura ter em conta os critérios da boa gestão e da eficiência; deve ser ancorada territorialmente, ou seja, deve ter uma base comunitária, e ser promotora do desenvolvimento local. Por último, deve corresponder a um processo de aprendizagem que lhe permita constantemente rever-se e avaliar-se.”

E, como referem Laville e Gaiger (2009, p.168), “(...) precisamos de uma economia na qual o desenvolvimento social não seja uma preocupação subsidiária, relegada a mecanismos compensatórios, uma economia cuja lógica intrínseca implique e estimule a cooperação e a reciprocidade, em benefício da equidade e da justiça social”. Laville (2018, p.285), defende que “(...) de acordo com as políticas emergentes, a ESS pode ser conceitualizada como uma contribuição para um quadro plural de instituições, normas, valores e práticas que são suscetíveis de reforçar a democracia e de estruturar os processos económicos de produção, distribuição, circulação e consumo a fim de atender às necessidades e desejos populares”.

Na realidade, a conceção do setor social como um instrumento fundamental para a concretização de um mercado europeu sem fronteiras e como uma possibilidade para enfrentar os novos desafios sociais e promover um DS, advém desde o Ato Único Europeu de 1986 e da construção do mercado interno.

Nas últimas décadas, a evolução do reconhecimento político e jurídico da ES, na esfera nacional, consagra-se desde 1989, com a publicação do documento da Comissão Europeia “As empresas da economia social e a realização de um mercado europeu sem fronteiras”, e, com a realização, da Primeira Conferência Europeia sobre Economia Social em Paris. Já em 1997, na Cimeira do Luxemburgo, e, após as diversas conferências sobre ES, decorridas em Roma, Lisboa, Bruxelas e Sevilha, realça-se o papel das empresas da ES para o desenvolvimento local e a criação de empregos.

Em seguimento deste objetivo estratégico, o Conselho europeu de Nice em Dezembro de 2000, aprova a Agenda Social Europeia através do Conselho Europeu de Lisboa que decide tornar a UE “(...) na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”, onde “todos os intervenientes, as instituições da UE (Parlamento Europeu, Conselho, Comissão), os Estados-Membros, as autoridades regionais e locais, os parceiros sociais, a sociedade civil e as empresas têm um papel a desempenhar”.

Torna-se consensual, nos domínios científico, social e político, que a ESS é um ator essencial para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, por promover a coesão social, o emprego, a estabilidade do tecido económico, a democracia, a inovação social e o desenvolvimento local,

exercendo um papel crucial na distribuição de rendimento e riqueza, na criação e prestação de serviços sociais, no DS, no reforço da democracia e participação dos cidadãos, tal como em potenciar a eficiência das políticas públicas.

Desde o ano 2000, expressa o Livro Branco do Social Economy Europe (2015, p.6), que a Comissão, o Parlamento, o Comité Económico e Social Europeu e o Comité das Regiões, adotaram mais de 200 textos que demonstram o contributo desta economia solidária, para o emprego, espírito da empresa, inclusão social, serviços financeiros, desenvolvimento rural ou local ou para a coesão social e territorial, entre outras prioridades.

Por isso, o Parlamento Europeu, reconhece hoje, que a ESS é um dos pilares de modelo social europeu, pois como se destaca no Livro (p.3) “(...) desempenha um papel essencial na economia europeia ao aliar lucratividade e solidariedade, criar empregos de qualidade, reforçar a coesão social, económica e territorial, gerar capital social, e promover uma cidadania ativa, a solidariedade e uma forma de economia dotada de valores democráticos, colocando o ser humano no primeiro plano e apoiando o DS e a inovação social, ambiental e tecnológica.”

Consubstanciando esta visão, o Conselho da UE, defende que a ES é um motor essencial do desenvolvimento económico e social na Europa, mostrando através do estudo do Comité Económico e Social Europeu em 2015, sobre as evoluções recentes da ES na UE, que existem 2,8 milhões de empresas e organizações de ES na UE, que permitem emprego a 13,6 milhões de pessoas e constituem 8% do PIB da UE.

Neste sentido, também o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Cooperativas em Desenvolvimento Social (2017), indica que a ES representa 7% para o produto interno bruto (PIB) do mundo e para o emprego global, e, no que se refere, ao documento de reflexão da Comissão Europeia, “Para uma Europa sustentável até 2030”, a ES expressa-se por ser uma oportunidade e uma alavanca para a implementação da Agenda 2030 e os seus 17 objetivos de DS.

Esta oportunidade, como refere Nogueira (2017, p.13) por referência a Enjolras (2010), advirá pela integração da economia social no processo político e económico, possibilitando que “(...) os estados beneficiem das suas propriedades, elevando a democracia efetiva e a eficiência das suas políticas económicas.” Salienta o autor, que as razões deste entendimento são:

- “(…) •a maior proximidade, que estas organizações têm das populações e, consequentemente do maior conhecimento dos problemas e necessidades sociais e possíveis soluções;
- Devido à sua maior sensibilidade aos interesses e necessidades da sociedade, a economia social, é capaz de detetar novas respostas sociais de forma mais rápida que os estados;
- Devido à sua natureza privada e sensibilidade social, pode ampliar o alcance da ação

pública; • Devido à sua capacidade de promover o envolvimento e a responsabilidade conjunta na sociedade, envolver a economia social no processo político e económico, que lhe diga respeito, provoca um aumento do grau de aceitação das medidas de política económica; • A cooperação dos estados com a economia social, dada a sua forma de como estes alocam e distribuem recursos, pode assegurar aos primeiros, que os fundos públicos destinados a políticas sociais, não serão desviados e apropriados por interesses privados.”

De acordo com Laville (20018, p.263), as singularidades desta perspetiva da economia solidária, são convocadas para “repolitizar a economia social”, pois como esclarece, em conjunto com Gaiger (2009, p.162-168), estas são atividades económicas, que se regem por princípios de cooperação, de autonomia e gestão democrática, em que os seus membros estabelecem entre si, um vínculo social de reciprocidade, que fundamenta as suas relações de cooperação e, estende esta solidariedade aos setores sociais, através da criação de empregos e prestando serviços, que promovem a inserção social e comunitária, em domínios como a saúde, a educação e preservação ambiental, e, que, estimulam o voluntariado com a criação de espaços públicos de proximidade.

Concebem, como afere, um modelo de gestão, promotor de outras formas de vida, “(...) mediante a conjugação de três tipos de recursos: aqueles provenientes da reciprocidade entre os membros, exercida via prestações ao coletivo livres de contrapartidas; os recursos públicos, angariados do Estado com fundamento no princípio da redistribuição; e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca.”

A ESS, segundo Laville (2018, p.292-297), especifica-se “(...) como um setor de atividade cujos promotores levam a cabo uma ação em que as esferas política e económica se articulam. Foi ela que gerou as ideias de democracia plural e de economia plural (...)”, podendo “(...) gerar uma dinâmica, de cooperações entre estruturas instituídas (...), (...) diálogos com os poderes públicos e os movimentos sociais (...)”, sendo para isso necessário, “(...) iniciar uma nova cultura de ação pública”, que viabilize “uma democratização da economia” e que promova esta economia como um verdadeiro “Ator da Solidariedade Democrática”.

O que reforça, o anuído em 2005, por Amaro (p.5), “(...) Uma parte importante da economia solidária passa muito pela ideia de que nós seres humanos não produzimos apenas para seres humanos, mas que humanos, animais e plantas e animais, todos em conjunto, produzem para todos os seres vivos. É nesta direção que pretendemos seguir... Não lhe chamaria um quarto sector, mas a economia solidária pode, a meu ver, tornar-se um exemplo para os outros sectores. É uma caminhada que vai do social para o económico.”

Serão certamente estes pressupostos, que levaram o Social Economy Europe (2018, p.4), a querer fazer da ESS, um “modelo empresarial para o futuro da Europa”, assente em valores e princípios que a definem e alinham com vários objetivos principais da EU:

“•Reforçar e preservar a dimensão social da UE e os seus valores democráticos; •Participação ativa dos cidadãos; •Redução das desigualdades e conquista da coesão social através da integração social e trabalho para todos; •Garantir a solidariedade entre gerações; •Fortalecer a proteção social e o acesso universal a serviços sociais de qualidade, de interesse geral (como a saúde); •Lutar contra as mudanças climáticas, impulsionando a economia circular e a transição ecológica (incluindo a transição para fontes renováveis energias); •Criar oportunidades iguais para todos, independentemente de sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual; •Fomentar inovações sociais e tecnológicas a serviço das pessoas e das comunidades locais; •Desenvolvimento local e regional; •Criação de empregos de alta qualidade; •Promover a competitividade da economia da UE e alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.”

2.4. Sustentabilidade, Relações e Desafios: Uma Conclusão Teórica

Os desafios do mundo atual, perpetuados pela pandemia, sublinham a urgência, dimensão e complexidade da sua resolução. Tal como sugere o BSR (2020, p.10), só com uma grande ambição, visão e ação coletiva de larga escala, será possível construir um futuro conjunto, capaz de garantir, “(...) um contrato social apto para o século XXI, que apoie uma economia resiliente, justa e capaz, que respeite as fronteiras naturais do nosso planeta e coloque a sociedade num caminho de uma prosperidade verdadeiramente partilhada.”

Este questionamento das estratégias convencionais de crescimento e de desenvolvimento, conforme aludiu o UNTFSSSE em 2014 (p.X), são o reconhecimento crescente que o “business-as-usual”, não se revela capaz de fazer frente aos grandes e atuais desafios de desenvolvimento, impondo-se a necessidade de “(...) uma melhor integração dos aspetos económicos, sociais e ambientais do DS em todos os níveis”, e de reconhecer “(...) as relações existentes entre esses diversos aspetos”.

Neste sentido, nas últimas décadas, têm-se questionado a relação entre o Estado, as empresas e a sociedade, definindo o Conselho Europeu (2002), que o objetivo estratégico da Europa, é tornar-se uma “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social.”

Atualmente, sob o mote de “não deixar ninguém para trás”, esta jornada da sustentabilidade perspectiva “um futuro equilibrado e harmonioso para todos os lugares”, mediante o compromisso de todos os atores do desenvolvimento, na concretização de uma Agenda com 17 ODS que contemplam as Pessoas, o Planeta, a Prosperidade, a Paz e as Parcerias, como estratégia glocal.

Procura-se um “desenvolvimento territorial integrado, participativo e inovador”, promotor de coesão económica, social e territorial, que respeita a “Vida” e o “Futuro no Planeta”, através de uma “governança partilhada, participada, integrada e multiterritorial” que perspectiva o longo-prazo das competitividades locais e corporiza uma “Nova Ética” que assume os “valores da Solidariedade, da Equidade, da Democracia, da Transparência, da Resiliência Cooperativa e da própria Sustentabilidade.”

A integração de três dimensões na dinâmica das sociedades, impõe que o DS para além do crescimento económico e da coesão social e territorial, terá de garantir a preservação ambiental, onde todos os intervenientes, o Parlamento Europeu, Conselho e Comissão, os estados-Membros, as autoridades regionais e locais, os parceiros sociais, a sociedade civil e as empresas, têm um papel a desempenhar.

No que concerne ao (novo) papel das empresas, de acordo com Ernult e Ashta (2007, apud Remoaldo e Domingues, 2012, pp.82-83), esta assunção de responsabilidades económicas, sociais e ambientais, trouxeram implicações ao nível do contrato social que funda e alicerça a sociedade e a economia contemporâneas.

De acordo com Santos (in Remoaldo e Domingues, 2012, pp.84-85), citando Martinelli (1997), Salomon (2000) e Rodic (2007), “(...) a empresa cidadã surge do reconhecimento de que o Estado não pode, sozinho, assumir a responsabilidade da condução dos grandes problemas da sociedade”, passando a empresa a “(...) ser encarada como um cidadão, um membro fundamental da sociedade, uma entidade social que se relaciona com todos os outros agentes socioeconómicos e, conseqüentemente, tem um conjunto de direitos e deveres que vão além das obrigações legais estabelecidas no campo jurídico formal.”

O percurso da RSE, revela um início com foco no lucro a curto-prazo, seguido por uma filantropia pontual de donativos passivos para as OS, que evolui para uma relação com a comunidade mediante doações estratégicas e ligadas aos interesses do negócio e de marketing, e, posteriormente, para um investimento na comunidade através de parcerias estratégicas iniciadas pela empresa, culminando hoje, numa visão de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, de RSE_{2.0}, isto é, uma conceção integrada, sistémica e holística, que deve criar valor, boa governação, contribuição social e integridade ambiental.

Estas empresas sustentáveis, sustenta Santos (in Remoaldo e Domingues, 2012, pp.87-88), por referência a Melo Neto e Brennand (2004) e Commenne (2006), “(...) agem enquanto atores de desenvolvimento sustentável em parceria com o Estado, outras empresas e entidades do setor social”, procurando “(...) através das suas ações, caminhar em direção a uma sociedade sustentável com intervenções projetadas a curto, médio e longo prazo, e neste sentido, uma empresa socialmente responsável e sustentável é um extraordinário ativo na criação de territórios mais dinâmicos e qualificados”.

Na sua perspetiva (pp.88-89), o desenvolvimento deve ser entendido como um processo cada vez mais negociado e participado, numa lógica de partilha do exercício do poder de decisão e de negociação, isto é, exige-se mais governância e menos governo, através da criação de práticas de parceria e de fomento de lógicas de cooperação, que resultem na “(...) (re)valorização do papel dos atores locais na prossecução dos objetivos de desenvolvimento local”, através de uma “(...) abordagem territorialista de desenvolvimento, que aposta nos recursos e nas potencialidades locais como eixo estratégico de atuação.”

Entende o autor (p.90), que uma empresa socialmente responsável, que atua numa lógica de sustentabilidade, é “(...) um criador de ativos na tríade economia-sociedade-ambiente”, considerando-se “(...) uma empresa socialmente responsável um instrumento por excelência de criação de redes de cooperação e de aprofundamento das relações não-mercantis, à escala local, mas também às escalas nacional e internacional, um instrumento de networking”.

Reforce-se, que esta visão geral do progresso da RSE_{2.0} ou da conduta empresarial responsável e sustentável, levou a Comissão Europeia (SWD(2019) 143 final, pp.2-3), a consagrar que a Responsabilidade Social Corporativa, se define na estratégia de RSE, como a "responsabilidade das empresas pelos seus impactos na sociedade", e que para cumprir plenamente a sua responsabilidade social, "(...) devem ter em curso um processo para fazer face às preocupações sociais, ambientais, éticas, humanas e dos consumidores nas suas operações empresariais e na estratégia central em estreita colaboração com os seus stakeholders, com o objetivo de maximizar a criação de valor partilhado para os seus proprietários/acionistas e a sociedade civil em geral e identificar, prevenir e mitigar possíveis impactos adversos".

E de acordo com Porter e Kramer (2006, 2011), a solução para cumprir esta responsabilidade, encontra-se no princípio do valor partilhado, que envolve a criação de valor económico e simultaneamente valor para a sociedade em consonância com as suas necessidades e desafios, isto é, deve centrar-se nas conexões entre o progresso social e económico.

Os autores, entendem que o princípio da criação de valor compartilhado, desvanece a divisão tradicional entre as responsabilidades dos negócios e as do governo ou da sociedade civil. Importa, que os benefícios advenham das organizações, ou da combinação de organizações, que se encontrem mais bem posicionadas, para obter o maior impacto pelo menor custo, fazendo da criação de valor, parte integrante dos lucros da empresa e da sua posição competitiva, através da utilização dos seus recursos exclusivos e da sua experiência para criar valor económico através da criação de valor social.

Na sua visão, a RSE mais estratégica, ocorre quando uma empresa adiciona uma dimensão social à sua proposta de valor, tornando o impacto social, parte integrante da estratégia global, pois normalmente, quanto mais integrada estiver a questão social ao negócio de uma empresa, maior será a oportunidade de alavancar os recursos da empresa e beneficiar a sociedade.

Nesta estratégia, Garriga (2014) em acordo com Harrison et. Al (2010), salienta que o valor das partes interessadas, deve ser entendido em termos de bem-estar destas, e, não, da sua função de utilidade, reforçando que segundo a “abordagem de capacidade” de Amartya Sen, para se entender e identificar o bem-estar das partes interessadas, no processo de criação de valor, é necessário, considerar o dinamismo atual e futuro dos indivíduos, isto é, as suas aspirações, desejos e preferências, abordando não apenas o que eles são, mas também o que querem ser ou não.

Refere a autora, que esta dimensão dinâmica, de incorporar os objetivos, aspirações e as preferências de longo prazo das partes interessadas, irá enfatizar os processos, possibilidades e oportunidades, da empresa desenvolver o bem-estar futuro de uma parte interessada, devendo as empresas, assumir este novo papel, de identificar as capacidades das partes interessadas e criar valor ao conseguir aumentar e satisfazer estas capacidades.

Em linha, com este novo papel das empresas e os propósitos deste trabalho, importa referir, em acordo com Nicolau e Simaens (2008, pp.71), que os programas de Responsabilidade Social que desenvolvem projetos comuns com organizações da ES, através de alianças ou acordos com o propósito de produzir um bem ou serviço de carácter social, requerem o estabelecimento de “(...) relações de longo prazo que necessitam de ser organizadas, acompanhadas e geridas.”

Salientam as autoras (p.72), de acordo com Berger, Cunningham e Drumwright (2004) e Austin (2000), que estas “alianças sociais” do “tipo de colaboração integrativa”, em “(...) que há pelo menos um parceiro da Economia Social e incluem objetivos não económicos”, implicam “(...) um grau de exigência muito superior a vários níveis: na definição e forma de construir o valor da aliança para cada uma das partes; no alinhamento das missões e estratégias

individuais; na definição das contribuições das partes; na construção de relações de confiança; no desenho das formas de avaliação e prestação de contas, entre outros.”

Segundo as autoras, Berger, Cunningham e Drumwright (2004) referem que estas “(...) alianças sociais representam uma mistura de estratégia de empresa com Responsabilidade Social”, e por serem de longo prazo, devem ser “(...) integradas na estratégia da empresa e colocam o desafio de lidar com organizações com objetivos, estratégias, culturas, estilos de gestão e formas de operar completamente diferentes, o que naturalmente obriga a ajustamentos que têm de ser bem equacionados e geridos.”

Referem, por alusão a Husted (2003, p. 489), que a escolha desta alternativa de RSE, de acordo com a proposta de Burke e Logsdon (1996), implica duas “(...) dimensões críticas para o sucesso da empresa e úteis para relacionar os programas de Responsabilidade Social com a criação de valor: a centralidade e a especificidade. A primeira, “(...) refere-se à proximidade e compatibilidade entre a atividade de Responsabilidade Social e a missão e objetivos da empresa”, e a segunda “(...) à capacidade de a empresa captar uma parte dos benefícios gerados pelo investimento na atividade de Responsabilidade Social.”

Nesta modalidade, de relações mais duradouras, as autoras (p.73) registam que estas alianças sociais “(...) têm exigências para as organizações sociais que podem ser muito significativas. Estas são desafiadas a ultrapassar os limites da cultura e das práticas organizacionais e sectoriais, abdicando parcialmente da sua autonomia para negociar a conceção dos projetos, ajustar os seus objetivos aos objetivos do parceiro, criar hábitos de prestação sistemática de contas, ter capacidade de mudança e aprendizagem.”

Contudo, apontam (p. 74), que este impacto na gestão das organizações da ES, também lhes confere a possibilidade de alcançar uma “gestão estratégica de sustentabilidade de longo-prazo” através da “obtenção sustentada de recursos e capacidades”, para além das limitações que se colocam naturalmente, pelas “diferenças culturais entre as empresas e organizações sociais, pelos preconceitos mútuos, ou pela menor autonomia que passam a ter.”

No entanto, refira-se que as autoras (p.75) por referência a Segawa e Segal (2000), realçam que estas alianças, podem ser uma fonte de aprendizagem mútua, em que as organizações sociais “(...) podem aprender a utilizar incentivos para criar melhor performance, a estar mais atentas às necessidades do cliente e não da burocracia, a focarem-se mais nos resultados do que nos outputs, a gerar rendimento em vez de apenas o aplicar e a influenciar a mudança em vez de a controlar. Em contrapartida, as mesmas organizações podem ensinar às empresas com quem se aliam a decidir mais com base na missão do que nos proveitos financeiros e a serem mais motivadoras para os seus colaboradores.”

As autoras (p.75), concluem ainda, que estas formas de processos mais negociados e colaborações de longo-prazo, podem ser conduzidas de forma a preservar a identidade da organização e a sua missão final, dependendo do tipo de relação que se estabelece, pois aludindo a Takahashi e Smutny (2002), explicam que existem fatores facilitadores das relações de parceria, tais como a “(...) obtenção de consensos sobre os princípios dos programas a estabelecer, a identificação e prossecução de objetivos para a comunidade e a promoção de uma gestão democrática e participada dos programas.”

De acordo com o Social Economy Europe (2018, p.3), pelo seu forte compromisso social, o setor Social oferece soluções inovadoras para os principais desafios económicos, sociais e ambientais do nosso tempo, revelando ser capaz de criar oportunidades para a sociedade e contribuir para um desenvolvimento que prioriza a dimensão humana, valoriza o longo prazo e o impacto ambiental, e por isso, favorece um DS.

Neste compromisso, como Amaro (2016, p. 13) evidência, a Economia Solidária, apresenta-se como uma “(...) «gestão social alternativa» procura desenvolver conceitos, modelos, instrumentos e indicadores de gestão, adequados às características e aos valores e princípios de referência da Economia Solidária, nomeadamente quanto aos princípios da Solidariedade Democrática e da Democracia Participativa, assumindo que, em vez de «importar» ou tentar adequar modelos preparados para estratégias de maximização de lucro, é fundamental e decisivo criar e desenvolver sistemas próprios, tendo em conta que a Gestão de Pessoas, a Gestão de Vendas e de Respostas às Necessidades, as Estratégias de Comunicação, os Indicadores de Avaliação dos Valores Criados e Distribuídos, a Política e Avaliação de Qualidade, mesmo a Gestão Geral, se referem, na Economia Solidária, a outros objetivos, critérios e métodos.”

Compreende-se assim, que as empresas da ESS, pautam a sua atividade económica aos princípios da sustentabilidade¹⁶, assumindo um papel crucial no desempenho da garantia de um futuro sustentável para a UE e os seus cidadãos. Conforme menciona o CESE (2007, p. 30), os conceitos teóricos de desenvolvimento económico, apresentados por Gunnar Myrdal, Prémio Nobel da Economia, corroboram esta capacidade da ESS, pois promove efeitos propulsores ("spread effects" – desenvolvimento local e processos de acumulação) e, minimiza a regressão ou os efeitos regressivos ("backwash effects"), porque:

¹⁶ De acordo com o UNTFSSSE (2014. p. 3), pode-se referir o comércio local e o desenvolvimento económico local, que pela sua própria natureza limitam as emissões. Também algumas formas da ESS, em especial o Comércio Justo certificado, promovem o acesso ao mercado para as cadeias de valor globais, e contribuem para a sedimentação de princípios e práticas da agroecologia, essencialmente na América

“• considera os lucros reais e a sua lógica de distribuição de excedentes, demonstrando uma maior propensão para reinvestir os lucros nas áreas geográficas onde foram gerados; • mobiliza não só os agentes que mais conhecem o seu meio e se encontram nas melhores posições para iniciarem iniciativas adequadas, mas também os recursos existentes no plano local; • gera e expande o espírito empreendedor e comercial; • adapta o início e/ou a expansão de atividades económicas às necessidades locais e/ou ao tecido produtivo local; • mantém atividades económicas em vias de desaparecimento devido à sua falta de rentabilidade (por exemplo, o sector do artesanato) ou à forte concorrência (indústrias tradicionais); • gera capital social, a base institucional e crucial para a prossecução do desenvolvimento económico sustentável.”

Assim, tal como salienta o UNTFSSSE (2014), estas organizações com objetivos sociais, ambientais, com princípios e práticas de cooperação, reciprocidade, solidariedade, ética e auto-gestão democrática, subjacentes à sua atuação, são promissoras na resposta aos objetivos económicos, sociais e ambientais e nas abordagens integradas, expressamente necessárias, em áreas¹⁷ temáticas e centrais para o desafio do desenvolvimento socialmente sustentável no início do século XXI.

Conclusão, que José Alberto Pitacas (p.29), sublinha na obra “A Economia Social numa visão plural” de 2020, editada pelo CIRIEC Portugal com o apoio da Associação Mutualista, ao determinar que a “economia social prova que é possível aliar rendibilidade com solidariedade, criar empregos estáveis e dignos, reforçar a coesão social, económica e regional, gerar capital humano e social, promover a cidadania ativa, promover a sustentabilidade e a inovação social, ambiental e tecnológica.”

Consagra o autor, que “o papel da economia social e solidária na concretização dos ODS”, está expresso no sentido da sua missão, “(...) uma economia centrada na pessoa humana e na sua realização pessoal e social, num contexto ecologicamente sustentável.” O autor identifica (pp.104-105) que esta economia, integra valores e princípios alinhados com os objetivos da Agenda 2030 para o DS, tais como, os ODS 1 e 2, que dizem respeito à erradicação da pobreza

Latina, onde a ESS se identifica com o conceito indígena de Buen Vivir, que defende a necessidade de viver em harmonia com os outros e com a natureza. (UNTFSSSE, 2014. p. 3)

¹⁷ O documento aborda as seguintes áreas: i) A transição da economia informal para o trabalho decente; ii) Tornar a economia e a sociedade mais verdes; iii) Desenvolvimento económico local; iv) Cidades e assentamentos humanos sustentáveis; v) O bem-estar e o empoderamento das mulheres; vi) Segurança alimentar e empoderamento dos pequenos agricultores; vii) Cobertura universal de saúde; viii) Finanças transformadoras.

e da fome, cuja redução corresponde ao ODS 10. Sublinha, que a ESS, por ser uma atividade económica e social, que reduz a desigualdade e gera ‘capital social’, serve de instrumento estratégico que reforça a democracia e o Estado de direito, promovendo um desenvolvimento económico e social, harmonioso, justo e sustentável.

O ODS 16, que visa a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, refere o autor (p.75), coincide com a matriz genética da ESS, enquanto o ODS 17, “(...) ao pretender “fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o DS” abarca, através do conceito de parceria global, as dimensões de confiança e de compromisso que a gestão democrática e participativa destas entidades, potencia e eleva a um patamar superior.”

Para o autor, os seus valores e princípios, sustentam um ambiente de colaboração pacífica e inclusiva, de compromisso sustentável, assente nos direitos humanos, entre os quais, o trabalho digno (ODS 8) e a saúde e o bem-estar (ODS 3).

Considerando-a, uma economia de criação coletiva de pessoas, que procuram soluções, para problemas concretos e comuns, evidencia-se como indissociável do território onde atua e se compromete, consubstanciando a sua ação de “(...) sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios, das suas infraestruturas (ODS 6, 7, 9 e 11) e o uso equilibrado dos ecossistemas terrestres e dos oceanos, assim como a defesa da biodiversidade (ODS 14 e 15) obrigam a um consumo socialmente justo e ambientalmente responsável (ODS 12 e 13) e constituem condições inerentes e imprescindíveis à atuação das entidades da ESS. A educação inclusiva e equitativa e a igualdade de género (ODS 4 e 5) são, nesse contexto, necessidades objetivas para esta atuação”.

Conclui o autor, que não existe suficiente evidência do potencial da ESS para o cumprimento das metas dos ODS, tornando-se premente aumentar a visibilidade desta economia, realçando o alcance estratégico do seu papel para o desenvolvimento local e social e para mais e melhor democracia.

Evidências que o UNFTSSE (2020, p.4-7), tem vindo a semear, consagrando a “Economia Social e Solidária, um Ator Chave Na Formação De Uma Recuperação "Centrada nas Pessoas e Sensível ao Planeta"”.

O grupo, alerta para a necessidade de promover a cooperação, “(...) será necessário promover a cooperação, oferecendo serviços básicos de uma forma diferente, recuperando e criando emprego decente através de modelos organizacionais diversificados e complementares de produção.”

E as organizações da ESS como salientam, “(...) têm uma estrutura de propriedade que atribui direitos a uma variedade de partes interessadas e, portanto, têm uma estrutura de governação mais inclusiva e democrática, dando voz a todas as partes interessadas. Tal governação democrática funciona tanto internamente como externamente. A democracia é exercida internamente através da promoção da participação e do envolvimento no diálogo social no âmbito da iniciativa. Além disso, a ESS prospera em garantir que se ouve uma pluralidade de vozes na esfera pública, contribuindo assim para a emancipação de grupos e comunidades.”

Declaram que em situações como a gerada pela pandemia, é imperativo valorizar uma cidadania tão ativa e responsável, “(...) eliminando a necessidade de recorrer aos estados policiais com a consequente regressão das liberdades pessoais”, evidenciando que esta economia solidária, é fundamental, para promover o acesso aos direitos básicos, especialmente para as pessoas mais vulneráveis e “não deixar ninguém para trás”; para gerar soluções inovadoras a nível local; apoiar uma transição justa; agir como um "antídoto" anti cíclico na manutenção do emprego.

O grupo afirma, com uma chamada de atenção, a urgência de reforçar o multilateralismo e os esforços conjuntos no quadro da Agenda 2030 e, de acelerar as realizações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sublinha, que nesta mudança, é crucial incluir a ESS, para se alcançar, uma “(...) melhor recuperação no espírito de “não deixar ninguém para trás”, recomendando, que “os governos e os governos locais”, se concentrem nas causas desta crise, ao conceber medidas de reconstrução, medidas estas, que devem incluir a ESS na sua conceção e implementação, e, assim, “co-construir” políticas públicas em sectores socioeconómicos estratégicos, que transformem “(...) esta crise numa oportunidade de fazer mudanças fundamentais e permitir a tão necessária transformação da nossa sociedade e da nossa economia.”

Enquadramento Metodológico e Organizacional do Estudo de Caso

3.1. Metodologia e Fragilidades do Estudo

Neste capítulo, procurar-se-á descrever e justificar as opções metodológicas que orientaram este estudo, clarificando a natureza da investigação, descrevendo as técnicas e os instrumentos utilizados na recolha e tratamento dos dados, bem como as fragilidades encontradas.

Tendo em conta, que a escolha da metodologia pretende ser adequada aos objetivos definidos nesta investigação, a opção metodológica escolhida é o estudo do caso, que segundo Yin, R. K. (1994, p.9), “(...) não é mais do que uma de várias maneiras de fazer investigação nas ciências sociais, trazendo cada estratégia, vantagens e desvantagens subjacentes a três condições: (a) o tipo de questão de investigação, (b) o controlo que um investigador tem sobre verdadeiros acontecimentos comportamentais e (c) o foco em fenómenos contemporâneos em oposição a fenómenos históricos.”

O estudo de caso, segundo Yin (p. 15), enquadra-se por ser metodologicamente rigoroso, surgindo de um “porquê” ou “como”, com clareza de objetivos e um enquadramento teórico da investigação, que procura sustentar a questão de partida deste estudo: Como podem as empresas, através da adoção de práticas de responsabilidade social, contribuir para reforçar a ES e impulsionar o desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades?

De acordo com o enquadramento de Yin (1994), esta pesquisa assume a definição de projeto holístico de casos múltiplos, sendo um processo específico para a construção de uma investigação qualitativa, que tem como objeto de estudo uma entidade bem definida, pois debruça-se sobre o Prémio Fidelidade Comunidade, enquanto programa de responsabilidade social da empresa, e, que, procura conhecer em profundidade os “como” e os “porquê” que o caracterizam.

Identificando como unidades de análise, os projetos de três organizações sociais vencedoras da sua 1ª edição de 2017, pretende-se com os resultados deste estudo de caso, alcançar os objetivos específicos desta pesquisa, ou seja, verificar se o Prémio Fidelidade Comunidade é um agente ativo de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades e analisar se reforça as capacidades das organizações sociais das mesmas.

O estudo de caso, ao aceitar uma dicotomia entre metodologia qualitativa e quantitativa, e recorrer ao método experimental (hipotético-dedutivo), permite que o conhecimento advenda da realidade natural ou social, sendo por isso, estável e quantificável, permitindo um distanciamento entre o investigador e a realidade estudada. Enquanto metodologia qualitativa, consubstancia uma perspectiva mais interpretativa e construtivista.

Quanto aos instrumentos de recolha da informação dos dados, e, de acordo com as técnicas de análise documental, de conteúdo categorial e de estatística, utilizadas nesta pesquisa, nas diferentes etapas que a constituíram, foram concebidas respetivamente, as fichas de leitura, o guião das entrevistas e sinopses das mesmas, o ficheiro de registo dos dados estatísticos dos resultados dos três projetos em análise, procedendo a uma cruzamento da informação com vista a responder aos objetivos orientadores deste estudo, e discutir a problemática estudada com os elementos conceptuais teóricos que o fundamentaram.

Assim, e, segundo o Manual de Investigação em Ciências Sociais de 1992, de Raymond Quivy e Luc Van Campenhout, a investigação em ciências sociais, implica um processo em que o investigador terá de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, um método de trabalho (p. 13).

Para a concretização deste estudo de caso, procurou-se seguir com rigor as sete etapas que incorporam os três atos do procedimento científico que estes autores (1992, p. 25) identificam como, a rutura, isto é, romper com os preconceitos e falsas evidências; a construção, de um quadro teórico de referência que exprima a lógica que o investigador supõe estar na base do fenómeno; e, a verificação, na medida em que uma proposição só assume estatuto científico, se verificada pelos factos.

Também neste âmbito, e, como base de inspiração, atendeu-se aos três pressupostos que Isabel Carvalho Guerra (2006, p.29) identifica numa análise causal: “(...) i) o tratamento dos factos sociais como «coisas», quer dizer, a categorização a partir do exterior, independentemente do sentido que lhes pode ser atribuído pelas pessoas que os sofrem; ii) o raciocínio sociológico assemelha-se ao do conhecimento das ciências da natureza – quer dizer, é uma análise hipotético-dedutiva com base numa teoria prévia que se pretende verificar; e finalmente, iii) é necessário romper com as prenoções, nomeadamente através da refutação da subjetividade.”

Assim, nas três primeiras etapas deste *Procedimento Científico* assente num *Cronograma* (Anexo H), que incorporam a fase de rutura, segundo Quivy e Campenhout (1992), procurou-se:

Ato 1 - Rutura

Etapa 1- delinear a pergunta de partida, com clareza para ser operacional, exequível ou realista e pertinente, uma vez que serve de fio condutor desta investigação.

Etapa 2- após a formulação da pergunta de partida de forma provisória, procedeu-se à fase de exploração, através de três técnicas de recolha de dados:

a) análise documental: dos autores que compõem o quadro teórico, utilizando uma grelha de leitura adequada aos objetivos e através da elaboração de resumos, o que facilitou o processo de seleção das mesmas, mas não invalidou a primeira das fragilidades sentida no decurso deste projeto, e, que os autores referem como a “gula livresca”, implicando um verdadeiro exercício de saber voltar atrás e reaprender a refletir, para finalmente, efetuar uma seleção rigorosa da panóplia de autores, livros e artigos encontrados.

Incidiu, também, na documentação afeta às quatro fases do processo de atribuição do Prémio: a preparação e submissão das candidaturas; a avaliação das candidaturas: a formalização da concessão do apoio financeiro; a monitorização das iniciativas vencedoras.

b) análise estatística: da documentação afeta às quatro fases do processo de atribuição do Prémio, já referida.

c) análise de conteúdo categorial: decorrentes da participação, enquanto observador não participante, nas entrevistas exploratórias, conduzidas pela Sair da Casca, enquanto empresa consultora da Fidelidade, na gestão do PFC, e, com a presença da equipa interna da Fidelidade, efetuadas às equipas técnicas de 14 organizações sociais vencedoras.

Estas 14 entrevistas exploratórias às OS, foram efetuadas via online, atendendo o contexto de pandemia, podendo esta nova e única forma de comunicação, corresponder a uma das fragilidades desta investigação. Por outro lado, o facto de terem sido conduzidas pela empresa consultora Sair da Casca, revelou-se como vantagem desta pesquisa, pois permitiu colmatar a fragilidade assumida, pela falta de experiência prática que tenho nas técnicas de entrevista, permitindo ainda, que adquirisse alguma, para posterior aplicação nas entrevistas às organizações sociais que compreendem este estudo.

Procurou-se, através destas 14 entrevistas, e, em conjunto com as organizações sociais e a equipa técnica da Fidelidade e da Sair da Casca, refletir e visitar as fases do processo de candidatura dos projetos em 2017, da sua implementação e respetivas fases de monitorização, os objetivos e resultados conseguidos, mudanças e dificuldades sentidas na sua execução, e, ainda, perceber a perspetiva da organização social, face ao contributo do Prémio Fidelidade Comunidade, pontos fortes e pontos a melhorar, entre outros aspetos registados na *Grelha de Análise* dos projetos (Anexo I).

Na fase posterior a estas, e, de uma primeira leitura das entrevistas, foi possível codificar (salientar, classificar, agregar e categorizar) trechos das entrevistas transcritas e apresentadas em forma de tabela, facilitando a etapa seguinte.

Etapa 3- designada pela problemática, esta envolveu três momentos cruciais, fazer um balanço das leituras efetuadas, uma análise das entrevistas e dos dados estatísticos dos projetos das 14 organizações, que entretanto foram validados, pela equipa interna da Fidelidade e pelas 14 organizações sociais, permitindo, então, circunscrever o estudo ao quadro teórico, apresentado no capítulo 2 deste trabalho, e, que, explicita a problemática, expondo os conceitos fundamentais e a estrutura conceptual, que suportam os objetivos específicos elaborados em função da pergunta de partida, justificando, por fim, o modelo de análise.

Sublinhe-se, que face à minha posição privilegiada, enquanto colaborador do Gabinete de Responsabilidade Social da Fidelidade, me foi possível nesta fase, identificar os três projetos, alvo de análise e de estudo, permitindo desde logo uma *Análise Documental* (Anexo J) mais direcionada.

Ato 2 - Construção

Etapa 4- neste segundo ato de procedimento científico, referido por Raymond Quivy e Luc Van Campenhout (1992), como ato de construção-seleção, utilizou-se o método hipotético-dedutivo para a construção do modelo de análise. Sendo este um prolongamento natural da problemática, é composto por conceitos e hipóteses estreitamente articulados entre si e construídos para que em conjunto formem um quadro de análise coerente.

Uma vez que a conceptualização dos conceitos, se apresenta como uma construção que pretende espelhar a visão do investigador sobre alguns dos aspetos da realidade a estudar, definiram-se então, as dimensões dos conceitos e respetivos indicadores, que pretendem garantir a refutabilidade das hipóteses pelo seu carácter de generalidade, permitindo serem testadas e admitindo enunciados contrários teoricamente suscetíveis de verificação, compondo a *Grelha Analítica* (Anexo K) desta análise.

Ato 3 - Verificação

Etapa 5- esta fase da observação, que compreendeu as operações necessárias à validação do modelo de análise por confronto com dados observáveis, traduziu-se em reunir os dados pertinentes para a verificação das hipóteses e determinados pelos indicadores.

Nesta fase, confirmou-se, que o campo desta análise empírica, incidiria em três projetos vencedores da 1ª edição do Prémio Fidelidade Comunidade, tendo em conta, o âmbito dos projetos, o espaço geográfico e social, em que se enquadram, a relação de confiança existente com

a equipa interna da Fidelidade, e o tempo necessário para proceder à conceção do instrumento de observação, testar o mesmo, e recolher as informações.

Com vista a encetar esta etapa, e, de acordo, com os objetivos desta pesquisa, através de uma observação indireta, a técnica de recolha de dados utilizada, foi novamente, a análise de conteúdo categorial, por consistir, tal como refere Isabel Guerra (2006) na (...) “identificação das variáveis cuja dinâmica é potencialmente explicativa de um fenómeno que queremos explicar” (p. 80).

Efetuaram-se, neste sentido, três entrevistas semi-diretivas às gestoras dos projetos, suportadas pela construção de um *Guião* (Anexo L) prévio, assente nas dimensões de análise e indicadores, que decorreram com a Coordenadora do Departamento Ação Social e Projetos da MUTUALISTA COVILHANENSE; a Diretora de Serviços e à Fisioterapeuta do CASSAC; e a Diretora Técnica do Fórum Sócio Ocupacional do CEERDL.

Também nesta fase, se apurou a necessidade de recorrer a outros métodos complementares de recolha de dados quantitativos, procurando colmatar a fragilidade apurada nos formulários de candidatura e respetivos relatórios, que não solicitavam por informação quantitativa suficiente, nem salvaguardava a necessidade de recolher evidências formais. Esta análise, decorreu por suporte da construção de uma grelha de análise e conclusões dos projetos, onde se registaram as atividades, resultados, sinergias, mudanças e opiniões.

Etapa 6- reservada à análise das informações, esta fase implicou a transcrição das três entrevistas e respetiva *Grelha Análise de Conteúdo Categorial* (Anexo M), mediante uma leitura cuidada das mesmas através da construção das suas sinopses numa grelha vertical, permitindo uma leitura horizontal, onde se cruzaram os temas do guião.

Procurou-se ainda, como referido, procurar complementar estes dados, através da recolha de informação quantitativa do registo de opiniões e avaliações das partes interessadas dos projetos em análise. No entanto, aponta-se aqui, como fragilidade deste estudo, o facto de, não se ter conseguido reunir atempadamente, toda a documentação de suporte, de alguns dos indicadores quantitativos, que validam as dimensões em análise, bem como efetuar a consulta às partes interessadas identificadas na entrevista e que reforçariam as conclusões desta pesquisa.

Acrescenta-se, ainda, nesta fragilidade, a constatação de que as organizações sociais em análise, não têm a prática da recolha de dados de forma formal. Por sua vez, a recolha dos dados informais quantitativos existentes, implicaria alguma disponibilidade de tempo e recursos das três Organizações, o, que, face a estes tempos de pandemia, se tornou inviável e contraproducente.

No entanto, toda a informação qualitativa e quantitativa apurada, e resultante da análise da documentação dos projetos e das entrevistas, foi confirmada e validada, junto das respetivas equipas das Organizações Sociais e da Fidelidade, que acompanharam os três projetos, e suportam a informação da *Grelha Analítica e Conclusões* (Anexo N).

Etapa 7- as conclusões deste trabalho procuram espelhar, tal como referem Quivy e Campenhoudt (1992, pp. 237-238) a recapitulação do procedimento seguido, e, que, permitiu a consolidação da pergunta de partida, evidenciando o modelo de análise aplicado na sua conceção, demonstrando o campo de observação, dos métodos utilizados e das observações efetuadas, ressaltando uma comparação entre os resultados hipoteticamente esperados e os observados, finalizando com uma retrospectiva das principais interpretações das suas diferenças, explanando os novos conhecimentos e as suas consequências práticas.

3.2. A Fidelidade e o Prémio Fidelidade Comunidade (PFC)

A Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A., opera no mercado português desde 1808, e hoje o grupo é composto por diversas empresas (Fidelidade, Multicare, OK!teleseguros, Fidelidade Property, Fidelidade Assistance, Safemode , GEP e Fidelidade Car Service), integradas numa estratégia de expansão e internacionalização que abrange já Espanha, França, Luxemburgo, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Macau, dentro do universo da Fosun International Limited.

O posicionamento atual do Grupo, em total consonância com as regras de solvência, de gestão de riscos, de governo das sociedades e de conduta de mercado e ética empresarial, assume como eixos de desenvolvimento da sua atuação estratégica, os desafios da longevidade da população, da prevenção na saúde e da inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade permanente.

Foi neste sentido, conforme descrito no site <https://www.fidelidadecomunidade.pt/>, que em 2007, as empresas do Grupo Fidelidade abraçaram um projeto de responsabilidade social ambicioso e inovador, o programa de responsabilidade social Fidelidade Comunidade. Em prol de um mundo mais sustentável, promovendo maior equidade social, respeito pelo ambiente e a aposta na inovação, este desenvolve-se em duas vertentes, externa e interna, mas em torno de grandes eixos, procurando sempre sinergias entre ambas.

É então, no eixo externo, que o Prémio Fidelidade Comunidade, assume o seu papel desde 2017, enquanto estratégia de sustentabilidade e negócio da Companhia, que de forma estruturada, e de acordo com Jorge Magalhães Correia, Presidente do Conselho de Administração da Fidelidade, “procura responder às problemáticas da sociedade, assumindo como missão a consolidação e promoção do terceiro setor, através do apoio a instituições que desenvolvam a sua atividade nas áreas da inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade, da prevenção em saúde e do envelhecimento, áreas estas que correspondem à essência dos impactos da atividade seguradora: a proteção das pessoas, do seu património e da atividade económica, no presente e no futuro”.

O Prémio consubstancia-se com a atribuição de apoio financeiro, a propostas de intervenção apresentadas por instituições que pretendem promover o seu desenvolvimento ou reforçar as suas atividades nas áreas referidas, contando em 2017, com uma verba total de 500 mil euros, que em 2021 assumiu o valor de 750 mil euros a atribuir em 2 fases, como forma de materialização do seu compromisso de envolvimento com a comunidade em reduzir as desigualdades (ODS 10) e de corporizar a sua missão de fortalecer o setor social.

A primeira edição do prémio recebeu cerca de 600 candidaturas, provenientes de todo o país, com 73% a candidatarem-se ao “Apoio a Projetos” e 27% ao “Apoio à Sustentabilidade”, onde se distinguiram 21 organizações sociais, selecionadas por um júri¹⁸ de elevada notoriedade, que reflete diferentes visões e experiências, grande conhecimento da realidade social portuguesa e sensibilidade para temas relacionados com a sustentabilidade e RSE.

Importa ainda referir, que o processo de candidatura ao PFC, se efetua mediante quatro fases: Preparação e submissão das candidaturas; Avaliação das candidaturas¹⁹; Formalização da Concessão do Apoio Financeiro e Monitorização das iniciativas vencedoras²⁰.

¹⁸ O júri foi constituído por Maria de Belém Roseira, ex-Ministra da Saúde e da Igualdade; Madalena Santos Ferreira, jurista; Isabel Capelo Gil, Reitora da Universidade Católica Portuguesa; Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social; e Jorge Magalhães Correia, Presidente do Grupo Fidelidade.

¹⁹ Os critérios de avaliação das candidaturas, decompõem-se pela qualidade técnica da candidatura; experiência e solidez da instituição; potencial impacto na comunidade; viabilidade técnica e financeira; sustentabilidade (possibilidade de continuidade da iniciativa apresentada, uma vez esgotado o Apoio Financeiro e o seu impacto futuro na entidade); parcerias; avaliação e monitorização.

²⁰ A informação das edições do Prémio Fidelidade Comunidade, pode ser consultada em www.premio.fidelidadecomunidade.pt.

3.3. Enquadramento das Organizações e dos Projetos

Como já evidenciado, este estudo recai na análise de três organizações sociais e respetivos projetos vencedores da 1º edição do Prémio Fidelidade Comunidade de 2017, designadamente, a MUTUALISTA COVILHANENSE - Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhane; o CASSAC - Centro de Apoio Social Serra D’Aire e Candeeiros; e o CEERDL - Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor, CRL.

Apesar do seu estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), a sua natureza jurídica difere, sendo que:

MUTUALISTA COVILHANENSE, com atuação no Concelho da Covilhã, é uma associação mutualista, fundada em 1930 e integrante da União das Mutualidades Portuguesas, com o objetivo de “amparar os fracos que caíssem na doença”, com forte vocação na área da Saúde. Dispõe de uma rede de serviços de saúde, constituída por um centro clínico e uma farmácia social exclusiva para associados. A saúde, está na génese da criação desta associação, que tem uma forte atuação na área do envelhecimento, e, que, ao longo dos anos, se tem envolvido também em projetos de âmbito social, entre os quais se destacam as Hortas Sociais, Cantina Social, Teleassistência e Apoio a Doentes e Cuidadores de Doentes de Alzheimer.

CASSAC, surge em 2003, como uma Associação das freguesias de Arrimal e Mendiga, Serro Ventoso e São Bento, pertencentes ao concelho de Porto de Mós, que numa iniciativa parceira, congregaram esforços, para superar conjuntamente uma carência da população, a ausência de equipamentos sociais de apoio à terceira idade. Assegura serviços de apoio domiciliário à população idosa ou em situação de dependência, proporcionando a higiene e conforto pessoal, alimentação e apoio nas refeições, tratamento de roupa, limpeza da casa, assistência medicamentosa, fisioterapia e acompanhamento a consultas médicas, entre outros serviços.

O CEERDL, inserido na zona das Caldas da Rainha como Cooperativa de Solidariedade Social, desde a sua fundação em 1976, dedica-se à prestação de serviços que promovam a qualidade de vida de pessoas com incapacidades e das suas famílias, com vista ao desenvolvimento das condições de acesso aos seus direitos de cidadãos, em igualdade de oportunidades. É, uma instituição de apoio a grupos vulneráveis, que presta serviços de ocupação, reabilitação terapêutica, apoio residencial, apoio domiciliário, formação profissional e apoio ao emprego de pessoas com deficiência e com doença mental. A entidade tem ainda serviços de lavandaria, restaurante, jardinagem, floricultura e piscina, que utiliza para promover também a formação e integração destes públicos.

Estas organizações, enquanto IPSS, define o guia prático (2014, p.4), representam um conjunto de “(...) pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”, através da “(...) concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades.”

Neste sentido, revela-se pertinente, efetuar um breve enquadramento e diagnóstico territorial destas organizações, como forma de reforçar e acentuar, os desafios diagnosticados nas suas comunidades, e, que, consubstanciam as soluções, formalizadas nas candidaturas dos seus projetos, cujos principais resultados, se analisam no ponto seguinte.



A MUTUALISTA COVILHANENSE: inserida no concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, enfrenta um índice de envelhecimento de 173,00 (2010), em que de acordo com o Diagnóstico Social em termos de saúde se identificam e pri-

orizam alguns problemas nesta população idosa, tais como, a insuficiência de cuidados de saúde no domicílio, a falta de educação para a saúde, a insuficiência de estruturas de apoio a idosos dependentes, e, a indiferença da sociedade civil, perante esta problemática. Também, se reconhece, a falta de estruturas com atividades lúdicas e ocupacionais para os idosos, insuficiências de estruturas de apoio a idosos, e a sua infoexclusão.

Como um dos principais agentes da ES da região da Beira Interior, o seu projeto enquadrado numa geodemografia de população envelhecida e com registo de significativa dispersão geográfica, procura fazer face, à existência de freguesias com limitações físicas ou geográficas de acesso aos cuidados de saúde, com falta de transportes e elevados custos inerentes às deslocamentos, que promovem um isolamento social e a inatividade destas populações.

A MUTUALISTA COVILHANENSE, durante um ano e sob o financiamento de outra entidade privada, disponibilizou, através de uma unidade móvel, serviços de enfermagem e cuidados psicológicos, a cerca de 1600 idosos em situação de pobreza e exclusão social, na sua área de intervenção. Terminado o financiamento, e adquirindo um conhecimento real e efetivo das necessidades desta população, a associação identificou necessidades de promoção da partilha de experiências, reflexão crítica e promoção da qualidade de vida dos idosos.

PROJETO: integrar assistência médica nos serviços de enfermagem da unidade móvel de saúde e criar uma oficina de atividades composta por atelier de informática, multimédia e exercício físico.

Nome do Projeto	Envelhecer com a Fidelidade
Valor atribuído	25.022,07€
Tipo apoio	Apoio à Sustentabilidade
Tema/Categoria	Prevenção na Saúde (subcategoria: Envelhecimento Ativo)
Âmbito Regional	Concelho Covilhã (Distrito Castelo Branco)
Nrº Beneficiários	1800
Duração projeto	2018-01-02 a 2018-12-31
Beneficiários Faixa etária	Idosos (mais de 65 anos)
Beneficiários - Perfil	Pessoas com deficiência ou incapacidade permanente; Pessoas com doenças degenerativas; Pessoas com doenças crónicas; Outros.
Objetivo Principal	Melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população idosa através de prestação de cuidados de saúde, combate à exclusão social e tecnológica, estímulo à criatividade e promoção do exercício físico.
Atividades propostas	<ul style="list-style-type: none"> •Contratação de Recursos Humanos – 3 / 1 Médico, 1 Profissional de desporto e 1 Técnico de informática •Distribuição de cartazes de divulgação – 1000 •Estabelecimento de parcerias – 20 •Dinamização do atelier de informática e de atividades de exercício físico – 80+80 sessões •Realização de atividades relacionadas com saúde com os beneficiários – 3000



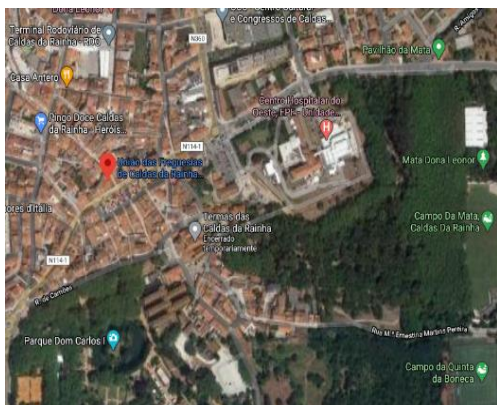
O CASSAC: inserido no concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria, visa responder a um índice médio de envelhecimento de 156,05 (Censos 2011) nas freguesias de Arrimal, Mendiga, São Bento e Serro Ventoso, e de 168,3 no ano de 2016 (NUTS 2013) no concelho de Porto de Mós, acrescentando neste a preocupação social do índice da dependência dos idosos (33,9) ser superior ao nível nacional (32,5).

O projeto, abrange uma área geográfica extensa (freguesias de São Bento e Serro Ventoso e união de freguesias de Arrimal e Mendiga), envolvendo zonas bastante isoladas e distantes da sede do concelho, local mais próximo, onde é possível encontrar equipamentos sociais de apoio à terceira idade, mas numa realidade, em que se deparam com longas listas de espera, com uma rede de transporte deficitária, revelando-se inadaptada para os idosos com dificuldades de mobilidade e de saúde, implicando uma deslocação de várias horas perdidas no transbordo.

O CASSAC, pretende dar resposta à ausência de equipamentos sociais de apoio à terceira idade no concelho de Porto de Mós. Assegura, serviços de apoio domiciliário à população idosa ou em situação de dependência, como, higiene e conforto pessoal, alimentação e apoio nas refeições, tratamento de roupa, limpeza da casa, assistência medicamentosa, fisioterapia e acompanhamento a consultas médicas, entre outros serviços.

PROJETO: promover a qualidade de vida e saúde aos idosos, assegurar a extensão do serviço de fisioterapia a mais idosos.

Nome do Projeto	Fisioterapia no domicílio
Valor atribuído	4.098,28€
Tipo Apoio	Apoio à Sustentabilidade
Tema/Categoria	Prevenção em Saúde (subcategoria: Envelhecimento Ativo)
Âmbito Regional	Leiria
Nrº Beneficiários	826
Duração projeto	2016-07-04 a 2020-12-31
Beneficiários Faixa etária	Idosos (mais de 65 anos)
Beneficiários - Perfil	Pessoas com deficiência ou incapacidade permanente
	Pessoas com doenças degenerativas
	Pessoas com doenças crónicas
	Vítimas de acidentes, outros.
Objetivo principal	Proporcionar o serviço de fisioterapia ao domicílio a um maior número de pessoas idosas ou com deficiência; criar melhores condições no serviço existente, aumentando a qualidade de vida e saúde da população mais vulnerável.
Atividades propostas	<ul style="list-style-type: none"> •Aquisição de 61 equipamentos de fisioterapia para o projeto •Realização de 45 sessões grupais de 45 minutos •Realização de 700 sessões individuais de 45 minutos (avaliação, tratamento, reavaliação) •Divulgação do projeto através de 15 ações de dinamização de marketing



O CEERDL: inserido no concelho de Caldas da Rainha, distrito de Leiria, apresenta-se como uma frente aos desafios do Diagnóstico Social de 2014, que identifica na área de Formação e Emprego, o problema do elevado nível de desemprego e dificuldade de reconversão profissional na deficiência, bem como na área da Cidadania e Participação, o estigma social (não aceitação da diferença – deficiência e doença mental).

O seu projeto, criado no âmbito de um protocolo celebrado com a União de Freguesias, Nossa Sr.^a do Pópulo, Coto e S. Gregório, abraça o desafio do estigma associado à doença mental, que sendo ainda bastante acentuado, condiciona a participação e inclusão social, conduzindo a um auto estigma, que se caracteriza pela autoexclusão, isto é, as pessoas com doença mental, deixam de desempenhar os seus papéis sociais, passando a adotar uma visão passiva e de auto desvalorização, sendo a empregabilidade destes públicos, um desafio acrescido a este problema.

Também, o isolamento, a desocupação e o sentimento de inutilidade, contribuem largamente, para a descompensação clínica, que, por conseguinte, conduz a internamentos que inevitavelmente reforçam a exclusão social e o estigma. O CEERDL, assumindo que o estigma associado à doença mental, se mantém bastante acentuado e condiciona a participação e inclusão social, que conduz ao auto estigma e autoexclusão, reforça que a empregabilidade destes públicos, é um desafio acrescido a este problema.

No âmbito, do seu protocolo, com a União de Freguesias de Caldas da Rainha-Nossa Sr.^a do Pópulo, Coto e S. Gregório, para garantir a manutenção da Mata Rainha D. Leonor, procura que o trabalho de embalagem, armazenamento e comercialização dos produtos, seja realizado por pessoas com doença mental, e, assim, contribuir para gerar sentimentos de pertença à comunidade e para a reabilitação psicossocial.

PROJETO: adquirir equipamento para realizar atividades de transformação do desperdício (resíduos da manutenção dos espaços verdes, folhagem e arvoredos) em matéria comercializável (composto orgânico, através da compostagem) e lenha variada.

Nome do Projeto	Produtos da Mata Rainha D. Leonor
Valor atribuído	4.937,09€
Tipo apoio	Apoio à Sustentabilidade
Tema/Categoria	Inclusão Social (subcategoria: Empregabilidade de Pessoas Vulneráveis ou com Deficiência ou Incapacidade Permanente)
Âmbito Regional	Leiria

Nrº Beneficiários	18
Duração projeto	2018-01 a 2018-12
Beneficiários Faixa etária	Jovens (18-25 anos) Adultos (26-65 anos)
Beneficiários - Perfil	Pessoas com deficiência ou incapacidade permanente
Objetivo principal	Promover a inclusão pela ocupação em atividades socialmente úteis; transformar o desperdício em matéria comercializável, promovendo o conceito da reutilização e sustentabilidade; diminuir o estigma associado à doença mental.
Atividades propostas	<ul style="list-style-type: none"> •18 beneficiários em ocupação útil •Nº de produtos produzidos (lenha e fertilizante - 6000+6000 sacos estampados) •Volume de negócios – 700 •8 iniciativas Divulgação Comunidade •>5 Satisfação com Qualidade Vida (Indicador Quest Whoqol) •Avaliação da satisfação - 70% dos beneficiários Muito Satisfeitos

3.4. Análise dos Principais Resultados da Investigação

Com o aprofundamento e validação da informação, subjacente ao processo de análise documental, estatística, e, de conteúdo categorial (Anexos I a M), perspetiva-se, agora, encontrar os principais resultados da investigação, suportados nos indicadores definidos, para alcançar um entendimento mais sustentado, sobre a inquietação inicial desta pesquisa, de perceber, *Como podem as empresas, através da adoção de práticas de responsabilidade social, contribuir para reforçar a economia social e impulsionar o desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades?*

Numa primeira fase, apresentam-se de forma sucinta, as atividades e resultados, alcançados pelos projetos em análise, procurando-se facilitar a leitura, da demonstração e exploração, dos dados obtidos, através da Grelha Analítica Conclusões (ANEXO N), onde se evidencia, a correlação dos indicadores de análise quantitativa e qualitativa, com as *dimensões económica, social, territorial, ambiental, cultural e política*, do conceito de *Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado*, subjacente ao objetivo específico deste trabalho, que se explora de seguida.

Atividades e/ou Resultados dos Projetos	
Valor 25.022€	Projeto: ENVELHECER COM A FIDELIDADE
MUTUALISTA COVILHANENSE	<ul style="list-style-type: none"> •2429 rastreios de saúde •500 consultas médicas •194 sessões de exercício físico e 100 participantes

Associação de Socorros Mútuos	<ul style="list-style-type: none"> •78 sessões de informática e 80 participantes •45 ações de sensibilização sobre diversas patologias
Atuação no Concelho da Covilhã	<ul style="list-style-type: none"> •Produção de material de divulgação e comunicação do projeto na comunidade (400 folhetos, 100 cartazes e 40 notícias nos media)
Valor 4.098€	Projeto: FISIOTERAPIA NO DOMICÍLIO
CASSAC - Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros	<ul style="list-style-type: none"> •66 novos beneficiários, até ao final de 2019 •79 sessões de mobilidade ativa (estavam previstas 45) dirigidas à população idosa, em grupo •907 sessões individuais (estavam previstas 700) •18 ações de dinamização de marketing
Atuação no Concelho do Porto de Mós	
Valor 4.937€	Projeto: PRODUTOS DA MATA RAINHA D. LEONOR
CEERDL - Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor	<ul style="list-style-type: none"> •19 utentes envolvidos nas atividades de pesagem e embalamento e capacitados para esta nova área ocupacional •Produção e embalamento de 500 sacos de fertilizante e 500 sacos de lenha, até ao final de 2019 •Encomendas por parte de distribuidores de lenha, pela Ecolenhas Unipessoal Lda, e de ambos os produtos pela Cooagrical, Cooperativa Agrícola, e a Agriloja •8 iniciativas de divulgação do projeto na comunidade, nomeadamente na Rede Social das Caldas da Rainha, meios digitais, revistas várias e presença na feira do cavalo lusitano e na feira dos frutos
Atuação na zona das Caldas da Rainha	

Objetivo Específico: *Verificar se o Prémio Fidelidade Comunidade é um agente ativo de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável e integrado.*

Conceito: *Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado*

Dimensão Económica

Indicadores

Nr técnicos contratados / renovados

Nr serviços/produtos criados/apoiados pelos projetos

Valor de receitas criadas pelos projetos

Tendo o PFC, desde a sua 1ª edição de 2017, a missão de consolidar e promover o terceiro setor, a pretensão da análise desta dimensão, recai na aferição dos efeitos, que o financiamento destes projetos, promoveu a nível da criação ou manutenção de empregos, na capacidade de produção de bens e serviços, e na criação de valor de receitas, que evidencie uma redistribuição

de recursos, contributiva, para que as coisas aconteçam de forma sistémica e integrada, isto é, sustentável.

No que se refere, à MUTUALISTA COVILHANENSE, podemos afirmar, que o financiamento do projeto “ENVELHECER COM A FIDELIDADE” pelo PFC (25.022,07€), com a contratação de três profissionais (1 Médico, 1 Profissional de Desporto e 1 Técnico de Informática), equipamento informático e outros materiais diversos, criou, entende a diretora, as “(...) condições para a implementação deste projeto no terreno e contribuir para melhorar a qualidade de vida da população rural idosa, em freguesias mais isoladas do concelho da Covilhã.”

Permitiu, conforme notifica a organização no seu site, a “(...) expansão do serviço médico da Unidade Móvel de Saúde e de Apoio Psicológico e Social a Aldeia de São Francisco de Assis, Barroca Grande, Casal de Santa Teresinha, Vale da Cerdeira, Cambões, Minas da Panasqueira e São Jorge da Beira”, e, o lançamento e arranque da nova iniciativa “Oficina de Atividades”, integrada na UMS, com dois ateliês temáticos, Exercício Físico e Informática/Multimédia.

Conforme, refere o Presidente da Mutualista Covilhanense, Nelson Silva, “(...) este prémio assume especial importância porque ajudará a Associação a levar ainda mais serviços às populações das freguesias rurais do concelho da Covilhã servidas pela Unidade Móvel, numa abordagem cada vez mais holística da pessoa idosa, em complementaridade com os que já vem prestando desde 2016 (...), (...) continua, assim, a crescer e a expandir a sua atuação em prol do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida das populações”, chegando atualmente, (...) com regularidade a 9 localidades do concelho da Covilhã e é composto por uma equipa multidisciplinar das áreas da medicina, enfermagem, farmácia, psicologia e social.”

Já a Oficina de Atividades, explica “(...) consiste na realização de ateliês temáticos gratuitos nas localidades servidas pela Unidade Móvel de Saúde. É uma iniciativa que está a ser implementada gradualmente, em articulação com as Juntas de Freguesias, e ajustada às necessidades de cada uma das populações”, acrescentando “(...) Vale da Cerdeira e Casal de Santa Teresinha têm Exercício Físico e Informática/Multimédia todas as sextas-feiras de manhã, nas antigas instalações das escolas primárias, espaços que cerca de duas décadas depois do seu encerramento reabriram para acolher a Oficina de Atividades. A iniciativa está ainda a servir a população de Cambões, também da freguesia de São Jorge da Beira, que participa nas sessões de Casal de Santa Teresinha.”

Conforme anuiu a Diretora, com o financiamento do PFC, “(...) foi possível o alargamento do projeto da UMS, e criar o projeto da Oficina itinerante”, em que “(...) o reforço positivo, a enorme disponibilidade, a tolerância e os múltiplos apoios, e, ajudas recebidas, por parte da

equipa técnica, foram decisivas para o sucesso e reafirmação do projeto”, pois “(...) minimizou os custos de funcionamento dos Ateliers nas antigas escolas primárias desativadas”, e “(...) foi importante, para a divulgação do projeto e dinamização das atividades propostas”, culminando, como acrescenta, no posterior “(...) alargamento do projeto da UMS a Verdelhos e Pereiro, e do projeto da oficina itinerante a Trigais, uma aldeia isolada geograficamente, com cerca de cinquenta idosos, desprovida de serviços, apenas um café, sem cuidados de saúde, há mais de dez anos sem médico, e, para agravar, sem transportes.”

Quanto ao valor de receitas, criadas pelo projeto “Envelhecer com a Fidelidade”, ressalva-se, nesta análise, a fragilidade da inexistência de dados, que permitam aferir a poupança gerada, podendo deixar-se a nota, da confirmação em entrevista, que o valor de receitas, é sempre reinvestido nos projetos internos, justificando a Diretora, que só assim é possível manter os profissionais nos projetos. Acrescenta-se ainda, que as atividades financiadas não visavam o objetivo financeiro, sendo gratuitas e procurando criar outros “valores”.

Na análise ao financiamento do projeto (4.098,28€), “Fisioterapia no domicílio”, do CAS-SAC, evidencia-se a aquisição de 61 equipamentos de fisioterapia, que reforçaram a manutenção de um posto de trabalho (fisioterapeuta), com os serviços de fisioterapia ao domicílio e sessões de mobilidade ativa, que refere a diretora “(...) apesar do valor cobrado ser simbólico, obtivemos um resultado positivo”, respondendo às necessidades das populações da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga e das Freguesias de São Bento e Serro Ventoso, do Concelho de Porto de Mós, Distrito de Leiria.

Não obstante, da confirmação do reinvestimento do valor de receitas nos projetos internos, assume-se, também aqui, a fragilidade de não existir informação sistematizada, que viabilize determinar o seu peso, ressalvando-se, porém, o apontamento da fisioterapeuta, ao referir que a “(...) aquisição de material, sem o qual não poderíamos aumentar o serviço de fisioterapia ao domicílio”, confirmando uma eficiência no trabalho, que permitiu satisfazer mais beneficiários, salientando, que “(...) alguns deles, estão comigo desde o início do projeto.”

Conforme referido na entrevista, para além do apoio financeiro do PFC ter sido “(...) muito importante para o desenvolvimento do projeto”, também se salientou a importância deste, na visibilidade do projeto e da organização, essencialmente na realização da conferência “Cuidar de quem cuida”, e, refere a diretora, na “(...) produção do vídeo, pela visibilidade e divulgação que proporcionou”, opinião que se estendeu a todos os projetos.

Quanto, ao CEERDL, o financiamento do PFC (4.937,09€), ao projeto “Produtos da Mata Rainha D. Leonor”, executado nas suas instalações no Concelho de Caldas da Rainha, Distrito de Leiria, revelou-se, de acordo com a diretora técnica do FSO-Fórum Sócio Ocupacional, “(...)

muito importante pois permitiu financiar a globalidade do projeto”, isto é, criar uma área ocupacional, para pessoas com deficiência ou incapacidade permanente, gerida por um Monitor do FSO, adquirindo diversos equipamentos (embalagem, selagem, pesagem, impressão e de corte), e criando e produzindo de dois produtos, “Fertilizante Orgânico” e “Lenha Variada”, comercializados sobre a marca, “Produtos da Mata Rainha Dona Leonor”, concebida, mediante a contratação de um Designer, contemplada em candidatura.

No seu desenvolvimento, conforme salienta a diretora, “(...) a equipa de acompanhamento foi extraordinária, prestando o apoio necessário e acompanhando a evolução do projeto (...), “(...) pois tratando-se de um projeto de âmbito local, a Fidelidade fez chegar aos seus clientes a informação deste projeto, através das agências locais.” Na realidade, este acompanhamento e apoio, observado por mim, pela proximidade diária, que tenho da equipa do PFC, revelou-se fundamental, para a conclusão do processo de imagem dos produtos, e, para a criação do código de barras, necessário para a sua venda em espaços comerciais.

Como identificado nas fragilidades desta análise, também neste projeto, não foi possível, recolher a informação do valor das receitas criadas, contudo, refere a diretora técnica do FSO do CEERDL, ao abordar a receptividade da apresentação do projeto, em sede de reunião alargada à Rede Social de Caldas da Rainha, “(...) salientaram as características de reutilização, sustentabilidade, inclusão social de pessoas com doença mental dando visibilidade das suas competências e potencialidades, e destaque, para o fecho de um ciclo ambiental, com o reinvestimento do valor das vendas no projeto.”

Assim, pelas evidências que o financiamento destes projetos, viabilizaram a contratação e renovação de cinco contratos de trabalho, a aquisição de equipamentos informáticos, de fisioterapia, e de embalagem, assim como a materiais diversos, e, recursos humanos especializados, que dão suporte à atividade de três serviços, uma oficina de atividades, uma área ocupacional, e à criação de dois produtos, ao garantir a “prevenção na saúde e o envelhecimento ativo”, a “qualidade de vida e a saúde da população idosa com fisioterapia no domicílio”, e a “empregabilidade de pessoas com doença mental através da manutenção de espaços verdes”, certamente, que a fragilidade de sistematização de informação financeira dos projetos, não invalida, a confirmação que o apoio do PFC a estes projetos, revela uma contribuição positiva, para a sustentabilidade económica das três OS.

Considera-se, que os projetos revelaram a implementação de práticas de dimensão económica, pois criaram condições de autossuficiência mediante a promoção e produção de bens comuns, participaram e dinamizaram redes colaborativas de produção e distribuição,

reforçaram, e, finalmente, porque criaram parcerias com empresas e outros agentes económicos locais, na criação e execução das suas iniciativas económicas de base local.

Dimensão Social

Indicadores
Nr beneficiários diretos
Nr rastreios de saúde
Nr consultas médicas
Nr sessões de fisioterapia/individuais
Nr sessões mobilidade ativa/grupo
Nr sessões de informática
Nr sessões exercício físico
Nr dias atividades ocupacionais socialmente úteis
Grau satisfação dos beneficiários dos projetos

Os propósitos, implícitos aos três projetos em análise, respetivamente de “prevenção na saúde e o envelhecimento ativo”, de “qualidade de vida e a saúde da população idosa com fisioterapia no domicílio”, e, de “empregabilidade de pessoas com doença mental através da manutenção de espaços verdes”, demarcam desde logo, a sua orientação para as prioridades da prossecução da coesão social destas comunidades.

Procurar combater a pobreza e exclusão social, lutar pela promoção da igualdade de oportunidades, e, criar oportunidades de contratação de pessoas excluídas ou desfavorecidas, são virtudes inerentes aos três projetos, estando a sua utilidade social e interesse coletivo, desde logo, implícitas ao seu financiamento, pressupondo-se evidenciar nesta dimensão, o número de beneficiários diretos, impactados pelas atividades desenvolvidas, procurando confirmar, se estas, se manifestaram na sua satisfação e bem-estar, e, por conseguinte, nas suas comunidades.

O financiamento do projeto da MUTUALISTA COVILHANENSE, como referiu a Coordenadora, permitiu a “(...) contratação de técnicos especializados, para se deslocarem às freguesias mais rurais do concelho da Covilhã, atendendo às limitações geográficas e temporais de acesso”, “(...) foi possível o alargamento do projeto da UMS a Verdelhos e Pereiro”, tendo realizado esta UMS, um total de 2929 rastreios de Saúde²¹ e 500 consultas de clínica geral, nas

²¹ Foram realizados rastreios cardiovasculares (glicémia, triglicéridos, colesterol, tensão arterial, etc); atos de enfermagem (pensos, injeções, etc); promoção do uso correto do medicamento, através do serviço de Preparação Individualizada da Medicação (PIM); ações de sensibilização sobre os problemas de Saúde mais frequentes, a necessidade de estilos de vida saudáveis e as situações de risco sazonais. Esta Unidade Móvel, prestou ainda apoio psicológico e social, identificando situações de pobreza e de exclusão social e providenciando respostas sociais (rastreios ao nível da saúde mental, apoio psicológico e social; avaliações psicológicas; acompanhamento psicológico individual e/ou em grupo, partindo da avaliação das necessidades).

freguesias de S. Jorge da Beira, de Erada e na União de Freguesias Teixoso-Sarzedo, localidades onde o Serviço Nacional de Saúde não chega ou é insuficiente (com limite de número de consultas).

Já com o apoio, à iniciativa da “Oficina de Atividades”, salienta a mesma, foi possível estender, “(...) o projeto da oficina itinerante a Trigais”, salientando que, “(...) com as sessões do Ateliê Multimédia, realizaram a produção de conteúdos, através da metodologia participativa Photovoice, uma forma de intervenção pelo bem-estar dos seniores, técnica através da qual os participantes, capturam as suas realidades quotidianas, sob a forma de imagens, dando assim voz, à sua experiência individual ou coletiva, projetando-a e partilhando-a.”

Com este serviço, da Oficina de Atividades, como refere o Presidente da Direção da Mutualista Covilhanense “(...) estamos a alargar e a intensificar a nossa atuação nas freguesias rurais no âmbito da Unidade Móvel, com o intuito de melhorar cada vez mais a qualidade de vida das suas populações, mas também a reforçar a promoção do envelhecimento ativo e saudável, a combater o isolamento dos seniores e, no que respeita em concreto à Informática/Multimédia, a impulsionar a inclusão digital.”

Concretamente, apesar da fragilidade encontrada, pela inexistência de informação quantitativa, que permita validar os objetivos específicos do projeto²², é possível evidenciar, que o financiamento do PFC, alcançou a promoção do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão digital e do combate ao isolamento, dos 180 idosos, que participaram nas 78 sessões de informática e nas 194 de exercício físico (respetivamente, 80 e 100 participantes respetivamente).

Quanto ao grau de satisfação dos seus beneficiários, a análise deste indicador revelou-se impossível de concretizar, pois a organização, revelou não ter uma metodologia de avaliação de impacto dos projetos, apenas sendo possível, confirmar uma recolha de opinião informal dos beneficiários e cuidadores, pois conforme salientou a coordenadora do projeto, existe uma “(...) atitude proativa por parte dos idosos e seus familiares de notificar a entidade relativamente ao estado de saúde devido à relação estabelecida”, percebendo e reconhecendo a necessidade e a importância desta ferramenta de avaliação.

²² Os objetivos específicos são: - Melhorar o nível de saúde prestando cuidados de enfermagem em aproximadamente cerca de 1800 idosos; - Melhorar o nível de saúde prestando cuidados médicos em aproximadamente 700 idosos; - Promover a saúde mental a 80% da população sinalizada; - Combater a exclusão social e tecnológica de 70% dos idosos da Covilhã, promovendo semanalmente uma atividade no atelier de informática; - Promover o exercício físico em 80% da população idosa dinamizando semanalmente uma atividade de exercício físico; - Promover a criatividade, a aquisição/manutenção e o desenvolvimento de competências individuais e sociais positivas em 80% dos idosos.

Entende-se, que a relevância social deste projeto, se traduz numa contribuição para a melhoria da sociedade, pois a UMS, enquanto serviço inovador de proximidade às populações do concelho da Covilhã, na área da saúde e na prestação de apoio psicológico e social, beneficia sobretudo, os idosos das freguesias rurais, com limitações físicas ou geográficas. A nível da saúde, a prevenção e a vigilância em particular desta população, com fraca rede social de apoio e em situação de isolamento, assume igual, relevância. Com este projeto, a instituição foi ao encontro das necessidades de saúde e proteção social, mediante os conceitos do mutualismo e de uma ação integrada e solidária, com base numa atuação de respeito pela dignidade humana, na igualdade de tratamento, na generosidade e solidariedade.

Também, por se registar, não existir na região outra UMS, considera-se este um projeto inovador e escalável a novos beneficiários e localidades, demonstrando potencial de crescimento, enquanto resposta a grupos vulneráveis, alvo de pobreza e exclusão social, diferenciando a sua resposta, pela incorporação de uma equipa multiprofissional, que trabalha em conjunto, mediante uma abordagem holística e com o objetivo comum, de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população idosa.

Quanto à análise, da dimensão social do financiamento do projeto do CASSAC, este emerge, da identificação da necessidade de estender o serviço de fisioterapia ao domicílio, aos idosos, dentro da sua área de intervenção, uma vez, que, algumas destas zonas, são bastante isoladas e distantes da sede do concelho, local mais próximo, onde é possível realizar fisioterapia, existindo normalmente uma longa lista de espera. Acresce ainda, uma rede de transportes deficitária, muitas vezes cansativa e bastante desgastante para os idosos, pois uma deslocação pode implicar horas perdidas no transbordo.

O financiamento deste projeto, de iniciar processos céleres, que previnam o processo de regressão e que estimulem a recuperação da funcionalidade dos idosos, a quem foi prescrita esta necessidade (por exemplo, AVCs, fraturas e pós-operatórios), e uma intervenção precoce, é vital para uma boa recuperação, e exponenciar os resultados positivos, possibilitou que o serviço de “fisioterapia ao domicílio”, desse resposta a 66 idosos, com a realização de 907 sessões de fisioterapia individuais.

Através deste serviço, de apoio ao domicílio de forma continuada, os utentes tiveram acesso a uma melhor qualidade de vida, estendendo-se aos familiares e cuidadores, pois é um serviço dedicado à população sénior, desde os mais dependentes até aos mais independentes, possibilitando, refere a fisioterapeuta, “(...) aos familiares assistir e intervir no processo de recuperação, mas com orientações minhas.”

Refira-se, que as freguesias alvo, são regiões ainda rurais e isoladas geograficamente, em que uma delas, não tem médico assistente, e nas restantes, a sua presença não é diária, contando apenas com um serviço de enfermagem alguns dias por semana. Também a UCCI- Unidade de Cuidados Continuados Integrados, existente no concelho, é uma unidade de longa duração e manutenção, revelando-se inadequada a todas as situações (AVC, fraturas que carecem de reabilitação funcional), para além de exigir internamento e existir uma lista de espera associada.

Quanto ao centro de fisioterapia existente, apresenta diversas lacunas, como o número de sessões disponibilizadas face a necessidades de continuidade do tratamento, a lista de espera, ao que se associa, a necessidade de deslocação do idoso da sua residência, com os respetivos constrangimentos de tempo, físicos e monetários.

Com este serviço, de apoio ao domicílio, conforme salientou a fisioterapeuta, a aquisição dos 61 equipamentos de fisioterapia através do financiamento, permitiu diferenciar as aulas, “(...) não tínhamos colchões, bolas para exercícios em grupo e bolas de pilates”, (...) só com estes três equipamentos, consegui diversificar os exercícios aplicados nas sessões, com jogos e exercícios de grupo e a pares, o que também motivou os beneficiários. Para além de fazer diferente, consegui melhorar a qualidade dos exercícios.” Também, nas sessões de fisioterapia individuais, refere a mesma, “(...) permitiu adquirir material de fisioterapia respiratória absolutamente essencial, pois fazer uma avaliação sem um estetoscópio, é quase impossível, trabalhava mais no escuro, não conseguia fazer uma avaliação tão pormenorizada (...)”, concluindo “(...) tudo isto, permitiu processos de recuperação mais rápidos e libertar vagas para integrar novos beneficiários.”

Resultados, que se verificam na análise dos objetivos específicos do projeto²³, onde pela avaliação efetuada ao serviço de fisioterapia individual (entre junho/18 e maio/2019), existiu uma redução de 33.3% do número de quedas (de 66.6% para 33.4%), o que poderá ter contribuído para a redução de 71,4% (de 85.7% para 14.3%), do número de deslocações ao centro de saúde (pela mesma queixa álgica que levou à realização de fisioterapia), e, para, os 77,4%, que atingiram o nível 6 de Funcionalidade, que como explicou a fisioterapeuta “(...) significa que o

²³ Os objetivos específicos são: - Promover o envelhecimento ativo; - Promover a qualidade de vida e a saúde da população idosa; - Diminuir o risco de quedas; - Reduzir o número de deslocações a serviços de saúde (centro de saúde) por motivos relacionados com capacidade funcional versus dor; - Evitar o tempo de espera para ter acesso a cuidados terapêuticos; - Incentivar a população à prática de exercício físico; - Contribuir para a reintegração comunitária da população institucionalizada; - Retardar a institucionalização em respostas sociais com alojamento (estrutura residencial para pessoas idosas).

beneficiário atingiu um nível bom de recuperação na execução da tarefa”, como um simples “pentear o cabelo”, exemplificou.

Validou-se, também, que 64.6% dos beneficiários inquiridos, revelaram um grau de satisfação elevado, quando terminaram a fisioterapia (entre julho 2018 a maio 2019), e, que, do número total de utentes (entre setembro 2018 e maio 2019), 91,3% permanecem no domicílio e 8,7% faleceram.

Dados, que diferenciam este projeto de fisioterapia ao domicílio, na proximidade à população, na ausência de uma lista de espera, e, por, não limitar o número de tratamentos. Consegue, em conjunto, com as 79 sessões, de mobilidade ativa de grupo (entretanto de periodicidade semanal a pedido da comunidade), promover um envelhecimento saudável e ativo (estimulando a componente física e mental).

Consequentemente, exalta-se a sua ajuda, em retardar a institucionalização em respostas sociais com alojamento (lares), em contribuir para a poupança de custos ao Serviço Nacional de Saúde (pela redução do consumo de analgésicos e pela redução de idas ao Centro de Saúde), e, como projeto aberto à comunidade, para o bem-estar da população, proporcionando simultaneamente, o aumento de receitas de financiamento do projeto, por chegar a mais pessoas e o custo/sessão ser mais elevado para a comunidade que para os utentes da resposta social, o que implicará um encaixe financeiro superior.

Relativamente ao projeto do CEERDL, descreve a Diretora Técnica do FSO, “(...) é um espaço de inclusão de 19 utentes, envolvidos nas atividades de pesagem e embalamento e capacitados para esta nova área ocupacional, através da atividade de transformar o desperdício da Mata e do Parque em matéria comercializável (fertilizante orgânico e lenha variada)”, para além de “(...) promover a inclusão pela ocupação em atividades socialmente úteis, transformar o desperdício em matéria comercializável, de promover o conceito da reutilização e sustentabilidade, ainda permitir diminuir o estigma associado à doença mental.”

Salienta a Diretora que “(...) o limite de utentes é de 15, mas como alguns estão a tempo parcial, conseguimos envolver mais 4 utentes extranumerários, e com uma frequência de dois dias por semana, às vezes mais, como aconteceu no projeto, para cumprirmos com o embalamento de 500 sacos do fertilizante e 500 de lenha para a 1ª encomenda que tivemos.”

O financiamento deste projeto, face aos seus objetivos específicos²⁴, promoveu a qualidade de vida dos utilizadores e famílias, a sua reabilitação psicossocial, a reinserção familiar e socioprofissional, alcançando um ajuste social, com a produção e comercialização de produtos com valor de mercado, que conforme menciona a diretora “(...) marca as pessoas e os próprios utentes”, e, conseqüentemente, reduz o estigma na sociedade, sobre a doença mental.

Sobre o grau de satisfação dos beneficiários, aferiu-se a aplicação do questionário Whoqol-Bref, sobre a sua qualidade de vida, cuja avaliação foi de 59%, e da avaliação final do Atelier Produtos da Mata, com 80% de Muito Satisfeitos, ficando um dos testemunhos, “O que mais gostei foi de rachar a lenha. Nunca tinha rachado lenha na minha vida e foi bom aprender. Uma das coisas mais importantes deste projeto é que muitas pessoas poderão aprender coisas novas e também trabalhar em equipa, ou seja, em conjunto e em união. Até o trabalho se faz mais rápido! Sinto-me orgulhoso do meu trabalho e do trabalho dos meus colegas!”

Um outro indicador, da relevância social do projeto, destaca a Diretora, “(...) é a avaliação anual que o CEERDL faz, de satisfação, das entidades parceiras e comunidade, que, apesar de não avaliar especificamente o projeto, ao fazermos, o levantamento anual das ações efetuadas, o projeto, destaca-se, pelo número de ações realizadas junto da comunidade, o que nos leva, a afirmar, ser um dos produtos, com maior divulgação na comunidade.”

Este é um projeto inovador, com impacto na comunidade, pois leva aos munícipes, o fruto do trabalho destas pessoas, contribuindo para desmistificar a ideia de que são incapazes. Refere a diretora, “(...) No seu lar, as pessoas podem plantar flores e arranjar o seu jardim, ou acender a lareira com os produtos, sabendo, que estão a valorar o trabalho das pessoas com doença mental, e, a apoiar a integração social desta população.”

Revela-se claramente, um projeto com custos controlados e que visa o retorno financeiro através da comercialização dos produtos, podendo facilmente, ser replicado noutras organizações congéneres, de norte a sul do país.

Perentoriamente, se conclui, que as práticas de dimensão social nos três projetos, são consistentes. A criação e manutenção de empregos, colmatando necessidades que o Estado e o mercado não satisfazem, a integração de uma população de características socioeconómicas e

²⁴ Os objetivos específicos são: - Transformar o desperdício (resíduos de manutenção dos espaços verdes, folhagem e arvoredos) em material comercializável: composto orgânico, através da compostagem; - Promover os produtos/projeto, através de um plano de comunicação definido; - Diminuir o estigma e autoestigma das pessoas com doença mental; - Promover sentimentos de autoeficácia e aumentar a autoestima fatores que contribuem positivamente para a qualidade de vida percebida.

sociodemográficas heterogénea, no desenvolvimento das suas atividades de capacitação social, e, de acesso igualitário para os beneficiários, pelo baixo ou nenhum custo, no acesso às atividades, bens e serviços, que produzem momentos de convívio coletivo, através de equipas de trabalho empenhadas, motivadas, envolvidas e sobretudo satisfeitas e orgulhosas do seu trabalho e organizações.

Dimensão Territorial

Indicadores
Nr espaços criados; reabilitados; utilizados
Nr entidades parceiras e voluntários
Nr de sinergias com as organizações, projetos e territórios

Nesta dimensão territorial, pressupõe-se sublinhar o contributo que o financiamento destes projetos, obteve no reforço da coesão territorial destas localidades dos Concelhos da Covilhã (Mutualista Covilhanense), Porto de Mós (CASSAC) e das Caldas da Rainha (CEERDL), evidenciando que as suas respostas ou atividades, responderam aos problemas diagnosticados, através da promoção do papel dos vários atores e setores locais, numa perspetiva de um desenvolvimento a longo-prazo e que advém dos recursos e das potencialidades endógenas, valorizando o património existente.

Nesta dimensão, o projeto “Envelhecer Com A Fidelidade” da MUTUALISTA COVILHANENSE, em resposta aos critérios de avaliação do PFC, desenvolve um projeto, que articula uma equipa interdisciplinar (Médico, Profissional de desporto e Técnico de informática) financiada pelo PFC, mas também resultado de vários apoios e parcerias locais.

Contando também, com o apoio da Câmara Municipal da Covilhã (motorista, combustível e manutenção da viatura), a UMS, como refere o Presidente “(...) é uma iniciativa que está a ser implementada gradualmente, em articulação com as Juntas de Freguesias, e ajustada às necessidades de cada uma das populações”, indicando a Coordenadora do projeto, que “(...) trabalhamos essencialmente com as Juntas de Freguesia geograficamente mais isoladas”, conseguindo “(...) depois de Vale da Cerdeira e Casal de Santa Teresinha, na freguesia de São Jorge da Beira, em novembro, a iniciativa itinerante Oficina de Atividades, chegou em fevereiro a Verdelhos com o Ateliê de Exercício Físico”, “(...) às terças e sextas-feiras, a partir das 18h30, nas instalações da Junta de Freguesia.”

Através da criação desta oficina ou ateliê de atividades, proporcionou-se a recuperação de duas escolas, encerradas há mais de 20 anos (localidades de Casal de Sta. Teresinha e Vale da Cerdeira), e em resultado da conjugação de esforços, entre o apoio do PFC e doação complementar de equipamento informático, mobiliário de escritório e material de desgaste e da Junta

de Freguesia de S. Jorge da Beira, com as despesas de água e eletricidade. Não de menor importância, salienta a coordenadora, foi o “(...) envolvimento e contribuição da comunidade na recuperação das escolas, constituiu um elo de ligação e proximidade com a população alvo, indispensável para a operacionalização das ações e iniciativas do projeto. (Ex: Tintas, chão envernizado, os estores consertados, e em Santa Teresinha, a população, fez também, a montagem de cortinas/blackouts, as casas de banho foram substituídas”.

Este, é então, um projeto promotor da cooperação, das parcerias, envolvendo nas suas atividades, cinco entidades parceiras representativas dos vários setores da economia, e criando sinergias, com organizações, projetos, e, com o território. Além, da colaboração com a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, existe uma ligação muito presente, com a Universidade da Beira Interior, através da Faculdade de Ciências da Saúde e Faculdade de Engenharia, com o grupo de investigação Next Generation Networks and Applications (NetGNA), do Departamento de Informática.

Manifesta a diretora, que no âmbito dos seus trabalhos académicos, existe uma intervenção articulada, de construção e avaliação do desempenho, de projetos de investigação e inovação, que, são aplicados e validados, pelos alunos, na UMS, exemplificando que “(...) um aluno da Faculdade de Ciências da Saúde, desenvolveu um projeto de testagem de um instrumento de monitorização de parâmetros fisiológicos, associado a uma aplicação que envia alertas para o médico, foi um recurso mais aplicado agora com a pandemia.”

Também se percebeu, que a visibilidade do projeto ganhou alcance pelas ações de dinamização do projeto, tendo a mesma referido que “(...) convidámos e divulgámos por todas as freguesias, para participarem do projeto, e com a divulgação e crescimento dos serviços foram surgindo mais protocolos”, indicando que, “(...) uma instituição de Sarzedo, começou a usufruir dos serviços médicos e do atelier do exercício físico”.

No tocante, ao projeto “Fisioterapia No Domicílio” do CASSAC, também este, se revelou promissor, na promoção da coesão territorial do Concelho do Porto de Mós, ao valorizar os recursos, as parcerias e sinergias locais, da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, da Freguesia de São Bento e de Serro Ventoso.

Desde logo, se destaca o envolvimento da Câmara Municipal de Porto de Mós, pela apresentação do projeto na localidade de Mendiga, através da Vereadora do Pelouro da Educação, Ação Social, Saúde e Juventude, bem como, pela sua presença como moderadora, na Conferência "Cuidar de Quem Cuida", realizada a 03 de outubro de 2019, com o apoio da Fidelidade. O CASSAC, conforme salientou a Diretora de Serviços “(...) foi também convidado a estar presente com as sessões de mobilidade ativa em eventos do Município.”

No que se refere, às parcerias e sinergias adjacentes ao projeto, são diversos os elementos que revelam as suas ligações, quer pela divulgação do projeto na comunidade, pelas Juntas de Freguesia, pelas próprias Unidades de Cuidados de Saúde, tendo a Fisioterapeuta salientado “(...) divulgavam o serviço no centro de saúde de Serro Ventoso e São Bento, é o mesmo médico e este já indicou utentes para o serviço” e “(...) pelo recente convite que o Centro Paroquial e de Assistência do Juncal fez ao CASSAC, para fazer fisioterapia essencialmente respiratória às crianças da creche e jardim de infância da Instituição.”

Outras cooperações, advêm, da cedência do espaço para a realização das atividades de mobilidade, pela Comissão da Igreja da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, da divulgação do projeto na missa e comunidade, pelo Padre e Centro Paroquial e de Assistência, e do Grupo GPSMÓS - Grupo de Proteção Sénior de Porto de Mós, constituído há cerca de um ano, e do qual a Diretora faz parte, referindo que “(...) reunimos algumas vezes, mas informalmente, mas todas as pessoas envolvidas têm conhecimento do projeto e são essencialmente técnicas das instituições e da segurança social.”

Já no projeto “Produtos Da Mata Rainha D. Leonor” do CEERDL, a sua dimensão territorial, demarca-se pela criação de um espaço de ocupação útil das pessoas com doença mental, o Fórum Sócio Ocupacional, que, segundo a Diretora Técnica, é uma “(...) área ocupacional que não tínhamos para preparar a embalagem.”, “ (...) trata-se de um serviço complementar a toda a instituição, que teve de ser apreendido”.

Refere que, “(...) o projeto nasce de uma parceria interna entre o CAO (centro atividades ocupacionais) e o CRP (centro reabilitação profissional), pois é a equipa do curso jardinagem que faz a manutenção da Mata, através do protocolo que temos com a União das Freguesias, e são eles que recolhem a matéria-prima, a folhagem e a madeira.”

A componente de sustentabilidade que reveste o projeto, suscitou o interesse da Rede Social de Caldas da Rainha, que convidou a Diretora, enquanto representante do núcleo executivo do CEERDL, a fazer uma apresentação dos produtos em sede de reunião alargada da Rede. Outras simbioses perfeitas, foram, o convite da Fenacerci-Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, que publicou um artigo sobre o projeto, na revista de 2019 “Comportamentos Socialmente Responsáveis”, e, o interesse e publicitação do projeto, pelo jornal regional, com maior número de leitores a sul de distrito de Leiria, a “Gazeta das Caldas”.

Esta visibilidade, resulta desde o projeto ter ganho o PFC, em que o Presidente da União de Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e S. Gregório, fez a sua apresentação publicamente na Feira da Fruta, originando desde logo, o convite para a sua presença de três dias na Feira do Cavalo Lusitano, onde os produtos foram expostos e vendidos num stand, pelos

próprios beneficiários, e o interesse de algumas entidades locais em adquirir e comercializar os “Produtos da Mata”. Começou, refere a diretora técnica do FSO, com a “(...) entrega inicial 50 sacos de ambos os produtos à Cooagrival, após o interesse demonstrado na Feira da Fruta, em participar no projeto, enquanto entidade distribuidora e comercializadora dos produtos a nível local. Era uma sinergia perfeita, para fazer chegar o produto à comunidade, mas sem retorno de novas encomendas, talvez por ser um produto sazonal.”

Perante os objetivos definidos no projeto, complementa a mesma, de que “(...) tínhamos cumprido com o embalamento dos 500 sacos de fertilizante e 500 de lenha, e com a Cooagrival, não se verificava evolução, tivemos de reforçar os contactos da fase inicial do projeto”, “(...) com duas entidades locais, a Ecolenhas que comprou 500 sacos de lenha, com possibilidade de nova encomenda, conforme corram as vendas, e, com a Agriloja, que mostrou interesse, em comercializar ambos os produtos, o que vai permitir maior visibilidade, só, que, tivemos de tratar do processo de criação do código de barras, para poder vender os produtos em loja”, o qual “(...) ficou concluído este mês e agora estamos a aguardar saber o volume da primeira encomenda.”

Concebe-se, que numa análise geral, o financiamento destes projetos, teve um efeito positivo nesta dimensão territorial, pois criou ou reforçou a coesão destas localidades, estimulando serviços e produtos, que reativam estas zonas abandonadas, isoladas geograficamente, de população envelhecida, onde a pobreza e exclusão social persistem, e, assolam, sobretudo, as pessoas mais vulneráveis, como as que sofrem, de doença mental.

O que permite anuir, um contributo das atividades dos três projetos, na promoção de padrões de qualidade de vida semelhantes entre diferentes territórios, no acesso equitativo a serviços de interesse geral e ao conhecimento, na eficiência de recursos naturais, na competitividade no tecido económico, na atratividade no território e na integração territorial, através do desenvolvimento de parcerias locais e da mobilização das comunidades locais na participação das atividades, concertando uma visão partilhada sobre o futuro.

Dimensão Ambiental

Indicadores

Nr atividades de promoção ambiental e outras

Na análise da dimensão ambiental, procurou-se perceber o valor contributivo do financiamento do PFC, para a preservação da Natureza, analisando o número de atividades desenvolvidas pelos projetos, que evidenciam, uma relação forte e de respeito por esta, ou seja, se as

soluções apresentadas, para além, de gerarem valor económico e social, como constatado, também, criam impactos positivos em termos ambientais.

No que se refere, à Mutualista Covilhanense, a sua aposta enquanto organização, é na eficiência energética, tal como expresso nos seus relatórios de atividades de 2015 a 2019, através da redução de consumos e custos relacionados com eletricidade, gás, água e mudança de fornecedores. Esta preocupação, constata a coordenadora, também se associa ao projeto da UMS, e, na continuidade da sua parceria com o Grupo NetGNA (Universidade da Beira Interior), pois “(...) está em projeto o desenvolvimento de uma aplicação (App), que liga a saúde dos idosos a uma componente ambiental, por exemplo, através da medição da temperatura, humidade, isto é, alguns fatores de risco para a saúde, nas suas habitações.”

Quanto ao desempenho do CASSAC, nesta dimensão ambiental, a sua atenção foca-se na diminuição da pegada ecológica da instituição, através da redução de consumos e custos relacionados com eletricidade, gás, água e combustível, para além de, salienta a fisioterapeuta, “(...) todas as questões da reciclagem, que levamos a sério”, referindo que, associado ao projeto, verifica um contributo na diminuição da pegada ecológica dos beneficiários, pela diminuição de deslocações, subsequente do serviço ao domicílio.

Por último, evidencia-se o contributo do CEERDL na implementação da dimensão ambiental, aferindo-se que o CRP - Centro de Reabilitação Profissional, enquanto Eco Escola, salienta a Diretora, promove “(...) a política dentro da organização, tem princípios e comportamentos de sustentabilidade, muito presente, em todas as atividades e formação, mas sem módulo específico”, desenvolvem um programa assente em diversos temas (espaços exteriores, resíduos, biodiversidade, energia e água).

Estes princípios e comportamentos, como se constatou, consubstanciam o conceito de reutilização e sustentabilidade, subjacente à conceção do projeto “Produtos da Mata Rainha D. Leonor”, conferindo-lhe uma notável posição de distinção nesta dimensão, ao completar o ciclo da sustentabilidade, pois como menciona a Diretora, “(...) os objetivos de ocupação útil das pessoas com doença mental, a consciencialização da comunidade para a valorização do trabalho realizado por estas pessoas e o cuidado com o ambiente, dando outro uso, ao que poderia ser desperdício, mantém-se e marca as pessoas e os próprios utentes.”

Refira-se, que numa análise criteriosa, não podemos afirmar, que o financiamento do PFC, tenha alterado a atuação ou a relação destas organizações, com a Natureza. Aliás, decorrente desta análise, e, por ter constatado, a ausência desta diferenciação nos critérios de avaliação das candidaturas ao PFC, dei a sugestão, de incluir esta “preocupação com a Natureza”, como fator

de ponderação, na escolha dos projetos premiados, para a 4ª edição do PFC, que ocorrerá no final de 2021 (estima-se que em outubro).

Esta sugestão, surge com a argumentação, de tornar o PFC, um programa que desenvolve e comunica uma visão mais holística e integrada, que apoia a inovação para promover a concessão de projetos, orientados para a sustentabilidade, com modelos de negócio de “três camadas”²⁵, que geram valor, económico, social e ambiental.

Dimensão Cultural

Indicadores

Nr ações de sensibilização / dinamização

No âmbito da dimensão cultural, procura-se explorar, se o financiamento do PFC, ao colocar como requisito das candidaturas, o número de atividades de sensibilização e dinamização dos projetos, induz a uma melhoria da imagem e relação destas OS com as suas comunidades, por orientá-las a potenciarem o impacto das suas iniciativas, junto das suas comunidades, mas também das restantes partes interessadas, valorizando e promovendo o envolvimento de todos, neste diálogo intercultural.

A Mutualista Covilhanense, desenvolveu 45 ações de sensibilização sobre diversas patologias, produziu material de divulgação e comunicação do projeto na comunidade, e, em conjunto, com a Fidelidade, produziu um vídeo sobre o projeto, tendo ainda, para além disso, indica a Coordenadora “(...) convidámos a participar do projeto e divulgámos por todas as juntas de freguesia, e com esta divulgação dos serviços, foram surgindo mais protocolos.”

A participação da UMS, no apoio aos participantes da Marcha de Homenagem ao Trabalhador no 1º maio, a realização de rastreios de saúde gratuitos na Feira de São Tiago, o 1º Prémio de “Boas Práticas em Envelhecimento Ativo e Saudável da Região Centro na categoria Saúde+”, o envolvimento das comunidades na recuperação das escolas, a colaboração com a Câmara, com as Freguesias, Academia e Organizações parceiras, refletem, que este projeto, valoriza o património e as identidades locais, ao promover a diversidade cultural e os diálogos interculturais.

²⁵ Esta sugestão, baseia-se na nova dinâmica de análise para criar modelos de negócio mais sustentáveis. Esta proposta de ferramenta, “Triple Layer Business Model Canvas” (TLBMC), ou seja, um “Business Model Canvas” de três camadas, é sugerida por Joyce e Paquin (2016), em complemento do modelo originalmente proposto por Osterwalder e Pigneur (2011), adicionando o valor social e ambiental, ao valor económico, numa perspetiva integrada do triple bottom line.

Como reforço do contributo do PFC, o seu Relatório e Contas de 2019 (p.10), afirma que, o “Grupo Fidelidade realizou um vídeo sobre de que forma o apoio do prémio Fidelidade Comunidade (atribuído em 2018²⁶) impulsionou o projeto da Unidade Móvel de Saúde, acompanhando durante um dia a atividade da Unidade Móvel de Saúde e exibindo-o na cerimónia de entrega de prémios da edição de 2019 como uma boa prática.”

Nesta dimensão, também o CASSAC se manifestou empenhado, através da realização de 18 ações de dinamização do projeto, a realização de 1 Conferência, divulgações em jornais regionais, e diversas sessões de mobilidade ativa em eventos organizados pelo Município e Comissão da Igreja, e a conceção de um vídeo do projeto em conjunto com a Fidelidade.

Conforme, salientou a Diretora, os apoios da Fidelidade, na produção do “(...) Vídeo, foi espetacular para nós, e, ajudou-nos, a divulgar o nosso serviço, e, isso, foi fantástico. Desde então, fomos convidados, para duas sessões de mobilidade ativa, em eventos organizados pelo Município e noutra pela Comissão da Igreja.” Já, com a realização da conferência “Cuidar de quem Cuida”, onde a Vereadora foi a moderadora, sentiu-se o reforço, do diálogo do Centro com o exterior, isto é, com a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesias, Unidades de Cuidado de Saúde, Padre, Comissão da Igreja, e Centro Paroquial e de Assistência, e essencialmente, como destaca a Diretora, “(...) a visibilidade na comunidade, relativamente à importância da fisioterapia e as vantagens que tem na saúde das pessoas, levou a um aumento da credibilidade e visibilidade do projeto.”

Por sua vez, o CEERDL, também se acentua como um agente ativo na dimensão cultural, pois, procurou, em conjunto com a Fidelidade, dinamizar e divulgar o seu projeto e comercializar os seus produtos, desde logo, com o envolvimento da União de Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e S. Gregório, que ao apresentar o projeto publicamente na Feira da Fruta, através do seu Presidente, conseguiu, segundo a diretora, “(...) passar a mensagem à comunidade com eficácia.”

Com efeito, o convite que surgiu, para estarem presentes, na Feira do Cavalo Lusitano, e, que, motivou a criação de miniamostras dos produtos e do desenvolvimento do folheto explicativo do processo de criação do produto, realçando o seu valor social e ambiental, bem como, a construção do stand de vendas, exponenciou o interesse geral pelo projeto, pois a interação direta com os beneficiários, segundo a Diretora, , despertou ainda mais, para “(...) os objetivos

²⁶ Referem o prémio ter sido atribuído em 2018, porém a candidatura é do prémio atribuído em 2017, para a execução dos projetos em 2018.

de ocupação útil das pessoas com doença mental, a consciencialização da comunidade para a valorização do trabalho realizado por estas pessoas, e o cuidado com o ambiente.”

Com este despertar, o projeto, para além, de alcançar a Rede Social das Caldas da Rainha, um artigo de destaque, na revista de 2019 sobre “Comportamentos Socialmente Responsáveis” da Fenarceci, diversas notícias como no “Gazeta das Caldas”, também, proporcionou, o estabelecimento de parcerias de distribuição e comercialização dos produtos, com três entidades locais. Resultado, confirma a Diretora, “(...) de todas as campanhas que temos feito, verificamos que tem mais sucesso, quando mostramos algum produto, temos algo concreto. Neste caso, o produto é resultado de algo que é nosso, o parque e a mata, e ganhar um prémio para trabalhar os resíduos da nossa mata, é muito meritório. A comunidade vê que há muita gente a acreditar em nós. Tem um peso diferente, do que apenas sensibilização.”

Numa análise global e final dos resultados dos três projetos, afere-se que a implementação da dimensão cultural, se encontra, bem assegurada e evidenciada, pela promoção da criatividade destes projetos, ao integrar públicos, usualmente esquecidos, e, sem, colocar barreiras à multiculturalidade, em atividades, geridas por equipas de trabalho multidisciplinares, que desafiam os problemas, de forma holística e integrada, conjugando as forças dos diferentes atores e setores locais, na manutenção do património, da cultura e das identidades.

Dimensão Política

Indicadores

Nível de democracia externa, de compromisso ou envolvimento

Nível de ação pública, de articulação em redes e de autonomia institucional

Tal como se definiu, a análise da dimensão política, pressupõe avaliar o efeito do financiamento do PFC, ao nível de democracia externa, de compromisso ou envolvimento, e, também ao nível de ação pública, de articulação em redes e de autonomia institucional, isto é, procura-se aferir, se as atividades financiadas pelo PFC, confluíram em dinâmicas de participação partilhada e participada no espaço público, convergentes numa regulação partilhada dos problemas identificados nas suas comunidades, que articula dinâmicas de parceria entre as Organizações, o Estado e Empresas, na sua resolução ou harmonização.

Exclui-se desta análise, o nível de democracia participativa interna nestas organizações, por não se verificar, uma relação direta do financiamento do PFC, nos efeitos deste indicador. Contudo, sendo este, fundamental na leitura desta dimensão, considera-se importante salientar, que, as “exigências” dos critérios de avaliação das suas candidaturas, tal como, a evidência, destas organizações, elegerem os seus Órgãos Sociais, de forma participativa, e, se constituírem, por

uma Assembleia Geral, um Conselho Fiscal, e uma Direção, que revelam transparência nos seus respetivos Relatórios e Contas e Planos de Atividades e Orçamento, Planos de Ação e Orçamento, e dos Relatórios de Atividades e Contas (MUTUALISTA COVILHANENSE, CASSAC e CEERDL), consubstanciam a existência da aplicação de uma gestão democrática.

Já numa análise do indicador do nível de democracia externa, de compromisso ou envolvimento, considera-se pela leitura dos indicadores anteriores, que as atividades dos três projetos, revelam um nível elevado de participação no espaço público.

A MUTUALISTA COVILHANENSE, pela nota relativa à UMS, que a Coordenadora deixa, “(...) existe uma atitude proativa por parte dos idosos e seus familiares de notificar a entidade relativamente ao estado de saúde devido à relação estabelecida”, o que revela uma atuação pertinente junto desta população. Também, se constata, o seu compromisso e envolvimento com os idosos, menciona a mesma, porque “(...) a equipa do projeto, faz um acompanhamento muito presente, relativamente ao estado de saúde do utente. Aliás, eles acreditam, ser isso, o que os diferencia, o conseguir identificar as necessidades e como elas vão evoluindo.”

Também a articulação, entre o envolvimento voluntario da comunidade, o apoio da Fidelidade e da Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira, na recuperação das duas escolas, para o funcionamento das atividades de informática e multimédia da Oficina, revela o contributo do projeto, para a promoção de uma participação no espaço público, e da sua adesão a dinâmicas de parceria, de regulação partilhada, nas soluções apresentadas aos desafios das suas localidades.

Manifestamente, pela análise efetuada, este é um projeto (serviços da UMS - rastreios e consultas médicas; Oficina de Atividades - informática, multimédia e exercício físico), que dinamizou várias atividades em espaço público, com a participação da sua população idosa, das zonas geográficas mais isoladas e de difícil acesso do seu território, melhorando a sua qualidade de vida e o seu bem-estar, ao prestar cuidados de saúde, combater a exclusão social e tecnológica, estimular a criatividade e promover o exercício físico, como resultado da conjugação de esforços, entre a MUTUALISTA COVILHANENSE, a Câmara Municipal da Covilhã, as Juntas de Freguesia S. Jorge da Beira, da Erada, e de Teixoso-Sarzedo, a Universidade da Beira Interior, uma Organização parceira de Sarzedo, e a Fidelidade, na regulação dos problemas destas comunidades.

O projeto do CASSAC, “Fisioterapia no domicílio”, em complemento, com as “Sessões de Mobilidade Ativa”, insere-se também nesta dimensão, como dinamizador de uma governança partilhada, na regulação dos desafios diagnosticados, em proporcionar estes serviços, a um

maior número de pessoas idosas ou com deficiência, de criar melhores condições no serviço existente, e, de aumentar a qualidade de vida e saúde desta população mais vulnerável.

A sua participação, compromisso ou envolvimento com esta população, fica desde logo patente, nas atividades da fisioterapia ao domicílio, quando a Fisioterapeuta salienta “(...) o acompanhamento destes beneficiários é diferente (...)”, “existe uma relação mais forte, e, mais prolongada, com estes beneficiários, alguns deles, estão comigo desde o início do projeto (...), (...) o serviço ao domicílio, também possibilita aos familiares, assistir e intervir no processo de recuperação, mas com orientações minhas.”

Confirma-se também nas atividades de mobilidade ativa, pela alteração da sua frequência para semanal em resposta ao apelo da comunidade, e só possível, pela disponibilização do espaço “Fábrica da Igreja”, pela Paróquia de Porto de Mós.

A análise das dimensões anteriores deste projeto, demonstram o seu nível de ação pública, de articulação em redes, e, de autonomia institucional, visível nas dinâmicas de parceria criadas, para a regulação dos problemas das suas localidades rurais, isoladas e de população idosa, em que o CASSAC convoca, a Câmara Municipal de Porto de Mós, a União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, a Freguesia de São Bento e a de Serro Ventoso, as Unidades de Cuidados de Saúde, destas duas últimas freguesias, e o seu Médico, a Paróquia de Porto de Mós, a Comissão da Igreja da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga e o Padre, o Centro Paroquial e de Assistência do Juncal, e a Fidelidade.

Relativamente ao CEERDL, a sua atuação nesta dimensão política, manifesta-se, como refere a Diretora, “(...) pelo número de ações realizadas junto da comunidade.” A criação de uma área ocupacional de pesagem e embalamento de dois produtos, pensados e criados, pelos utentes e monitores do FSO, e, que, conforme refere a Diretora, consegue “(...) promover a inclusão pela ocupação em atividades socialmente úteis, transformar o desperdício em matéria comercializável, promover o conceito da reutilização e sustentabilidade, ainda permitir diminuir o estigma associado à doença mental”, “(...) marca as pessoas e os próprios utentes”, e, simultaneamente, demonstra o nível de democracia externa, de compromisso e envolvimento existente.

A presença em diversas Feiras, proporcionando uma interação dos beneficiários com a comunidade, ao vender e divulgar os seus produtos, e, que pelo, reconhecimento do seu valor social e ambiental, e, sobretudo, do valor do trabalho destes “doentes”, permite, como refere a Diretora, “(...) diminuir o estigma associado à doença mental.”

Face a este nível de ação pública, por imposição, como refere a mesma, da perceção de “(...) ser necessário um maior investimento de divulgação dos produtos junto das entidades locais no sentido de criarmos novas parcerias”, o seu nível de articulação em redes e de

autonomia institucional, saiu reforçado com este projeto. Refere-se reforçado, pois desde a sua conceção, que o projeto “Produtos da Mata Rainha D. Leonor”, revela ser indutor de uma regulação partilhada, que como destacou a Diretora, “(...) é o resultado de algo que é nosso”, pois surge de um protocolo de manutenção da Mata Rainha D. Leonor e do Parque D. Carlos I, já existente entre o CEERDL e a União das Freguesias de Caldas da Rainha, Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório.

Esta evidência de regulação partilhada, em promover a empregabilidade de pessoas vulneráveis ou com deficiência ou incapacidade permanente, através da criação de um espaço, onde se criam dois produtos, promovendo o conceito da reutilização e sustentabilidade, e diminuindo o estigma associado à doença mental, consolidou a adesão do CEERDL, à prática de dinâmicas de parceria, colocando em diálogo, a Fidelidade, a União das Freguesias de Caldas da Rainha, Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, a Rede Social de Caldas da Rainha, a revista Fenacerci (Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social) e o jornal Gazeta das Caldas, a Cooagrícola - Cooperativa Agrícola do Concelho de Caldas da Rainha, Crl), a Ecole-nhas, Unipessoal Lda. e a Agriloja de Caldas da Rainha Crl.

Entende-se então, na leitura desta dimensão, que as três OS, apresentam um nível de democracia participativa interna e externa, de evidente regulação partilhada, integrada e participada, resultado de uma governança multinível e multisectorial.

Sobre os Principais Resultados

Como consideração final desta análise, assume-se perante a quantificação e leitura dos indicadores afetos às dimensões, económica, social, territorial, ambiental, cultural e política, que o “Prémio Fidelidade Comunidade”, se configura, como um “agente ativo de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades”, acreditado, pelos resultados promissores de impacto, que as evidências do financiamento destes serviços, produtos e espaços criados refletem ter:

Resultados com impacto em:



Resultados com impacto por:

MUTUALISTA COVILHANENSE:

- Melhorar o nível de saúde prestando cuidados de enfermagem dos idosos;
- Melhorar o nível de saúde prestando cuidados médicos dos idosos;
- Promover a saúde mental da população sinalizada;
- Combater a exclusão social e tecnológica dos idosos da Covilhã, promovendo semanalmente uma atividade no atelier de informática;
- Promover o exercício físico da população idosa dinamizando semanalmente uma atividade de exercício físico;
- Promover a criatividade, a aquisição/manutenção e o desenvolvimento de competências individuais e sociais positivas dos idosos.
- Melhorar a qualidade de vida da população mais idosa, com fraca rede social de apoio e em situação de isolamento;
- Promover o envelhecimento ativo, saudável e autónomo;
- Combater a exclusão social, a inatividade e o isolamento social dos idosos;
- Promover a criatividade, a aquisição/manutenção e desenvolvimento de competências individuais e sociais positivas nos idosos.
- Benefícios de relevância a longo prazo para a maior parte do segmento alvo;
- Formalizar novas parcerias e consolidar as já existentes;
- Continuidade do projeto.

CASSAC:

- Promover o envelhecimento ativo;
- Promover a qualidade de vida e a saúde da população idosa;
- Diminuir o risco de quedas;
- Reduzir o número de deslocações a serviços de saúde (centro de saúde) por motivos relacionados com capacidade funcional versus dor;
- Evitar o tempo de espera para ter acesso a cuidados terapêuticos;
- Incentivar a população à prática de exercício físico;
- Contribuir para a reintegração comunitária da população institucionalizada;
- Retardar a institucionalização em respostas sociais com alojamento (estrutura residencial para pessoas idosas).
- Replicação em mais uma freguesia das sessões de mobilidade ativa;
- Manutenção da ausência de lista de espera da população-alvo para aceder ao serviço de Fisioterapia;
- Promoção do convívio entre pessoas idosas através das sessões de mobilidade ativa;
- Estabelecer um elevado grau de satisfação dos utentes;
- Poupança de custos ao Serviço Nacional de Saúde (pela redução do consumo de analgésicos e pela redução de idas ao Centro de Saúde);
- Como projeto aberto à comunidade contribui para o bem-estar da população;
- Contribui para o aumento de receitas para financiamento do projeto;
- Formalizar novas parcerias e consolidar as já existentes;
- Continuidade do projeto.

CEERDL:

- Aumento da qualidade de vida dos utilizadores e famílias;
- Promover a reabilitação psicossocial, reinserção familiar e socioprofissional;
- Ajuste social dos utilizadores;
- Redução do estigma na sociedade sobre a doença mental;
- Produção e comercialização de produtos com valor de mercado;
- Promoção do Desenvolvimento Sustentável através da inovação da conceção de novos produtos;
- Formalizar novas parcerias e consolidar as já existentes;
- Continuidade do projeto

No entanto, enquanto agente destas dinâmicas, o programa PFC, ao reconhecer a fragilidade destas organizações, na sistematização da informação e de avaliação das suas atividades e projetos, isto é, em utilizar uma metodologia de avaliação de impacto, enquanto ferramenta de suporte, que lhes permita valorizar os resultados das suas ações de forma mais justificada e sustentada, e assim, atrair mais financiamentos, levou a Fidelidade a proporcionar ações de capacitação nesse sentido.

Ressalva-se, por fim, que o objetivo inicialmente definido de consulta às partes interessadas, isto é, aos atores intervenientes no projeto, não foi possível, pois a sua calendarização coincidiu com o início da pandemia, o que considero não desvalorizar as pretensões desta análise e investigação, de apenas reforçar a reflexão, discussão e diálogo, no sentido de abrir janelas e encurtar caminhos, nesta jornada de um desenvolvimento integrado, ou clarificando, de um desenvolvimento integral.

3.5. Análise das Mudanças com Impacto nas Capacidades das Organizações Sociais

Perante os principais resultados evidenciados, efetua-se agora, um apuramento das mudanças sentidas pelas OS, decorrentes do financiamento e do processo de formalização e execução dos seus projetos, procurando visar as capacidades valorizadas, nesta prossecução do seu bem-estar e sustentabilidade. Contempla-se, nesta análise, a relação estabelecida durante as fases de acompanhamento e monitorização das atividades, entre a equipa do PFC e das OS, considerando-se, as oportunidades e sinergias criadas, percecionadas e registadas por “observação direta” da realidade, metodologia que conforme Quivy (1992, p.197) refere, “(...) capta os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho.”

De facto, esta visão privilegiada, viabilizou uma perceção da evolução progressiva do PFC, enquanto programa estratégico de responsabilidade social, e da relação que se criou com as instituições vencedoras e não vencedoras, que, hoje, representam a criação espontânea, de uma “Comunidade Fidelidade”, com mais de 1000 OS, considerando, obviamente, as que são clientes, fornecedoras e parceiras, do Grupo Fidelidade.

Justifica-se, por esta “Comunidade”, a aposta estratégica da Fidelidade, em procurar fortalecer este setor, Económico, Social e Solidário, para além do apoio financeiro, pois na sua génese, o programa Prémio Fidelidade Comunidade, procura promover a sustentabilidade futura destas organizações e da sociedade.

Certo, é, que se comprova, na minha perceção pessoal, que o crescimento, desta nova “Comunidade Fidelidade”, poderá estar alicerçada, à referida Nova Ética, que Amaro assume numa sustentabilidade integrada ou sistémica, na medida, em que, esta dinâmica de participação, de parceria e de integração, tem decorrido de forma solidária, equitativa, democrática, transparente, resiliente, cooperativa e sustentável.

Tem-se revelado, um programa de envolvimento estratégico integrado, que procura um melhor desempenho global, por estabelecer relações assentes nos pressupostos, da transparência, da confiança, da colaboração, da inovação, e da mudança de sistema, critérios implícitos na regulamentação das candidaturas ao financiamento do PFC, mas também exigíveis, na relação com as OS com que opera no mercado, enquanto valores e princípios.

Procura-se confirmar, por suporte à análise dos resultados das atividades dos projetos, e, do conjunto de dimensões e indicadores (Anexo N), apresentados de seguida, se as mudanças registadas pelo financiamento dos três projetos, e, a respetiva correspondência dos registos das opiniões das três organizações, corroboram o segundo objetivo específico deste estudo:

Objetivo Específico: *Analisar se o Prémio Fidelidade Comunidade reforça as capacidades das Organizações Sociais.*

Conceito: *Economia Social*

Dimensão Capacidade Autonomia de Gestão

Indicadores

Taxa de concretização e continuidade dos projetos

Através de uma análise dos resultados financeiros de 2017, 2018 e 2019, das três organizações, é perceptível, as diferenças da capacidade financeira e da dimensão e estrutura destas três organizações, alargando o “olhar” desta investigação, pois configura-se uma “amostra” mais representativa da realidade das OS do território português. Complementarmente, permitirá

analisar OS, que dispõem de diferentes capacidades de recursos financeiros e humanos, colocando-as em diferentes patamares, nesta capacidade de autonomia de gestão, entendendo-a, como a capacidade de gestão autónoma e independente das autoridades públicas, bem como nas seguintes dimensões a analisar.

No entanto, em resposta ao objetivo desta análise, de perceber se o financiamento destes projetos, fomentou esta capacidade das organizações, afere-se que pela concretização dos três projetos, da sua continuidade com os mesmos profissionais e replicabilidade noutras localidades, que o PFC cumpriu a sua missão nesta dimensão.

Na Mutualista Covilhanense, a Coordenadora confirma que “(...) foi possível o alargamento do projeto da UMS (Unidade Móvel de Saúde) a Verdelhos e Pereiro, e do projeto da oficina itinerante a Trigais (Freguesia de Erada), uma aldeia isolada geograficamente.

Já no que se refere ao CASSAC, refere a fisioterapeuta “(...) as sessões de fisioterapia individual estão a crescer, pois as sessões de mobilidade ativa ficaram suspensas, por causa da Pandemia, e, este sedentarismo, não ajuda em nada os beneficiários, que também estão mais velhos.”

Quanto à execução do projeto do CEERDL, também evidência um reforço da sua capacidade de autonomia de gestão, pois as perspetivas de comercializar os Produtos da Mata, com a Ecolenhas – Unipessoal, Lda, e com a Agriloja (Caldas da Rainha), e o processo de criação de código de barras ter finalizado em setembro de 2020, fez com que, refere a Diretora do FSO, “(...) não contactámos mais Câmaras Municipais, porque temos receio, de não ter capacidade de resposta de produção, face a estas duas novas parcerias, que, resultaram dos contactos iniciais do projeto, de quando estivemos com o stand na feira do cavalo.”

Percebeu-se pelos resultados das atividades dos três projetos, que as atividades previstas foram todas realizadas, com mais participação (beneficiários e comunidade) e frequência do que previsto em candidatura, tendo sido alocado o investimento financeiro total, à aquisição de equipamentos e materiais, que permitiram a sustentabilidade das atividades, das pessoas, sendo que 100% das OS mantiveram os postos de trabalho.

No entanto, por ficar evidente, no decorrer da análise dos projetos, que as três OS revelaram fragilidade, na capacidade de sistematização de informação e de apresentação de resultados e mudanças, conseguidas no final dos seus projetos e atividades, optou-se por aferir nas entrevistas, o seu nível de conhecimento e aplicação de metodologias de avaliação de impacto, onde todas reconheceram, não ter o domínio desta ferramenta, e a falta de tempo, para se dedicarem, a estas funções, também não contribui.

Por estas evidências, o programa PFC adaptou internamente os seus objetivos, criando o projeto de “capacitação” destas organizações, da qual assumo alguma responsabilidade, tendo já organizado, três “training labs” de “Avaliação de Impacto, objetivando a disseminação da utilização desta ferramenta de trabalho, altamente imprescindível, para as OS suplantarem um dos seus maiores desafios, atrair investimento, pela apresentação de resultados que geram mudanças com impacto de “camada tripla” (económico, social e ambiental) na sociedade.

Dimensão Capacidade Gestão Democrática

Indicadores

Nr de relatórios de avaliação e monitorização do projeto

Nr de relatórios finais de avaliação e monitorização das ações implementadas

Nível Satisfação com o processo acompanhamento Prémio (1 a 10)

Como explanado até aqui, a gestão dos projetos das três organizações sociais, revelam evidências da implementação de práticas de uma gestão democrática no desenvolvimento das suas iniciativas. Desde logo, por serem projetos delineados sob o enquadramento dos critérios de avaliação das candidaturas (qualidade técnica; experiência e solidez da instituição; potencial impacto na comunidade; viabilidade técnica e financeira; sustentabilidade do projeto (possibilidade de continuidade da iniciativa apresentada, uma vez esgotado o apoio financeiro e o seu impacto futuro na entidade); parcerias; avaliação e monitorização).

Todos os projetos, cumpriram estes requisitos, ressaltando-se, como já mencionado, uma necessária melhoria na sistematização da informação dos relatórios finais de avaliação das ações implementadas. Neste ponto, salienta-se que esta sistematização, não era um dos requisitos da candidatura, tendo a Fidelidade, reajustado os seus critérios para a próxima fase da 4ª edição, onde constará esta premissa, e reajustará o processo de acompanhamento e monitorização, agora, de avaliação dos projetos. Estas adaptações, revelam, que também a equipa de gestão do PFC, implementa no desenvolvimento do seu programa, uma gestão democrática.

Outra evidência, desta democracia, na gestão do programa PFC, é o nível de satisfação das OS, com o processo de acompanhamento e monitorização do PFC, em que as opiniões, foram unânimes na atribuição do nível 10 (escala 1 a 10), permitindo recolher a sua perceção, sobre os pontos fortes e a melhorar no processo de candidatura e de monitorização das atividades do projeto. Desta análise, ficou evidente que o processo é bem aceite, e que se destaca pela proximidade da equipa, pela disponibilidade no apoio durante todas as fases do processo, entre outros.

Mas destas “conversas” com as três organizações, bem como, pela minha leitura, das realidades que observo no Gabinete, das conversas informais, tidas com a equipa de gestão do projetos do PFC, e com a equipa da Sair da Casca, que dá suporte à gestão do programa, permite-me concluir, que os pontos fortes assinalados e melhorias evidenciadas deste processo, refletem uma vontade de mudança na atuação dos financiadores, identificando que na sua generalidade, os financiamentos recebidos, não implicam um processo de acompanhamento e de visitas no terreno, nem abertura de diálogo para dar resposta a outras necessidades, sejam de que ordem forem (técnicas, materiais, financeiras, de orientação, de apoio moral, de sinergias entre as próprias organizações, etc).

Realça-se que no seu discurso, se sentiu vontade e abertura, para esta proximidade dos setores, tal como a necessidade, de serem financiadas, mas “partilhando o sentimento de pertença do projeto” como referiu a Coordenadora da MUTUALISTA, ou porque mostram “mais facilmente qual a missão e as necessidades” afirma a Diretora do CASSAC, ou porque “acompanhando a evolução do projeto” ajudam a “manter uma relação com a Fidelidade Comunidade”, colmata a Diretora do CEERDL.

Desta relação, destaco os comentários da Coordenadora, onde destaca “(...) a relação de proximidade e disponibilidade que a equipa da Fidelidade cria com os projetos”, “(...) o apoio financeiro para criar as bases do projeto e posteriormente poder atingir a sua sustentabilidade”, e o “(...) acompanhamento regular da equipa”.

A Diretora de Serviços do CASSAC, sublinha “(...) o formulário de candidatura simples, as perguntas bem direcionadas, o que facilitou o processo quando comparado com outros prémios”, “(...) a facilidade no esclarecimento de dúvidas e o contacto fácil com a Fidelidade”, “(...) o acompanhamento e relação que estabelecem com as entidades é muito positivo, não só durante o projeto, mas também após terminar o projeto. A Fidelidade já é um importante parceiro com o qual desejamos manter a relação (...), (...) a visita foi importante, sentimos que assim mostramos mais facilmente qual a missão e as necessidades que temos do que apenas escrever em papel. Achemos importante a Fidelidade ter esta perceção.”

A Diretora Técnica do FSO do CEERDL, salienta “(...) a disponibilidade pós negociação para ajustes de equipamentos e houve sempre abertura para alterar o que fosse necessário, ou timings em que precisámos de alargar prazos (...), (...) uma comunicação e proximidade (...), (...) um acompanhamento permanente e sistemático (...), (...) o processo não foi pesado, nada burocrático, enquanto outros são.”

Estas declarações, são simultaneamente representativas, do reforço de gestão democrática, que estas equipas implementam nos seus projetos, pois revelam capacidade de trabalhar em equipa, e, que, também elas, mostraram flexibilidade para os ajustes necessários ao projeto, atendendo o contexto atual.

Saliento, por exemplo a adaptação da MUTUALISTA, face à dificuldade inicial, na contratação dos técnicos apresentados em candidatura (técnica de apoio social, um enfermeiro, e restantes), encontrando uma solução, o médico da clínica da organização, escolha igualmente rica, trazendo o valor associado, do conhecimento e proximidade já existente, entre este e a comunidade.

No CASSAC, identifico de imediato, que pela perceção da falta de apoio ou iniciativa dos familiares em aderir ao serviço de fisioterapia, por vezes por desconhecimento das suas vantagens, procurou a solução na realização de uma conferência dirigida aos cuidadores das suas localidades.

Do CEERDL, foram diversos os exemplos, desde logo, nos ajustes dos equipamentos adquiridos, por se mostrarem mais adaptados às necessidades do projeto, em todo o processo de criação da marca do produto, da criação do código de barras, nas parcerias para distribuição e comercialização dos produtos, e da própria gestão do novo “negócio social”, ficando patente a vontade e o empenho desta OS em caminhar para sua sustentabilidade.

De forma geral, todas estas OS, bem como o programa PFC, revelaram que na gestão dos seus projetos, gerir democraticamente implica ter processos de feedback internos, das equipas de trabalho, e externos, no caso das OS, os beneficiários, no do PFC, as OS. Nas OS, esta recolha, revelou-se patente e importante para a equipa, mas apenas foi efetuada, de forma informal. Não obstante, com a assunção desta fragilidade e a posterior presença destas OS, nas sessões realizadas pela Fidelidade em avaliação de impacto, reforçam a sua vontade no desenvolvimento de mecanismos de autogestão.

Dimensão Capacidade de Prestar Serviços aos Membros da Coletividade

Indicadores

Nr de associados e serviços à comunidade

Numa análise do número de associados, os dados analisados através dos relatórios e contas de 2017 e 2018, períodos correspondentes ao da candidatura e financiamento dos projetos e da sua execução, apenas a Covilhanense revela um acréscimo significativo de 255 em 2017, para mais de 350 sócios em 2018.

Porém, denota-se que o CASSAC, apesar do ligeiro decréscimo do número de sócios, caminha no crescimento do valor das quotas anuais em 2018 e face a 2017, tal como a Covilhã-nense, que apresenta um valor das quotas em 2018, com uma variação de crescimento de 4,82%, face a 2017.

Como complemento de análise da capacidade das três organizações sociais prestarem serviços aos membros da coletividade, e, uma vez que, a informação do número de sócios no relatório do CEERDL é inexistente, apurou-se também, o indicador de número de serviços prestados à comunidade, que cresceu consideravelmente de 1012 para 1094, bem como a taxa de concretização dos seus objetivos estratégicos (97% Orientação para o cliente; 95% Envolvimento Social e Comunitário; 93% Gestão Organizacional; 99% Promover a sustentabilidade; 81% Inovação e Conhecimento).

Dimensão Capacidade de Melhorar a Afetação de Recursos e a Distribuição dos Rendimentos

Indicadores

Nr melhorias e mudanças na organização, os beneficiários ou a comunidade envolvente

Nesta dimensão, procurou-se perceber a existência de uma correlação, entre o número de melhorias e mudanças sentidas nas organizações, beneficiários ou a comunidade envolvente, com a capacidade destas organizações, afetarem os seus recursos e de distribuírem os rendimentos.

Os dados analisados, das atividades, resultados, sinergias, mudanças e opiniões, que foram validados pelas gestoras da Fidelidade e equipas de projeto das Organizações Sociais, permitem resumir que os três projetos foram executados num total de 7 freguesias e 11 localidades, que perfazem um total de 27.814 habitantes de acordo com os Censos de 2011.

Os projetos permitiram impactar 265 beneficiários diretos, dos quais 93% são idosos e 7% pessoas com deficiência e incapacidade. Com os idosos, foram realizadas 907 sessões individuais de fisioterapia; 2429 rastreios de saúde; 500 consultas médicas; 78 sessões de informática e multimédia. Já as pessoas com deficiência e incapacidade, foram envolvidos em atividades socialmente úteis, ao transformar o desperdício em matéria comercializável, tendo já produzido e embalado mais de 500 sacos de fertilizante e 500 sacos de lenha.

Na impossibilidade, de precisar os beneficiários indiretos impactados pelos projetos, realça-se a sua abrangência, aos familiares e cuidadores; aos 3 técnicos contratados e aos 2 que se mantiveram nos projetos, aos colaboradores das organizações sociais e às comunidades,

através das 71 ações de divulgação, sensibilização e marketing, 1 conferência, 273 sessões de mobilidade ativa, 1 espaço criado, 2 reabilitados e 1 ocupado.

Conclui-se também pelas diversas parcerias e sinergias criadas na execução dos projetos, que as organizações sociais trabalham em prol de uma regulação partilhada na resolução dos problemas das suas localidades.

Mais concretamente, a MUTUALISTA COVILHANENSE, com a contratação de uma equipa de três técnicos, que continuam em atividade, a aquisição de equipamento informático e outros, e com os apoios extra da Fidelidade²⁷, estendeu os serviços da UMS e da Oficina de Atividades, a mais localidades, proporcionando a mais idosos, uma melhoria da qualidade de vida e do bem-estar, prestando cuidados de saúde, combatendo a exclusão social e tecnológica, estimulando a criatividade e a promoção do exercício físico, conseguindo ainda, reabilitar espaços. Tudo isto, alcançável pela sua capacidade de agregar esforços dos voluntários, isto é, das populações locais, e, de seis entidades parceiras, enquanto agentes locais.

O CASSAC, por ter adquirido equipamentos específicos de Fisioterapia, otimizou o serviço ao domicílio, e, dinamizou as sessões de mobilidade ativa, refletindo-se no aumento da sua frequência e no valor de receitas dos serviços, que chegam assim, a mais beneficiários idosos, com melhores condições no serviço existente e aumentando a qualidade de vida e saúde desta população mais vulnerável. Estes resultados, conquistados em articulação com seis agentes locais, a realização de uma conferência²⁸, o apoio da comunidade, e também da Fidelidade, certamente, reforçaram e compensaram, a atividade e o posto de trabalho da Fisioterapeuta.

Quanto ao CEERDL, ao adquirir os equipamentos e materiais para realizar as atividades de transformação do desperdício (resíduos da manutenção dos espaços verdes, folhagem e arvoredo) em matéria comercializável (composto orgânico), deu vida, a uma área ocupacional, que consolida um posto de trabalho (Monitor do FSO) e incluiu, dezanove pessoas com deficiência e incapacidade, pela ocupação em atividades socialmente úteis, promovendo o conceito da reutilização e sustentabilidade e diminuindo o estigma associado à doença mental. A criação deste “negócio social”, alicerçado à sustentabilidade do projeto e da própria organização, por permitir

²⁷ Decorrente do funcionamento dos Ateliers, a Fidelidade doou mobiliário, equipamento informático e artigos de papelaria, minimizando os custos da Associação. A Fidelidade tem doado desde então, material diverso de proteção individual, mobiliário hospitalar de sinergias criadas (Hospital da Luz, Multi-care, etc) e outros decorrentes dos “salvados” dos sinistros.

²⁸ A Fidelidade assegurou a produção de folhetos e cartazes para a Conferência “Cuidar de quem cuida”, realizada a 3 outubro de 2018, em Porto de Mós. Mantendo apoios das sinergias já evidenciados.

gerar aumento das receitas, evidência a capacidade desta equipa de trabalho, em harmonizar recursos e rendimentos com seis entidades locais e a Fidelidade²⁹.

Aliás, como reforço desta capacidade, o CEERDL para fazer frente ao desafio do FSO, se encontrar sem vagas e necessitar de renovar e ampliar a sua estrutura, para conseguir apoiar mais pessoas com doença mental e desenvolver atividades funcionais e terapêuticas, foi novamente vencedor da edição de 2018 do PFC. Com o financiamento de 16.600,00€, encontrou a solução de criar uma cozinha pedagógica, permitindo desenvolver novas competências a 20 pessoas com doença mental, apoiando-as no treino da sua autonomia em atividades diárias.

Além disso, o CEERDL, visa rentabilizar os produtos criados na cozinha e vendê-los no comércio local, conseguindo novamente, evidenciar a capacidade produtiva das pessoas com deficiência e doença mental, promover a aceitação social e contribuir como fonte de receita para a entidade.

Dimensão Capacidade de Crítica e Aprendizagem Permanente

Indicadores

Nr dificuldades implementação do projeto/iniciativa

Nr contributos do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social

Nr pontos fortes do processo de monitorização do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social

Nr pontos a melhorar do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social

Entende-se, que a identificação por parte das Organizações Sociais, das dificuldades e contributos, dos pontos fortes e melhorias, de todo o processo de candidatura e monitorização do financiamento dos projetos, se apresenta como uma forma ética e transparente de validar esta dimensão de crítica e aprendizagem permanente.

De forma conclusiva, e com base nas opiniões identificadas pelas três organizações sobre os pontos elencados, afere-se que as organizações sociais consideram que o facto de terem sido vencedores do PFC, potenciou sinergias, que de outra forma, teria sido muito difícil. Também a visibilidade dada aos projetos, e depois aproveitada a nível regional e local pelas OS, foi apontada como uma das mais-valias do financiamento do PFC. Apontam ainda, que o relacionamento com a Fidelidade, não se limitou ao acompanhamento do projeto, mas ao desenvolvimento da organização como um todo.

²⁹ Também aqui se destacam apoios das sinergias que a Fidelidade mantém.

No que se refere, ao processo do Prémio, salientam que o acompanhamento da Fidelidade, as visitas e a visibilidade, são os maiores fatores diferenciadores do PFC. Perceciona-se também, uma abertura por parte das OS, em responder a uma maior exigência de informação, o que pode representar uma oportunidade de capacitação, que a Fidelidade não descurou.

No tocante às melhorias identificadas, afere-se que as edições do PFC, têm vindo a ser alvo de melhorias e mudanças, revelando-se um programa de responsabilidade social com capacidade de aprendizagem e de crítica permanente, pela sua construção de forma integrada, participada, partilhada e em constante avaliação, espelhadas nas alterações aos formulários de candidatura e outras adaptações decorrentes desde a edição de 2017.

O resultado mais evidente desta “dinâmica de aprendizagem e de sentido crítico”, confirma-se pelo aperfeiçoar do modelo da 4.^a edição de 2021, expressando a equipa da Fidelidade, no Relatório de Sustentabilidade de 2021 (pp.82-87), “(...) queremos continuar a ajustar e aperfeiçoar o modelo da 4.^a edição, em 2021, especialmente no que diz respeito à monitorização e ao acompanhamento permanente junto dos vencedores das várias edições do Prémio. O nosso grande objetivo sempre foi o de sermos verdadeiros parceiros dos vencedores das várias edições, mesmo após o período de monitorização e para além da contribuição financeira”, perspectivando para o futuro “(...) consolidar o nosso programa de responsabilidade social na comunidade e aperfeiçoar o nosso contributo para a capacitação das organizações sociais.”

Nesta sua missão de fortalecer o setor social e criar as sociedades mais sustentáveis, a edição de 2021, apresenta outras mudanças, passando a disponibilizar um valor total de € 750 000,00 (setecentos e cinquenta mil euros) a atribuir em duas fases.

A primeira fase para projetos urgentes ou emergentes, cujo valor se situe entre 5 e 20 mil euros, tendo em conta, como referido no Relatório (pp.86-87), “(...) o atual estado da saúde pública no país, com consequências particularmente preocupantes para as organizações que apoiam as populações vulneráveis, o Grupo Fidelidade pretende construir uma base de capacidade de resposta adequada às necessidades das organizações que vierem a ser vencedoras, através do envolvimento das suas empresas, fornecedores, clientes e parceiros de negócio e de todos os colaboradores que estão disponíveis para dar apoio voluntário.” A segunda fase, será direcionada para projetos que promovam a sustentabilidade das organizações, cujo valor se situe entre os 50 e os 100 mil euros.

Aponta-se como resultado desta aprendizagem, a intervenção do PFC na “Comunidade Fidelidade”, pois além do apoio financeiro, trabalha a capacitação, a partilha de experiências e de conhecimento, a promoção da visibilidade das iniciativas e das organizações sociais, a criação de sinergias e parcerias, evidenciando o Relatório de Sustentabilidade 2020 (pp.80-81), esta

“(…) comunidade como centro de networking e cruzamento de oferta/procura entre as organizações, nos domínios de sua atuação, do voluntariado, de necessidades específicas, entre outras”, visando desenvolver “um ecossistema de conhecimento e inovação, através de eventos e partilha de projetos inovadores”.

Quanto à capacitação desta “Comunidade Fidelidade”, identificam-se no Relatório (pp.86-87), a realização de “(…) dois webinars sobre Saúde Mental e Impacto Social, nos quais se debateram as consequências que estes dois problemas, trazidos pela pandemia, vieram colocar às instituições e acelerar o desenho de soluções para diminuir as suas repercussões negativas.”

Regista-se ainda neste âmbito, a realização de três Workshops de avaliação de impacto, com abordagens personalizadas a 19 Organizações Sociais vencedoras das edições e outras parceiras, onde se procurou sensibilizar a importância desta ferramenta, capacitando-as para a sua aplicação, através de uma elevada componente prática de partilha de ferramentas e ideias, e com projeção de lançar em 2021, um “Manual de Avaliação de Impactos para as Organizações Sociais”, como primeiro guia para ajudar as organizações a fazer uma avaliação do impacto dos seus projetos.

Conclui-se, como reflete o Relatório (pp.68-69), que esta atuação sustentável que o PFC evidencia ter nesta “Comunidade”, advém paulatinamente da “(…) proximidade que vivemos com as organizações da economia social também se aprofunda, fruto de relações assentes na admiração, partilha e cooperação. Sentimo-nos privilegiados por todos os anos, com o Prémio Fidelidade Comunidade, podermos estreitar laços e apoiar novas organizações, deste modo aumentando e fortalecendo esta grande rede coletiva por uma sociedade mais equilibrada e próspera.”

Sobre as Principais Mudanças

O objetivo da exploração das dimensões afetas às capacidades das OS, por suporte dos indicadores expostos, e da análise dos resultados com impacto das suas atividades, procuraram consubstanciar a premissa inicialmente colocada de que o “*Prémio Fidelidade Comunidade reforça as capacidades das Organizações Sociais das suas comunidades.*”

Esclareço, porém, que na ambição e conceção deste objetivo específico, a utilização do verbo “reforçar”, tacitamente, já pressuponha, que com esta análise, não se alcançaria uma confirmação irrefutável do mesmo, subentendendo-se, que o reforço destas capacidades se alcançam por um processo, logo, só com a soma das partes, das ações e relações que se vão desenvolvendo, assentes na “nova ética” e com objetivos comuns de bem-estar de longo prazo, se chegará ao todo.

Por este motivo, e também, como forma de abrir janelas e encurtar caminhos, nesta discussão, de como os diferentes atores, se relacionam nesta “nova” forma de “contrato social”, e que nos faz acreditar, na esperança de caminhar verdadeiramente para uma sustentabilidade integral, dar-se-á nota, das conclusões gerais sobre as mudanças com impacto na “vida” das OS e das suas localidades, bem como, da perspectiva das OS sobre o contributo do programa PFC, e, por fim, uma sugestão de melhoria, como resultado desta análise, que se reflete na construção do Anexo O, “Quadro dos Principais Resultados e Mudanças com Impacto”³⁰, das organizações.

Desta forma, atendendo ao inicialmente esclarecido, sobre a ambição de uma resposta ao objetivo específico, que o “PFC reforça as capacidades das Organizações Sociais das suas comunidades”, será correto afirmar, que o financiamento dos projetos, permitiu a implementação de novas metodologias, que conduziram a melhorias de processos e aumentos de receita, bem como à renovação de contratos de trabalho, o que deixa antever o contributo do PFC, na melhoria da sustentabilidade das organizações.

Mas esta sustentabilidade, também advém, das mudanças com impacto na vida dos idosos, dos utentes com doença mental, das suas famílias, cuidadores, amigos, e das pessoas destas localidades, que por disporem e usufruírem destas atividades, serviços ou áreas ocupacionais, servem, desde logo, o propósito da sua projeção, logo do bem-estar das equipas de trabalho e da organização.

Das inferências anuídas de forma transparente, partilhada e participada, com as equipas destes projetos, a do PFC e da SdC, sobre as mudanças com impacto das suas atividades, enfatizou-se imediatamente, a continuidade dos projetos e a conseqüente renovação dos contratos de trabalho em todos os projetos, destacando-se de seguida o acesso a mais conhecimento, a saúde e qualidade de vida.

A aquisição de conhecimentos merece destaque, pela quase transversalidade com que surge, essencialmente pelas diversas sessões de sensibilização e dinamização dos projetos, dedicados à inclusão social e autonomização dos beneficiários e seus cuidadores.

³⁰ O “Anexo O”, com o “Quadro dos Principais Resultados e Mudanças com Impacto”, foram concebidos para apresentação interna à Administração da Fidelidade, como forma de desenvolver o programa PFC, dando origem a novos projetos internos, como o da Capacitação destas organizações. Nesta análise, apresenta-se sucintamente, a Organização, o Projeto, os Objetivos, as Atividades/Resultados, as Mudanças, as Sinergias, o Feedback dos Stakeholders, e a perspectiva das OS, no que respeita ao contributo do Prémio Fidelidade Comunidade, Pontos Fortes, Pontos a Melhorar, e deixa-se uma nota e sugestão da equipa, que resulta de uma reflexão conjunta, entre mim, a equipa da SdC, e a do PFC, transmitida às OS.

É o exemplo do CASSAC, em que as sessões de mobilidade ativa promoveram a envolvimento das pessoas nas atividades de animação sociocultural e recreativas, e o CEERDL porque os utentes aprenderam novas metodologias e a reconhecer os ganhos do trabalho em equipa.

Quanto ao acesso à saúde, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida, ressaltam como as principais mudanças, uma vez que a maioria dos projetos tinham como objetivos aumentar os serviços prestados, abranger mais beneficiários, com impacto direto na sua qualidade de vida e inclusão social.

No acesso à saúde, a Mutualista surge por confirmar que mais idosos passaram a ser regularmente visitados e o CASSAC por reduzir o número de deslocações ao centro de saúde em 71.4% (de 85.7% para 14.3%) durante a realização de fisioterapia pelo mesmo motivo. Na inclusão social, o CEERDL representa-se pelo envolvimento dos utentes em atividades úteis e reconhecimento por parte da comunidade, contribuindo para a quebra do estigma social face à pessoa com doença mental. Já na qualidade de vida, a Mutualista através, a título de exemplo, da promoção de exercício físico e da saúde mental em 80% da população idosa do concelho, o CASSAC pelos ganhos em saúde, como a redução do número de quedas em 33.3% (metade do registado), os 77, 4% dos beneficiários das sessões individuais de fisioterapia que atingiram a nível 6 de Funcionalidade. (julho/18 a maio/19).

Outra mudança que se confirmou pelo projeto do CEERDL, foi a sensibilização da comunidade, pelo trabalho desenvolvido pelos utentes do CEERDL e respetivo reconhecimento pelo processo sustentável que o projeto representa.

No que se concerne à mudança de comportamentos, torna-se mais difícil de validar, face à duração dos projetos e à fragilidade da ausência de recolha de dados, de forma sistemática e regular, por parte das OS.

Outro ponto de análise interessante, são as principais conclusões das perspetivas destas organizações sobre o contributo do prémio, os seus pontos fortes e a melhorar. Onde a Mutualista refere que o PFC criou as condições para a implementação deste projeto no terreno e contribuir para melhorar a qualidade de vida da população rural idosa, em freguesias mais isoladas do Concelho da Covilhã, o CASSAC ressalta a aquisição de material sem o qual não poderiam aumentar o serviço de fisioterapia ao domicílio, e a visibilidade na comunidade, relativamente à importância da fisioterapia e as vantagens que tem na saúde das pessoas, o que levou a um aumento da credibilidade e visibilidade do projeto, e, finalmente, o CEERDL conferindo, que com a promoção e divulgação conseguiram passar a mensagem à comunidade com eficácia.

No que respeita, às suas considerações, sobre os pontos fortes e a melhorar do programa PFC, a Mutualista salienta como ponto forte a relação de proximidade e disponibilidade que a

equipa da Fidelidade cria com os projetos, tal como o acompanhamento regular por parte da equipa que permite o desenvolvimento de análises contínuas e reajustes, com vista ao sucesso do projeto, não apresentando melhorias. O CASSAC, distingue positivamente o formulário de candidatura ser simples, a disponibilidade para esclarecimento de dúvidas, o acompanhamento e relação de proximidade com a equipa da Fidelidade, e a visita às instalações, pois mostra interesse e dá oportunidade para apresentar melhor a missão da entidade, apresentando assim, como melhoria a realização de uma visita à entidade no final do projeto, para que a Fidelidade melhor possa perceber o impacto que teve na organização.

Já o CEERDL, diferencia como pontos fortes, a disponibilidade para alterações nos equipamentos a adquirir ou alargamento de prazos, a grande proximidade, acompanhamento permanente e sistemático, o processo ser acessível do ponto de vista burocrático e de relacionamento, em comparação com outros processos de candidaturas, relatórios, etc, e a produção do vídeo, pela visibilidade e divulgação que proporcionou. Como melhoria, sugere o PFC partilhar mais informação sobre os resultados dos projetos financiados, apontando que é importante partilhar as experiências.

Por fim, evidenciam-se as notas finais e partilhadas com as equipas dos projetos, em que numa análise geral dos resultados se assegura que a Mutualista, mostrou uma forte adesão da população idosa nas atividades, reforçando os objetivos de melhoria da sua qualidade de vida, e, adicionalmente, conseguiu reforçar a relação com a população idosa dispersa geograficamente, através desta prestação de cuidados de proximidade, levando a atitudes mais proativas, por exemplo, na procura de mais assistência por parte dos beneficiários. Sugerindo-se, implementar um registo mais regular de recolha de feedback, que poderá dar à organização informação importante para o desenvolvimento das suas atividades.

Ao CASSAC, apresentou-se que o projeto proporcionou o serviço de fisioterapia a um número maior de beneficiários, melhorando a sua qualidade de vida, e, que face à organização salienta a importância da visibilidade, nomeadamente do vídeo e dos artigos que saíram nos jornais, facilitando a divulgação e credibilidade do projeto junto da comunidade, se sugere desenvolverem um trabalho de sistematização da informação e análise dos questionários de avaliação que aplicam, pois podem dar inputs importantes para o desenvolvimento da organização.

Em último, notabilizou-se o CEERDL, pelo projeto com bons resultados e impacto junto da comunidade, que não só compra os produtos da Mata, como reconhece o contributo dos seus utentes na produção dos mesmos, ressaltando que para os utentes, é uma experiência enriquecedora ao nível da capacitação, sentido de pertença e de contributo para a mudança de comportamentos, sendo por isso recomendável, dar continuidade ao projeto que configura um modelo

de economia circular, tornando clara para a comunidade a cadeia de valor e o papel da organização e seus utentes.

Importa realçar, que do relacionamento estabelecido nos projetos, surgiram várias sinergias com a Fidelidade, mas também com entidades parceiras, Câmaras Municipais, Academia, Organizações parceiras, entre outros, ficando patente que a dinâmica criada pela campanha de comunicação sobre os vencedores da 1.^a edição do PFC levou a mais contactos e mais oportunidades para os projetos e as OS.

As organizações vencedoras mencionaram algumas das sinergias mais relevantes, que aconteceram de forma pontual e fruto do acompanhamento dos projetos, como as doações de equipamento informático, mobiliário, material de desgaste, etc., o apoio na realização de eventos relacionados com o projeto e não contemplados na candidatura, o voluntariado, a distribuição de cabazes de Natal, e as parcerias que surgiram na sequência da divulgação do projeto nos meios de comunicação.

Desta relação que perdura desde 2017, foi notório que estas entidades, consideram que o facto de terem sido vencedoras do PFC, potenciou sinergias que de outra forma teria sido muito difícil, em que a visibilidade dada aos projetos, e depois aproveitada a nível regional e local pelas OS, foi apontada como uma das mais-valias de ter ganho o PFC.

Também reconhecem, que o relacionamento com a Fidelidade não se limitou ao acompanhamento do projeto, mas ao desenvolvimento da organização como um todo, destacando, que o acompanhamento da Fidelidade, as visitas e a visibilidade são os maiores fatores diferenciadores do PFC, mostrando que existe abertura da sua parte em responder a uma maior exigência de informação, reconhecendo a importância de avaliarem o impacto social do seu trabalho, o que representou uma oportunidade de capacitação, que a Fidelidade não descurou.

Finalmente, percebeu-se que as OS vencedoras já se sentem parte de uma “comunidade”, pelo que a “Comunidade Fidelidade” é já um conceito pré-existente, verificando-se que a simplificação do processo do PFC terá respondido às ineficiências apontadas nomeadamente no formulário de candidatura, mas as OS mostraram interesse em evoluir, percebendo-se que a capacitação do setor social terá muita aceitação como pilar da Comunidade Fidelidade, e que a próxima edição, será mais exigente em termos de informação a apresentar e obrigar à apresentação de uma avaliação de impacto do projeto.

CAPÍTULO 4

Conclusões

Após a análise efetuada, objetiva-se finalmente, apresentar os novos conhecimentos e consequências práticas, que respondem à inquietação de perceber, “Como podem as empresas, através da adoção de práticas de responsabilidade social, contribuir para reforçar a ES e impulsionar o desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades?”

A sua resposta, evidenciará, a pertinência de abordar os conceitos de Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado, Responsabilidade Social das Empresas e Economia Social, mediante uma reflexão, sobre as vantagens e a utilidade da sua relação, na análise, que se iniciará, pelo segundo objetivo específico, de “Verificar se o Prémio Fidelidade Comunidade é um agente ativo de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades.”

Opto, por iniciar esta reflexão, pelo segundo objetivo específico, na medida, em que a sua validação, advém do ponto “3.6. Análise das Atividades e Resultados dos Projetos como Dinâmicas de Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado”, contribuindo para validar o primeiro objetivo específico, de “Analisar se o Prémio Fidelidade Comunidade reforça as capacidades das Organizações Sociais”, que reflete o ponto “3.7. Análise das Mudanças com Impacto nas Capacidades das Organizações Sociais”, cujas conclusões, motivarão as considerações finais e sugestões para investigações futuras.

Mais do que nunca, a conjuntura mundial que vivemos, impõe a conjugação de esforços, na jornada de alcançar um Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado, que como indica Sachs, “apresenta soluções triplamente vencedoras”, por promoverem, “crescimento económico com impactos positivos em termos sociais e ambientais”, mediante uma perspetiva integrada ou sistémica, que como Amaro diferencia, é “ecocêntrica” e procura “(...) a superação de um dos maiores desafios desde o início de século XXI, que é definir o caminho para a sustentabilidade”.

Este caminho, salienta o TFUE, pressupõe uma responsabilidade partilhada pelos vários atores, “devem cooperar para equilibrar inclusão, sustentabilidade, competitividade e resiliência promovendo um desenvolvimento territorial integrado, participativo e inovador”, mediante uma nova dinâmica de conjugação de esforços, em concretizar uma agenda de ação, que articula como dimensões, as Pessoas, o Planeta, a Prosperidade, a Paz e as Parcerias.

Esta nova dinâmica, como refere o IES (2014, p.3), “(...) está a desencadear uma transformação importante no comportamento dos atores de cada um dos três setores, levando-os a um diálogo

crescente e iniciativas conjuntas. É esta crescente interligação entre setores a que chamamos de Economia Convergente”, tendência que Fernandes (2016, p.17) afirma, assentar num modelo de “(...) desenvolvimento económico integrador e sustentável, emergente da confluência entre as sinergias do setor da economia social, setor público e privado.”

Nesta linha de entendimento, todos são atores ativos e com papéis importantes. Estado, Empresas e Organizações Sociais, devem cooperar e ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como resposta aos desafios, que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir.

Esta prosperidade conjunta e futura, impõe a assunção de “um novo contrato social”, que promova a dignidade, as liberdades, a igualdade, a solidariedade, a cidadania e a justiça, onde todos, devem ser equacionados como parte integrante das propostas de desenvolvimento que se realizam nos espaços locais.

Aos Estados, reconhece-se a necessidade de promover um desenvolvimento harmonioso, assente, numa estratégia de longo-prazo das competitividades locais, que afirme, uma abordagem integrada, participativa e inovadora, articulando, uma governança multinível e multisectorial, como resposta aos desafios específicos de cada unidade territorial, e, assumindo como prioridades, a coesão económica, social e territorial, como garantia de um futuro inclusivo e sustentável para todos os lugares.

As empresas, face às grandes exigências atuais, assumem a “responsabilidade pelo seu impacto na sociedade”, implicando uma visão sistémica na formulação das suas estratégias, e, por isso, devem ser integradas e regenerativas, por considerar prazos mais longos e assumir a criação de “valor dos sistemas” (ambiental, social e económico). Como Santos (2012, p.90) confirmou, uma “empresa socialmente responsável e sustentável”, deve agir em parceria com o Estado, outras empresas e entidades do setor social, tornando-se, num “criador de ativos na tríade economia-sociedade-ambiente”, ou seja, num instrumento por excelência, de criação de redes de cooperação e de fomento de networking.

Esta visão, de “envolvimento estratégico integrado”, que estabelece relações baseadas na transparência, confiança, colaboração, inovação e na mudança de sistema, para alcançar um mundo justo e sustentável, enquadra-se, na atuação desejável, de uma filantropia estratégica, de uma RSE_{2.0}, sistémica, holística, uma conceção integrada de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, que como refere o IES (2014, p.6), se manifesta por “(...) um elevado nível de interação com o recipiente do investimento”, tornando-se “(...) particularmente útil numa fase em que a organização social está a validar o seu impacto e a codificar a sua solução, preparando-se para encetar um processo de crescimento.”

A utilidade desta interação, pressupõe uma perspectiva de múltiplos valores e uma abordagem de sustentabilidade, em que a empresa cria valor, ao promover o bem-estar destas organizações, através do desenvolvimento e fortalecimento das suas capacidades, pois como refere Fernandes (2016, p.4), em acordo com Agostinho Branquinho , estas capacidades determinam “(...) que, hoje, fosse possível construir pontes de esperança para o futuro, assentes num crescimento económico sustentável, na criação de mais e melhor emprego e na manutenção da coesão social”, o que faz atualmente dos seus valores e princípios “um modelo empresarial para o futuro da Europa”, inclusivo e sustentável, isto é, em perfeito alinhamento com os objetivos principais de uma “Europa Justa”.

Uma Europa Justa, como refere o UNFTSSE (2020, p.7), “(...) implica investir em sectores estratégicos, que promovam um trabalho decente e sustentável e coloquem as pessoas no centro do negócio”, tornando-se imperativo, diversificar os investimentos, desenvolver e implementar políticas, que criem um ambiente favorável para diferentes modelos de negócio. Além disso, afirmam, “(...) as políticas públicas, que visam criar e fortalecer os ecossistemas da ESS, são decisivas para a concretização de uma agenda de desenvolvimento transformador.”

É no âmbito desta responsabilidade partilhada, como dinâmica de conjugação de esforços, que se revela pertinente, enquadrar e evidenciar, as conclusões finais deste estudo e que permitem confirmar, se o PFC, enquanto programa de RSE, é um agente ativo de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades.

Afere-se, que o PFC é um programa de RSE, integrado na estratégia de sustentabilidade e negócio da empresa, como forma de resposta às problemáticas da sociedade e numa visão de longo-prazo, contribuindo para os desafios da Agenda 2030.

Ao procurar contribuir para o ODS 10 (reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países, a nível do aumento do rendimento, mas também do acesso à igualdade de oportunidades), acabou por desenvolver um ecossistema de conhecimento e inovação, que procura mitigar as desigualdades visíveis na comunidade, através do fortalecimento do setor social e da boa vizinhança, criando uma “Comunidade Fidelidade”, que inova enquanto ação coletiva de transformação social e através de um novo tipo de relação.

Assumindo como a sua missão, fortalecer o setor social, nas áreas da prevenção na saúde, do envelhecimento e da inclusão social de pessoas com deficiência e/ou incapacidade permanente, através do financiamento de projetos das organizações sociais de todo o território de Portugal, e, com a consciência, de que, a sua capacitação, é fundamental, para a concretização do seu propósito social e sobrevivência, percebe-se, pelas atividades e resultados evidenciados nos três projetos, que este, é um programa de responsabilidade social, que promove a sustentabilidade

das suas comunidades, por identificar, satisfazer e aumentar as capacidades das OS, criando valor “triplo”.

Enquanto programa, insere-se na etapa RSE₅ de Sustentabilidade, pois segundo Frederick, é uma solução integrada e holística, que resulta de uma aliança entre quem formula as políticas e as pessoas, apresentando resultados de enorme valor de contributo para o DS. Assume-se este contributo, desde logo pela natureza, valores e princípios, missão e características das organizações sociais, pois como refere Pitacas “constituem aspetos chave para o êxito da concretização dos ODS, em que são determinantes o território, o envolvimento e participação das populações dos agentes económicos e a existência de capital social.”

Também, por isso, se considera que este é um programa circunscrito nas linhas de uma atuação desejável de RSE_{2.0}, é socialmente responsável e sustentável, pois contribui para a comunidade e melhoria de vida das pessoas, articula-se e integra-se como parte de um sistema integrado, cria valor, boa governação, contribuição social e integridade ambiental, revelando uma visão sistémica e com uma estratégia integrada, que considera uma resiliência económica, social e ambiental, tornando-se regenerativa por considerar prazos mais longos, e entender, a amplitude da criação de “valor destes sistemas.

É um modelo de programa, que se pauta por um envolvimento estratégico integrado, cujos bons resultados globais, advêm de uma relação construída pela transparência, confiança, colaboração, inovação e mudança para um sistema, que visa alcançar um mundo mais justo e sustentável, por perceber que este processo de criação de valor e do bem-estar das organizações sociais, não se deve basear nas funções de utilidade destas, mas sim nas suas capacidades, e por isso, ser um processo participativo em todas as suas fases, sempre reforçado pela “Nova Ética” assumida, que cria valor ao promover o bem-estar e desenvolve e fortalece as suas capacidades, numa relação de longo-prazo.

É conforme Amaro entende, um programa multidimensional e integrado, que valoriza as capacidades e o empowerment, facilitando a coesão social, assenta na participação e permite o multiprotagonismo, e, por isso, estimula as parcerias, visa a interdependência ambiental, é multi-territorial e promove a diversidade, estando, portanto, alinhado com o desafio da necessidade de uma Governância, multinível e multisectorial.

Entende-se assim, que o contributo do PFC na jornada da sustentabilidade, assume um papel importante, pela sua criatividade e inovação na forma como procura fortalecer o setor social, pela escalabilidade do programa em si, uma vez que, inicia este ano, o “Prémio Garantia

Comunidade”³¹ em Cabo Verde, o que também evidência, a sua capacidade de resposta à escala e urgência dos problemas, mediante soluções locais, enquadradas nos princípios universais, e que promovem a circularidade, criando capital social, ambiental e económico.

O programa PFC, usufrui da relação privilegiada que o setor social tem com os ODS, atuando nas desigualdades do país (ODS 10), por promover a redução da privação, da pobreza e da exclusão social, através da ação dos projetos, das oportunidades económicas criadas, e acautelando os riscos sociais das suas comunidades, através da resolução coletiva e da melhoria, no acesso a cuidados de saúde. Promovem simultaneamente, a mudança de comportamentos e sensibilização inclusiva e equitativa (ODS 5), e são de acesso à comunidade em geral (ODS 4 e 5). Outro contributo, advém da sua gestão, baseada nos princípios de valorização dos direitos humanos, no que concerne por exemplo, à criação de um trabalho digno (ODS 8), e à promoção da saúde e bem-estar (ODS 3), que os três projetos evidenciam de forma acentuada.

Este caminho da sustentabilidade, encontra-se também expresso, na atuação destas três organizações sociais, por procurarem a resolução de problemas locais, das suas pessoas, pois comprometem-se implicitamente, com o desenvolvimento das suas localidades e infraestruturas (ODS 6, 7, 9 e 11), denotando-se uma preocupação elevada no uso equilibrado dos ecossistemas terrestres, assim como a defesa da biodiversidade (ODS 14 e 15), mediante um consumo socialmente justo e ambientalmente responsável (ODS 12 e 13).

Fica também claro, o seu papel na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas (ODS 16), pela quebra do estigma social face à pessoa com doença mental, e pelo contributo em promover a paz e a integração social das suas populações.

Finaliza-se, com a presença da revitalização de parcerias (ODS 17), que sobressai pela capacidade destas organizações, fortalecerem os meios de implementação dos projetos, pelo estabelecimento de parcerias com diversos atores locais, mediante relações de confiança e de compromisso, criando o valor ou capital social, apenas ao alcance destas organizações, cuja gestão se apresenta como democrática e participativa.

³¹ A empresa Cabo-Verdiana, do Grupo Fidelidade, a Garantia Seguros, lançou este ano, no âmbito do seu Programa de Responsabilidade Social, da estratégia de Sustentabilidade e do compromisso com a Comunidade, o PRÉMIO GARANTIA COMUNIDADE dirigido a organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e outras instituições sem fins lucrativos que atuam nas áreas da Inclusão Social de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade Permanente e de Prevenção em Saúde, com especial foco para a Infância, disponibilizando um valor total de 2.500.000 CVE (dois milhões e quinhentos mil escudos) para distribuir aos projetos e iniciativas

Conforme Porter e Kramer (2006, p.5) salientam, as “empresas de sucesso precisam de sociedades saudáveis”, e o alcance que estas três organizações sociais evidenciam neste construto da sustentabilidade, permitem confirmar o objetivo específico desta análise, de que o Prémio Fidelidade Comunidade reforça as capacidades das Organizações Sociais das suas comunidades. As evidências desta análise, permitem confirmar que as capacidades das organizações se reforçam, mas também será de ressaltar, que o próprio programa PFC se reconhece em crescimento e renovação, nesta relação.

Das mudanças com impacto nas organizações, fica claro, que o financiamento do PFC contribui para motivar estas organizações a criar iniciativas sociais, através da divulgação do programa nos diversos meios de comunicação da empresa, e das sessões de esclarecimento que se realizaram localmente (agora via online) em todo o território nacional.

O processo de candidatura ao financiamento, alvo já de várias alterações, por recolha da opinião das OS, para além, de as capacitar para a construção de candidaturas com qualidade e sustentação, revela-se uma forma, de melhorarem os meios de atraírem investimento, pois implica o desenvolvimento de iniciativas, com uma estratégia de sustentabilidade a longo-prazo, inovadora, e que seja escalável na resolução dos problemas sociais.

Este processo, também contribui para orientar as OS, para uma gestão estratégica e estruturada das iniciativas, na medida em que o financiamento se adequa às necessidades, valorizando uma atuação focada na inovação dos processos e nos meios utilizados e no estabelecimento de parcerias. O PFC pode ainda diferenciar-se por ser um programa cujo financiamento capacita as OS para uma gestão de sucesso, permitindo e valorizando candidaturas que objetivam a sustentabilidade da organização.

A criação de forma espontânea da “Comunidade Fidelidade”, como rede de colaboração e de aprofundamento das relações não-mercantis e, assumida como um instrumento de networking, onde as três organizações participam ativamente, comprovam, que este, é um programa socialmente responsável e sustentável, cuja estratégia e ações de “responsabilidade social territorial”, como salientam Del Baldo e Argiolas, promovem processos qualificantes de desenvolvimento local e regional, transformando a crise atual, numa oportunidade para criar modelos mais resilientes de “desenvolvimento económico e humano, justo e sustentável.”

As capacidades destas organizações, alicerçadas aos seus valores e princípios, quando potenciadas por um programa de responsabilidade social, que assume a visão de um “novo contrato social”, isto é, com base numa estratégia resiliente, que viabiliza a prosperidade das pessoas, das comunidades e do ambiente natural, conseguem promover mudanças sociais, económicas e ambientais, também resilientes e equitativas, que reparam e fortalecem a economia e a

sociedade, permitindo resistir aos momentos que vivemos e futuros, trabalhando para o benefício de todos.

A criação destes modelos, leva a que este estudo, possa contribuir para a reflexão, sobre o caminho da Sustentabilidade, que já se percebeu, todos teremos de percorrer!

Este caminho, de “partilha de valores comuns” rumo à sustentabilidade, será mais fácil e mais direto, se percorrido em conjunto e todos assumirem um papel importante neste “sistema de camada tripla”, em que nos relacionamos, e que como sentimos, revela necessidades imediatas de ser mais resiliente em termos económicos, sociais e ambientais.

Notoriamente, para uns, este caminho já se encontra mais delineado, apelando-se hoje e com urgência, que se reconheçam, valorizem e promovam, as virtudes intrínsecas aos princípios e valores da ESS, assumindo que estas são um ator chave na formação de uma recuperação da crise que enfrentamos. A simbiose perfeita para a Fidelidade, poder compartilhar valor comum, boa governação, contribuição social e integridade ambiental, com organizações, que promovem a democratização da sociedade através da ação coletiva, “aprofundando a democracia política mediante uma democracia económica e social”, através de uma solidariedade democrática, que faz ressaltar os princípios da reciprocidade e da redistribuição.

Sem grande espanto, deparo-me a terminar este trabalho, com novas inquietações que resultam das consequências práticas retiradas desta análise, e que explico.

Acreditando, que finalmente, se começam a desenvolver “vontades de uma Governância”, que é o maior desafio para alcançar a sustentabilidade, e percebendo-se, que o caminho certo se “esconde” nos valores e princípios da economia social e solidária, simplesmente, porque dá primazia à solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, como resultado da socialização dos recursos produtivos e da adoção de critérios igualitários.

Interrogo-me, tal como Laville (2018, p.277), se não deveríamos estar já, efetivamente, a “navegar” num mercado, com empresas de capitais, que para além das responsabilidades sociais e ambientais, implementariam “uma solidariedade democrática baseada ao mesmo tempo numa redistribuição pública e numa reciprocidade igualitária”?

Não serão estes os propósitos, que deveriam estar subjacentes, a qualquer Estado ou Empresa, de pelo vínculo social de reciprocidade fundamentar as suas relações de cooperação com os diversos setores, criando modelos democráticos dialógicos de participação direta ao criar espaços públicos de proximidade, enfim, permitir outras formas de vida, imbuídas realmente, no valor da justiça e, sob um “ethos redistributivo”, que luta pelo Bem Comum?

Outras questões também se levantaram neste estudo, e que me parecem relevantes, para a construção de um caminho partilhado e conjunto, no fortalecimento de uma sociedade que procura

o “bem viver”, isto é, o “equilíbrio dos seres humanos enquanto indivíduos, entre os seres humanos, entre estes e a natureza e, entre as comunidades de seres humanos”, da verdadeira democracia e economia plural.

Sendo a Economia Social e Solidária, um setor claramente necessário ao “crescimento econômico estável e sustentável”, pelo impacto que tem na satisfação das necessidades sociais, ambientais e econômicas, não caberia ao Estado, embarcar nesta mudança de paradigma do “novo contrato social”, que se exige e impõe, alterando a lógica de contratualização pública, tal como refere Fernandes (2016, p.55), “por transformação e impacto gerados e não por número de pessoas assistidas?”

Perante as adaptações e mudanças, que o PFC tem tido no seu percurso desde 2017, por apostar num programa diferenciador, que vai além do financiamento dos projetos e aposta na sua sustentabilidade, por reconhecer as fragilidades deste setor, preocupa-me saber, até que ponto, existirá este equilíbrio de relação, de transparência, confiança, colaboração, com vontade de inovar e mudar, entre as diferentes fontes e formas de financiamento, destas organizações?

Creio, que a fragilidade encontrada nas OS, de medir o impacto das suas iniciativas, revela o desfasamento, que parece existir, entre a crescente necessidade que esta informação tem para os investidores e a capacidade de resposta que as OS têm de o realizar, seja, por falta de meios de ordem financeira, de gestão ou técnica. O que me leva a colocar duas questões.

A primeira, é se os “financiadores” estão interessados em perceber as reais fragilidades deste setor e, se realmente, já reconhecem a sua relevância, como ator principal da sustentabilidade? Da mesma forma, interrogo-me, se na sua maioria, os financiamentos estão alinhados com a escala e urgência dos desafios que enfrentamos?

Termino esta reflexão, com a convicção (ou interrogação) de que, (se) “não deixar ninguém para trás” na resolução dos desafios atuais e futuros, (não) implicará realmente, um “novo contrato social”, em que as necessárias iniciativas inovadoras, sustentáveis e escaláveis, serão construídas numa crescente interdependência dos setores e assentes na Nova Ética, que “assume os valores da Solidariedade, da Equidade, da Democracia, da Transparência, da Resiliência Cooperativa e da própria Sustentabilidade, como fundamentais e com consequências decisivas nas dinâmicas de Participação, de Parceria e de Integração.”(?)

Convicção ou interrogação, que me leva ainda, por fim, a deixar como sugestão de investigação futura, ampliar os estudos, que demonstrem que a Economia Social e Solidária tem uma finalidade multidimensional, que a torna fulcral, para o desenvolvimento de um novo modelo económico sustentável, por conseguir conjugar, a dimensão social, económica, política, ambiental e cultural.

Referências Bibliográficas

- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos*, n^o 4, pp.35-70. <https://revistas.rcaap.pt/cea/issue/view/544>
- Amaro, Rogério Roque (2005, julho/agosto). Toda a economia deveria ser solidária, Pessoas e Lugares. Volume 31, pp. 4-5. <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl31.pdf>
- Amaro, R. R. (2016). A sustentabilidade das organizações de economia solidária - Proposta de conceptualização e de avaliação. *Revista de Economia Solidária*, 1, pp. 11-29. https://base.socioeco.org/docs/miolo_res_10.pdf
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... No-fly!.. *Caderno de Estudos Africanos*, n^o 34, pp. 75-111. <http://journals.openedition.org/cea/2335>
- Barca, F. (2009). An Agenda for a Reformed Cohesion Policy. https://www.researchgate.net/publication/238693442_An_Agenda_for_a_Reformed_Cohesion_Policy
- Bertels, S. and Dobson, R. (2020). Embedded Strategies for the Sustainability Transition: Setting Priorities and Goals Aligned with Systems Resilience. *Embedding Project*. DOI: 10.6084/m9.figshare.12071769
- BSR, Business for Social Responsibility (2020). How the Private Sector Can Support Economic Prosperity and Social Mobility Through a New Social Contract. *The Business Role in Creating a 21st-Century Social Contract*. <https://www.bsr.org/reports/BSR-21-Century-Social-Contract.pdf>
- Caeiro, Joaquim. (2008). “Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia”, *Revista Katálysis*, ISSN 1982-0259, Vol. 11, N^o. 1, pp. 61-72. DOI: 10.1590/S1414-49802008000100006.-
- Carroll, A. B. (1999). Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*, Vol. 38, 3. p. 268-295. https://www.researchgate.net/publication/282441223_Corporate_social_responsibility_Evolution_of_a_definitional_construct
- Carroll, A. B., & Shabana, K. M. (2010). The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), pp. 85-105. https://www.researchgate.net/publication/228118692_The_Business_Case_for_Corporate_Social_Responsibility_A_Review_of_Concepts_Research_and_Practice

- Carroll, A. B. (2018). Strategic Philanthropy. *The SAGE Encyclopedia of Business Ethics and Society*, pp. 2-7. https://www.researchgate.net/publication/327100647_Strategic_Philanthropy
- Carvalho, Ana Larcher (2018). A complexidade da cooperação para o desenvolvimento, as críticas e as alternativas. *Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação, n.º 1*, pp. 35-62. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/16915>
- CASES, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2014). Textos de economia Social. https://cases.pt/wp-content/uploads/Textos_de_economia_social.pdf
- CASES, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2019). Conta Satélite da Economia Social 2016 e Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018. *Coleção de Estudos de Economia Social, n.º 10*. <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/11/Livro-Conta-Sat%C3%A9lite-Voluntariado.pdf>
- CATALISE - Capacitar para a Transição Local e Inovação Social (2016). Experimentação Socioecológica: Novos caminhos para a participação no desenvolvimento local sustentável e integral. *Relatório Científico do Projeto de Investigação*. <https://www.redeconvergir.net/public/catalise-relatorio-cientifico.pdf>
- Catarino, R. M. L. (2015). *Responsabilidade Social das empresas: Caso de estudo*. Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (Dissertação de mestrado, ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa). <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/6531>
- Cattani, A.; Laville, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (orgs.) (2009), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 345 pp. <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
- CESE - Comité Económico e Social Europeu, (2007). *A Economia Social Na União Europeia. Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu pelo CIRIEC*. Bruxelas. <https://www.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-pt.pdf>
- CESE, (2012/C 229/04). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o Relatório de acompanhamento de 2011 sobre a estratégia da UE para o desenvolvimento sustentável: Avaliação do CESE (parecer de iniciativa). Jornal Oficial da União Europeia. Bruxelas. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.C_.2012.229.01.0018.01.POR&toc=OJ:C:2012:229:TOC
- CIRIEC-International, Comité Económico e Social Europeu (2017). *Evolução recente da economia social na União Europeia – Síntese*. <https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-04-17-876-pt-n.pdf>

- Coheur, A. (2015). *Livro Branco - A Economia Social... retomar a iniciativa - Propostas para fazer da economia social um pilar da União Europeia*. Edição: Social Economy Europe. p. 3. <https://www.animar-dl.pt/documentacao/pdf/97-economia-social-terceiro-sector/2510-livro-branco-a-economia-social-retomar-a-iniciativa>)
- Comissão das Comunidades Europeias COM(2001) 366 final. *Livro Verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas. https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf
- Comissão Das Comunidades Europeias, COM(2002) 347 final. *Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*. Bruxelas. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0347:FIN:PT:PDF>
- Comissão Das Comunidades Europeias, COM(2006) 136 final. *Implementação Da Parceria Para O Crescimento E O Emprego: Tornar A Europa Um Pólo De Excelência Em Termos De Responsabilidade Social Das Empresas*. Bruxelas. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52006DC0136&from=pt>
- Comissão das Comunidades Europeias COM(2008) 616 final. *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia - Tirar Partido da Diversidade Territorial*. Bruxelas. https://ec.europa.eu/regional_policy/archive/consultation/terco/paper_terco_pt.pdf
- Comissão Europeia, IP/02/985 (2002). *Responsabilidade Social das Empresas: nova estratégia da Comissão para promover o contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*. Bruxelas. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_02_985
- Comissão Europeia, COM(2011) 681 final. *Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*. Bruxelas. [https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com\(2011\)0681_/com_com\(2011\)0681_pt.pdf](https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com(2011)0681_/com_com(2011)0681_pt.pdf)
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2015). *Fundos Estruturais E De Investimento Europeus 2014-2020: Textos E Comentários Oficiais*. Bruxelas. https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/guides/blue_book/blueguide_pt.pdf
- Comissão Europeia, COM(2016) 739 final. *Ação europeia para a sustentabilidade - Próximas etapas para um futuro europeu sustentável*. Estrasburgo. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016DC0739&from=EN>
- Comissão Europeia, COM (2017). *Documento de Reflexão Sobre A Dimensão Social Da Europa*. Bruxelas. http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/dimensao_social_Europa.pdf

- Comissão Europeia, COM(2019) 22 final. *Documento de Reflexão - Para uma Europa sustentável até 2030*. Bruxelas. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019DC0022&from=EN>
- Comissão Europeia (2020). *Territorial Agenda 2030. A future for all places*. https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/territorial-cohesion/
- Comissão Europeia (2020). *The New Leipzig Charter. The transformative power of cities for the common good*. https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/nova_carta_de_leipzig_draft_16_nov_2020.pdf
- Comunicação da Comissão, COM(2014) 263 final. *Reforço do papel do setor privado no crescimento inclusivo e sustentável nos países em desenvolvimento*. Bruxelas. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1448384095881&uri=CELEX:52014DC0263>
- Conselho da União Europeia (15071/15, 2015). *A promoção da economia social como um fator essencial de desenvolvimento económico e social na Europa – Conclusões do Conselho*. <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-15071-2015-INIT/pt/pdf>
- Costa, T. de V. da G. e (2009). *Parcerias como estratégia de desenvolvimento local: relatório da construção de um grupo de trabalho no domínio da nutrição, em Caué*, (Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISCTE). <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2562>
- Domingues, I. e Remoaldo, P. (2012). *Responsabilidade Social Organizacional: Desenvolvimento e Sustentabilidade*. V.N.Famalicao: Edições Húmos. https://www.researchgate.net/publication/283270880_Responsabilidade_Social_Organizacional_Developimento_e_Sustentabilidade
- European Commission, SWD (2019) 143 final. *Corporate Social Responsibility, Responsible Business Conduct, and Business & Human Rights: Overview of Progress*. Brussels. <https://ec.europa.eu/docsroom/documents/34482>
- Fernandes, J. M (Ed.). (2016). *A Economia Social em Portugal Necessidades, perspetivas e fontes de financiamento*. Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal Europeu. <https://josemanuelfernandes.eu/pages/economia-social-em-portugal>
- Ferrão, J. (2012). *Responsabilidade social territorial e localismo ético*. Bloco Temático. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa. p.18-37. https://base.socioeco.org/docs/res_n_5.pdf
- Ferreira, B. & Raposo, R. (2018). *Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico*¹. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34 | 2017, pp. 75-106. <https://doi.org/10.4000/cea.2293>

- Ferreira, P. M. (2020). *Rumo A 2030: Os Municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Edição: Instituto Marquês de Valle Flor. Lisboa. <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/rumoa2030ods.pdf>
- Fontes, A. C. M. (2011). *Responsabilidade Social Das Empresas: Realidade Ou Utopia* (Tese Mestrado. Universidade de Aveiro). <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/8465/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Frederick, W. C. (2008). Corporate Social Responsibility: Deep Roots, Flourishing Growth, Promising Future. *Corporation, Be Good! The Story of Corporate Social Responsibility*, Chapter 23, eds A. Crane, A. Williams, D. Matten, J. Moon, and D. S. Siegel (New York, NY: Oxford University Press), pp. 522-531. <https://www.williamcfrederick.com/articles/Part1Chapter6.pdf>
- Freeman, R. & Mcvea, J. (2001). A Stakeholder Approach to Strategic Management. SSRN Electronic Journal. 10.2139/ssrn.263511. https://www.researchgate.net/publication/228320877_A_Stakeholder_Approach_to_Strategic_Management
- Garrido, A. (2016). De onde vem a economia social?. In *Cooperação e Solidariedade: Uma história da economia social*, pp. 17-51. <https://cnes.org.pt/congresso/AlvaroGarrido-De-onde-vem-a-Economia-Social.pdf>
- Garriga, Elisabet & Melé, Domènec (2004). Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory, *Journal of Business Ethics*, Vol. 53. pp. 51–71. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.320.6328>
- Garriga, Elisabet (2014). Beyond Stakeholder Utility Function: Stakeholder Capability in the Value Creation Process. *Journal of Business Ethics* 120 (4), pp. 489-507. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-2001-y>
- GECES - Grupo de Peritos em Empreendedorismo Social, (2016). *Síntese e Recomendações, O futuro das empresas sociais e da economia social*. União Europeia. https://ec.europa.eu/growth/content/social-enterprises-and-social-economy-going-forward_en
- IES - Laboratório de Investimento Social, (2014). Nota de Investigação #2, *Fundamentos do Investimento Social*. <http://taskforce.maze-impact.com/wp-content/uploads/2015/08/RN2-PT.pdf>
- Joyce, A., Paquin, R.L. (2016). The triple layered business model canvas: A tool to design more sustainable business models. *Journal of Cleaner Production*, <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.06.067>

- Jornal Oficial da União Europeia C 202/47, (7.6.2016). *Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=OJ:C:2016:202:TOC>
- Laville, J. L. (2018). A Economia Social e Solidária. Teorias, práticas e debates. Coimbra: Almedina, pp. 213-230.
- Melé, D. (2007). Responsabilidad social de la empresa: una revisión crítica a las principales teorías. *Ekonomiaz: Revista vasca de Economía*, (65), 50-67. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2533611>
- Namorado, R. (2009). Para uma economia solidária – a partir do caso português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84. <http://journals.openedition.org/rccs/396>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.396>
- Namorado, R. (2017). O que é a Economia Social?. *Economia Social em Textos, 1*. Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social. Coimbra. <https://www.uc.pt/feuc/ceces>
- Nicolau, Isabel, & Simaens, Ana. (2008). O impacto da Responsabilidade Social das Empresas na Economia Social. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 7(1), pp. 68-76. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642008000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Nogueira, Manuel. (2017). Da velha para a nova economia social – Passado, presente e futuro. *WP_ISSSP_4/2017*, Instituto Superior de Serviço Social do Porto. <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.30726.27207>.
- O'Neill, R. (2018). *Common Threads: Designing Impactful Engagement*. *SustainAbility*. <https://sustainability.com/wp-content/uploads/2018/11/sa-common-threads-full-report.pdf>
- Parlamento Europeu e do Conselho 2014/95/EU. *Diretiva que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos*. Jornal Oficial da União Europeia. Estrasburgo. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095&from=PT>
- Porter, M. & Kramer, M. (2002). The competitive advantage of corporate philanthropy. *Harvard Business Review*, pp. 1-15. <https://hbr.org/2002/12/the-competitive-advantage-of-corporate-philanthropy>
- Porter, M. & Kramer, M. (2006). The link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, pp. 78-92. https://www.sharedvalue.org/sites/default/files/resource-files/Strategy_and_Society.pdf

- Porter, M. & Kramer, M. (2011). Creating shared value: how to reinvent capitalism – and unleash a wave of innovation and growth. *Harvard Business Review*, v.1, n.1, p.1-17, 2011. <https://sharedvalue.org.au/wp-content/uploads/2015/12/Harvard-Business-Review-Creating-Shared-Value.pdf>
- Radomsky, G. F. W. (2011). Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-desenvolvimento - A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, Vol. 26, N° 75, pp. 149-162. <http://www.scielo.br/pdf/rbc-soc/v26n75/09.pdf>
- Remoaldo, P. & Domingues, I. (2012). Responsabilidade Social Organizacional: Desenvolvimento e Sustentabilidade. Edition: *Coleção Debater o Social*, n° 12, Edições Húmus e CICS. https://www.researchgate.net/publication/283270880_Responsabilidade_Social_Organizacional_Desenvolvimento_e_Sustentabilidade
- Rist, Gilbert (2008), The history of development: from western origins to global faith. 3 ed., Londres, Zed books. <https://vdocuments.mx/gilbert-rist-the-history-of-development-from-western-origins-to-global-faith-3rd-edition.html>
- Sachs, I. (2004). Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sanches, E. R. (2015). *Responsabilidade Social: O Caso do Núcleo da Guarda da Eletricidade Industrial Portuguesa* (Mestrado, Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Instituto Politécnico da Guarda). <http://hdl.handle.net/10314/2282>
- Santos, E., Braga, V., Santos, R., & Braga, A. (2012). Desenvolvimento: um conceito em construção. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, 2(1), pp. 44-61. <https://doi.org/10.24302/drd.v2i1.215>
- Schwartz, Mark S. e Archie B. Carroll (2003). *Corporate Social Responsibility: A Three-Domain Approach*, *Business Ethics Quarterly*, Vol. 13. pp. 503–530. https://www.researchgate.net/publication/261827186_Corporate_Social_Responsibility_A_Three-Domain_Approach
- Silva, M. J. P. C. (2017). Ensaios sobre a Divulgação de Responsabilidade Social Empresarial e a Crise Financeira Mundial no Setor Bancário (Tese Doutorado, Universidade de Aveiro). <http://hdl.handle.net/10773/23055>
- Social Economy Europe (2018). *The Future of EU - policies for the Social Economy: Towards a European Action Plan*. <https://cases.pt/wp-content/uploads/2018/11/SEE-Action-Plan-for-Social-Economy.pdf>

- Tapaninaho R., Kujala J. (2019). Reviewing the Stakeholder Value Creation Literature: Towards a Sustainability Approach. In: *Leal Filho W. (eds) Social Responsibility and Sustainability. World Sustainability Series.* Springer, Cham. pp 3-36. https://doi.org/10.1007/978-3-030-03562-4_1
- UNTFSSSE - UN Inter-agency Taskforce on Social and Solidarity Economy (2014). Documento de Posicionamento pela Força-Tarefa de Interagências das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária. *Economia Social e Solidária e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável.* <https://aipes.pt/document/desafio/>
- UNTFSSSE - UN Inter-agency Taskforce on Social and Solidarity Economy (2019). Implementing the Sustainable Development Goals: What Role for Social and Solidarity Economy? *UNTFSSSE International Conference Summary.* <https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/10/Conference-summary-UNTFSSSE-Conference-16.10.2019-Final.pdf>
- UNTFSSSE - UN Inter-agency Taskforce on Social and Solidarity Economy (2020). What role for the Social and Solidarity Economy in the post COVID-19 crisis recovery? *UNTFSSSE Statement, June 2020.* <https://knowledgehub.unsse.org/pt/knowledge-hub/what-role-for-the-social-and-solidarity-economy-in-the-post-covid-19-crisis-recovery-3/>
- UNGC, GRI & WBCSD (2015). *SDG Compass: the guide for business action on the SDGs.* Global Reporting Initiative, United Nations Global Compact & World Business Council for Sustainable Development. <https://sdgcompass.org/>
- Visser, Wayne. (2010). The Age of Responsibility: CSR 2.0 and the New DNA of Business. *Journal of Business Systems, Governance & Ethics*, v. 5, No 3. <https://jbsge.vu.edu.au/index.php/jbsge/article/view/185/235>
- Walsh, Catherine (2010). Development as buen vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements. *Development*, v. 53, n. 1, 15-21. https://www.researchgate.net/publication/46526256_Development_as_Buen_Vivir_Institutional_Arrangements_and_DeColonial_Entanglements

Anexos

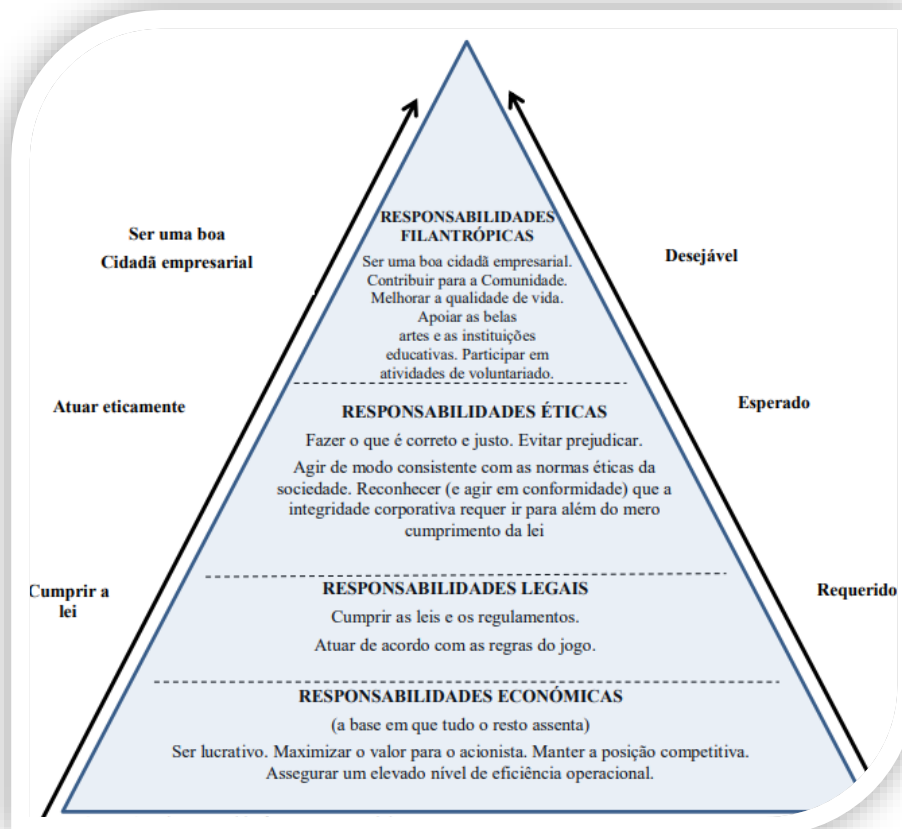
Anexo A – Evolução do conceito de RSE

Autor	Definição	Conceito	Etapa (William C. Frederick)
Bowen (1953)	“as obrigações dos empresários para prosseguir as políticas, tomar as decisões ou para seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores da nossa sociedade” (p.6)	Responsabilidade social das empresas	A RSE₁ (1950-1960): propôs que os gestores das empresas agissem voluntária e filantropicamente como administradores públicos e administradores sociais.
McGuire (1963)	“a ideia das responsabilidades sociais supõe que a Empresa não tem apenas obrigações económicas e legais, mas também certas responsabilidades para com a Sociedade que se estendem além dessas obrigações” (p.144)		
Walton (1967)	“Em suma, o novo conceito da responsabilidade social reconhece a intimidade das relações entre a empresa e a sociedade e entende que os gestores de topo devem ter em conta tanto estas relações como as relações entre a Empresa e os grupos com os quais se relacionam para atingirem os seus respetivos objetivos.” (p.18)	Responsividade Social Corporativa	A RSE₂ (1960-1970) ampliou esta ideia, no sentido de se adotar proactivamente e de forma pragmática, respostas corporativas aos problemas sociais crescentes, preconizando já um envolvimento das várias partes interessadas / stakeholders.
Frederick (1978;1994)	“A Responsividade Social Empresarial, refere-se à capacidade de uma Empresa para responder às pressões sociais.” (1994, p. 247)		
Carroll (1979)	“A RSE, engloba as expectativas económicas, legais, éticas e discriminárias que a sociedade tem das organizações, num determinado momento.” (p. 500)		
Frederick (1986)	“Retidão Social Empresarial incorpora a noção de correção moral nas ações tomadas e nas orientações/políticas formuladas. O “valor geral referente” é de que o “corpo” é por vezes indistinto ou pouco	Ética corporativa ou dos negócios	A RSE₃ (1980–1990s) incitou as empresas a desenvolver culturas corporativas éticas para apoiar uma ampla gama de partes interessadas e comunidades por meio de contratos sociais.

	claro, mas contém profundas convicções morais que constituem a cultura de ética.” (p. 135)		
Epstein (1987)	“RSE é relacionada principalmente com a obtenção de resultados a partir de decisões organizacionais sobre questões ou problemas que (por algum padrão normativo) têm efeitos benéficos, em vez de adversos nos stakeholders. A correção normativa dos resultados da ação empresarial tem sido o principal foco da RSE” (p. 104)		
Wood (1991)	“Configuração dos princípios de Responsabilidade Social, de processos de responsividade social e de políticas, programas e resultados observáveis que se referem às relações sociais da Empresa.” (p. 693)		
Carroll (1999)	“...para os gestores ou empresas se envolverem no Desempenho Social Empresarial precisavam de ter (a) uma definição básica de RSE; (b) uma compreensão/enumeração dos problemas para as quais existiu uma responsabilidade social (ou, em termos modernos, os stakeholders para com quem a empresa tinha uma responsabilidade, relacionamento ou dependência); e (c) uma especificação da filosofia de responsividade aos problemas”. (Carroll, 1999, p. 282-283)	Cidadania Corporativa Global	A RSE₄ (1990-2000) convidou as empresas a tornarem-se cidadãos globais, considerando e corrigindo os seus impactos negativos em todo o mundo, nas sociedades humanas e no ambiente natural.
Maignan e Ferrell (2000)	“Grau de cumprimento das responsabilidades económicas, legais, éticas e discricionárias por parte das Empresas, que lhes são impostas pelos seus stakeholders.” (p. 284)		
McWilliams e Siegel (2001)	“Aqui, nós definimos a RSE como as ações que aparentam promover algum bem social, para além do interesse da empresa e do que é exigido por lei” (p. 117)	Sustentabilidade	A RSE₅ Sustentabilidade (2000-2050) Imergindo no novo milénio, esta etapa vai muito além da corporação de

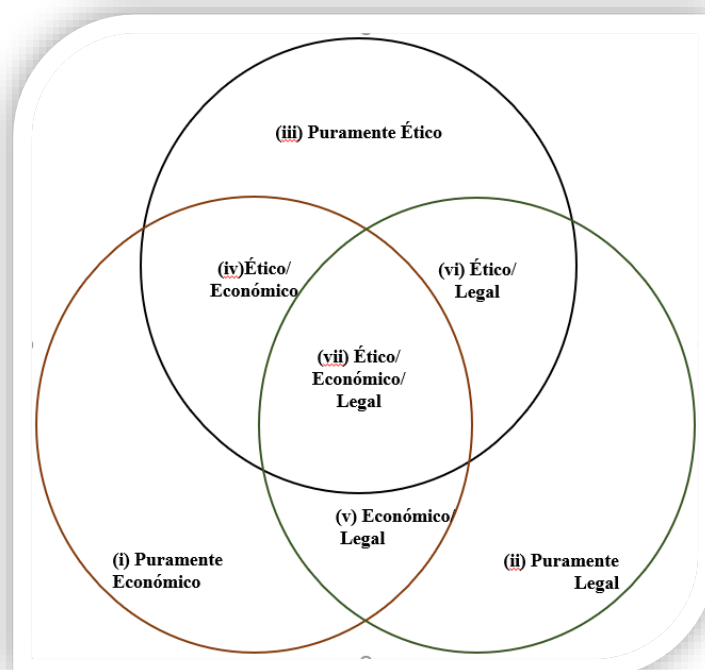
<p>Comissão Europeia (2001)</p> <p>(2011)</p>	<p>“Integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas”.</p> <p>“Responsabilidade das empresas pelo seu impacto na sociedade”</p>	<p>negócios e de suas partes interessadas, envolvendo também as responsabilidades mundiais de governos, organizações internacionais e comunitárias e cidadãos de todo o mundo. Literalmente, defende que a vida na Terra, como a conhecemos agora, está ameaçada (aquecimento global, mudanças climáticas, aumento dos níveis dos oceanos e poluição ambiental inabitável). Interroga se a própria vida na terra é sustentável? O que será necessário para atingir esse objetivo? As políticas globais “macro” protegerão as pessoas no nível “micro”? Defende uma solução integrada e holística como resultado de uma aliança entre os que “formulam as políticas” e as “pessoas”.</p>
<p>Basu e Palazzo (2008)</p>	<p>“...podemos definir a RSE como o processo pelo qual os gestores de uma organização pensam e discutem sobre as relações com os stakeholders, bem como o seu papel em relação ao bem comum, juntamente com a sua disposição comportamental em relação à realização e concretização destes papéis e relacionamentos.” (p.124)</p>	
<p>Del Baldo, (2009); Argio- las, (2009)</p>	<p>Desenvolver redes éticas de base local envolvendo entidades públicas e privadas a partir da redescoberta e partilha de valores comuns. Governos regionais e locais, empresas (sobretudo PME), associações e instituições cívicas organizados em rede promovem o desenvolvimento de estratégias e ações de responsabilidade social territorial. (Elaboração própria de Ferrão, J., (2012), p. 26; apud Del Baldo e Demartini (2012a), pp. 10 e 11)</p>	
<p>Fontes, Gond e Moon (2011, p. 7-8), apud Silva, M. J. P. C. (2017); Comissão Europeia (2001, 2011); Ferrão, J. (2012).</p>		

Anexo B – A pirâmide da Responsabilidade Social da Empresa



Fonte: Carroll (1979), p.500, apud Fontes, A. C. M. (2011)

Anexo C – Modelo dos 3 Domínios de RSC



Fonte: Adaptado de Schwartz & Carroll (2003)

Anexo D – Teorias da RSE e Abordagens

Tipos de Teorias	Abordagens	Palavras-chave	Autores
Instrumentais: Foco em atingir objetivos económicos através das atividades sociais	Maximização do valor para o acionista	Lucro	Friedman (1970); Jensen (2000)
	Estratégias para a vantagem competitiva	Contexto competitivo	Porter e Kramer (2002)
			Hart (1995); Litz (1996)
Marketing de causas	Reputação	Murray e Montanari (1986), Varadarajan e Menon (1988)	
Política: Foco no uso responsável do poder negocial no campo político	Constitucionalismo Empresarial	Poder social	Davis (1960; 1968)
	Teoria do contrato social integrativo	Contrato social	Donaldson e Dunfee (1994; 1999)
	Cidadania empresarial	Dever cívico	Andriof e McIntosh (2001); Matten e Crane (2005), Wood e Lodgson (2002)
Teorias Integrativas: Foco na integração da procura social	Gestão de assuntos sociais	Expectativas sociais	Sethi (1975); Ackerman (1973); Jones (1980); Vogel, (1986); Wartick e Mahon (1994)
	Responsabilidade Pública	Participação social	Preston e Post (1975; 1981)
	Gestão dos Stakeholders	Partes interessadas	Mitchell et al. (1997), Agle e Mitchell (1999); Rowley (1997)

	Desempenho Social Empresarial	Filantropia pura	Carroll (1979), Wartick e Cochran (1985); Wood (1991); Swanson (1995)
<p>Ética:</p> <p>Foco na forma correta para alcançar o bem da sociedade</p>	Teoria normativa dos stakeholders	Princípios éticos	Freeman (1984; 1994), Evans e Freeman (1988); Donaldson e Preston (1995); Freeman e Phillips (2002); Phillips et al. (2003)
	Direitos Universais	Direitos humanos	Global Sullivan Principles (1999); UN Global Compact (1999)
	Desenvolvimento sustentável	“Triple Bottom Line”	World Commission on Environment and Development - Brundtland Report (1987); Gladwin e Kennelly (1995)
	Bem comum	Bem-estar social e o progresso da comunidade	Alford e Naughton (2002); Melé (2002); Kaku (1997)

Fontes: Garriga e Melé (2004, p. 63-64); Silva, M. J. P. C. (2017); Costa, I. C. P. (2015)

Anexo E – Dimensão Externa RSE (Livro Verde, 2001)

Responsabilidades	Ações
o meio ambiente envolvente / preocupações ambientais globais	<ul style="list-style-type: none"> •Incentivar um melhor desempenho ambiental ao longo da sua cadeia de produção; •Investir e intervir em países terceiros, por forma a produzir efeitos no desenvolvimento económico e social desses países.
a comunidade / comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> •Integrar a empresa na respetiva envolvente global, no contexto europeu ou no contexto intercontinental; •Cooperar com promoção de emprego, remunerações, benefícios e impostos; Cuidar da imagem da empresa junto da comunidade, enquanto fonte de influência no desenvolvimento e competitividade; •Apostar num ambiente limpo para a sua produção ou prestação de serviço; •Colaborar e cooperar com causas locais: oferta de espaços adicionais de formação, apoio de ações de promoção ambiental, recrutamento de pessoas vítimas de exclusão social, donativos para ações de caridade, parcerias com a comunidade; •Estabelecer relações positivas com a comunidade local e a conseqüente acumulação de capital social.
os parceiros comerciais, fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONGs	<ul style="list-style-type: none"> •Reduzir a complexidade e os custos das suas operações e aumentar a qualidade, através de ações conjuntas com os parceiros comerciais; •Promover o espírito empresarial na sua área de implantação; Investir em capitais de risco; •Fornecer de forma ética, eficiente e ecológica, produtos e serviços que os consumidores desejam e dos quais necessitam.
direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> •Respeitar os direitos humanos, particularmente em relação a operações internacionais e cadeias de produção globais; •Lutar contra a corrupção; •Adotar códigos de conduta que abrangem as condições de trabalho, os direitos humanos e os aspetos ambientais; •Combater o trabalho infantil e a pobreza infantil mediante o apoio à educação; •Realizar auditorias sociais.

Fonte: COM(2001) 366 final. Livro Verde

Anexo F – Estratégia Europeia para a RSE



- [10 Princípios do Global Compact \(ONU\)](#)
- [Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos \(Nações Unidas\)](#)
- [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável \(Nações Unidas\)](#)
- [Norma internacional de Responsabilidade Social Empresarial ISO 26000](#)
- [Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social \(Organização Internacional de Trabalho\)](#)
- [Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais](#)
- [Guia da OCDE sobre o Dever de Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável](#)

Anexo G – Abordagens de RSE (Comissão Europeia, Livro Verde 2001)

<p>Relatórios e auditorias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade no formato das diferentes abordagens, devendo ser considerado um consenso global quanto ao tipo de informação produzida. • Universalidade na fiabilidade do processo de avaliação e auditoria. - Várias iniciativas públicas de apoio à apresentação de relatórios de informação no âmbito social e ambiental. • Elaboração de normas de conduta ou desempenho, sendo reduzidas as que compreendem as questões de RSE. • Iniciativas internacionais significativas, incluem a Social Accountability 8000 e a Iniciativa Global Reporting (GRI), centram-se na globalização de exigências sociais, na disponibilização ao público de informação, assim como, no desenvolvimento de relatórios de informação social. • Complexidade na definição de normas globais que possam ser instituídas em qualquer cultura e país origina contestação.
<p>Qualidade no trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A RSE envolve dedicação por parte dos quadros superiores da administração, bem como da implementação de uma filosofia inovadora e novas competências. • A RSE implica maior participação dos trabalhadores e seus representantes num processo de comunicação bilateral que possibilite uma resposta adequada. • O diálogo social com os representantes dos trabalhadores cumpre um papel essencial na adoção de práticas socialmente responsáveis. • Algumas empresas têm reconhecido a ligação entre o desempenho ambiental e a qualidade do emprego. • - O recurso a tecnologias mais ecológicas resulta no aumento da qualidade do desempenho ambiental, além de estar associada a empregos e cargos mais relevantes para os trabalhadores. Assim, as tecnologias ecológicas permitem ao mesmo tempo, o desempenhar ações de proteção ambiental e de satisfação laboral, contribuindo para o aumento da rentabilidade da empresa.
<p>Rótulos sociais e ecológicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Preferência de produtos seguros e de qualidade por parte dos consumidores (Mori, 2000), que manifestam interesse no conhecimento acerca da produção e fabrico, de forma socialmente responsável. • Proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores, assim como, respeito pelos direitos humanos, em todas as intervenções no setor de produção; defesa do ambiente na sua globalidade e minimização da emissão de gases. • Atendendo a estes requisitos por parte dos consumidores, existe uma multiplicação de rótulos sociais criados por fabricantes individuais, ONG e governos, contudo, verifica-se a necessidade de melhorar a eficácia dos mesmos.
<p>Investimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Do ponto de vista social e ambiental as políticas responsáveis fornecem aos investidores um indicador de uma gestão interna e externa saudável.

socialmente responsável (ISR)	<ul style="list-style-type: none"> • O ISR integra um mercado fortuito, no qual existem inúmeras ações que beneficiam uma serie de instrumentos e escalas. • Os processos de avaliação a falta de clareza nos métodos podem inviabilizar a realização dos investimentos socialmente responsáveis. • Promoção da ligação e clareza das práticas e instrumentos.
Códigos de Conduta	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do interesse do público no impacto social e ambiental, assim como, nas normas éticas da indústria conduziu as empresas de bens de consumo, a adotar códigos de conduta relacionados com questões de defesa do ambiente, dos direitos humanos e laborais. • Os códigos de conduta caracterizam-se como instrumentos desenvolvidos na promoção dos direitos humanos, laborais e ambientais, importantes para as práticas anticorrupção. Têm carácter complementar e não substitutivo, relativamente à legislação e aos processos de negociação coletiva, de âmbito comunitário e internacional. • Os códigos de conduta asseguram eficazmente a aplicação, fiscalização e verificação da RSE, sendo promovidos pela comissão, a adesão global dos mesmos desenvolvidos por organizações internacionais. Neste sentido, a comissão europeia entende que os códigos de conduta devem adotar, princípios de referência comuns, para as empresas multinacionais; compreender instrumentos de avaliação adequados, acompanhamento da sua aplicação e um sistema de verificação de conformidade; • Envolver os parceiros sociais e outros agentes comunitários de referência; • Divulgar boas práticas de empresas europeias.
Normas de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Comparadas com a crescente dificuldade inerente às práticas laborais e de relação com os fornecedores, tendo estas impacto nas organizações, sobre o qual as empresas, beneficiarão da inclusão dos desafios ao nível socioambiental nas suas atividades. • Os sistemas de gestão da RSE possibilitam que as empresas disponham de efeitos sociais e ambientais, tentando oferecer respostas e orientá-las eficazmente. • O Sistema de Eco gestão e Auditoria (EMAS) admite a participação voluntária de um modelo de gestão ambiental das empresas, dispostas a assumir o compromisso de avaliar, gerir e melhorar os respetivos resultados económicos e ambientais. • A postura pró-ativa e participativa dos trabalhadores, institui-se uma força do EMAS, integrando um contributo na gestão social das organizações.

Fonte: Catarino, R. M. L., 2015, p:25-27

Anexo H – Método Científico e Cronograma

Para a realização do presente trabalho elaborou-se a seguinte estrutura de aplicação do método científico que orientaram este estudo, clarificando a natureza da investigação, descrevendo as técnicas e os instrumentos utilizados na recolha e tratamento dos dados:

Procedimento Científico		Método	Técnica	Instrumento	Cronograma
Ato 1 Rutura	Etapa 1 pergunta de partida	delinear a pergunta de partida			
	Etapa 2 exploração	<u>resumir e comparar</u> selecionar a literatura para a construção do quadro teórico selecionar e caracterizar as 14 Organizações Sociais vencedoras da 1ª edição do Prémio Fidelidade Comunidade	análise documental análise estatística análise de conteúdo categorial	fichas/grelhas de resumo leitura grelha análise (registo de inputs, atividades, resultados e possíveis mudanças de 14 projetos)	Janeiro a Abril 2020
		<u>preparar as entrevistas</u> realizar reuniões informais, com a equipa interna da Fidelidade e a empresa consultora Sair da Casca realizar as entrevistas exploratórias, a 14 Organizações Sociais da 1ª edição, para aprofundar e validar a informação da grelha de análise		reuniões informais guião de entrevista entrevistas exploratórias	Maio a Julho 2020
Etapa 3 problemática	<u>construir o quadro teórico</u> fazer o balanço entre as leituras, as entrevistas exploratórias e dos dados estatísticos dos projetos, das 3 Organizações Sociais vencedoras da 1ª edição do Prémio Fidelidade Comunidade, realizar reuniões informais com a equipa	fichas/grelhas de resumo leitura grelha análise (registo de inputs, atividades, resultados e possíveis mudanças de 3 projetos) reuniões informais			

		<p>interna da Fidelidade e a empresa consultora Sair da Casca</p> <p>partilhar a análise e conclusões com a equipa interna da Fidelidade, que validou as mesmas com as 14 Organizações Sociais</p>			
Ato 2 Con- strução	Etapa 4 construção do mo- delo de análise	<p><u>contruir a grelha analítica</u></p> <p>relacionar objetivos específicos, conceitos, di- mensões e indicadores</p> <p>efetuar balanço das leituras efetuadas, da aná- lise das entrevistas e dos dados estatísticos dos projetos das 3 Organizações Sociais da 1ª edição</p>			
Ato 3 Verifi- cação	Etapa 5 observação	<p>validar o modelo de análise por confronto com os dados observados na grelha análise e conclusões</p> <p>selecionar os três projetos e respetivas organi- zações sociais a aplicar o modelo de análise</p> <p>conceber o guião da entrevista</p> <p>realizar as entrevistas semidiretivas, às 3 Or- ganizações Sociais da 1ª edição</p> <p>aprofundar e validar a informação da grelha de análise e conclusões dos 3 projetos</p>	reuniões informais guião de entrevista entrevistas semi-diretivas grelha analítica e conclusões (registo sinopses, inputs, ativi- dades, resultados e possíveis mudanças de 3 projetos)	Julho a Setembro 2020	
	Etapa 6 análise das in- formações	<p>efetuar balanço das leituras, das entrevistas e dos dados estatísticos dos projetos das 3 Or- ganizações Sociais da 1ª edição</p> <p>preparar os dados para análise</p> <p>aprofundar e validar a informação da grelha de análise e conclusões dos três projetos, rela- cionar com as variáveis</p> <p>comparar os dados esperados com os resulta- dos observados, procurar perceber as</p>	grelha analítica análise conte- údo categorial grelha analítica e conclusões (registo de inputs, atividades, resultados e mudanças de 3 projetos)	Outubro a Novembro 2020	

		diferenças			
	Etapa 7 conclusões	recapitular o procedimento deste estudo apresentar os resultados, novos conhecimentos e consequências práticas			Dezembro 2020 a Maio 2021

Anexo I – Grelha de Análise dos Projetos

Após a execução dos projetos, apoiados através do Prémio Fidelidade Comunidade 2017, e com base na análise documental, nas entrevistas exploratórias e dos dados estatísticos dos projetos, das 3 Organizações Sociais procedeu-se à construção da seguinte grelha análise e conclusões, mediante o registo de inputs, atividades, resultados e possíveis mudanças de 3 projetos em análise.

	<i>Nome Organização</i>	<i>Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhense</i>	<i>CEERDL - Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor</i>	<i>CASSAC - Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros</i>
	Tipologia	Projetos	Projetos	Projetos
	Área de intervenção	Envelhecimento	Inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade	Envelhecimento
	Foco estratégico	Fortalecer a atividade/capacidade de intervenção da instituição	Diversificação da Instituição	Fortalecer a atividade/capacidade de intervenção da instituição
Inputs (em euros)	Valor recebido	25022,07	4937,08	4098,28
	Material didático (euros)	618,57	4671,41	4098,28
	Material informático (euros)	6763,50		
	RH (permanente) - (euros)	17640,00		
	RH (freelancer) - (euros)		265,68	
Activities (frequência de vezes)	Compra de equipamento (didático, mobiliário, informático)	x	x	x
	Formação (beneficiários)	x	x	
	Sensibilização (comunidade)	x	x	x

Outputs	Tratamento aos beneficiários	x		x
	Recrutamento	x		
	Nr beneficiários impactados	180		162
	Idosos	180		162
	PcD		19	
	Comunidade	45	8	18
	Nr Técnicos recrutadas	3		
	Nr beneficiários indiretos impactados			
	Idosos	2429		
	Nr equipamentos adquiridos	19	12007	61
Outcomes	Nr sessões terapia			986
	Mudança de comportamentos	80%	59%	Menos 33,3%
	Valor			
	Mudança de comportamentos - descrição	Promover a saúde mental a 80% da população sinalizada;	Satisfação com Qualidade de Vida (Indicador Quest Whoqol): Muito Satisfeitos (Avaliação da Satisfação)	Redução do número de quedas em 33.3% (de 66.6% para 33.4%) nos utentes que usufruem do serviço de fisioterapia em tempo prolongado.
Mudança de comportamentos	70%	N/A	Menos 71.4%	
Valor				
Mudança de comportamentos - descrição	Combater a exclusão social e tecnológica de 70% dos idosos da Covilhã;	Aumento da qualidade de vida dos utilizadores e famílias;	Redução do número de deslocções ao centro de saúde em 71.4% (de 85.7% para 14.3%) durante a realização de fisioterapia pelo mesmo motivo.	

Mudança de comportamentos Valor	N/A	N/A	77%
Mudança de comportamentos - descrição	Aumentar a qualidade de vida e promover o envelhecimento ativo de 1800 idosos, prestando cuidados de saúde em proximidade a cerca de 1800 idosos, adaptadas às necessidades dos idosos em situações de pobreza e de exclusão social;	Produção e comercialização de produtos com valor de mercado: parceria com a cooperativa agrícola local- Cooagrícola, enquanto entidade distribuidora e comercializadora dos produtos;	Número de utentes beneficiários das sessões individuais de fisioterapia atingiram a nível 6 de Funcionalidade. (julho 2018 a maio 2019).
Mudança de comportamentos Valor	0,8	N/A	46
Mudança de comportamentos - descrição	Promover a criatividade, a aquisição/manutenção e o desenvolvimento de competências individuais e sociais positivas em 80% dos idosos.	Promoção da reabilitação psicossocial, reinserção familiar e socioprofissional; Ajuste social dos utilizadores;	Número de pessoas que realizaram Fisioterapia entre Setembro 2018 e Maio 2019 (91,3% permanecem no domicílio, 8,7% faleceram)
Mudança de comportamentos Valor	0,8	N/A	N/A
Mudança de comportamentos - descrição	Promover o exercício físico em 80% da população idosa;	Redução do estigma na sociedade sobre a doença mental;	

	Observações	Nas sinergias, registam-se 23 parcerias e várias doações: 26 Cadeiras (transporte 468€); 6 Secretarias; 2 Écrans táteis (633€); 4 Desktops e 4 monitores; Pastas para atelier de informática; Balões para aulas de educação física; 20 Cabazes Natal; 20 Cabazes Natal	Nos Outros (inputs), após a divulgação do Projeto na Feira do Cavalo Lusitano, foi estabelecida uma parceria com a cooperativa agrícola local- Cooagrícola, enquanto entidade distribuidora e comercializadora dos produtos; Nas sinergias, a registar algumas doações: 40 livros leitura «Tenho Um Irmão Diferente»; 20 livros pintar «A Vida Tem Muita Pinta» (2019); roupa de cama e roupa de dormir (salvado valor 1.168,00€, 2019); 300 máscaras de proteção individual (2020); 50 pares luvas de proteção individual (2020). Ainda a Promoção do Desenvolvimento Sustentável através da conceção de ideias de novos produtos, visando o contínuo reaproveitamento de recursos da Mata – por ex. «loureiro»	O projeto superou a maioria dos objetivos. Não se conseguiu alcançar o objetivo relativo ao grau de satisfação dos utentes, contudo, durante a aplicação do questionário verificou-se que a maioria dos utentes atribuiu o grau de satisfação em função dos resultados da fisioterapia
	Taxa de concretização face ao proposto (antes de consulta)	Ultrapassado	Ultrapassado	Ultrapassado
Tipologia de mudanças	Mudança de comportamentos	X	X	X
	Aquisição de conhecimento/capacitação		X	X
	Mudanças saúde / acesso à saúde	X		X
	Aplicação de novas metodologias/sistemas			

Melhoria qualidade de vida	X		X
Sensibilização da comunidade		X	
Inclusão social		X	
Aumento receitas		X	
Renovação contratos de trabalho – manutenção equipa alargada graças ao Prémio	X		

Anexo J – Análise Documental

Análise Documental

Após a execução dos projetos, apoiados através do Prémio Fidelidade Comunidade 2017, procedeu-se a uma análise do impacto do apoio concedido para a entidade e para os beneficiários, tendo em conta:

- A verificação da execução dos projetos e apoios concedidos, a nível operacional e financeiro;
- A recolha da informação sobre os principais resultados e mudanças dos projetos apoiados no âmbito do Prémio Fidelidade Comunidade;
- A aquisição do conhecimento sobre o trabalho das organizações no terreno, e sobre os resultados dos seus projetos/iniciativas;
- A identificação de potenciais oportunidades de sinergia entre as entidades e a Fidelidade, no sentido de maximizar a criação de valor e consequentemente o impacto gerado pelos projetos e iniciativas apoiadas.

Neste sentido, teve-se como base de análise a informação constante:

- 1) No relatório inicial do processo de monitorização;
- 2) Na visita da equipa ao terreno;
- 3) No parecer da gestora que acompanhou o projeto no terreno;
- 4) No relatório final de monitorização;
- 5) Nos relatórios atividades das instituições.

ANÁLISE DO APOIO

INSTITUIÇÃO: Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense



Missão da instituição:

A Mutualista Covilhanense assume-se como um dos principais agentes da economia social na região, sendo a única associação mutualista em toda a Beira Interior. Dispõe de uma rede de serviços de saúde constituída por um centro clínico e uma farmácia social exclusiva para associados. A saúde está na génese da criação desta associação, que tem uma forte atuação

na área do envelhecimento e que ao longo dos anos se tem envolvido também em projetos de âmbito social, entre os quais se destacam as Hortas Sociais, Cantina Social, Teleassistência e Apoio a Doentes e Cuidadores de Doentes de Alzheimer.

Serviços da instituição:

- **Unidade Móvel de Saúde (UMS)**

Objetivos:

- Saúde: •Realizar rastreios cardiovasculares (glicémia, triglicéridos, colesterol, tensão arterial, etc); •Realizar atos de enfermagem (pensos, injeções, etc); •Promover o uso correto do medicamento, através do serviço de Preparação Individualizada da Medicação (PIM); •Promover ações de sensibilização sobre os problemas de Saúde mais frequentes, a necessidade de estilos de vida saudáveis e as situações de risco sazonais; •Proporcionar consultas de clínica geral com regularidade em localidades onde o SNS não chega ou é insuficiente (com limite de nº de consultas).
 - Apoio Psicológico e Social: •Identificar situações de pobreza e de exclusão social, providenciando respostas sociais; •Promover rastreios ao nível da Saúde Mental Apoio Psicológico e Social; •Realizar de avaliações psicológicas; •Realizar acompanhamento psicológico individual e/ou em grupo, partindo da avaliação das necessidades.
 - Outros - Iniciativa “Oficina de Atividades”: •Promover o Envelhecimento Ativo e Saudável; •Promover a inclusão digital da população sénior; •Combater o isolamento dos idosos.
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
 - Centro de Dia
 - Apoio Domiciliário
 - Farmácia
 - Centro Clínico
 - Programas Sociais:
 - Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
 - Hortas Sociais
 - Programa de Emergência Social
 - Programa “OuViste? Ver melhor, ouvir mais”
 - Teleassistência ao Domicílio
 - Gabinete de Apoio ao Familiar e Pessoa Doente de Alzheimer (GAFPDA)

Projeto:

PROMOVER A PREVENÇÃO NA SAÚDE E O ENVELHECIMENTO ATIVO

Nome do Projeto	Envelhecer com a Fidelidade
Valor atribuído	25.022,07€
Tipo apoio	Apoio à Sustentabilidade
Tema/Categoria	Prevenção na Saúde (subcategoria: Envelhecimento Ativo)
Âmbito Regional	Concelho Covilhã (Distrito Castelo Branco)
Nrº Beneficiários	1800

Duração projeto	2018-01-02 a 2018-12-31
Beneficiários Faixa etária	Idosos (mais de 65 anos)
Beneficiários - Perfil	Pessoas com deficiência ou incapacidade permanente; Pessoas com doenças degenerativas; Pessoas com doenças crónicas; Outros.

O Desafio

Durante um ano e no âmbito da aquisição de financiamento por outra entidade privada, a associação disponibilizou, através de uma unidade móvel, serviços de enfermagem e cuidados psicológicos a cerca de 1600 idosos em situação de pobreza e exclusão social na sua área de intervenção. Terminado o financiamento e agora com um conhecimento real e efetivo das necessidades desta população, a associação identificou necessidades de promoção da partilha de experiências, reflexão crítica e promoção da qualidade de vida dos idosos.

A associação quer assim complementar, com assistência médica, os serviços atuais de enfermagem da unidade móvel e criar oficinas de atividades que incluem um atelier de informática e multimédia e um atelier de exercício físico

Objetivos

- Objetivos Gerais:
 - Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população idosa;
 - Promover um envelhecimento ativo e saudável ao longo de toda a vida;
 - Desenvolver sociedades inclusivas.

Cronograma e Orçamento do projeto

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	INÍCIO	CONCLUSÃO
CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PROJETO	MAIO 2018	MAIO 2018
DISTRIBUIÇÃO DE CARTAZES DE DIVULGAÇÃO	MAIO 2018	ABRIL 2019
ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS	MAIO 2018	ABRIL 2019
DINAMIZAÇÃO DO ATELIER DE INFORMÁTICA E DE ATIVIDADES DE EXERCÍCIO FÍSICO	MAIO 2018	ABRIL 2019
REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES RELACIONADAS COM SAÚDE COM OS BENEFICIÁRIOS	MAIO 2018	ABRIL 2019
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	DEZEMBRO 2018	ABRIL 2019

ORÇAMENTO

RÚBRICA	DESCRIPTIVO (O QUE CABE NA RÚBRICA)	VALOR DO PROJETO/INICIATIVA	VALOR CONCEDIDO PELO PRÉMIO
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	6 COMPUTADORES PORTÁTEIS, 4 COMPUTADORES FIXOS, 4 IMPRESSORAS, 2 MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS DIGITAIS, 1 MÁQUINA DE FILMAR E 1 VIDEOPROJETOR	€ 6.763,50	€ 6.763,50
OUTROS EQUIPAMENTOS	MATERIAL DIVERSO PARA AS SESSÕES DE EXERCÍCIO (BOLAS, STEPS, COLCHÕES, ARCOS, ETC.)	€ 618,57	€ 618,57
RECURSOS HUMANOS	1 TÉCNICA DE AÇÃO SOCIAL A 50%; 1 ENFERMEIRO A 50%; 1 PSICÓLOGO A 50%; 1 FARMACÊUTICO A 25%	€ 20.004,00	€ 0,00
RECURSOS HUMANOS	1 PROFISSIONAL DE DESPORTO; 1 PROFISSIONAL DE INFORMÁTICA	€ 21.480,00	€ 17.640,00

Resultado sensibilização/dinamização do projeto

urbietorbi Jornal Online da UBI, da Região e do Resto
Directora: Anabela Gradim

Classificados · Mobile · RSS · Arquivo

UBI **Região** Desporto Cultura GeoUrbi Made In UBI Opinião Reportagens Infografias Especiais

Mutualista Covilhanense vence mais um prémio nacional

Urbi · quarta, 23 de maio de 2018 · Região

Prémio Fidelidade Comunidade distingue projeto que vai criar uma "Oficina de Atividades" itinerante pelas aldeias servidas pela Unidade Móvel de Saúde da Associação. Júri foi constituído por personalidades como Maria de Belém ou Filipe Almeida.

Cerimónia decorreu em Lisboa no passado dia 15 de maio

Disponível em: <https://www.urbi.ubi.pt/pag/17479>

Inicio » Projeto da Mutualista vence prémio

Arquivo

Projeto da Mutualista vence prémio

24 Maio, 2018 • Comentar - 1 min (tempo de leitura)

Covilhã

A Mutualista Covilhanense recebeu o Prémio Fidelidade Comunidade, atribuído pela seguradora, na categoria Prevenção na Saúde, com o projeto "Envelhecer com Fidelidade" que consiste na criação de uma oficina de atividades para promover o envelhecimento ativo e a combater a infoexclusão da população sénior.



Participação no 1º de maio, com acompanhamento da Marcha de Homenagem ao Trabalhador, através da Unidade Móvel de Saúde (apoio aos participantes)



Relatório e Contas
Exercício de 2018

MUTUALISTA COVILHANENSE

Prémios Nacionais 2018

- ENVELHECIMENTO ATIVO**
ATRIBUÍDO POR COOP. CENTRO
NOV18

Projeto "Unidade Móvel de Saúde" (categoria "Saúde +")
Prémio atribuído a projetos que promovam o envelhecimento ativo e saudável na Região Centro, com o objetivo de divulgar e reconhecer bons exemplos promovidos por entidades do setor privado e público.
- BPI SENIORES**
ATRIBUÍDO POR BANCO BPI
OUT18

Projeto "Jovens e Idosos num clique"
Apoio financeiro para criação de uma Sala Multimédia, numa iniciativa destinada a combater a exclusão digital e o isolamento de idosos; tem como parceiros a Escola Secundária Quinta das Palmeiras e o Laboratório NetGNA (UBI/Instituto Telecomunicações)
- FIDELIDADE COMUNIDADE**
ATRIBUÍDO POR GRUPO FIDELIDADE
MAI18

Projeto "Envelhecer com Fidelidade" Unidade Móvel de Saúde
Apoio financeiro para criação de uma Oficina de Atividades itinerante pelas localidades servidas pela Unidade Móvel de Saúde e para expansão do serviço médico prestado.

Unidade Móvel de Saúde: realização de rastreios gratuitos na Feira de São Tiago.





Unidade Móvel de Saúde da Mutualista Covilhanense regressou às aldeias da Covilhã

Jul 1, 2021



Oficina de Atividades chega a Verdelhos

Fev 27, 2019



f Partilhe 0



Vídeo do projeto: <https://vimeo.com/329548996>



Notícia do projeto do aluno. https://mutualistacovilhanense.com/wp-content/uploads/2018/10/SIC_ELETROCARDIOGRAMA.mp4

ANÁLISE DO APOIO

INSTITUIÇÃO: CASSAC - Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros



Missão da instituição:

O CASSAC é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, que nasceu de um esforço das freguesias de Arrimal e Mendiga, Serro Ventoso e São Bento, pertencentes ao concelho de Porto de Mós, em criar uma resposta para superar conjuntamente uma carência da população: a ausência de equipamentos sociais de apoio à terceira idade.

Serviços da instituição:

- Serviço apoio domiciliário

Serviços secundários: •Atividades culturais, recreativas e desportivas; •Atividades na área da saúde (mental); •Atividades relacionadas com a promoção igualdade de género; •outras respostas sociais.

População adulta/pessoas idosas: •Apoio ao domicílio: Cuidados de higiene e conforto pessoal; •Alimentação; •Higiene Habitacional; •Fornecimento e apoio nas refeições; •Tratamento de roupa; •Atividades de animação e socialização; •Serviço de cabeleireira; •Teleassistência; •Formação e sensibilização dos familiares e cuidadores informais para a prestação de cuidados aos utentes; •Acompanhamento ao exterior; •Cuidados de imagem; •Assistência medicamentosa.

Ação Social: •Atendimento/accompanhamento social; •Cantina Social (parceria ISCMPMS).

Comunidade: •Fisioterapia; •Banco produtos de apoio; •Lavandaria; •Alimentação; •Produtos higiene e incontinência.

Apoio: •Serviços administrativos; •Cozinha; •Lavandaria; •Limpeza e manutenção.

Projeto:

PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA COM FISIOTERAPIA NO DOMICÍLIO

Nome do Projeto	Fisioterapia no domicílio
Valor atribuído	4.098,28€
Tipo Apoio	Apoio à Sustentabilidade

Tema/Categoria	Prevenção em Saúde (subcategoria: Envelhecimento Ativo)
Âmbito Regional	Leiria
Nrº Beneficiários	826
Duração projeto	2016-07-04 a 2020-12-31
Beneficiários Faixa etária	Idosos (mais de 65 anos)
Beneficiários - Perfil	Pessoas com deficiência ou incapacidade permanente
	Pessoas com doenças degenerativas
	Pessoas com doenças crónicas
	Vítimas de acidentes, outros.

O Desafio

O CASSAC identificou a necessidade de estender o serviço de fisioterapia ao domicílio aos idosos dentro da sua área de intervenção, uma vez que algumas destas zonas são bastante isoladas e distantes da sede do concelho, local mais próximo onde é possível realizar fisioterapia e onde hoje existe uma longa lista de espera. A acrescer a isto, o transporte é deficitário e muitas vezes cansativo e bastante desgastante para os idosos, pois a longa deslocação implica bastantes horas perdidas no transbordo.

Objetivos

- Objetivo principal: proporcionar o Serviço de Fisioterapia no domicílio a um maior número de pessoas, principalmente na população sénior, contribuindo para um envelhecimento ativo da população-alvo.

Cronograma e Orçamento do projeto

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	INÍCIO	CONCLUSÃO
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O PROJETO	MAIO 2018	AGOSTO 2018
DINAMIZAÇÃO DE AÇÕES DE MARKETING	MAIO 2018	JULHO 2018
REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DE FISIOTERAPIA E MOBILIDADE ATIVA	AGOSTO 2018	JUNHO 2019

ORÇAMENTO

RÚBRICA	DESCRIPTIVO (O QUE CABE NA RÚBRICA)	VALOR DO PROJETO/INICIATIVA	VALOR CONCEDIDO PELO PRÉMIO
OUTROS EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTO DE FISIOTERAPIA	€ 4.098,28	€ 4.098,28
RECURSOS HUMANOS	FISIOTERAPEUTA	€ 16.326,66	€ 0,00
DESLOCAÇÕES	SEGURO E COMBUSTÍVEL	€ 1.330,07	€ 0,00

Resultado sensibilização/dinamização dos projetos

Aumentar a qualidade de vida da população é a prioridade

Sessões de mobilidade ativa põem zona serrana "a mexer"



"Só é pena não ser mais do que uma vez por semana", começa por dizer Maria Alice Cordeiro, de 73 anos, natural da Curraleira (São Bento), frequentadora assídua das sessões de mobilidade ativa promovidas pelo Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros (CASSAC). Há cerca de oito meses, passou a ir semanalmente, à sexta à tarde, ao Salão Paroquial de São Bento para participar nestas atividades. Quando começou "parecia que os músculos iam rebarantar", hoje tem uma maior facilidade em fazer os exercícios e diz sentir "uma grande diferença" no seu corpo.

Opinião semelhante tem Maria do Rosário de 66 anos, residente nos Covões Largos (São Bento) que participa nestas sessões desde o seu início, em março do ano passado. "Sinto-me muito bem a fazer isto", conta, acrescentando que "além de os exercícios fazerem bem ao corpo, é sempre um convívio, um bocadinho de distração". É isto que destaca também, José Maria, de 70 anos, que mora na mesma aldeia: "Isto para mim é uma brincadeira. Gosto de vir aqui, faz de conta que é uma associação onde vimos passar um bocadinho".

As aulas de mobilidade

ativa são uma das valências do projeto "Fisioterapia no Domicílio" levado a cabo pelo CASSAC há cerca de dois anos. Ana Sofia Ferreira, fisioterapeuta, é a responsável pelo projeto e diz, em declarações a O Portomense, que o objetivo é dar "o máximo de qualidade de vida possível aos utentes".

É nos salões paroquiais de São Bento e Mendiga que ministra as sessões de mobilidade ativa, destinadas às pessoas mais velhas que têm ainda capacidade física para se deslocar e participar. Em São Bento tem uma média de 15 pessoas por sessão, já na Mendiga o número desce, normalmente, abaixo da dezena. A maioria dos participantes, com idades compreendidas entre os 50 e os 85 anos, está nas aulas desde o começo e por isso "já é possível fazer exercícios um bocadinho mais difíceis", explica a fisioterapeuta que, refere, continua a receber pessoas novas e "emigrantes que participam no período em que estão em Portugal". O facto de ter praticamente as mesmas pessoas desde o começo, permite a Ana Sofia Ferreira notar a evo-

lução, "mesmo em termos de grupo" que tem vindo a tornar-se mais homogéneo "porque alguns evoluíram e conseguem agora acompanhar os restantes".

A sua maior luta, confessa, tem sido trabalhar a coordenação porque "isto não é ginástica. São exercícios pensados mais ao nível da mobilidade articular, fortalecimento muscular", tentando "sempre trabalhar a coordenação e o equilíbrio". No entanto, a fisioterapeuta, tal como os utentes, vê nesta atividade mais do que benefícios físicos: "Para eles também há a parte do convívio, o saírem de casa. As pessoas vêm, falam umas com as outras, já aconteceu saírem daqui, juntar-se um pequeno grupo e ir fazer uma caminhada. Acho que é uma boa ajuda a nível psicológico e social, principalmente", remata.

Catarina Correia Martins

CASSAC apoia população com fisioterapia

Mais de 120 pessoas apoiadas

Desde julho de 2016, altura em que arrancou o projeto "Fisioterapia no Domicílio" do Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros (CASSAC), mais de 120 pessoas já usufruíram deste serviço. Quem o diz é Ana Sofia Ferreira, a fisioterapeuta responsável pelas sessões.

O projeto, que abrange as freguesias de Serro Ventoso, São Bento e a união de freguesias de Arrimal e Mendiga, foi criado com o objetivo de "levar a fisioterapia às pessoas, de uma forma mais acessível", uma vez que o CASSAC percebeu que seja por questões de transporte ou por falta de apoio familiar,

conforto", uma vez que os utentes não têm que "sair de casa e apanhar frio, principalmente no inverno".

Para o CASSAC, "a principal vantagem é poder ajudar mais pessoas" com um apoio diferenciado, uma vez que "na região não há nenhuma instituição com fisioterapia no domicílio" e assim, poder dar "mais qualidade de vida" a quem usufrui do serviço.

Confiança conquistada

Deixar alguém entrar na sua própria casa, nem sempre é uma tarefa fácil e pacífica, sobretudo se quem está do lado de dentro da

porta pertence à população sénior, no entanto Ana Sofia Ferreira diz que nunca teve problemas com nenhum dos utentes: "Há sempre pessoas um bocadinho mais reticentes do que outras, que na primeira e segunda sessões estão um bocadinho de pé atrás, mas depois consigo insinuar-me bem", conta, acrescentando que estar agregada a uma instituição conhecida na zona ajuda.

Deonilde Fortunato, de São Bento, uma das pessoas que já usufruiu de uma sessão de fisioterapia no domicílio corrobora esta opinião dizendo que gostou, sentiu melhoras e se sentiu muito à vontade numa das 1127 sessões de fisioterapia que o CASSAC já promoveu.

Catarina Correia Martins

Prémio apoia aquisição de equipamento

No passado dia 15 de maio, o Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros (CASSAC) arrecadou o Prémio Fidelidade Comunidade com o projeto "Fisioterapia no Domicílio" que pretende melhorar a qualidade de vida da população sénior das freguesias de Serro Ventoso e São Bento e da união de freguesias de Arrimal e Mendiga.

Entre as 580 candidaturas, a do CASSAC foi uma das distinguidas. O prémio visa a aquisição de materiais e equipamentos quer para as sessões de fisioterapia, quer para as de mobilidade ativa (em grupo).



cassac
Centro de Apoio Social
Serra D'Aire e Candeeiros

**SERVIÇO DE APOIO
DOMICILIÁRIO**
7 DIAS POR SEMANA

- ✓ Alimentação
- ✓ Higiene Pessoal
- ✓ Higiene Habitacional
- ✓ Tratamento de Roupa
- ✓ Fisioterapia
- ✓ Atividades de Animação e Socialização
- ✓ Assistência Medicamentosa
- ✓ Cuidados de Imagem

*Tudo de Nós
para Vós!*

www.cassac.pt
Tel. 244 430 095 | 962 057 962 | 966 047 079
Largo da Associação, nº2 - Marinho da Mota
2485-212 Mondim - PORTO DE MÓS



CASSAC
Centro de Apoio Social
Serra D'Aire e Candeeiros



**Conferência
"Cuidar de quem cuida"**

Data:
03 de outubro de 2019

Horário:
14:00h - 18:00h

Local:
Escalada, Porto de Mós

O aumento da esperança de vida leva a um aumento do número de pessoas idosas e também ao aumento do grau de dependência das mesmas face a terceiros. As pessoas idosas que se encontram no limbo não quem nos interessa abordar, neste contexto o cuidador informal assume um papel importante na assistência à pessoa dependente, na promoção da sua qualidade de vida e garantindo que as suas necessidades diárias sejam atendidas. Mas, quem cuida dos cuidadores? Interessa-nos debatarmos e refletirmos sobre a temática: **cuidar de quem cuida**.

Horário
Largo da Associação nº2
2485-212 Marinho da Mota

Telefone:
244430095

Fax:
244430095


E-mail:
geral@cassac.pt

CASSAC
Centro de Apoio Social
Serra D'Aire e Candeeiros

COMUNIDADE
Porto de Mós

vimeo Por que o Vimeo? ▾ Funções ▾ Recursos ▾ Assistir Preços

Pesquisar vídeos, pessoas e mais Entrar




CASSAC

Centro de Apoio Social Serra de Aire e Candeeiros,


Prémio Fidelidade Comunidade 2017 - CASSAC

2 anos atrás | Mais

 a pequena tulipa PRO [+ Seguir](#)

Mais de a pequena tulipa

Reprodução automática do próximo vídeo



Prémio Fidelidade... a pequena tulipa

Vídeo do projeto: <https://vimeo.com/319442131>

ANÁLISE DO APOIO

INSTITUIÇÃO: CEERDL - Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor, CRL



Missão da instituição:

O Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor (CEERDL) é uma Cooperativa de Solidariedade Social fundada em 1976. Pela natureza da sua atividade, a instituição tem estatuto jurídico equiparável a Instituição Particular de Solidariedade Social e é Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

O CEERDL é uma instituição de apoio a grupos especialmente vulneráveis que presta serviços de ocupação, reabilitação terapêutica, apoio residencial, apoio domiciliário, formação profissional e apoio ao emprego de pessoas com deficiência e com doença mental. A entidade tem ainda serviços de lavandaria, restaurante, jardinagem, floricultura e piscina, que utiliza para promover também a formação e integração destes públicos.

Serviços da instituição:



Fórum Sócio Ocupacional

O fórum sócio ocupacional é uma estrutura de pequena dimensão, dirigida a pessoas com doença mental estabilizada que necessitam de um apoio específico para desenvolver as suas competências pessoais, relacionais, profissionais e de autonomia.

Lar Residencial

Centro de Atividades Ocupacionais

Apoia pessoas jovens e adultas com deficiência grave e profunda, em atividades de ocupação útil, trabalho ocupacional e habilitação e reabilitação funcional, numa perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida.

Áreas de Intervenção: •Produtiva e Ocupacional; •Estimulação Cognitiva, Sócio Afetiva e Relacional; •Estimulação Sensorial, Habilitação Funcional e Reabilitação Terapêutica; •Cultura e Lazer; •Atendimento e Aconselhamento Psicossocial e Sociofamiliar; •Ações técnicas especializadas de psicologia e serviço social.

Serviço Educativo

Centro de Reabilitação Terapêutica

Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação da Pessoa com Deficiência (CAAAPD)

Clube do Cliente

Serviços à Comunidade

- Floricultura CEERDL
- Espaços Verdes – Jardinagem
- Refeitório Garfo
- Lavandaria da Rainha
- Piscina CEERDL

Projeto:

PROMOVER A EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM DOENÇA MENTAL ATRAVÉS DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES

Nome do Projeto	Produtos da Mata Rainha D. Leonor
Valor atribuído	4.937,09€
Tipo apoio	Apoio à Sustentabilidade
Tema/Categoria	Inclusão Social (subcategoria: Empregabilidade de Pessoas Vulneráveis ou com Deficiência ou Incapacidade Permanente)
Âmbito Regional	Leiria
Nrº Beneficiários	18
Duração projeto	2018-01 a 2018-12
Beneficiários Faixa etária	Jovens (18-25 anos) Adultos (26-65 anos)
Beneficiários - Perfil	Pessoas com deficiência ou incapacidade permanente

O Desafio

O estigma associado à doença mental é ainda nos dias de hoje bastante acentuado e condiciona a participação e inclusão social, conduzindo também ao autoestigma, que se caracteriza pela autoexclusão: ou seja, as pessoas com doença mental deixam de desempenhar os seus papéis sociais, passando a adotar uma visão passiva e de auto desvalorização. A empregabilidade destes públicos é, portanto, um desafio acrescido a este problema.

Cronograma e Orçamento do projeto

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	INÍCIO	CONCLUSÃO
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E AJUSTAR PROCEDIMENTOS	MAIO 2018	MAIO 2018
DINAMIZAR AS ATIVIDADES PARA INTEGRAÇÃO E OCUPAÇÃO ÚTIL	JUNHO 2018	DEZEMBRO 2018
DIVULGAR O PROJETO NA COMUNIDADE E OS PRODUTOS A COMERCIALIZAR	MAIO 2018	DEZEMBRO 2018
AVALIAR O IMPACTO SOCIAL DO PROJETO E A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS PREVISTOS	MAIO 2018	DEZEMBRO 2018

ORÇAMENTO

RÚBRICA	DESCRIPTIVO (O QUE CABE NA RÚBRICA)	VALOR DO PROJETO/INICIATIVA	VALOR CONCEDIDO PELO PRÉMIO
MATERIAL EMBALAGEM	SACOS AVZ INCOLOR 40X60X0,10 E SACOS BRANCOS OPACOS 40X60X0,10 COM PROTEÇÃO UV (PARA MATÉRIA ORGÂNICA E PARA LENHA)	€ 2.722,94	€ 2.722,94
EQUIPAMENTO	(2 UNIDADES) MÁQUINA DE EMBALAGEM E SELAGEM; BALANÇA BN-ZMISSIL COM CAPACIDADE DE 150KG E IMPRESSORA DE ETIQUETAS TÉRMICA DIRETA; RACHADOR DE LENHA	€ 1.948,47	€ 1.948,47
OUTROS: PUBLICIDADE	CONTRATAÇÃO DE UM DESIGNER PARA ELABORAÇÃO DE GRAFISMO ASSOCIADO AOS PRODUTOS, CRIAÇÃO DE LOGOTIPO E DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (INCLUINDO BROCHURA) IMPRESSÃO GRÁFICA DE BROCHURA	€ 265,68	€ 265,68

Resultado sensibilização/dinamização dos projetos



Entre nós 2019

PRODUTOS DA MATA NA FEIRA DO CAVALO LUSITANO

O CEERDL esteve na Feira do Cavalo Lusitano a divulgar os Produtos da Mata. Os Produtos da Mata, projeto de parceria do CEERDL com a União de Freguesias de Caldas da Rainha – Nossa Srª do Pópulo, Coto e S. Gregório, e com o apoio do Prémio Fidelidade Comunidade, consiste na produção e embalagem de 2 produtos: **Fertilizante Orgânico e Lenha**, oriundos da manutenção da Mata Rainha D. Leonor e Parque D. Carlos I. Nos dias do evento, **17,18 e 19 de Maio**, os clientes do Fórum Sócio-Ocupacional dinamizaram o stand, entregando amostras de fertilizante e o folheto explicativo do projeto aos visitantes e expositores do certame.



UMA MARCA DE VALOR AMBIENTAL



O CERDI encontra-se atualmente a desenvolver o Projeto Produtos da Mata Rainha D. Leonor, iniciativa realizada em parceria com a União de Freguesias de Caldas da Rainha - Nossa Srª do Pópulo, Coto e S. Gregório, e que contou com o apoio do Prémio Fidelidade Comunidade 2018.

O Projeto Produtos da Mata Rainha D. Leonor, é uma iniciativa que apresenta mais-valia quer no âmbito ambiental, quer social pois permite atuar positivamente nestas duas áreas.

A manutenção da Mata Rainha D. Leonor e Parque D. Carlos I, dois espaços verdes de grande dimensão na cidade de Caldas da Rainha, é realizada pelo CERDI, no âmbito do protocolo celebrado com a União de Freguesias de Caldas da Rainha - Nossa Srª do Pópulo, Coto e S. Gregório.

Desta manutenção (poda, corte de arbustos, recolha e compostagem da folhagem), realizada por pessoas com deficiência e incapacidades do CERDI, resultam desperdícios que são transformados em novos produtos: fertilizante orgânico e lenha variada.

A embalagem, armazenamento, distribuição e apoio à comercialização é realizada pelos Clientes do Fórum Sócio Ocupacional.

A Ocupação útil deste público promove sentimentos de auto-eficácia e incrementa a auto-estima, contribuindo positivamente para a aceitação social e para a diminuição do estigma na doença mental.

Consideramos este projeto inovador e com relevância ambiental e social pois faz a reu-



utilização do que outrora seria desperdício, criando valor e contribuindo para a inclusão social das pessoas com doença mental, dando visibilidade às suas competências e potencialidades. O valor resultante da venda no comércio local dos materiais: lenha variada e fertilizante orgânico é aplicado na manutenção da Mata Rainha D. Leonor e Parque D. Carlos I, completando, deste modo, um ciclo ambiental. ❤️



CEERDL distinguido pelo “Prémio Fidelidade Comunidade”

O Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor (CEERDL) das Caldas da Rainha foi uma das 17 instituições distinguidas pelo Prémio Fidelidade Comunidade. O CEERDL que tem como missão promover a qualidade de vida de pessoas com incapacidades e das suas famílias, foi premiado com 16 mil euros para apoiar um projeto de sustentabilidade. No total, a Fidelidade Comunidade atribuiu prémios no valor total de 500 mil euros a instituições de todo o país.

31-05-2019 | Marlene Sousa

Gazeta das Caldas

Início > Sociedade > CEERDL foi um dos vencedores do Prémio Fidelidade

CEERDL foi um dos vencedores do Prémio Fidelidade

Por **Natacha Narciso** - 28 de Maio, 2018



jornal online oeste.

CEERDL distinguido pelo “Prémio Fidelidade

O Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor (CEERDL) das Caldas da Rainha foi uma das 17 instituições distinguidas pelo Prémio Fidelidade Comunidade. O CEERDL que tem como missão promover a qualidade de vida de pessoas com incapacidades e das suas famílias, foi premiado com 16 mil euros para apoiar um projeto de sustentabilidade. No total, a Fidelidade Comunidade atribuiu prémios no valor total de 500 mil euros a instituições de todo o país.

Inserido na estratégia de sustentabilidade e negócio da Companhia, o Prémio Fidelidade Comunidade designa a forma como a empresa estrutura a sua resposta às problemáticas da sociedade. O prémio tem como missão promover o fortalecimento do setor social, através do investimento nas instituições que atuam nas áreas de intervenção do envelhecimento, inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade e prevenção em saúde. Estas áreas correspondem à essência dos impactos da atividade da seguradora, que visa proteger as pessoas, o património e a atividade económica, no presente e numa perspetiva futura.



...distingue o trabalho de 17 instituições sociais do país nas áreas do ... com deficiência ou incapacidade, e ... saúde

- EXECUTIVA**
- TRABALHE** com paixão
- GASTE** com sentido
- APRENDA** com os especialistas
- VIVA** com qualidade
- DEFRUTE** com prazer
- LOJA** exclusiva

O programa de responsabilidade social da Fidelidade, dirigido por Ana Fontoura, distinguiu hoje instituições sociais de todo o país com 500 mil euros.



Representante s das 21 instituições distinguidas hoje

PARTILHAR

f t g+ in

15 de Maio de 2018

A primeira edição do Prémio **Fidelidade Comunidade** distinguiu hoje o trabalho nas áreas de inclusão social e da prevenção de 21 instituições sociais com um prémio no valor total de 500 mil euros. Inserido na estratégia de sustentabilidade e negócio da Fidelidade, o Prémio tem como missão promover o fortalecimento do setor social, através do investimento nas instituições que atuam nas áreas de intervenção da inclusão social e da prevenção na saúde - áreas que correspondem à essência dos





Vídeo do projeto: <https://vimeo.com/319442131>

Informação dos Produtos

Produtos da Mata Rainha D. Leonor

Âmbito Social

- ▶ O estigma social relativamente à doença mental é uma barreira à inclusão, pois ainda se verificam crenças de perigosidade, inutilidade associadas a qualquer perturbação mental.
- ▶ A Empregabilidade e Ocupação útil promove sentimentos de autoeficácia e incrementa a auto-estima; contribui positivamente para a aceitação social destas pessoas e para a diminuição do estigma na doença mental.

Produtos da Mata Rainha D. Leonor

Este projeto apresenta uma mais-valia no âmbito social e ambiental, pois permite atuar positivamente nestas 2 áreas.

- ▶ Contribui para a Inclusão Social das pessoas com doença mental, dando visibilidade às suas potencialidades e competências;
- ▶ Faz reutilização do que outrora seria desperdício, criando valor.

Produtos da Mata Rainha D. Leonor

Âmbito Ambiental

- ▶ A manutenção da Mata Rainha D. Leonor e Parque D. Carlos I é realizada pelo CEERDL no âmbito de protocolo celebrado com a União de Freguesias de Caldas da Rainha- Nossa Srª do Pópulo, Coto e S. Gregório.
- ▶ Desta manutenção, realizada por pessoas com deficiência e incapacidades do CEERDL, resultam desperdícios que são transformados em novos produtos comercializáveis (lenha e substrato orgânico).

Produtos da Mata Rainha D. Leonor

Pelo abate controlado de árvores




Produtos da Mata Rainha D. Leonor

Pela Compostagem da folhagem e matéria orgânica




Produtos da Mata Rainha D. Leonor

Os clientes do Fórum Sócio- Ocupacional do CEERDL, resposta social de apoio à doença mental, fará em atividades de ocupação útil a embalagem




Lenha
Substrato Orgânico



Produtos da Mata Rainha D. Leonor

Produtos a Comercializar (exemplificativos)




Fertilizante Orgânico 20L



Lenha Variada 10Kg



Avaliação das ações:

Avaliação Semestral	Fórum Sócio-Ocupacional CEERDL															Data de avaliação: 12-12-2018					
	Atelier: Produtos da Mata - Embalagem															Monitor: J.V					
	Escala de Avaliação (de 1 a 7, assinala para cada área a avaliar):																				
	1 Nada satisfatório (<10%) 2 Muito pouco satisfatório (10-24%) 3 Pouco satisfatório (25-49%) 4 Satisfatório (50%) 5 Muito satisfatório (51-74%) 6 Bastante satisfatório (75-90%) 7 Totalmente satisfatório (91-100%)																				
Comportamentos e Atitudes gerais	1 Pontualidade	7	7	6	7	5	7	7	7	7	6	7	5	7	7	5	7	7	7		
	2 Assiduidade	7	7	7	7	4	7	7	7	7	7	7	4	7	7	4	7	7	4	7	
	3 Motivação	3	6	7	7	7	7	7	7	7	6	7	6	7	6	7	6	7	4	7	
	4 Participação	7	7	7	7	6	7	7	7	7	7	7	6	7	7	6	7	7	4	7	
	5 Iniciativa	3	5	5	6	6	5	5	5	5	6	5	6	5	5	5	6	4	6	6	
	6 Cumprimento de regras e instruções	7	6	6	7	7	7	7	7	7	6	7	7	6	6	7	6	7	4	7	
	7 Aceitação de críticas	4	5	4	6	4	4	6	6	5	6	6	6	6	6	5	6	5	6	6	
	8 Resistência à frustração	3	5	6	6	6	5	6	6	6	6	6	5	6	5	5	5	3	4	5	
	9 Comportamentos de segurança, higiene e saúde	7	7	7	7	4	7	7	7	7	7	7	4	6	6	6	6	6	6	6	
	10 Utilização dos materiais e não desperdício	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	6	7
Desempenho prático	11 Aquisição de competências	6	4	6	6	4	6	6	6	6	4	6	4	4	4	6	4	4	7	6	
	12 Generalização das aprendizagens	6	5	6	6	5	6	6	6	6	5	6	5	5	5	6	5	5	6	6	
	13 Atenção e Concentração	6	3	6	6	5	6	6	6	6	3	6	4	4	3	6	4	5	6	6	
	14 Memória	6	4	6	6	4	6	6	6	6	4	5	4	4	3	6	4	3	6	6	
	15 Autonomia	6	4	6	6	3	6	6	6	6	3	5	4	3	3	6	4	3	5	6	
	16 Ritmo	6	4	6	6	4	6	6	6	6	3	6	4	3	3	6	4	4	4	6	
	17 Gestão de tempo	6	5	4	6	4	6	6	5	6	4	6	4	5	4	6	5	4	4	6	
	18 Funções de delegado	6	6	6	6	5	6	6	6	6	6	6	6	5	6	6	6	5	5	6	
Relacionamento Interpessoal	19 Relacionamento com equipa técnica	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	
	20 Relacionamento com colegas	5	6	6	5	5	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	4	6	
	21 Espírito de cooperação	5	6	5	5	6	6	6	6	6	5	6	6	6	6	6	6	6	4	6	
	22 Embalar, selar e etiquetar	5	4	4	5	4	7	6	5	7	4	5	5	3	5	6	4	3	3	7	
Competências específicas (a definir pelo monitor)	23 Rigor e precisão na medição e pesagem	6	3	3	3	3	7	6	5	6	3	4	6	3	4	6	3	3	3	6	
	24 Organização do espaço de trabalho	4	4	4	6	4	5	6	4	6	4	6	6	3	3	6	3	5	3	6	
	25 Capacidade de trabalho em 'linha de montagem'	6	4	6	6	6	6	6	6	6	4	6	6	6	4	5	6	5	4	3	6
	26																				
	27																				
Avaliação global		5,6	5,2	5,7	5,9	5	6,2	6,2	6	6,2	5,1	6,1	5,2	5,2	5,1	5,9	5,2	5,1	4,7	6,2	



Gostaríamos de pedir a tua opinião acerca do Projeto Produtos da Mata.
Responde de acordo com a tua opinião sincera às seguintes afirmações:

	😊	😐	😞	😡
Este projeto permitiu-me aprender mais sobre o ambiente, nomeadamente a reutilização e redução dos desperdícios, e processo de compostagem	X			
Melhorei algumas das minhas competências: medir, pesar, embalar, selar e etiquetar	X			
Este projeto incentivou-me a trabalhar em equipa	X			
O meu contributo foi importante para o sucesso do Projeto	X			
Fico orgulhoso quando vejo o trabalho que eu e os meus colegas fizemos neste projeto			X	
Sinto que contribuí para mostrar à minha comunidade que as pessoas com deficiência e dificuldades conseguem realizar trabalhos uteis e importantes			X	
Considero importante que outras pessoas com deficiência e dificuldades pudessem realizar um projeto semelhante ao Produtos da Mata nas suas organizações			X	
De modo global estou satisfeito com o Projeto Produtos da Mata	X			

WHOQOL-BREF

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Prof. Doutor Adriano Vez Serra (adrianovs@netvisao.pt)

DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Doutora Maria Cristina Canavarro (mccanavarro@fpce.uc.pt)

Domínio	Equações para calcular a pontuação dos domínios	Resultados	Resultados transformados	
			4-20	0-100
Domínio 1	$(6-Q3) + (6-Q4) + Q10 + Q15 + Q16 + Q17 + Q18$ $5 + 5 + 4 + 4 + 4 + 4 + 4$	30	17.14	82.14
Domínio 2	$Q5 + Q6 + Q7 + Q11 + Q19 + (6-Q26)$ $5 + 7 + 2 + 3 + 1 + (6-26)$	22	14.67	66.69
Domínio 3	$Q20 + Q21 + Q22$ $4 + 4 + 4$	8	10.67	41.66
Domínio 4	$Q8 + Q9 + Q12 + Q13 + Q14 + Q23 + Q24 + Q25$ $3 + 3 + 4 + 4 + 7 + 7 + 10 + 9 + 10$	24	12	50
DG 3 + 4		7	14	67.5

Testemunhos "Produtos da Mata"



"O que mais gostei foi de rachar a lenha. Nunca tinha rachado lenha na minha vida e foi bom aprender. Uma das coisas mais importantes deste projeto é que muitas pessoas poderão aprender coisas novas e também a trabalhar em equipa, ou seja, em conjunto e em união. Até o trabalho se faz mais rápido!

Sinto-me orgulhoso do meu trabalho e do trabalho dos meus colegas!"



"Na minha opinião acho que o projeto foi importante porque aprendi a verificar o peso em cada saco composto por troncos de madeira ou por terra fertilizada. Também aprendi a selar os respetivos sacos e a ganhar experiência como lenhador e embalador.

No ateliê de "Produtos da Mata" gostei mais de selar os sacos e de aprender a fazer a seleção de pedaços de madeira e a distribuir, de forma ordenada e conjunta, os vários troncos de madeira de forma a aproveitar os espaços do saco. Pesar a terra fertilizada para ter o peso certo também foi um desafio.

Relativamente a trabalhar em equipa, ganhei alguma experiência profissional e técnicas de embalamento."

Anexo K – Grelha Analítica

Após fazer o balanço entre as leituras, as entrevistas exploratórias e dos dados estatísticos dos projetos, de realizar as reuniões informais com a equipa interna da Fidelidade e a empresa consultora Sair da Casca, e partilhar a análise e conclusões com a equipa interna da Fidelidade, que validou as mesmas com as 14 Organizações Sociais, efetuou-se a relação dos objetivos específicos, conceitos, dimensões e indicadores, originando a construção da seguinte grelha analítica:

Pergunta de partida					
Como podem as empresas, através da adoção de práticas de responsabilidade social, contribuir para reforçar a economia social e impulsionar o desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades?					
Objetivos Específicos	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Fontes	Técnicas Recolha
Verificar se o Prémio Fidelidade Comunidade é um agente ativo de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável e integrado.	Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado	Económica	Nr técnicos contratados / renovados	Equipa técnica do Prémio Fidelidade Comunidade	Metodologia Experimental (Hipotético-Dedutivo) (parte de um conceito como modelo de interpretação do fenómeno estudado)
			Nr serviços/produtos criados/apoiados pelos projetos		
			Valor de receitas criadas pelos projetos		
		Social	Nr beneficiários diretos	Documentos da Empresa: Relatório de Desempenho do Grupo Fidelidade	
			Nr rastreios saúde/consultas médicas Nr sessões exercício físico/informática/multimédia	Relatório de Sustentabilidade do Grupo Fidelidade	
			Nr sessões fisioterapia individuais/mobilidade ativa em grupo Nr dias atividades ocupacionais socialmente úteis	Website interno do Programa de Responsabilidade Social da	

			Grau satisfação dos beneficiários dos projetos	Fidelidade Website do Programa	Análise Qualitativa
			Nr espaços criados/reabilitados/ utilizados	Fidelidade Comunidade (PFC)	Análise Quantitativa
		Territorial	Nr entidades parceiras e voluntários	Regulamento do Prémio Fidelidade Comunidade (PFC)	Técnicas de recolha de dados
			Nr de sinergias com organizações, projetos e territórios	Website do Prémio Fidelidade Comunidade (PFC)	Análise Documental
		Ambiental	Nr atividades de promoção ambiental e outras		Análise Estatística
		Cultural	Nr ações de sensibilização/dinamização		Análise de Conteúdo Categorical
			Nível de democracia interna de compromisso ou envolvimento		
		Política	Nível de ação pública, de articulação em redes e de autonomia institucional		Instrumentos de recolha dados Grelha de Leitura
Analisar se o Prémio Fidelidade Comunidade reforça as capacidades das Organizações Sociais.	Economia Social	Capacidade autonomia de gestão	Nr projetos concretizados e com continuidade	Equipa técnica das Instituições/Projetos: CASSAC - Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros CEERDL - Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor, CRL MUTUALISTA COVILHANENSE - Associação de Socorros Mútuos Mutualista	Guião de Entrevistas
		Capacidade gestão democrática	Nr de relatórios de avaliação e monitorização do projeto		14 Observação não participante
			Nr de relatórios finais de avaliação das ações implementadas		3 Entrevistas Semidiretivas
			Nível Satisfação com o processo acompanhamento Prémio (1 a 10)		
		Capacidade de	Nr de associados e serviços à		

prestar serviços aos membros da coletividade	comunidade	Covilhanense
Capacidade de melhorar a afetação de recursos e a distribuição dos rendimentos	Nr melhorias e mudanças na organização, beneficiários e comunidade envolvente	Documentos Gerais/Instituições: Protocolo dos Projetos Relatório Inicial dos Projetos Relatório Final dos Projetos
Capacidade de crítica e aprendizagem permanente	Nr dificuldades implementação do projeto/iniciativa	Relatório de Monitorização dos Projetos Relatórios Atividades e Contas (2017, 2018 e 2019) das Instituições Estatutos das Instituições
Capacidade de crítica e aprendizagem permanente	Nr contributos do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	Websites das Instituições
Capacidade de crítica e aprendizagem permanente	Nr pontos fortes do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	Websites das Instituições
Capacidade de crítica e aprendizagem permanente	Nr pontos a melhorar do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	Websites das Instituições

Anexo L – Guiões das Entrevistas: Prémio Fidelidade Comunidade 2017

Após fazer o balanço entre as leituras, as entrevistas exploratórias e dos dados estatísticos dos projetos, de realizar as reuniões informais com a equipa interna da Fidelidade e a empresa consultora Sair da Casca, e partilhar a análise e conclusões com a equipa interna da Fidelidade, que validou as mesmas com as 14 Organizações Sociais, procedeu-se à construção dos seguintes guiões das entrevistas:

<i>Nome da Entidade</i>	<i>Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense</i>
<i>Área</i>	Envelhecimento /Fortalecer a atividade/capacidade de intervenção da instituição)
<i>Gestora</i>	
<i>Nome do Responsável</i>	
<i>Telefone</i>	
<i>Telemóvel</i>	
<i>Email</i>	
<i>Contacto alternativo</i>	
<i>Nome do Projeto</i>	Envelhecer com a Fidelidade
<i>Valor do prémio €</i>	
<i>25 022 €</i>	

I. PROJETO

1. Fez parte da equipa do projeto? Em que momentos?

OBJETIVOS

2. Quais foram os principais objetivos do projeto Envelhecer com a Fidelidade?

a) Na sua perceção, os objetivos do projeto foram concretizados total ou parcialmente? Justifique.

INDICADORES E RESULTADOS

3. Ainda mantêm os profissionais contratados para o projeto? Como garantem o financiamento?

4. Os resultados a confirmar:

Produção de 400 folhetos; 100 cartazes e 40 notícias nos media

Contratação de 3 pessoas

Realização de 194 sessões de exercício físico, envolvendo 100 participantes

Realização de 78 sessões de informática, com 80 participantes

2000 utentes que realizaram rastreios de saúde e consultas médicas

2429 rastreios realizados

500 utentes que realizaram consultas médicas

45 ações de sensibilização sobre diversas patologias

a) Identifica outros resultados que não estejam aqui mencionados? Quais?

II. VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS E MUDANÇAS

PERCEÇÃO SOBRE OS RESULTADOS

5. Qual o feedback que tem por parte da restante equipa/ beneficiários/ cuidadores /parceiros que participaram no projeto? Como foi recolhido esse feedback?

6. Concorda com as mudanças identificadas?

Levou à mudança de comportamentos

Acesso à saúde

Levou à melhoria da qualidade de vida

Permitiu a renovação de contratos de trabalho

a) Na sua perceção, identifica outras mudanças que não estejam aqui mencionadas? Quais?

b) Quais considera serem as 3 principais? Porquê?

c) Se lhe pedíssemos para hierarquizar as mudanças, como as ordenaria?

III. OPORTUNIDADES DE MELHORIA E SINERGIAS

7. De 1 a 10, como qualificaria o seu grau de satisfação com o processo de acompanhamento e monitorização feito pela Fidelidade?

a) Indique três aspetos positivos (pontos fortes) e três aspetos a melhorar (em qualquer fase do projeto: candidatura, avaliação ou monitorização)

8. Na vossa opinião, qual foi o maior contributo da Fidelidade para o projeto e/ou para a vossa entidade?

a) Qual a principal mais-valia de ter sido vencedor do Prémio Fidelidade Comunidade?

b) O projeto Envelhecer com a Fidelidade permitiu outras sinergias? Quais?

Nome da Entidade | **CASSAC - Centro de Apoio Social Serra D'Aire e Candeeiros**

Área | Envelhecimento/ Fortalecer a atividade/capacidade de intervenção da instituição

<i>Gestora</i>	
<i>Nome do Responsável</i>	
<i>Telefone</i>	
<i>Telemóvel</i>	
<i>Email</i>	
<i>Contacto alternativo</i>	
<i>Nome do Projeto</i>	Fisioterapia no domicílio
<i>Valor do prémio €</i>	
	4 098 €

I. PROJETO

1. Fez parte da equipa do projeto? Em que momentos?

OBJETIVOS

2. Quais foram os principais objetivos do projeto?

a) Na sua perceção, os objetivos do projeto foram concretizados total ou parcialmente? Justifique.

INDICADORES E RESULTADOS

3. Ainda mantêm os profissionais contratados para o projeto? Como garantem o financiamento?

4. Os resultados a confirmar:

Redução do número de quedas em 33.3% (de 66.6% para 33.4%) nos utentes que usufruem do serviço de fisioterapia em tempo prolongado.

Redução do número de deslocações ao centro de saúde em 71.4% (de 85.7% para 14.3%) durante a realização de fisioterapia pelo mesmo motivo.

Número de utentes beneficiários das sessões individuais de fisioterapia atingiram a nível 6 de Funcionalidade. (julho 2018 a maio 2019).

Número de pessoas que realizaram Fisioterapia entre setembro 2018 e Maio 2019 (91,3% permanecem no domicílio, 8,7% faleceram)

a) Identifica outros resultados que não estejam aqui mencionados? Quais?

II. VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS E MUDANÇAS

PERCEÇÃO SOBRE OS RESULTADOS

5. Qual o feedback que tem por parte da restante equipa/ beneficiários/ cuidadores /parceiros que participaram no projeto? Como foi recolhido esse feedback?

6. Concorda com as mudanças identificadas?

Mudança de comportamentos

Aquisição de conhecimentos/capacitação

Acesso à saúde

Melhoria qualidade de vida

a) Na sua perceção, identifica outras mudanças que não estejam aqui mencionadas? Quais?

b) Quais considera serem as 3 principais? Porquê?

c) Se lhe pedíssemos para hierarquizar as mudanças, como as ordenaria?

III. OPORTUNIDADES DE MELHORIA E SINERGIAS

7. De 1 a 10, como qualificaria o seu grau de satisfação com o processo de acompanhamento e monitorização feito pela Fidelidade?

a) Indique três aspetos positivos (pontos fortes) e três aspetos a melhorar (em qualquer fase do projeto: candidatura, avaliação ou monitorização)

8. Na vossa opinião, qual foi o maior contributo da Fidelidade para o projeto e/ou para a vossa entidade?

a) Qual a principal mais-valia de ter sido vencedor do Prémio Fidelidade Comunidade?

b) O projeto permitiu outras sinergias? Quais?

<i>Nome da Entidade</i>	CEERDL - Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor
<i>Área</i>	Inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade/ Diversificação da instituição
<i>Gestora</i>	
<i>Nome do Responsável</i>	
<i>Telemóvel</i>	
<i>Email</i>	
<i>Contacto alternativo</i>	
<i>Nome do Projeto</i>	Produtos da Mata Rainha D. Leonor
<i>Valor do prémio €</i>	
<i>4 937 €</i>	

I. PROJETO

1. Fez parte da equipa do projeto? Em que momentos?

OBJETIVOS

2. Quais foram os principais objetivos do projeto?

a) Na sua percepção, os objetivos do projeto foram concretizados total ou parcialmente? Justifique.

INDICADORES E RESULTADOS

3. Ainda mantêm os beneficiários iniciais no projeto? Como garantem o financiamento?

4. Os resultados a confirmar:

(19) Nº de beneficiários em ocupação Útil

"Foram embalados 500 sacos lenha +500 sacos fertilizante, sendo o restante material embalado aquando da receção de encomendas."

Estamos a aguardar as encomendas da Cooagrícola, com a qual iniciámos parceria recente para escoar o produto.

Divulgação: 8 Iniciativas: Newsletter Em Rede; Apresentação do Projeto na Reunião de Parceiros da Rede Social de Caldas da Rainha; Página Web CEERDL; Entre-Nós-Newletter CEERDL; Revista Municipal CR; Artigo Gazeta das Caldas; Revista Fenacerci2019; Stand Feira do Cavalo Lusitano Caldas da Rainha.

"Indicador Quest Whoqol; e avaliação da satisfação: Satisfação com Qualidade Vida >5 (59%)

Avaliação Satisfação 80% Muito Satisfeitos"

a) Identifica outros resultados que não estejam aqui mencionados? Quais?

II. VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS E MUDANÇAS

PERCEÇÃO SOBRE OS RESULTADOS

5. Qual o feedback que tem por parte da restante equipa/ beneficiários/ cuidadores /parceiros que participaram no projeto? Como foi recolhido esse feedback?

6. Concorda com as mudanças identificadas?

Mudança de comportamentos

Aumento receitas

Sensibilização da comunidade

Inclusão social

Aquisição de conhecimentos

a) Na sua percepção, identifica outras mudanças que não estejam aqui mencionadas? Quais?

- b) Quais considera serem as 3 principais? Porquê?
- c) Se lhe pedíssemos para hierarquizar as mudanças, como as ordenaria?

III. OPORTUNIDADES DE MELHORIA E SINERGIAS

- 7. De 1 a 10, como qualificaria o seu grau de satisfação com o processo de acompanhamento e monitorização feito pela Fidelidade?
 - a) Indique três aspetos positivos (pontos fortes) e três aspetos a melhorar (em qualquer fase do projeto: candidatura, avaliação ou monitorização)
- 8. Na vossa opinião, qual foi o maior contributo da Fidelidade para o projeto e/ou para a vossa entidade?
 - a) Qual a principal mais-valia de ter sido vencedor do Prémio Fidelidade Comunidade?
 - b) O projeto permitiu outras sinergias? Quais?

Anexo M – Grelha Análise de Conteúdo Categoral

Após a realização das entrevistas às 3 Organizações Sociais da 1ª edição, contruiu-se a seguinte grelha de análise de conteúdo de acordo com as dimensões e indicadores em análise e por conceito e organização, Mutualista Covilhanense, CASSAC e CEERDL respetivamente, o que permitirá aprofundar e validar a informação da grelha analítica das conclusões dos 3 projetos:

Pergunta de partida: Como podem as empresas, através da adoção de práticas de responsabilidade social, contribuir para reforçar a economia social e impulsionar o desenvolvimento local sustentável e integrado das suas comunidades?

Conceito: Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado

Dimensões	Indicadores	Mutualista Covilhanense
Económica	Nr técnicos contratados / renovados	"(...) o médico trabalha no nosso centro clínico, no serviço de medicina geral da Mutualista. (...) o profissional de desporto e o técnico de informática também continuam no projeto."
	Nr serviços/produtos criados/apoiados pelos projetos	"(...) Vale da Cerdeira e Casal de Santa Teresinha têm Exercício Físico e Informática/Multimédia todas as sextas-feiras de manhã, nas antigas instalações das escolas primárias, espaços que cerca de duas décadas depois do seu encerramento reabriram para acolher a Oficina de Atividades. A iniciativa está ainda a servir a população de Cambões, também da freguesia de São Jorge da Beira, que participa nas sessões de Casal de Santa Teresinha."
	Valor de receitas criadas pelos projetos	"(...) no terreno desde novembro de 2016, a UMS opera atualmente em 10 localidades do concelho da Covilhã: Aldeia de São Francisco de Assis, Barroca Grande, São Jorge da Beira, Vale da Cerdeira, Casal de Santa Teresinha, Cambões, Minas da Panasqueira, Trigais, Verdelhos e Pereiro."
Social	Nr beneficiários diretos	"(...) atitude proativa por parte dos idosos e seus familiares de notificar a

	<p>Nr rastreios saúde/consultas médicas</p> <p>Nr sessões exercício físico/informática/multi-média</p> <p>Nr sessões fisioterapia individuais/mobilidade ativa em grupo</p> <p>Nr dias atividades ocupacionais socialmente úteis</p> <hr/> <p>Grau satisfação dos beneficiários dos projetos</p>	<p>entidade relativamente ao estado de saúde devido à relação estabelecida.”</p> <p>“(…) a equipa do projeto faz um acompanhamento muito presente relativamente ao desenvolvimento do estado de saúde do utente. Aliás, eles acreditam ser isso o que os diferencia, o conseguir identificar as necessidades e como estas vão evoluindo.”</p>
Territorial	<p>Nr espaços criados/reabilitados/utilizados</p> <hr/> <p>Nr entidades parceiras e voluntarios</p> <hr/> <p>Nr de sinergias com organizações, projetos e territórios</p>	<p>“(…) trabalhamos essencialmente com as Juntas de Freguesia geograficamente mais isoladas”</p> <p>“(…) depois de Vale da Cerdeira e Casal de Santa Teresinha, na freguesia de São Jorge da Beira, em novembro, a iniciativa itinerante Oficina de Atividades, chegou em fevereiro a Verdelhos com o Ateliê de Exercício Físico”, “(…) às terças e sextas-feiras, a partir das 18h30, nas instalações da Junta de Freguesia.”</p> <p>“(…) estamos a alargar e a intensificar a nossa atuação nas freguesias rurais no âmbito da Unidade Móvel, com o intuito de melhorar cada vez mais a qualidade de vida das suas populações, mas também a reforçar a promoção do envelhecimento ativo e saudável, a combater o isolamento dos seniores e, no que respeita em concreto à Informática/Multimedia, a impulsionar a inclusão digital», diz ainda o Presidente da Direção da Mutualista Covilhense</p> <p>“(…) um aluno da Faculdade de Ciências da Saúde, desenvolveu um projeto de testagem de um instrumento de monitorização de parâmetros fisiológicos, associado a uma aplicação que envia alertas para o médico, foi um recurso mais aplicado agora com a pandemia”, e “(…) um aluno de Engenharia que desenvolveu uma App, que permite realizar um traçado preliminar de uma eletrocardiograma, entre outras funcionalidades.”</p> <p>“(…) O envolvimento e contribuição da comunidade na recuperação das escolas, constituiu um elo de ligação e proximidade com a população alvo, indispensável para a operacionalização das ações e iniciativas do projeto.</p>

		(Ex: Tintas, chão envernizado, os estores consertados, e em Santa Teresinha a população fez também a montagem de cortinas/blackouts, as casas de banho foram substituídas; apenas com alguma ajuda da Junta de Freguesia, que suportou as despesas água e eletricidade (...). “(…) também já uma instituição de Sarzedo, começou a usufruir dos serviços médicos e do atelier do exercício físico”.
Ambiental	Nr atividades de promoção ambiental e outras	“(…) na altura ainda eram os oito objetivos do desenvolvimento do milénio” “(…) está em projeto o desenvolvimento de uma aplicação (App), que liga a saúde dos idosos a uma componente ambiental, por exemplo através da medição da temperatura, humidade, isto é, alguns fatores de risco para a saúde, nas suas habitações.”
Cultural	Nr ações de sensibilização/dinamização	“(…) convidámos e divulgámos por todas as freguesias, para participarem do projeto, e com a divulgação e crescimento dos serviços foram surgindo mais protocolos.”
Política	Nível de democracia interna, de compromisso ou envolvimento	“(…) existe uma atitude proativa por parte dos idosos e seus familiares de notificar a entidade relativamente ao estado de saúde devido à relação estabelecida (…)
	Nível de ação pública, de articulação em redes e de autonomia institucional	“(…) a equipa do projeto faz um acompanhamento muito presente relativamente ao desenvolvimento do estado de saúde do utente. Aliás, eles acreditam ser isso o que os diferencia, o conseguir identificar as necessidades e como estas vão evoluindo.”
Conceito: Economia Social		
Capacidade de autonomia de gestão	Nr projetos concretizados e com continuidade	“(…) foi possível o alargamento do projeto da UMS (Unidade Móvel de Saúde) a Verdelhos e Pereiro, e do projeto da oficina itinerante a Trigais (Freguesia de Erada), uma aldeia isolada geograficamente, com cerca de 50 idosos, desprovida de serviços, apenas 1 café, sem cuidados de saúde, há mais de dez anos sem médico e para agravar sem transportes.”

Capacidade de gestão democrática	Nr de relatórios de avaliação e monitorização do projeto	<p>“(…) a relação de proximidade e disponibilidade que a equipa da Fidelidade cria com os projetos”</p> <p>“(…) o apoio financeiro para criar as bases do projeto e posteriormente poder atingir a sua sustentabilidade”</p> <p>“(…) acompanhamento regular da equipa”</p>
	Nr de relatórios finais de avaliação das ações implementadas	
	Nível Satisfação com o processo acompanhamento Prémio (1 a 10)	
Capacidade de prestar serviços aos membros da coletividade	Nr de associados e serviços à comunidade	
Capacidade de melhorar a afetação de recursos e a distribuição dos rendimentos	Nr melhorias e mudanças na organização, beneficiários e comunidade envolvente	Mudanças conseguidas
Capacidade de crítica e aprendizagem permanente	Nr dificuldades implementação do projeto/iniciativa	<p>“A contratação de técnicos especializados para se deslocarem às freguesias mais rurais do concelho da Covilhã, atendendo às limitações geográficas e temporais de acesso.”</p>
	Nr contributos do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	<p>“Condições para a implementação deste projeto no terreno e contribuir para melhorar a qualidade de vida da população rural idosa, em freguesias mais isoladas do Concelho da Covilhã.”; “Apoio financeiro foi fulcral para a implementação e consolidação do projeto, ao financiar a contratação dos técnicos especializados, que permitiu aumentar a qualidade de vida e promover o envelhecimento ativo de cerca de 2000 idosos.”; “A nível institucional permitiu ir de encontro das necessidades de saúde e de proteção social dos indivíduos, mediante os conceitos do mutualismo e de uma ação integrada e solidária.”; “Minimizou os custos de funcionamento dos Ateliers nas antigas escolas primárias desativadas, mediante a doação de equipamento extra candidatura.”; “A disponibilização de equipamento informático e de material de</p>

	papelaria não contemplado em candidatura, foi importante para a divulgação do projeto e na dinamização das atividades propostas.”
Nr pontos fortes do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	“Relação de proximidade e disponibilidade que a equipa da Fidelidade cria com os projetos.”; “Acompanhamento regular por parte da equipa permite o desenvolvimento de análises contínuas e reajustes, com vista o sucesso do projeto.”; “O processo foi extremamente útil para atingir os objetivos e os resultados pretendidos.”; “O reforço positivo, a enorme disponibilidade, a tolerância e os múltiplos apoios e ajudas recebidas por parte da equipa técnica foram decisivos para o sucesso e reafirmação do projeto “Envelhecer com a Fidelidade”.”; “O relatório intermédio pressupõe um processo de análise e de avaliação intermédia das atividades, permitindo os reajustamentos considerados necessários.”; “As visitas por parte da equipa da Fidelidade permitiram constatar “in loco” a dinâmica do projeto e reforçar em ambas as partes o sentimento de pertença do projeto.
Nr pontos a melhorar do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	Nada a registar.

Conceito: Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado

Dimensões	Indicadores	CASSAC
Económica	Nr técnicos contratados / renovados	“(…) o apoio financeiro foi muito importante para o desenvolvimento do projeto.”
	Nr serviços/produtos criados/apoiados pelos projetos	“(…) alguns deles (beneficiários) estão comigo desde o início do projeto.” (Fisioterapeuta)
	Valor de receitas criadas pelos projetos	“No que respeita às sessões de mobilidade ativa a aderência da população tem vindo a aumentar ao longo do tempo e apesar do valor cobrado ser simbólico, obtivemos um resultado positivo (…)”

Social	<p>Nr beneficiários diretos</p> <p>Nr rastreios saúde/consultas médicas</p> <p>Nr sessões exercício físico/informática/multimédia</p> <p>Nr sessões fisioterapia individuais/mobilidade ativa em grupo</p> <p>Nr dias atividades ocupacionais socialmente úteis</p>	<p>“(…) por exemplo não tínhamos colchões, bolas para exercícios em grupo e bolas de pilates. O material que tinha eram garrafas de plástico com areia para a funcionalidade de substituir pesos. Só estes três equipamentos permitiram diversificar os exercícios aplicados nas sessões através de jogos e exercícios de grupo e a pares, o que também motivou os beneficiários. Para além de fazer diferente, consegui fazer melhor, melhorar a qualidade dos exercícios.”</p> <p>“(…) permitiu a aquisição de material de fisioterapia respiratória absolutamente essencial, pois fazer uma avaliação sem um estetoscópio é quase impossível, trabalhava mais no escuro, não conseguia fazer uma avaliação tão pormenorizada (…)”, “(…) o laser e ultrassom, complementos importantes para as sessões, ajudam no processo de recuperação dos tendões, ligamentos, processos inflamatórios. Torna o processo de recuperação dos beneficiários mais rápido e mais eficaz (…)”, “(…) na Pressoterapia, os equipamentos trouxeram maior rentabilidade no trabalho e melhorias mais rápidas nos beneficiários, por exemplo na melhoria no tratamento de membros inferiores com edemas, fazia drenagem linfática manual (…)”, e “(…) tudo isto permitiu processos de recuperação mais rápidos e libertar vagas para integrar novos beneficiários.”</p>
Territorial	<p>Nr espaços criados/reabilitados/utilizados</p> <p>Nr entidades parceiras e voluntários</p> <p>Nr de sinergias com organizações, projetos e territórios</p>	<p>“(…) foi também convidado a estar presente com as sessões de mobilidade ativa em eventos do Município.”</p> <p>“(…) divulgavam o serviço no centro de saúde de Serro Ventoso e São Bento, é o mesmo médico e este já indicou utentes para o serviço”</p> <p>“(…) pelo recente convite que o Centro Paroquial e de Assistência do Juncal fez ao CASSAC, para fazer fisioterapia essencialmente respiratória às crianças da creche e jardim de infância da Instituição.”</p> <p>Grupo GPSMÓS “(…) reunimos algumas vezes, mas informalmente, mas todas as pessoas envolvidas têm conhecimento do projeto e são essencialmente técnicas das instituições e da segurança social.”</p>
Ambiental	<p>Nr atividades de promoção ambiental e outras</p>	<p>“(…) todas as questões da reciclagem, que levamos a sério.”</p>

Cultural	Nr ações de sensibilização/dinamização	“(…) o Vídeo, foi espetacular para nós e ajudou-nos a divulgar o nosso serviço e isso foi fantástico. Desde então, fomos convidados para duas sessões de mobilidade ativa em eventos organizados Município e noutra pela Comissão da Igreja.”
Política	Nível de democracia interna, de compromisso ou envolvimento	“(…) eles respondem ao seu grau de satisfação perante o seu estado de saúde” “(…) o acompanhamento destes beneficiários é diferente, pois são outro tipo de patologias, com graus de dependência mais elevados, que geralmente também requerem o serviço de apoio domiciliário. Existe uma relação mais forte e mais prolongada com estes beneficiários, alguns deles estão comigo desde o início do projeto (…)
	Nível de ação pública, de articulação em redes e de autonomia institucional	“(…) o serviço ao domicílio também possibilita aos familiares assistir e intervir no processo de recuperação, mas com orientações minhas.”
Conceito: Economia Social		
Capacidade de autonomia de gestão	Nr projetos concretizados e com continuidade	“(…) as sessões de fisioterapia individual estão a crescer, pois as sessões de mobilidade ativa ficaram suspensas por causa da Pandemia, e este sedentarismo não ajuda em nada os beneficiários, que também estão mais velhos.”
Capacidade de gestão democrática	Nr de relatórios de avaliação e monitorização do projeto	“(…) o formulário de candidatura simples, as perguntas bem direcionadas, o que facilitou o processo quando comparado com outros prémios.” “(…) a facilidade no esclarecimento de dúvidas e o contacto fácil com a Fidelidade”
	Nr de relatórios finais de avaliação das ações implementadas	“(…) o acompanhamento e relação que estabelecem com as entidades é muito positivo, não só durante o projeto, mas também após terminar o projeto. A Fidelidade já é um importante parceiro com o qual desejamos manter a relação”
	Nível Satisfação com o processo acompanhamento Prémio (1 a 10)	“(…) a visita foi importante, sentimos que assim mostramos mais facilmente qual a missão e as necessidades que temos do que apenas escrever em papel. Achamos importante a Fidelidade ter esta perceção.”
Capacidade de prestar serviços	Nr de associados e serviços à comunidade	Mudanças conseguidas

aos membros da
coletividade

Capacidade de
melhorar a afeta-
ção de recursos e
a distribuição
dos rendimentos

Nr melhorias e mudanças na organização,
beneficiários e comunidade envolvente

Nr dificuldades implementação do pro-
jeto/iniciativa

“Falta de espaço na instituição para guardar alguns dos equipamentos, tendo sido necessário pedir à “Fábrica da Igreja” para guardar as bolas no Salão Paroquial, onde se realiza uma das sessões de mobilidade ativa.”; “Dificuldades financeiras da população, que levam as pessoas a hesitar recorrer ao serviço de fisioterapia.”; “Falta de apoio, iniciativa dos familiares ou cuidadores para aderir ao serviço de fisioterapia, umas vezes por desconhecem as suas vantagens e outras por não ser uma prioridade para as famílias.”

Capacidade de
crítica e aprendi-
zagem perma-
nente

Nr contributos do Prémio Fidelidade Comu-
nidade na perspetiva da Organização Social

“Aquisição de material sem o qual não poderíamos aumentar o serviço de fisioterapia ao domicílio.”; “A visibilidade na comunidade, relativamente à importância da fisioterapia e as vantagens que tem na saúde das pessoas, levou a um aumento da credibilidade e visibilidade do projeto.”; “O apoio financeiro foi muito importante para o desenvolvimento do projeto.”; “A equipa da Fidelidade contribuiu muito para a visibilidade do projeto e instituição.”; “A disponibilidade e facilidade de comunicação ajudaram a manter uma relação com a Fidelidade Comunidade.”; “A Fidelidade Comunidade já se mostrou interessada em ajudar o CASSAC na realização de uma sessão informativa direcionada aos cuidadores, podendo ajudar a colmatar as falhas de informação e também a falta de apoio ao cuidador.”

Nr pontos fortes do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	“Formulário de candidatura simples.”; “Disponibilidade para esclarecimento de dúvidas.”; “Acompanhamento e relação de proximidade com a equipa da Fidelidade.”; “Visita às instalações mostra interesse e dá oportunidade para apresentar melhor a missão da entidade.”; “Produção do vídeo, pela visibilidade e divulgação que proporcionou.”; “Simpatia e facilidade de contacto, facilitou todo o processo de implementação do projeto.”; “A monitorização do 1º relatório, permitiu esclarecer dúvidas em relação ao preenchimento do mesmo.”; “A realização dos relatórios permitiu verificarmos o verdadeiro impacto do projeto no público-alvo.”; “A realização dos relatórios promoveu uma avaliação mais regular, o que permitiu adotar algumas estratégias para alcançar os objetivos definidos.”
Nr pontos a melhorar do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	“Consideramos que as visitas são uma mais-valia. A realização de mais visitas à entidade no final do projeto, para que a Fidelidade melhor possa perceber o impacto que teve na organização.”

Conceito: Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado

Dimensões	Indicadores	CEERDL
Económica	Nr técnicos contratados / renovados	“(…) manifesto interesse geral dos presentes pelo projeto, face à sua relevância ambiental e social. Salientaram as características de reutilização, sustentabilidade, inclusão social de pessoas com doença mental dando visibilidade das suas competências e potencialidades, e destaque para o fecho de um ciclo ambiental com o reinvestimento do valor das vendas no projeto.”
	Nr serviços/produtos criados/apoiados pelos projetos	
	Valor de receitas criadas pelos projetos	
Social	Nr beneficiários diretos	“(…) é um espaço de inclusão de 19 utentes, envolvidos nas atividades de

	<p>Nr rastreios saúde/consultas médicas Nr sessões exercício físico/informática/multimédia Nr sessões fisioterapia individuais/mobilidade ativa em grupo Nr dias atividades ocupacionais socialmente úteis</p>	<p>pesagem e embalamento e capacitados para esta nova área ocupacional, através da atividade de transformar o desperdício da Mata e do Parque em matéria comercializável (fertilizante orgânico e lenha variada)” “(...) promover a inclusão pela ocupação em atividades socialmente úteis, transformar o desperdício em matéria comercializável, promover o conceito da reutilização e sustentabilidade, ainda permitir diminuir o estigma associado à doença mental.”</p>
	<p>Grau satisfação dos beneficiários dos projetos</p>	<p>“(...) o limite de utentes é de 15, mas como alguns estão a tempo parcial permitiu envolver mais 4 utentes extranumerários, e com uma frequência de dois dias por semana, às vezes mais. Como no projeto, para cumprirmos com o embalamento de 500 sacos do fertilizante e 500 de lenha para a 1ª encomenda que tivemos.” “(...) é a avaliação anual que o CEERDL faz de satisfação das entidades parceiras e comunidade, que apesar de não avaliar especificamente o projeto, ao fazermos o levantamento anual das ações efetuadas, o projeto destaca-se pelo número de ações realizadas junto da comunidade, o que nos leva a afirmar ser um dos produtos com maior divulgação na comunidade.” “(...) No seu lar, as pessoas podem plantar flores e arranjar o seu jardim, ou acender a lareira com os produtos, sabendo que estão a valorar o trabalho das pessoas com doença mental, e a apoiar a integração social desta população.”</p>
Territorial	<p>Nr espaços criados/reabilitados/utilizados</p>	<p>“(...) acrescentámos uma área ocupacional que não tínhamos para preparar a embalagem.”</p>
	<p>Nr entidades parceiras e voluntários</p> <p>Nr de sinergias com organizações, projetos e territórios</p>	<p>" (...) trata-se de um serviço complementar a toda a instituição, que teve de ser apreendido” “(...) o projeto nasce de uma parceria interna entre o CAO e o CRP, pois é a equipa do curso jardinagem que faz a manutenção da Mata, através do protocolo que temos com a União das Freguesias, e são eles que recolhem a matéria-prima, a folhagem e a madeira. “(...) um manifesto interesse geral dos presentes pelo projeto, face à sua relevância ambiental e social, de reutilização, sustentabilidade, inclusão social de pessoas com doença mental dando visibilidade das suas competências e potencialidades, e destacaram o fecho de um ciclo ambiental pelo reinvestimento</p>

		<p>do valor das vendas no projeto.”</p> <p>“(…) entrega inicial 50 sacos de ambos os produtos à Cooagrícola, após o interesse demonstrado na Feira da Fruta em participar no projeto enquanto entidade distribuidora e comercializadora dos produtos a nível local. Era uma sinergia perfeita, para fazer chegar o produto à comunidade, mas sem retorno de novas encomendas, talvez por ser um produto sazonal.”</p> <p>“como tínhamos cumprido com o embalamento dos 500 sacos de fertilizante e 500 de lenha, e com a Cooagrícola não se verificava evolução, tivemos de reforçar os contactos da fase inicial do projeto”</p> <p>“(…) com duas entidades locais, a Ecolenhas que comprou 500 sacos de lenha, com possibilidade de nova encomenda, conforme corram as vendas, e com a Agriloja que mostrou interesse em comercializar ambos os produtos, o que vai permitir maior visibilidade, só que tivemos de tratar do processo de criação do código de barras, para poder vender os produtos em loja.”, “(…) ficou concluído este mês e agora estamos a aguardar saber o volume da 1ª encomenda.”</p>
Ambiental	Nr atividades de promoção ambiental e outras	<p>“(…) a política dentro da organização tem princípios e comportamentos de sustentabilidade muito presente em todas as atividades e formação, mas sem módulo específico”</p> <p>“(…) os objetivos de ocupação útil das pessoas com doença mental, a consciencialização da comunidade para a valorização do trabalho realizado por estas pessoas e o cuidado com o ambiente, dando outro uso ao que poderia ser desperdício, mantém-se e marca as pessoas e os próprios utentes.”</p>
Cultural	Nr ações de sensibilização/dinamização	<p>“(…) o desenvolvimento dos Produtos da Mata, em parceria com a União de Freguesias da Nossa Srª do Pópulo, Coto e S. Gregório, a sua promoção e divulgação, conseguiram passar a mensagem à comunidade com eficácia.”</p> <p>“(…) depois de todas as campanhas que temos feito, verificamos que tem mais sucesso quando mostramos algum produto, temos algo concreto. Neste caso, o produto é resultado de algo que é nosso, o parque e a mata e ganhar um prémio para trabalhar os resíduos que vêm daí é muito meritório. A comunidade vê que há muita gente a acreditar em nós. Tem um peso diferente, é mais, do que apenas, sensibilização.”</p>

Política	Nível de democracia interna, de compromisso ou envolvimento	“(...)percebemos ser necessário um maior investimento de divulgação dos produtos junto das entidades locais no sentido de criarmos novas parcerias.”
	Nível de ação pública, de articulação em redes e de autonomia institucional	

Conceito: Economia Social

Capacidade de autonomia de gestão	Nr projetos concretizados e com continuidade	“(...) não contactámos mais Câmaras Municipais, porque temos receio, de não ter capacidade de resposta de produção, face a estas duas novas parcerias, que resultaram dos contactos iniciais do projeto, de quando estivemos com o stand na feira do cavalo.”
Capacidade de gestão democrática	Nr de relatórios de avaliação e monitorização do projeto	“(...) a disponibilidade pós negociação para ajustes de equipamentos e houve sempre abertura para alterar o que fosse necessário, ou timings em que precisámos de alargar prazos”
	Nr de relatórios finais de avaliação das ações implementadas	(...) uma comunicação e proximidade”
	Nível Satisfação com o processo acompanhamento Prémio (1 a 10)	“(...) um acompanhamento permanente e sistemático” “(...) o processo não foi pesado, nada burocrático, enquanto outros são.”
Capacidade de prestar serviços aos membros da coletividade	Nr de associados e serviços à comunidade	
Capacidade de melhorar a afetação de recursos e a distribuição dos rendimentos	Nr melhorias e mudanças na organização, beneficiários e comunidade envolvente	Mudanças conseguidas
Capacidade de crítica e aprendizagem permanente	Nr dificuldades implementação do projeto/iniciativa	“A elaboração da imagem do produto.”; “Ao nível da comercialização, por serem produtos sazonais, a lenha tem procura no Inverno e o fertilizante na Primavera.”; “Necessidade de estabelecer contactos e ligações com revendedores, por se tratar de um produto novo.”; “Aspetos administrativos, negociais

	e logísticos das vendas, como o circuito de faturação dos produtos vendidos não diretamente (através dos parceiros).”; “ A organização das entregas diretas e indiretas e os acordos comerciais com os parceiros de venda.”
Nr contributos do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	“O apoio financeiro foi muito importante pois permitiu financiar a globalidade do projeto.”; “A equipa de acompanhamento foi extraordinária, prestando o apoio necessário e acompanhando a evolução do projeto.”; “A disponibilidade e facilidade de comunicação ajudaram a manter uma relação com a Fidelidade Comunidade.”; “Na divulgação do projeto, pois tratando-se de um projeto de âmbito local, a Fidelidade fez chegar aos seus clientes a informação deste projeto, através das agências locais.”
Nr pontos fortes do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	“Disponibilidade para alterações nos equipamentos a adquirir ou alargamento de prazos.”; “Grande proximidade, acompanhamento permanente e sistemático.”; “Processo acessível do ponto de vista burocrático e de relacionamento, em comparação com outros processos de candidatura e relatórios.”; “Disponibilidade e proximidade da equipa da Fidelidade, criou um espaço de diálogo e apoio na implementação do projeto. Distinguimos positivamente esta articulação, pois na nossa experiência com outros programas de financiamento não se verifica a mesma disponibilidade.”
Nr pontos a melhorar do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	“Mais informação e partilha sobre os resultados dos projetos vencedores, no final, da avaliação dos resultados, era importante partilhar as experiências.”; “Criação de mais oportunidades para participação por parte dos beneficiários diretos, de forma a terem a real noção de que melhoraram e cresceram no processo.”

Anexo N – Grelha Analítica Conclusões

Após o aprofundamento e validação da informação da grelha de análise documental, estatística e de conteúdo categorial, procurou-se comparar os dados esperados com os resultados observados e perceber as diferenças e assinalar as mudanças, efetuando a sua respetiva associação com as dimensões em análise e indicadores, apresentando os resultados seguintes por conceitos e dimensões de análise:

Conceito: Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado

Dimensão Económica			
Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Nr técnicos contratados / renovados	1 Médico; 1 Profissional de desporto e 1 Técnico de informática / Contratação	1 Fisioterapeuta / Renovação	1 Monitor do FSO (Fórum Sócio Ocupacional) / Renovação
Nr serviços/produtos criados/apoiados pelos projetos	1 serviço Unidade Móvel de Saúde (rastreios e consultas médicas) 1 oficina de atividades (atelier de informática, multimédia e exercício físico)	1 serviço fisioterapia ao domicílio 1 serviço de sessões de mobilidade ativa	Fórum Sócio-Ocupacional - criação área ocupacional de pesagem e embalamento de produto 2 Produtos da Mata Rainha Dona Leonor - criação Fertilizante Orgânico e Lenha Variada
Valor de receitas criadas pelos projetos	informação não sistematizada (reinvestido nos projetos internos)	reinvestido nos projetos internos / continuidade dos projetos	reinvestido nos projetos internos / continuidade dos projetos
Dimensão Social			
Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Nr beneficiários diretos	100 participantes/Idosos sessões de exercício físico 80 participantes/Idosos	66 novos beneficiários/Idosos, até ao final de 2019	19 utentes/Pessoas com deficiência envolvidos nas atividades de pesagem e

	sessões de informática		embalamento e capacitados para esta nova área ocupacional
Nr rastreios de saúde Nr consultas médicas Nr sessões de fisioterapia/individuais Nr sessões mobilidade ativa/grupo Nr sessões de informática Nr sessões exercício físico Nr dias atividades ocupacionais socialmente úteis	2429 rastreios de saúde 500 consultas médicas 194 sessões exercício físico 78 sessões de informática	907 sessões fidioterapia/individuais (estavam previstas 700) 79 sessões de mobilidade ativa (estavam previstas 45) dirigidas à população idosa, em grupo	2 dias por semana (depende do número de encomendas)

Grau satisfação dos beneficiários dos projetos	feedback informal de beneficiários e cuidadores - atitude proativa por parte dos idosos e seus familiares de notificar a entidade relativamente ao estado de saúde devido à relação estabelecida	redução do número de deslocações ao centro de saúde em 71.4% (de 85.7% para 14.3%) durante a realização de fisioterapia redução do número de quedas em 33.3% (metade do registado - de 66.6% para 33.4%)) 77, 4% dos beneficiários das sessões individuais de fisioterapia atingiram a nível 6 de Funcionalidade. (julho/18 a maio/19) 64.6% revelaram um grau de satisfação elevado (julho 2018 a maio 2019).	59% - Avaliação Qualidade de vida (aplicação do questionário Whoqol-Bref) 80% Muito Satisfeitos - Avaliação Satisfação: por cada serviço e a nível global da Instituição
--	--	---	---

Dimensão Territorial

Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
-------------	-------------------------	--------	--------

Nr espaços criados; reabilitados; utilizados	1 Unidade Móvel de Saúde 2 escolas primárias recuperadas (população da freguesia de São Jorge da Beira, nas localidades de Vale da Cerdeira e Casal de Santa Teresinha)	1 espaço cedido para a realização das atividades de mobilidade pela Comissão da Igreja da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga	1 espaço criado - Fórum Sócio-Ocupacional
Nr entidades parceiras e voluntários	5 entidades Câmara Municipal da Covilhã Freguesia de S. Jorge da Beira (localidades de Casal de Sta. Teresinha e Vale da Cerdeira) / 633 habitantes (2011) Freguesia de Erada (localidade de Trigais) / 709 habitantes (2011) União das Freguesias Teixoso-Sarzedo (localidade Sarzedo) / 4 490 habitantes (2011) Universidade da Beira Interior: Faculdade de Ciências da Saúde e Faculdade de Engenharia Instituições Parceiras (Instituição de Sarzedo)	6 entidades Câmara Municipal de Porto de Mós União de Freguesias de Arrimal e Mendiga / 1 704 habitantes (2011) Freguesia de São Bento / 835 habitantes (2011) Freguesia de Serro Ventoso / 1 026 habitantes (2011) Unidades de Cuidados de Saúde das Freguesias de São Bento; Freguesia de Serro Ventoso GPSMÓS-Grupo de Proteção Sénior de Porto de Mós Padre e Comissão da Igreja da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga Centro Paroquial e de Assistência do Juncal (CPAJ)	6 entidades União das Freguesias de Caldas da Rainha, Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório / 18 417 habitantes (2011) Rede Social de Caldas da Rainha Fenacerci - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social Gazeta das Caldas Cooagrícola - Cooperativa Agrícola do Concelho de Caldas da Rainha Crl Ecolenhas - Unipessoal Lda Agriloja Caldas da Rainha
Nr de sinergias com as organizações, projetos e territórios	Câmara Municipal da Covilhã - Condução da UMS Universidade da Beira Interior: Faculdade de Ciências da Saúde e Faculdade de Engenharia, com o grupo	Câmara Municipal de Porto de Mós: Vereadora do Pelouro da Educação, Ação Social, Saúde e Juventude - apresentação do projeto na localidade de Mendiga e moderadora da	União das Freguesias de Caldas da Rainha, Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório: Protocolo de manutenção da Mata Rainha D. Leonor e Parque D. Carlos I

<p>de investigação Next Generation Networks and Applications (NetGNA), do Departamento de Informática</p> <p>Faculdade de Ciências da Saúde - Projeto de testagem de uma aplicação denominada de “Dodo”, instrumento de monitorização de parâmetros fisiológicos, associado a uma aplicação que envia alertas para o médico, foi um recurso mais aplicado com a pandemia</p> <p>Departamento de Informática (UBI) / Instituto Telecomunicações - a Health App, que permite realizar um traçado preliminar de um eletrocardiograma, entre outras funcionalidades.</p> <p>Fidelidade - equipamento informático e material de desgaste;</p> <p>Distribuição de cabazes alimentares; Natal: a ONG Palhaços d’Opital visitou uma das localidades com o apoio da Fidelidade</p> <p>1 Instituição de Sarzedo - começou a usufruir dos serviços médicos e do atelier do exercício físico</p>	<p>Conferência "Cuidar de Quem Cuida", realizada a 03 de outubro de 2019 com o apoio da Fidelidade</p> <p>Divulgação do projeto na rede social</p> <p>Convite com sessões de mobilidade ativa em evento do Município</p> <p>Juntas de Freguesia - União de Freguesias de Arrimal e Mendiga; Freguesia de São Bento; Freguesia de Serro Ventoso:</p> <p>Divulgação do projeto na comunidade</p> <p>Unidades de Cuidados de Saúde - Centro de Saúde de Serro Ventoso e São Bento:</p> <p>Médico já encaminhou utentes para o serviço de fisioterapia</p> <p>Grupo GPSMÓS - Grupo de Proteção Sénior de Porto de Mós:</p> <p>Divulgação do projeto na comunidade</p> <p>Padre e Comissão da Igreja da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga:</p> <p>Divulgação das sessões mobilidade ativa e cedência do espaço para a realização das atividades</p> <p>Centro Paroquial e de Assistência do Juncal (CPAJ) :</p> <p>Convite à CASSAC para fazer fisioterapia às crianças da creche e jardim de infância da Instituição</p>	<p>Comercialização e divulgação dos produtos da Mata</p> <p>Rede Social de Caldas da Rainha:</p> <p>Apresentação do projeto em Reunião alargada com a Rede</p> <p>Fenacerci-Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social:</p> <p>Artigo na revista de 2019 com o tema anual de Comportamentos Socialmente Responsáveis</p> <p>Gazeta das Caldas</p> <p>Artigo do projeto</p> <p>Cooagrícola-Cooperativa Agrícola do Concelho de Caldas da Rainha Crl:</p> <p>Encomenda inicial de 50 sacos lenha e fertilizante</p> <p>Distribuição e comercialização dos produtos</p> <p>Ecolenhas - Unipessoal Lda:</p> <p>Encomenda de 500 sacos lenha</p> <p>Agriloja Caldas da Rainha</p> <p>Comercializar ambos os produtos (aguarda conclusão do processo de criação código de barras concluído em 09/2020, requisito necessário para a comercialização neste espaço comercial)</p> <p>Cooagrícola-Cooperativa Agrícola do Concelho de Caldas da Rainha Crl:</p> <p>Distribuição e comercialização dos produtos</p>
--	---	--

Dimensão Ambiental

Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Nr atividades de promoção ambiental e outras	<p>Eficiência energética desde 2014: redução de consumos e custos relacionados com eletricidade, gás e água (instalação de novas caldeiras de condensação a gás, reorientação dos painéis solares, negociação com a AdC (taxa de resíduos deixou de ser indexada à água), mudança de fornecedores, instalação de iluminação mais eficiente (LED), colocação de redutores de caudais nas torneiras)</p> <p>Em projeto uma APP ligando a saúde dos idosos a uma componente ambiental (medição temperatura, humidade, fatores de risco, nas suas habitações)</p>	<p>Diminuir a pegada ecológica da instituição com redução de consumos e custos relacionados com eletricidade, gás, água e combustível</p>	<p>Projeto Produtos da Mata Rainha D. Leonor - transformação do desperdício em matéria comercializável (ciclo ambiental), promovendo o conceito da reutilização e sustentabilidade</p> <p>Programa Eco-Escolas:</p> <p>Tema Espaços Exteriores: Arranjo Jardim</p> <p>Tema Resíduos: Ecopontos Identificados</p> <p>Tema Biodiversidade: Colocação de Bebedouros e Comedouros</p> <p>Tema Energia e Água: Cartaz de Sensibilização</p> <p>Tema Resíduos: Papelões construídos em material reciclado</p>

Dimensão Cultural

Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Nr ações de sensibilização / dinamização	<p>45 ações de sensibilização sobre diversas patologias</p> <p>Produção de material de divulgação e comunicação do projeto na comunidade (400 folhetos, 100 cartazes e 40 notícias nos media)</p> <p>1 vídeo</p>	<p>18 ações de dinamização de marketing</p> <p>1 vídeo e a divulgação do projeto em jornais</p> <p>1 Conferência “Cuidar de quem Cuida”</p> <p>2 sessões mobilidade ativa em eventos organizado pelo do Município</p> <p>1 sessão mobilidade ativa em evento organizado pela Comissão da Igreja</p>	<p>8 iniciativas de divulgação do projeto na comunidade</p> <p>1 Presença dos beneficiários (17,18 e 19 de maio de 2019), na Feira do Cavalo Lusitano com um stand a divulgar os Produtos da Mata</p> <p>1 criação de miniamostras dos produtos para distribuição em eventos</p> <p>1 flyer explicativo do processo de criação do produto que acompanha os sacos dos produtos</p>

Dimensão Política

Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Grau de democracia externa, de compromisso ou envolvimento	Elevado colaboração de voluntários feedback informal da equipa - acredita que a sua atuação se diferencia pelo acompanhamento próximo, relativamente ao desenvolvimento do estado de saúde dos utentes	Elevado criação do projeto em colaboração entre Direção e equipa de trabalho sessões de mobilidade ativa iniciaram com uma periodicidade quinzenal, porém face à adesão e a pedido da comunidade, passaram a ter uma frequência semanal	Elevado 4 utentes- extranumerários na atividade de embalagem da matéria-prima parceria interna com o CRP-Centro de Reabilitação Profissional
Grau de ação pública, de articulação em redes e de autonomia institucional	Elevado Câmara Municipal da Covilhã - Condução da UMS através de um motorista habilitado; fornecimento de combustível e manutenção da viatura. Iniciativa “Oficina de Atividades” - 1º Prémio de Boas Práticas em Envelhecimento Ativo e Saudável da Região Centro na categoria “Saúde +” Colaboração com a Universidade da Beira Interior (UBI) e a Faculdade de Ciências da Saúde e de Engenharia, e com o grupo de investigação Next Generation Networks and Applications (NetGNA), do Departamento de Informática	Elevado Apresentação do projeto pela Vereadora do Pelouro da Educação, Ação Social, Saúde e Juventude do Município de Porto de Mós Envolvimento da comunidade foi além das sessões de mobilidade, foram envolvidos nas atividades de Animação Sócio Cultural que a CASSAC organiza para os utentes 1 Conferência “Cuidar de quem Cuida” - 47 participantes; 2 técnicos e 6 colaboradores do CASSAC; 1 voluntária 2 sessões mobilidade ativa em eventos organizado pelo e pela Comissão da Igreja	Elevado Contactos com entidades locais para comercializar os Produtos da Mata.

Conceito: Economia Social

Dimensão Capacidade autonomia de gestão

Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Taxa de concretização e continuidade dos projetos	<p>Projeto com continuidade</p> <p>Equipa mantém-se no projeto</p> <p>Alargamento do projeto Unidade Móvel de Saúde a Verdelhos e Pereiro</p> <p>Alargamento do projeto da Oficina itinerante à Freguesia de Erada, localidade de Trigais</p>	<p>Projeto com continuidade</p> <p>Equipa mantém-se no projeto (as sessões de mobilidade ativa ficaram suspensas devido à Pandemia)</p>	<p>Projeto com continuidade</p> <p>Equipa mantém-se no projeto, e o valor das receitas é reinvestido no Mata Rainha D. Leonor e Parque D. Carlos I</p>

Dimensão Capacidade gestão democrática

Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Nr de relatórios de avaliação e monitorização do projeto	3	3	3
Nr de relatórios finais de avaliação e monitorização das ações implementadas	<p>faltou sistematização final</p> <p>referem efetuar o registo diário das atividades, com uma grelha de avaliação, para ir construindo uma avaliação do desempenho. Ao nível dos cuidados de saúde também efetuam esta análise.</p>	<p>faltou sistematização final</p> <p>Nível funcional/grau de funcionalidade</p> <p>Avaliação de dor (EVA)</p> <p>Número de quedas</p> <p>Número de consultas</p> <p>Número de idosos/as que permanecem no domicílio</p> <p>Número de utentes</p>	<p>faltou sistematização final</p> <p>avaliação anual da Organização à comunidade e parceiros, identifica que este foi um dos projetos com maior projeção e visibilidade junto da comunidade</p>

Nível Satisfação com o processo acompanhamento Prémio (1 a 10)	10	10	10
--	----	----	----

Dimensão Capacidade de prestar serviços aos membros da coletividade

Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Nr de associados e serviços à comunidade	R&C 2017: 255 novos associados R&C 2018: +350 associados da Mutualista nas aldeias do concelho R&C 2018: 100 consultas nas freguesias rurais Valor das Quotas 2018- variação de crescimento de 4,82%, face a 2017	R&C 2017: +2 associados R&C 2018: -3 associados Valor das Quotas 2018 superior ao ano 2017	Serviços à comunidade: 2017/ 1012 serviços; 2018/ 1094 serviços Taxa concretização dos objetivos estratégicos: Orientação para o cliente 97%; Envolvimento Social e Comunitário 95%; Gestão Organizacional 93%; Promover a sustentabilidade 99%; Inovação e Conhecimento 81%

Dimensão Capacidade de melhorar a afetação de recursos e a distribuição dos rendimentos

Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Nr melhorias e mudanças na organização, os beneficiários ou a comunidade envolvente	Melhoria da qualidade de vida Mudança de comportamentos Acesso à saúde Renovação dos contratos de trabalho	Acesso à saúde Melhoria da qualidade de vida Mudança de comportamento Aquisição de conhecimentos	Inclusão social Aquisição de conhecimentos Mudança de comportamentos Sensibilização da comunidade Aumento das receitas

Dimensão Capacidade de crítica e aprendizagem permanente

Indicadores	Mutualista Covilhanense	CASSAC	CEERDL
Nr dificuldades implementação do projeto/iniciativa	<p>A contratação de técnicos especializados para se deslocarem às freguesias mais rurais do concelho da Covilhã, atendendo às limitações geográficas e temporais de acesso.</p>	<p>Falta de espaço na instituição para guardar alguns dos equipamentos, tendo sido necessário pedir à “Fábrica da Igreja” para guardar as bolas no Salão Paroquial, onde se realiza uma das sessões de mobilidade ativa;</p> <p>Dificuldades financeiras da população, que levam as pessoas a hesitar na aderência ao serviço de fisioterapia;</p> <p>Falta de apoio/iniciativa dos familiares/cuidadores para aderir ao serviço de fisioterapia, umas vezes por desconhecerem as suas vantagens e outras por não ser uma prioridade para as famílias.</p>	<p>A elaboração da imagem do produto;</p> <p>Ao nível da comercialização, por se tratar de produtos sazonais (a lenha - procura no Inverno / fertilizante - procura na Primavera);</p> <p>Necessidade de estabelecer contactos e ligações com revendedores, por se tratar de um produto novo;</p> <p>Aspectos administrativos, negociais e logísticos das vendas (circuito de faturação dos produtos vendidos não diretamente (através dos parceiros); organização das entregas diretas e indiretas; acordos comerciais com os parceiros de venda).</p>
Nr contributos do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social	<p>Condições para a implementação deste projeto no terreno e contribuir para melhorar a qualidade de vida da população rural idosa, em freguesias mais isoladas do Concelho da Covilhã</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoio financeiro foi fulcral para a implementação e consolidação do projeto, ao financiar a contratação dos técnicos especializados (médico, profissional de desporto e informática), que permitiu aumentar a qualidade de vida e promover o envelhecimento ativo de cerca de 2000 idosos; • a nível institucional permitiu ir de 	<p>Aquisição de material sem o qual não poderiam aumentar o serviço de fisioterapia ao domicílio</p> <p>Visibilidade na comunidade, relativamente à importância da fisioterapia e as vantagens que tem na saúde das pessoas, o que levou a um aumento da credibilidade e visibilidade do projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoio financeiro foi muito importante para o desenvolvimento do projeto; • a equipa Fidelidade contribuiu muito para a visibilidade do projeto e 	<p>Desenvolvimento dos Produtos da Mata, em parceria com a União de Freguesias Nossa Sr^a do Pópulo Coto e S. Gregório, que com a promoção e divulgação conseguiram passar a mensagem à comunidade com eficácia</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoio financeiro foi muito importante pois permitiu financiar a globalidade do projeto; • a equipa de acompanhamento foi extraordinária, prestando o apoio necessário e acompanhando a evolução do projeto;

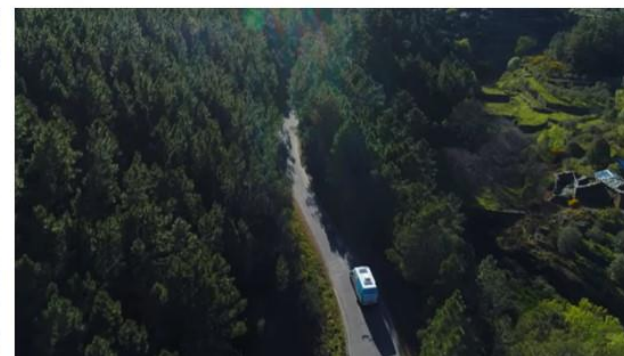
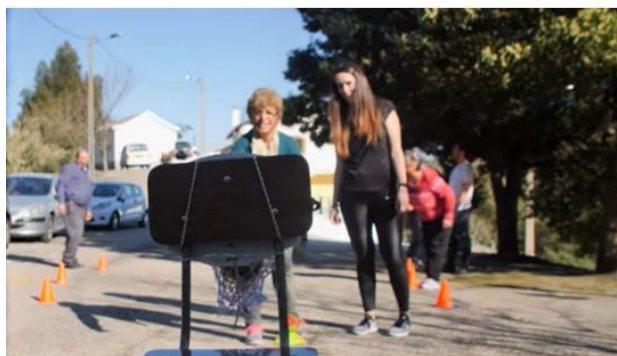
	<p>encontro das necessidades de saúde e de proteção social dos indivíduos, mediante os conceitos do mutualismo e de uma ação integrada e solidária;</p> <ul style="list-style-type: none"> • minimizou os custos de funcionamento dos Ateliers nas antigas escolas primárias desativadas, mediante a doação de equipamento extra candidatura; • a disponibilização de equipamento informático e de material de papelaria não contemplado em candidatura, foi importante para a divulgação do projeto e na dinamização das atividades propostas. 	<p>instituição;</p> <ul style="list-style-type: none"> • a disponibilidade e facilidade de comunicação ajudaram a manter uma relação com a Fidelidade Comunidade; • a Fidelidade Comunidade já se mostrou interessada em ajudar o CASSAC na realização de uma sessão informativa direcionada aos cuidadores, podendo ajudar a colmatar as falhas de informação e também a falta de apoio ao cuidador. 	<ul style="list-style-type: none"> • a disponibilidade e facilidade de comunicação ajudaram a manter uma relação com a Fidelidade Comunidade; • Na divulgação do projeto, pois tratando-se de um projeto de âmbito local, a Fidelidade pode fazer chegar aos seus clientes a informação deste projeto, através das agências locais.
<p>Nr pontos fortes do processo de monitorização do Prémio Fidelidade Comunidade na perspetiva da Organização Social</p>	<p>Relação de proximidade e disponibilidade que a equipa da Fidelidade cria com os projetos</p> <p>Acompanhamento regular por parte da equipa permite o desenvolvimento de análises contínuas e reajustes, com vista o sucesso do projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • O processo foi extremamente útil para atingir os objetivos e os resultados pretendidos. • O reforço positivo, a enorme disponibilidade, a tolerância e os múltiplos apoios e ajudas recebidas por parte da equipa técnica foram decisivos para o sucesso e reafirmação do projeto “Envelhecer com a Fidelidade”. • O relatório intermédio pressupõe um processo de análise e de avaliação 	<p>Formulário de candidatura simples</p> <p>Disponibilidade para esclarecimento de dúvidas</p> <p>Acompanhamento e relação de proximidade com a equipa da Fidelidade</p> <p>Visita às instalações mostra interesse e dá oportunidade para apresentar melhor a missão da entidade</p> <p>Produção do vídeo, pela visibilidade e divulgação que proporcionou</p> <ul style="list-style-type: none"> • simpatia e facilidade de contacto, facilitou todo o processo de implementação do projeto; • monitorização do 1º relatório, permitiu esclarecer dúvidas em relação ao preenchimento do mesmo.; • realização dos relatórios permitiu à instituição verificar o verdadeiro 	<p>Disponibilidade para alterações nos equipamentos a adquirir ou alargamento de prazos</p> <p>Grande proximidade, acompanhamento permanente e sistemático</p> <p>Processo acessível do ponto de vista burocrático e de relacionamento, em comparação com outros processos de candidaturas, relatórios, etc.)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade e proximidade da equipa da Fidelidade, criou um espaço de diálogo e apoio na implementação do projeto (“Distinguímos positivamente esta articulação pois na nossa experiência com outros programas de incentivo/financiamento não se verifica a mesma

	<p>intermédia das atividades, permitindo os reajustamentos considerados necessários.</p> <ul style="list-style-type: none"> • As visitas por parte da equipa da Fidelidade permitiram constatar “in loco” a dinâmica do projeto e reforçar em ambas as partes o sentimento de pertença do projeto. 	<p>impacto do projeto no público-alvo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • realização dos relatórios promoveu uma avaliação mais regular, levando a estabelecer ou não estratégias para alcançar os objetivos definidos. 	<p>disponibilidade”)</p>
<p>Nr pontos a melhorar do Prémio Fidelidade Comunidade na perspectiva da Organização Social</p>	<p>Nada a registrar</p>	<p>Visitas: consideram uma mais-valia a realização de uma visita à entidade no final do projeto, para que a Fidelidade melhor possa percecionar o impacto que teve na organização</p>	<p>Mais informação sobre os resultados dos projetos, no final, da avaliação do impacto; é importante partilhar experiência Criação de mais oportunidades para participação por parte dos beneficiários diretos, de forma a terem a real noção de que melhoraram e cresceram no processo</p>

Anexo O – Quadro dos Principais Resultados e Mudanças com Impacto

PREVENÇÃO EM SAÚDE

MUTUALISTA COVILHANESE – ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS





PRÉMIO FIDELIDADE COMUNIDADE

Envelhecimento ativo

MUTUALISTA COVILHANENSE

Associação de Socorros Mútuos

Atuação no Concelho da Covilhã



A Mutualista Covilhanense assume-se como um dos principais agentes da economia social da Beira Interior. Dispõe de uma rede de serviços de saúde constituída por um centro clínico e uma farmácia social exclusiva para associados. A saúde está na génese da criação desta associação, que tem uma forte atuação na área do envelhecimento e que ao longo dos anos se tem envolvido também em projetos de âmbito social, entre os quais se destacam as Hortas Sociais, Cantina Social, Teleassistência e Apoio a Doentes e Cuidadores de Doentes de Alzheimer.

PROJETO: integrar assistência médica nos serviços de enfermagem da unidade móvel de saúde e criar uma oficina de atividades composta por atelier de informática, multimédia e exercício físico.

OBJETIVOS: melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população idosa através de prestação de cuidados de saúde, combate à exclusão social e tecnológica, estímulo à criatividade e promoção do exercício físico.

A perspetiva da Organização Social



Contributo do Prémio

Condições para a implementação deste projeto no terreno e contribuir para melhorar a qualidade de vida da população rural idosa, em freguesias mais isoladas do Concelho da Covilhã



Pontos Fortes

Relação de proximidade e disponibilidade que a equipa da Fidelidade cria com os projetos
Acompanhamento regular por parte da equipa permite o desenvolvimento de análises contínuas e reajustes, com vista o sucesso do projeto



Pontos a Melhorar

Nada a registar



Atividades e/ou Resultados

2429 rastreios de saúde
500 consultas médicas
194 sessões de exercício físico e 100 participantes
78 sessões de informática e 80 participantes
45 ações de sensibilização sobre diversas patologias
Produção de material de divulgação e comunicação do projeto na comunidade (400 folhetos, 100 cartazes e 40 notícias nos media)



Feedback Stakeholders

Não há recolha sistemática de avaliação, apenas o feedback informal da **equipa** que acredita que a sua atuação se diferencia pelo acompanhamento próximo, relativamente ao desenvolvimento do estado de saúde dos utentes.



Mudanças

Melhoria da qualidade de vida – através, a título de exemplo, da promoção de exercício físico e da saúde mental em 80% da população idosa do concelho
Mudança de comportamentos – o estímulo e valorização das capacidades e competências dos idosos combateu o seu isolamento e criou uma relação de confiança; os utentes passaram a ser proativos no pedido de ajuda
Acesso à saúde – mais idosos passaram a ser regularmente visitados
Renovação dos contratos de trabalho – os 3 profissionais mantêm-se na organização e no projeto



Sinergias

Doação, por parte da Fidelidade, de equipamento informático e material de desgaste.
Distribuição de cabazes alimentares.
Natal: a ONG Palhaços d'Opital visitou uma das localidades com o apoio da Fidelidade.



NOTA DA EQUIPA

Os resultados do projeto mostram uma forte adesão da população idosa nas atividades, reforçando os objetivos de melhoria da sua qualidade de vida. Adicionalmente o projeto conseguiu reforçar a relação com a população idosa dispersa geograficamente, através desta prestação de cuidados de proximidade, levando a atitudes mais proativas, por exemplo, na procura de mais assistência por parte dos beneficiários.

SUGESTÃO: implementar um registo mais regular de recolha de feedback, que poderá dar à organização informação importante para o desenvolvimento das suas atividades.

PREVENÇÃO EM SAÚDE

CASSAC – CENTRO DE
APOIO SOCIAL SERRA
D’AIRE E CANDEEIROS





4.098€

PRÉMIO FIDELIDADE COMUNIDADE

Envelhecimento ativo

CASSAC - Centro de Apoio Social

Serra D'Aire e Candeeiros

Atuação no Concelho do Porto de Mós

O CASSAC pretende dar resposta à ausência de equipamentos sociais de apoio à terceira idade no concelho de Porto de Mós. Assegura serviços de apoio domiciliário à população idosa ou em situação de dependência: higiene e conforto pessoal, alimentação e apoio nas refeições, tratamento de roupa, limpeza da casa, assistência medicamentosa, fisioterapia e acompanhamento a consultas médicas, entre outros serviços.



PROJETO: promover a qualidade de vida e saúde aos idosos, assegurar a extensão do serviço de fisioterapia a mais idosos.

OBJETIVOS: proporcionar o serviço de fisioterapia ao domicílio a um maior número de pessoas idosas ou com deficiência; criar melhores condições no serviço existente, aumentando a qualidade de vida e saúde da população mais vulnerável.



Atividades e/ou Resultados

66 novos beneficiários, até ao final de 2019
79 sessões de mobilidade ativa (estavam previstas 45) dirigidas à população idosa, em grupo
907 sessões individuais (estavam previstas 700)
18 ações de dinamização de marketing



Feedback Stakeholders

De acordo com o questionário aplicado a todos os beneficiários quando terminam a terapia, 64.6% revelaram um grau de satisfação elevado (julho 2018 a maio 2019).



Mudanças

Acesso à saúde – redução do número de deslocações ao centro de saúde em 71.4% (de 85.7% para 14.3%) durante a realização de fisioterapia pelo mesmo motivo

Melhoria da qualidade de vida – ganhos em saúde, como a redução do número de quedas em 33.3% (metade do registado); 77, 4% dos beneficiários das sessões individuais de fisioterapia atingiram a nível 6 de Funcionalidade. (julho/18 a maio/19)

Mudança de comportamento – mais utentes procuram este tipo de apoio, de forma proativa

Aquisição de conhecimentos – as sessões de mobilidade ativa promoveram a envolvimento das pessoas nas atividades de animação sociocultural e recreativas



Sinergias

Realização da conferência “Cuidar de quem Cuida”, apoiada pela Fidelidade e que visa alargar o projeto aos cuidadores. Decorrente da visibilidade do projeto, foram convidados para realizar sessões de mobilidade em eventos locais.



NOTA DA EQUIPA

O projeto proporcionou o serviço de fisioterapia a um número maior de beneficiários, melhorando a sua qualidade de vida. Adicionalmente, a organização salienta a importância da visibilidade, nomeadamente do vídeo e dos artigos que saíram nos jornais, facilitando a divulgação e credibilidade do projeto junto da comunidade.

SUGESTÃO: desenvolver um trabalho de sistematização da informação e análise dos questionários de avaliação que podem dar inputs importantes para o desenvolvimento da organização.

A perspetiva da Organização Social



Contributo do Prémio

Aquisição de material sem o qual não poderiam aumentar o serviço de fisioterapia ao domicílio

Visibilidade na comunidade, relativamente à importância da fisioterapia e as vantagens que tem na saúde das pessoas, o que levou a um aumento da credibilidade e visibilidade do projeto



Pontos Fortes

Formulário de candidatura simples
Disponibilidade para esclarecimento de dúvidas
Acompanhamento e relação de proximidade com a equipa da Fidelidade
Visita às instalações mostra interesse e dá oportunidade para apresentar melhor a missão da entidade
Produção do vídeo, pela visibilidade e divulgação que proporcionou



Pontos a Melhorar

Visitas: consideram uma mais-valia a realização de uma visita à entidade no final do projeto, para que a Fidelidade melhor possa perceber o impacto que teve na organização

INCLUSÃO SOCIAL

CEERDL – CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL RAINHA D. LEONOR





4.937€

PRÉMIO FIDELIDADE COMUNIDADE

Deficiência ou incapacidade permanente

CEERDL - Centro de Educação Especial

Rainha D. Leonor

Atuação na zona das Caldas da Rainha

O CEERDL é uma instituição de apoio a grupos vulneráveis que presta serviços de ocupação, reabilitação terapêutica, apoio residencial, apoio domiciliário, formação profissional e apoio ao emprego de pessoas com deficiência e com doença mental. A entidade tem ainda serviços de lavandaria, restaurante, jardinagem, floricultura e piscina, que utiliza para promover também a formação e integração destes públicos.

PROJETO: adquirir equipamento para realizar atividades de transformação do desperdício (resíduos da manutenção dos espaços verdes, folhagem e arvoredo) em matéria comercializável (composto orgânico, através da compostagem) e lenha variada.

OBJETIVOS: promover a inclusão pela ocupação em atividades socialmente úteis; transformar o desperdício em matéria comercializável, promovendo o conceito da reutilização e sustentabilidade; diminuir o estigma associado à doença mental.



Atividades e/ou Resultados

19 utentes envolvidos nas atividades de pesagem e embalamento e capacitados para esta nova área ocupacional

Produção e embalamento de 500 sacos de fertilizante e 500 sacos de lenha, até ao final de 2019

Encomendas por parte de distribuidores de lenha, pela Ecolenhas e de ambos os produtos pela Agriloja

8 iniciativas de divulgação do projeto na comunidade, nomeadamente na Rede Social das Caldas da Rainha, meios digitais, revistas várias e presença na feira do cavalo lusitano e na feira dos frutos



Feedback Stakeholders

De acordo com a avaliação anual da Organização à comunidade e parceiros a equipa identifica que este foi um dos projetos com maior projeção e visibilidade junto da comunidade.



Mudanças

Inclusão social – envolvimento dos utentes em atividades úteis e reconhecimento por parte da comunidade, contribuindo para a quebra do estigma social face à pessoa com doença mental

Aquisição de conhecimentos – utentes aprenderam novas metodologias e a reconhecer os ganhos do trabalho em equipa

Mudança de comportamentos – no âmbito da sensibilização ambiental

Sensibilização da comunidade – pelo trabalho desenvolvido pelos utentes do CEERDL e reconhecimento pelo processo sustentável que o projeto representa

Aumento das receitas – reinvestido nos projetos internos



Sinergias

A visibilidade do projeto conduziu a contactos com outras entidades, com interesse em adquirir os Produtos da Mata.

A perspetiva da Organização Social



Contributo do Prémio

Desenvolvimento dos Produtos da Mata, em parceria com a União de Freguesias Nossa Srª do Pópulo Coto e S. Gregório, que com a promoção e divulgação conseguiram passar a mensagem à comunidade com eficácia



Pontos Fortes

Disponibilidade para alterações nos equipamentos a adquirir ou alargamento de prazos
Grande proximidade, acompanhamento permanente e sistemático
Processo acessível do ponto de vista burocrático e de relacionamento, em comparação com outros processos de candidaturas, relatórios, etc.)



Pontos a Melhorar

Mais informação sobre os resultados dos projetos, no final, da avaliação do impacto; é importante partilhar experiência
Criação de mais oportunidades para participação por parte dos beneficiários diretos, de forma a terem a real noção de que melhoraram e cresceram no processo



NOTA DA EQUIPA

Projeto com bons resultados e impacto junto da comunidade, que não só compra os produtos da Mata, como reconhece o contributo dos utentes da CEERDL na produção dos mesmos.

Para os utentes é uma experiência enriquecedora ao nível da capacitação, sentido de pertença e a sua contribuição para a mudança de comportamentos.

SUGESTÃO: dar continuidade ao projeto que configura um modelo de economia circular, tornando clara para a comunidade a cadeia de valor e o papel da organização e seus utentes.

